

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD

Carlos Everaldo Silva da Costa

**Ação e Heterogeneidade de Lógicas Institucionais
na Construção da Convivência com
o Semiárido em Alagoas**

Recife, 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia.

A classificação desta tese se encontra, abaixo, definida por seu autor.

Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

Título da Tese: Ação e Heterogeneidade de Lógicas Institucionais na Construção da Convivência com o Semiárido em Alagoas

Nome do Autor: Carlos Everaldo Silva da Costa

Data da aprovação: 31/07/2017

Classificação, conforme específico acima:

Grau 1

Grau 2

Grau 3

Recife, 31 de julho de 2017

Carlos Everaldo Silva da Costa

Carlos Everaldo Silva da Costa

**Ação e Heterogeneidade de Lógicas Institucionais na
Construção da Convivência com o
Semiárido em Alagoas**

Orientadora: Dr (a) Jackeline Amantino de Andrade

Tese de Doutorado apresentada como requisito final para obtenção do grau de Doutor em Administração, na área de concentração em Gestão Organizacional, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 2017

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-733

C837a Costa, Carlos Everaldo Silva da
Ação e heterogeneidade de lógicas institucionais na construção da convivência com o semiárido em Alagoas/ Carlos Everaldo Silva da Costa, 2017.
193 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof^a Dra. Jackeline Amantino de Andrade.
Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2017.

Inclui referências.

1. Relações insitucionais. 2. Semiárido. 3. Processo histórico. I. Andrade, Jackeline Amantino de (Orientadora).
II. Título.

658 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2017 - 258)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração – PROPAD

Ação e Heterogeneidade de Lógicas Institucionais na Construção da Convivência com o Semiárido em Alagoas

Carlos Everaldo Silva da Costa

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração
da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 31 de julho de 2017

Banca Examinadora:

Prof. Jackeline Amantino de Andrade, UFPE – Orientadora

Prof. Débora Coutinho Paschoal Dourado, UFPE – Examinadora Interna

Prof. Rezilda Rodrigues Oliveira, UFRPE – Examinadora Externa

Prof. Milka Alves Correia Barbosa, UFAL – Examinadora Externa

Prof. José de Arimatéia Dias Valadão, UFLA – Examinador Externo

Agradecimentos

No início do doutorado minha orientadora já havia dito que seriam quatro anos com muitos acontecimentos. E ela estava certa!

Fora do ambiente acadêmico, especificamente no familiar, ocorreram mudanças, principalmente com a perda do convívio diário com minha filha Maria Beatriz, já que optei morar por 2 anos em Recife; além da chegada de mais uma princesa, a Bianca. As duas me trouxeram alegria e ânimo para chegar ao final desta jornada importante e gratificante que foi a do doutorado.

Junto a elas não há como não citar minha mãe, Maria do Carmo, uma mulher independente, inteligente, estudiosa e “prática”. Dela recebi toda paz, apoio e suporte necessários. Se eu estava calado demais, pensativo demais, “aperriado” demais, nunca ouvi dela uma palavra negativa, de descrédito, de desânimo, de crítica ou de julgamento. Meu aprendizado enquanto sujeito, desde a infância, foi fruto de sua cumplicidade, estímulos para a leitura, para atividades culturais, esportivas e de lazer. Seus ensinamentos e principalmente sua postura serviram a mim e servirão de exemplo para minhas filhas.

Agradeço também a minha esposa Jesiane.

E não poderia esquecer dos mestres Jornal, Ronaldo, Antônio e Marquinhos, que sempre souberam mostrar a importância de aliar mente e corpo para encerrar nossos desafios. Suas palavras sempre me fizeram refletir.

No ambiente acadêmico, agradeço aos amigos da UFAL Gustavo Madeiro e Milka Correia por terem me passado suas experiências e apoio como doutorandos e como doutores.

Agradeço também a outras pessoas:

A todos os professores do PROPAD/UFPE, pela capacidade e conhecimento em todas as disciplinas que cursei.

Aos meus colegas de pós-graduação, especialmente Beatriz Gondim, Alberto Brandão, e Suzanny Carla pelo apoio constante, em todas as horas.

À minha orientadora Jackeline Amantino, sempre à frente do seu tempo em relação ao conhecimento científico. Ficam seus exemplos sobre as constantes necessidades de se aprofundar, se apropriar e avançar.

Aos membros da banca, pois desde o ensaio teórico contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

À UFAL por ter possibilitado o meu afastamento para qualificação.

Às minhas filhas, que na pureza e na sinceridade
próprias da infância, me trouxeram alegria e paz
para continuar sempre firme; à minha mãe que
nunca interpretou minha ausência como
indiferença; e à minha esposa que amo.

Deve-se escrever da mesma maneira com que as lavadeiras lá de Alagoas fazem em seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer [Trecho da obra *Linhas Tortas*, de Graciliano Ramos, 1962].

Resumo

Esta tese tem como problema de investigação analisar como as ações desenvolvidas a partir de lógicas institucionais heterogêneas possibilitam a construção da convivência com o semiárido alagoano. A lente teórica sensibilizadora e norteadora foi a Teoria Institucional baseada nos construtos de Lógicas Institucionais e Institutional Work. A coleta dos dados, oriundas do método Grounded Theory – GT, teve como dados primários as entrevistas intensivas e como secundários a análise textual (denominação dada pela GT para os documentos) e os memorandos. Sua análise se deu a partir da constituição das categorias iniciais, focalizadas e teóricas. Desta análise, destacaram-se nessa microrregião, quatro instituições centrais: Estado, Religião, Comunidade e Educação. No processo histórico de construção dessa dinâmica, o Estado ainda mantém ações baseadas no combate a seca e na busca por tornar esse espaço geográfico voltado ao produtivismo. Contudo, outros atores foram inseridos e nesse processo o início se deu pela Religião que passou a mobilizar os pequenos agricultores locais a incorporarem uma lógica comunitária, baseada no associativismo e cooperativismo. Com esse alcance, a Comunidade se legitimou. Como aspecto mais evidente, Estado e Comunidade passaram a se aproximar, no que diz respeito a elaboração e execução de políticas públicas, tanto vinculadas à alimentação quanto à implementação de tecnológias sociais. No entanto, também houve divergências entre os significados dados as suas ações. Em ambos os casos, os tipos de works influenciaram essas instituições, o que contingencialmente tornou a microrregião Agreste um campo de lógicas.

Palavras-chave: Relações Institucionais. Semiárido. Processo histórico.

Abstract

This thesis has as a research problem to analyze how the actions developed from heterogeneous institutional logics make possible the construction of the coexistence with the Alagoano semi-arid. The theoretical sensitizing and guiding lens was the Institutional Theory based on the Constructs of Institutional Logics and Institutional Work. The collected data from the Grounded Theory - GT had as primary data the intensive interviews and as secondary to the textual analysis (denomination given by the GT for the documents) and the memos. His analysis came from the constitution of the initial categories, focused and theoretical. From this analysis, four central institutions were highlighted in this microregion: State, Religion, Community and Education. In the historical process of construction of this dynamic, the State still maintains actions based on combating drought and in the quest to make this geographic space turned to productivism. However, other actors were inserted and in this process the beginning was by the Religion that started to mobilize the small local farmers to incorporate a community logic, based on the associativism and cooperativism. With that scope, the Community legitimized itself. As a more evident aspect, the State and the Community began to come closer, as regards the elaboration and execution of public policies, both linked to food and the implementation of social technologies. However, there were also divergences between the meanings given to their actions. In both cases, the types of works influenced these institutions, which in turn made the Agreste micro-region a field of logics.

Keywords: Institutional Relations. Semi-arid. Historical process.

Lista de Figuras

Figura 1 (1) Mapa do semiárido brasileiro.....	17
Figura 2 (1) Linha histórico-temporal do semiárido brasileiro.....	22
Figura 3 (2) Momentos de institucionalização.....	37
Figura 4 (3) Representação visual do processo da GT como método.....	43
Figura 5 (4) Dinâmica institucional entre os anos 1980-1989.....	150
Figura 6.(4) Dinâmica institucional entre os anos 1990-1999.....	151
Figura 7 (4) Dinâmica institucional entre os anos 2000-2009.....	152
Figura 8 (4) Dinâmica institucional entre os anos 2010-2016.....	153

Lista de quadros

Quadro 1 (2) Tipos ideais relacionados às instituições centrais e suas categorias representativas.....	33
Quadro 2 (2) Formas finais de <i>institutional work</i> que visam a criação de instituições.....	34
Quadro 3 (2) Formas de manutenção do <i>institutional work</i>	35
Quadro 4 (2) Ruptura institucional	35
Quadro 5 (3) Coleta de dados para a GT.....	45
Quadro 6 (3) Caracterização dos municípios da microrregião Agreste.....	46
Quadro 7 (3) IDHM da microrregião Agreste-AL.....	47
Quadro 8 (3) Perfil dos entrevistados.....	49
Quadro 9 (3) Concepções sobre as Instituições centrais	50
Quadro 10 (3) Composição das conversas informais	51
Quadro 11 (3) Resumo da análise textual coletada.....	53
Quadro 12 (3) Resumo da metodologia utilizada no trabalho.....	59
Quadro 13 (4) Atores destacados pelos informantes-chaves.....	61
Quadro 14 (4) Análise comparativa dos atores indicados e acessados.....	62
Quadro 15 (4) Resumo descritivo dos atores representativos do semiárido na microrregião Agreste.....	63
Quadro 16 (4) Programas voltados ao semiárido executados na microrregião Agreste.....	66
Quadro 17 (4) Relação entre a lógica do Estado e seus tipos de <i>institutional works</i>	120
Quadro 18 (4) Relação entre Religião e seus <i>institutional works</i>	126
Quadro 19 (4) Relação entre Comunidade e seus <i>institutional works</i>	144
Quadro 20 (4) Relação entre Educação e seus <i>institutional works</i>	148
Quadro 21 (4) Linha do Tempo da Microrregião Palmeira dos Índios.....	155
Quadro 22 (4) Categorias emergentes a partir das ações institucionais.....	157
Quadro 23 (4) Processo para alcance dos códigos teóricos.....	171

Lista de abreviaturas siglas

- AAGRA- Associação de Agricultores Alternativos
- AECID- Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
- AFAL- Agência de Fomento de Alagoas S/A
- ANA- Agência Nacional de Águas
- ASA- Articulação do Semiárido Brasileiro
- BID- Banco Interamericano para o Desenvolvimento
- BNB- Banco do Nordeste do Brasil
- BNDS- Banco Nacional de Desenvolvimento Social
- CARPIL- Cooperativa Agropecuária Regional de Palmeira dos Índios
- CDECMA- Centro de Desenvolvimento Comunitário de Maravilha
- CEBs- Comunidades Eclesiais de Base
- CEDAFRA- Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária
- CFP- Companhia de Financiamento da Produção
- CHESF- Companhia Hidroelétrica do São Francisco
- CIBRAZEM- Companhia Brasileira de Armazenamento
- CNBB- Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
- CNRH- Conselho Nacional de Recursos Hídricos
- CNUMAD- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- COBAL- Companhia Brasileira de Alimentos
- CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
- CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento
- COOPERAGRE- Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Alagoano
- COP-3- Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação
- CVSF- Comissão do Vale do São Francisco
- DESENVOLVE- Agência de Fomento de Alagoas S/A
- DNOCS- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
- EMATER- Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável
- EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ENEASA- Encontro Estadual da ASA
- FACOMIG- Federação das Associações Comunitárias do Município de Igaci
- FEBRABAN- Federação dos Bancos do Brasil
- FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FNE- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
- FUNDAF- Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar
- GT- Grounded Theory
- GTDN- Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
- GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

IABS- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IOCS- Inspetoria de Obras Contra a Seca
ITES- Incubadora de Economia Solidária
MDS- Ministério do Desenvolvimento Social
MI- Ministério da Integração Nacional
MMA- Ministério do Meio Ambiente
MMC- Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR- Movimento Mulher Trabalhadora Rural
MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores
MTC- Movimento dos Trabalhadores do Campo
ONGs- Organizações Não-Governamentais
OSCIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSCIPs- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
P1+2- Programa 1 Terra e 2 Águas
P1MC- Programa 1 Milhão de Cisternas
PAA- Programa de Aquisição de Alimentos
PDA- Programas de Desenvolvimento de Área
PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAF- Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RECASA- Rede de Educação Contextualizada
SDR- Secretaria de Desenvolvimento Regional
SEAGRI- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura
SEMARH- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos –
SEDETUR- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo
SUDENE- Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFAL- Universidade Federal de Alagoas
UFBA- Universidade Federal da Bahia

Sumário

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Objetivos	25
1.2 Justificativa	25
1.3 Estrutura da tese	26
2. REFERENCIAL TEÓRICO: RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	28
2.1 Teoria institucional de base sociológica	28
2.2 Caracterização das Relações Institucionais	32
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
3.1 Delineamento da pesquisa	40
3.2 Método	41
3.3 A Coleta dos dados	44
3.3.1 As entrevistas intensivas.....	47
3.3.2 A análise textual.....	52
3.3.3 Os memorandos (memos).....	54
3.4 Análise dos dados	55
3.4.1 Codificação inicial.....	57
3.4.2 Codificação focalizada.....	57
3.4.3 Codificação teórica.....	58
4. DISCUSSÃO DOS DADOS	60
4.1 Identificação dos Atores e programas representativos	60
4.2 Descrição das Ações pelas Lógicas Institucionais	91
4.2.1 A Lógica Estatal.....	91
4.2.2 A Lógica Religiosa.....	120
4.2.3 A Lógica da Comunidade.....	127
4.2.4 A Lógica da Educação.....	144
4.3 Caracterização da Dinâmica Histórica	149
4.4 O Semiárido sob o olhar das Relações Institucionais	158
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
Referências	182

1. Introdução

O Nordeste brasileiro é um espaço geográfico diversificado e retratado desde a sua formação histórica, seus aspectos raciais (povoamento e a participação dos europeus, indígenas, escravos africanos), suas belezas naturais (mares, lagoas, rios, vegetação) e suas riquezas culturais (culinária, crenças, danças, literatura).

Inserido neste espaço há o semiárido, contexto em que múltiplos sentidos são dados e que revelam contrastes entre a seca – com o solo rachado – e as belezas naturais – com os ipês e as baraúnas, além do sofrimento – com as pessoas que passam fome, os animais que morrem de fome e sede, a migração – e das alegrias – vinculadas à resistência de seu povo, que persevera e enaltece o lugar em que vive.

Na busca por alternativas para o semiárido, Duque (1973) é uma das referências quando os assuntos são melhor aproveitamento racional de recursos hídricos e uso de lavouras adequadas ao solo seco. Entre essas e outras características relacionadas ao semiárido brasileiro, outros estudos e discussões têm sido realizados a partir de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação no país.

Segundo Cesano et al. (2012), Ramalho (2013) e Ventura, Fernandez e Andrade (2016), esse solo seco é resultado de aridez climática, abundância de sol, deficiência em termos hídricos – estação chuvosa muito curta –, por consequência, da imprevisibilidade em termos de precipitações pluviométricas, o que resulta em solos pobres em matéria orgânica e em pastos extensivos que aceleram os processos de desertificação.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016), o semiárido brasileiro possui uma extensão total de 982.563,3 km² e o Nordeste concentra 89,5% dessa área, abrangendo a maioria dos estados nordestinos, com a exceção do Maranhão. Já o Estado de Minas Gerais, da região Sudeste, possui os 10,5% restantes (103.589,96 km²).

Sob a responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), 1.034 municípios faziam parte do semiárido. Com a nova delimitação, em 2005, sob a responsabilidade do Ministério da Integração (MI), outros 102 foram considerados, alcançando um total de 1.133 municípios (GALVÃO; RODRIGUES, 2005).

Para a SUDENE, o único critério era que o município tivesse precipitação média anual de chuvas igual ou inferior a 800 mm. Já sob a responsabilidade do MI, os critérios passaram a ser: precipitação pluviométrica anual inferior a 800 mm; índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial entre 1961 e 1990; e

risco de seca maior que 60%, com base no período entre 1970 e 1990. Porém, apenas um desses três critérios já seria válido para o município ser inserido em situação semiárida (PAN-BRASIL, 2005).

Figura 1. Mapa do semiárido brasileiro



Fonte: IBGE (2007)

A população localizada no semiárido brasileiro é de 21 milhões de pessoas (IBGE, 2016); em termos de amplitude, segundo Santos (2014), é uma das maiores do mundo. Por conta disso, segundo o IBGE (2016), a finalidade principal desses dados é a identificação dessas unidades político-administrativas, as quais se habilitam a um tratamento específico em função de suas características climáticas. As referências jurídicas/administrativas são: a Portaria nº 89, de 16 de março de 2005, do Ministério da Integração Nacional, e o Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial para Redelimitação do Semiárido Nordestino e do Polígono das Secas.

Os municípios inseridos no semiárido possuem os seguintes benefícios, conforme o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) (GALVÃO; RODRIGUES, 2005): bônus de adimplência de 25% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, enquanto no restante da região Nordeste esse percentual é de 15%. Ainda quanto ao FNE, a Constituição determina que pelo menos 50% de seus recursos sejam aplicados para financiar atividades de cunho produtivo nesses municípios, visando estimular a atração de capitais e a geração de emprego. Em 2005, o valor a ser aplicado pelo FNE no semiárido alcançou os R\$ 2,5 bilhões; os produtores rurais beneficiários do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) do semiárido têm à disposição crédito com juros de 1% ao ano, prazo de pagamento de até dez anos, com três anos de carência.

Para traçar uma linha do tempo sobre as ações institucionais relativas ao semiárido brasileiro, observam-se três momentos gerais: a) de combate à seca, com destaque para as ações da instituição Estado (que se iniciam nos anos 1870 e se estendem até meados de 1950); b) o desenvolvimentista, impulsionado pelo Estado e que resulta na criação de órgãos para efetuar grandes obras como a construção de açudes e a perfuração de poços, com foco na produtividade (dos anos 1950 aos anos 1990); e o c) de enfrentamento aos impactos das secas, com a inserção de atores das instituições Religião e Comunidade (dos anos 1990 aos dias atuais) que vincularam suas ações no intuito de romper intencionalmente com a noção de combate à seca para inserir a de convivência com o semiárido.

Ao iniciar pelo Estado, como um ator institucional focado no combate à seca, este se voltou às ações do tipo emergenciais, como as que ocorreram tanto após a seca de 1877 a 1879, quando 500 mil pessoas morreram (MARTINEZ, 2002; LACERDA, 2006), quanto após a de 1979 a 1983, com cerca de 1.500.000 mortes (MOURA, 1988).

Naquele contexto histórico, o Governo brasileiro em 1909 criou a Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS). Após a sua criação, a área de caatinga hoje conhecida como semiárida foi delimitada oficialmente pela primeira vez em 1936, denominada Polígono das Secas (FERREIRA, 2009).

No ano de 1945, a IOCS passou a denominar-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) (GALINDO, 2003) e, além das ações antes realizadas, ficou responsável pela construção de estradas, pistas de pouso, poços, barragens e açudes.

Sobre os açudes, foram cerca de 70 mil construídos na região semiárida brasileira (DNOCS, 2016). Conforme Silva (2003, p. 370), muitos tiveram problemas funcionais e outros “não foram concebidos para garantir melhoras na produção agrícola. Além disso, havia tantos outros que estavam longe de várzeas irrigáveis e os que favoreciam a distribuição de água por gravidade, para

a irrigação, atendendo a um número limitado de famílias”, ou eram – e muitos ainda são – localizados em terras particulares.

O Estado também passou a explorar os recursos naturais do Polígono das Secas, conforme a Constituição de 1946, quando reconheceu a importância do rio São Francisco e criou a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF). Tal exploração foi oficializada “pela Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948, com a função de formular o Plano Geral de Aproveitamento do Vale do São Francisco, com ações de regularização dos rios, utilização adequada de seu potencial hidrelétrico e desenvolvimento agrícola” (SILVA, 2006, p. 57).

Nos anos 1950, a dinâmica do semiárido inseriu outros atores – bancos e empresas –, sob o incentivo do Estado. Este período foi aqui denominado de Desenvolvimentista.

O ano de 1952 representou um marco para este momento, quando foi elaborado o planejamento de combate às secas e criado o primeiro banco estatal de desenvolvimento regional no país: o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), fundado com a intenção de ser um agente financeiro capaz de incentivar a implementação de empreendimentos industriais e agropecuários no Nordeste, incluindo o espaço semiárido.

Em 1958, o Governo Federal criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), no intuito de realizar um diagnóstico da realidade dessa região e propor políticas de desenvolvimento. Foi a partir desse diagnóstico que a SUDENE foi criada, em 1959, “no governo de Juscelino Kubitschek e sob a inspiração de Celso Furtado, para tentar dar uma resposta a problemas recorrentes, atribuídos às secas” (MALVEZZI, 2007, p. 68).

Também foi criada pelo Governo Federal, em 1973, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com unidades de pesquisa pelo Brasil vinculadas aos estados, municípios, universidades, empresas e fundações (SOARES; LEÃO, 2009). A partir dos estudos técnicos, a EMBRAPA sempre buscou alternativas produtivas.

Nesse percurso temporal, em 1974, foi criada a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), que substituiu a CVSF, visando fomentar a piscicultura, a fruticultura e os rebanhos (CODEVASF, 2016).

Em 1980, segundo Soares e Leão (2009, p. 18), a EMBRAPA iniciou seus trabalhos em relação à produção vitivinícola no “Submédio do Vale do São Francisco, polo Petrolina (PE)/Juazeiro (BA)”. Esta organização difundiu técnicas para capacitar profissionais, técnicos agrícolas, agricultores locais e investidores, sobre o agronegócio (SILVA, 2006).

O que tecnicamente era denominado Polígono das Secas passou, em 1989, a ser a Região Semiárida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), de acordo “com as disposições da Lei nº 7.827, de 27.9.1989” (PAN-Brasil, 2005, p. 9).

Já no ano de 1990, foi criada a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a fim de comprar produtos agrícolas para estocagem inicial e posterior distribuição à população necessitada, em períodos de escassez de alimentos, incluindo os períodos de seca.

Mesmo com dados e índices não positivos para a situação socioeconômica do semiárido brasileiro, demarcado por exclusão social, iniciou-se nos anos 1990 um crescente posicionamento crítico e propositivo da instituição Comunidade, via sociedade civil, para com as ações emergenciais do Estado (CARVALHO, 2012), denominado aqui como um período de Enfrentamento. Inicia-se uma ruptura para com a situação de estabilidade até então em voga mantida pelo Estado.

Nesse processo de criação das ações alternativas para o semiárido, organizaram-se atores que sempre estiveram à margem desse processo de discussão política, como associações, movimentos camponeses, Organizações Não Governamentais (ONGs) e organizações de bases religiosas – católicas e protestantes.

Sobre essa base religiosa no semiárido, incorporada pela fé e a devoção, esta sempre possuiu aspectos que guiaram e trouxeram esperança às comunidades locais. Padres, missionários capuchinhos e franciscanos, pastores evangélicos, padroeiros e santos foram e ainda são figuras religiosas representativas. Entre estes, segundo Malvezzi (2007, p. 22), há “Ibiapina, Antônio Conselheiro e padre Cícero”.

Além disso, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) passaram a agir fortalecendo a comunidade no que diz respeito a como viver no semiárido. Para isso, envolveu associações, movimentos sindicais e sociais, novos partidos e as pastorais da Terra, da Saúde e da Mulher e a da Criança (BRITO, 2007; MALVEZZI, 2007).

Esse processo se fortaleceu com o passar dos anos e, conforme Baptista e Campos (2013), gerou uma discussão na busca por – além de viver – conviver com o semiárido.

Foi então que se iniciou, em 1991, com a realização do II Seminário sobre o Homem e a Seca do Nordeste, em Fortaleza (CE), o debate sobre as causas e as consequências do fenômeno da seca, no qual se definiram políticas e foram criados fóruns estaduais.

Já em 1992, quando ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro (RJ), foi lançado junto ao Governo Federal o Projeto Áridas, no intuito de melhorar a qualidade de vida no semiárido (BEEKMAN, 2008). Nesse evento, atores da sociedade civil buscaram espaço em um tipo de encontro até então restrito aos órgãos do Estado.

Em 1995, uma ação dos trabalhadores rurais organizada pelo movimento sindical rural, associações, cooperativas e ONGs, resultou no ato público, em Recife (PE), com a ocupação da

sede da SUDENE, “exigindo providências imediatas na situação de seca e ações permanentes para desenvolvimento do Semiárido” (SILVA, 2006, p. 80).

Dessas ações foi criado o Fórum Nordeste, composto por mais de trezentas organizações da sociedade civil, quando se elaborou uma proposta de criação institucionalizada que comportasse ações permanentes para conviver com o semiárido: fortalecimento da agricultura familiar; uso sustentável dos recursos naturais; democratização das políticas públicas; e a eliminação de ações emergenciais (BRITO, 2007).

A consolidação desse momento de enfrentamento ocorreu em 1999, quando houve a 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – COP-3, em Recife (PE). Lá, se promoveu um avanço “na compreensão e no tratamento das questões referentes à desertificação no País” (PAN-Brasil, 2005, p. 49). Mais uma vez, a comunidade, a partir das organizações da sociedade civil, esteve presente e, paralelamente ao evento, lançou a Declaração do Semiárido Brasileiro, que apontou medidas estruturantes para o desenvolvimento a partir da perspectiva de convivência com o semiárido.

Junto a essa declaração, ainda em 1999, foi criada a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) como uma rede constituída por relações interorganizacionais na busca por defender e praticar, através de parcerias e políticas públicas, o projeto de convivência com o semiárido e favorecer as comunidades locais (ASA, 1999).

A ASA, atualmente, é formada por mais de 3 mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações agrícolas, cooperativas, ONGs, pesquisadores, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Organizações Comunitárias de Base (OCBs), entidades ambientalistas e de desenvolvimento (ASA, 2016).

Com esse novo momento do semiárido, outras ações passaram a ocorrer. Como exemplos, a ASA, tanto com o Governo Federal, via Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, quanto com a Federação dos Bancos do Brasil (FEBRABAN), elaborou os seguintes programas de tecnologias sociais: 1 Milhão de Cisternas (P1MC), em 2000 (e nos anos que se seguiram: o 1 Terra e 2 Águas – P1+2, em 2007; Cisternas nas Escolas, em 2009; e Sementes do Semiárido, em 2015). Mais ações dessa natureza ocorreram em 2001 com o programa Sertão Cidadão, e em 2003 com o Programa Conviver (SILVA, 2003).

O Sertão Cidadão surgiu com as noções de convivência com o semiárido e a de inclusão social. Trouxe a “proposta de desenvolver ações permanentes para elevar os indicadores de educação, renda e saúde do semiárido” (SILVA, 2003, p. 377).

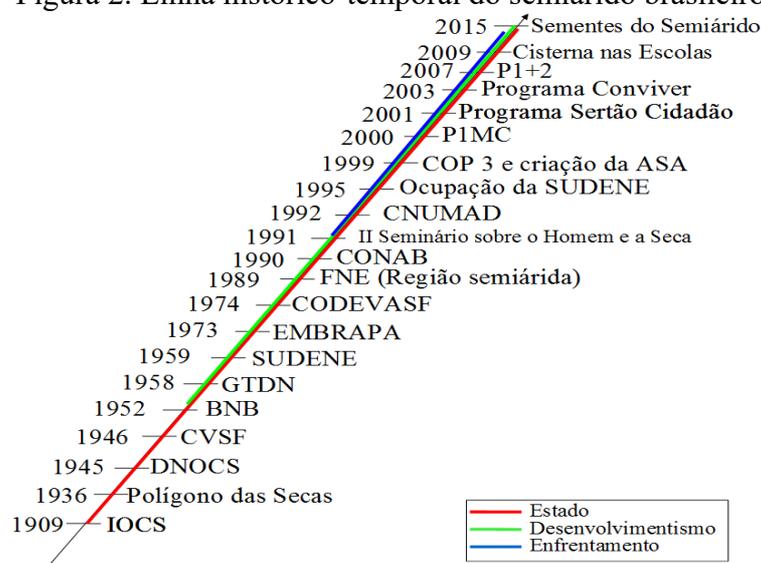
Já o Programa Conviver foi elaborado para desenvolver ações voltadas à melhoria da vida dos agricultores familiares do semiárido brasileiro, tendo como principais ações (idem):

o seguro-safra (renda mínima aos produtores); a compra de alimentos pelo governo federal, garantindo renda aos agricultores da região; o acesso ao crédito para ações de manejo e captação de recursos hídricos, investimento em culturas forrageiras e manejo da caatinga; o Cartão Alimentação para compra de alimentos; e a assistência técnica e educação para desenvolvimento de metodologias e tecnologias de convivência com o semi-árido.

Foi também nos anos 2000 que as discussões sobre o aproveitamento das águas do rio São Francisco foram retomadas por parte do Estado – desde as tentativas feitas pela CVSF em 1948. Em 2004, definiu-se como pauta a transposição desse rio; a partir de estudos de empresas contratadas pelo Estado sobre impacto ambiental, foi apresentado o Projeto de Integração do rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (ALCÂNTARA, 2006).

Ainda segundo Alcântara (2006), esse projeto envolveu o Ministério do Meio Ambiente – MMA, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e a Agência Nacional de Águas (ANA), com previsão de levar água, até 2050, a 12 milhões de pessoas no semiárido. A sociedade civil organizada passou a discutir o real beneficiamento desse projeto: se apenas para os latifundiários, ou se incluiria os pequenos agricultores.

Figura 2. Linha histórico-temporal do semiárido brasileiro



Fonte: elaboração própria

Também no ano de 2004, o Governo Federal criou a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. No ano seguinte, foi elaborada “uma Agenda de Compromissos, assumida por 16 Ministérios do Governo Federal, para atuação articulada em nove subespaços do semiárido” (SILVA, 2006, p. 83). Naquele ano, o Ministério da Integração Nacional (MI) passou a ser o órgão responsável, e não mais a SUDENE, por definir quais municípios fariam parte do semiárido.

Essa linha histórico-temporal resume uma dinâmica nacional – endógena – aqui retratada e demonstrada com a inserção dos atores ao passar dos anos, de 1909 a 2015, respectivamente nos seguintes momentos: Combate, Desenvolvimentista e Enfrentamento.

Além disso, especificamente no Nordeste, o semiárido “ocupa 86,8% do estado do Ceará, 93,4% do território do Rio Grande do Norte, 86,6% da Paraíba, 88,0% do Pernambuco, 59,9% do Piauí, 69,7% do território da Bahia, 45,6% de Alagoas e 50,9% de Sergipe” (BAPTISTA; CAMPOS, 2013, p. 55).

Em Alagoas, o semiárido ocupa 3,4% da área total do semiárido brasileiro e 38 dos seus 102 municípios.

Para realizar esta pesquisa na área semiárida em Alagoas, o processo de definição do recorte espacial se deu por escolha intencional, a partir de dois aspectos: primeiro, tecnicamente, a partir da ASA-AL (ASA-AL, 2016); e segundo, em termos simbólicos, tendo como base a obra literária *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, publicada em 1938.

A ASA, para Alagoas, definiu as seguintes microrregiões como suas áreas de atuação: Agreste (Arapiraca, Coité do Noia, Cacimbinhas, Igaci, Major Isidoro, Palmeira dos Índios, Estrela de Alagoas, Minador do Negrão, Traipu, Girau do Ponciano, Batalha, Jaramataia, Craíbas e Quebrangulo); Médio Sertão I (Lagoa da Canoa, Olho d’Água das Flores, Olivença, Santana do Ipanema, Dois Riachos, Poço das Trincheiras, Maravilha, Ouro Branco e Carneiros); Médio Sertão II ou Bacia Leiteira (Belo Monte, Jacaré dos Homens, Monteirópolis, Palestina, Pão de Açúcar, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira); e Alto Sertão (Piranhas, Olho d’Água do Casado, Delmiro Gouveia, Água Branca, Mata Grande, Inhapi, Canapi e Pariconha).

Já Graciliano Ramos caracterizou o semiárido inspirado em sua experiência pessoal. O autor nasceu em Quebrangulo, e em sua fase adulta viveu em Palmeira dos Índios, onde foi empresário e político. Para ilustrar o simbolismo retratado por Graciliano Ramos, segue um trecho do capítulo I, “Mudança”, da obra *Vidas Secas*¹.

Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. [...] A catinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas. O voo negro dos urubus fazia círculos altos em redor de bichos moribundos.

Ainda na véspera eram seis viventes, contando com o papagaio. Coitado, morrera na areia do rio, onde haviam descansado, a beira de uma poça: a fome apertara demais os retirantes e por ali não existia sinal de comida. Baleia [a cadela] jantara os pés, a cabeça, os

¹ A versão acessada foi a de 2003.

ossos do amigo, e não guardava lembrança disto.

[Fabiano] *Tinha andado a procurar raízes, à toa: o resto da farinha acabara, não se ouvia um berro de rês perdida na catinga. Sinha Vitória [sua esposa], queimando o assento no chão, as mãos cruzadas segurando os joelhos ossudos, pensava em acontecimentos antigos que não se relacionavam: festas de casamento, vaquejadas, novenas, tudo numa confusão.*

[...] *Num cotovelo do caminho [Fabiano] avistou um canto de cerca, encheu-o a esperança de achar comida, sentiu desejo de cantar [mas] calou-se para não estragar força. Estavam [sua família] no pátio de uma fazenda sem vida. O curral deserto, o chiqueiro das cabras arruinado, [...] a casa do vaqueiro fechada, tudo anunciava abandono. Certamente o gado se finara e os moradores tinham fugido. [Fabiano] Avizinhou-se da casa, bateu, tentou forçar a porta. Encontrando resistência, penetrou num cercadinho cheio de plantas mortas, [...] viu um barreiro vazio, um bosque de catingueiras murchas. Trepou-se no mourão do canto, examinou a catinga, onde avultavam as ossadas e o negrume dos urubus. Desceu, empurrou a porta da cozinha. Voltou desanimado [...] fazendo tenção de hospedar ali a família.*

[Foi então que] *Fabiano seguiu-a [uma nuvem] com a vista e espantou-se [pois] uma sombra passava por cima do monte. Tocou o braço da mulher, apontou o céu, ficaram os dois algum tempo aguentando a claridade do sol. Enxugaram as lágrimas [...]*

[Fabiano e sua família] *Iam-se amodorrando e foram despertados por Baleia, que trazia nos dentes um preá. Levantaram-se todos gritando. Aquilo era caça bem mesquinha, mas adiar a morte do grupo. E Fabiano queria viver.*

[Depois disso, Fabiano] *Olhou o céu com resolução. A nuvem tinha crescido, agora cobria o morro inteiro. Fabiano pisou com segurança, esquecendo as rachaduras que lhe estragavam os dedos e os calcanhares. A lua estava cercada de um halo cor de leite. Ia chover.*

Bem. A catinga ressuscitaria, a semente do gado voltaria ao curral, ele, Fabiano, seria o vaqueiro daquela fazenda morta. Os meninos, gordos, vermelhos, brincariam no chiqueiro das cabras, Sinha Vitória vestiria saias de ramagens vistosas. As vacas povoariam o curral. E a catinga ficaria toda verde. Uma ressurreição. As cores da saúde voltariam a cara triste de Sinha Vitória.

[E enquanto era preparado o preá como refeição] *Baleia agitava o rabo, olhando as brasas. E como não podia ocupar-se daquelas coisas, esperava com paciência a hora de mastigar os ossos. Depois iria dormir.*

A partir da descrição feita por Graciliano Ramos e da classificação feita pela ASA, o recorte espacial da pesquisa, antes de alcançar seu lócus, foi o da microrregião Agreste.

Para analisar esse espaço geográfico dinâmico, composto por instituições e ações, a lente teórica utilizada foi a das Relações Institucionais, já que, conforme Zilber (2013), cumpre reconhecer, de modo igualitário, tanto as lógicas institucionais centrais e heterogêneas (THORTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012), quanto as ações intencionais de atores na criação, manutenção ou ruptura institucional (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Ambas, vinculadas aos aspectos materiais (estruturais) e imateriais (simbólicos).

Assim sendo, esta pesquisa partiu da tese de que *o recorte semiárido alagoano da microrregião Agreste, sob o olhar das relações institucionais, caracteriza-se e é composto por ações intencionais dos atores institucionais que com works específicos faz gerar uma dinâmica baseada em lógicas heterogêneas*. Ou seja, há um institutional work em que os atores agem intencionalmente para criar, manter ou romper com as instituições, mesmo que estas sejam guias para seus comportamentos e ações.

Por conseguinte, o problema norteador deste trabalho foi: *como as ações desenvolvidas a partir de lógicas institucionais heterogêneas possibilitam a construção da convivência com o semiárido alagoano*.

Desse problema, foram elaborados os objetivos: geral e específicos.

1.1 Objetivos

O objetivo **geral** foi:

Analisar como as ações desenvolvidas a partir de lógicas institucionais heterogêneas possibilitam a construção da convivência com o semiárido alagoano

Esse objetivo geral se desdobrou nos seguintes **específicos**:

- Identificar os atores e os programas representativos da microrregião Agreste;
- Descrever as ações pelas lógicas institucionais da microrregião Agreste;
- Caracterizar a dinâmica histórica ao longo o tempo da microrregião Agreste; e
- Analisar o semiárido, o da microrregião Agreste, sob o olhar das Relações

Institucionais.

Dos objetivos, seguem as justificativas teórica e empírica.

1.2 Justificativa

Em relação à contribuição teórica, vinculada à evolução da Teoria Institucional

Sociológica de base organizacional, foi possível percorrer, em seu estado da arte, as abordagens desde a perspectiva racional, de cunho micro, com Parsons (1951); passar pela perspectiva cultural-simbólica, de cunho macro, sobre isomorfismo e campo, oriundas dos estudos de Lawrence e Suddaby (1977) e Dimaggio e Powell (1981); retomar a perspectiva micro com as ações intencionais do empreendedor institucional, segundo Dimaggio (1988); criticar esta abordagem a partir da consideração de Lawrence e Suddaby (2006) que defenderam que as ações intencionais iriam além de criar e manter as instituições a partir da ruptura institucional; até retomar a perspectiva macro, com Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012), que retomam a discussão de Friedland e Alford (1991) sobre as lógicas institucionais; e por fim, saturando as discussões atuais sobre a teoria institucional sociológica voltada às organizações, foram alcançadas indagações teóricas como as presentes no trabalho de Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012) sobre a necessidade de avançar os estudos institucionais a partir das contribuições das lógicas institucionais e o *institutional work* foi uma das sugestões teóricas.

Após esse percurso e a partir dessa indagação, o texto de Zilber (2013) consolidou esse avanço, aproximando lógicas institucionais e *institutional work*, sob a denominação “relações institucionais” como ponto atual de discussão.

Por este motivo, este trabalho é importante por ser capaz de dar continuidade a construção do conhecimento na área mediante esta atual abordagem institucional que poderá estimular outros estudos já que as organizações não atuam de modo isolado e a representatividade dos atores, a dinâmica inerente a eles e sua heterogeneidade, apresentam um novo olhar aos estudos organizacionais.

Em termos empíricos, o trabalho é importante pelo fato de que a disciplina Administração, em Alagoas, tem papel ainda incipiente nas discussões sobre o semiárido. Este estudo pode servir como ampliação para o olhar desta disciplina, o que pode gerar outras discussões e aproximar-se dos atores envolvidos com o semiárido local. Dentre as ações que poderão ser desenvolvidas há as atividades de extensão entre universidade e demais atores como Estado e Comunidade, eventos científicos, além da produção de conhecimento.

Com base nessas justificativas, o trabalho apresenta sua estrutura.

1.3 Estrutura da tese

A presente tese, além da introdução (seção 1), possui mais quatro seções: a seção 2, sobre a Fundamentação Teórica, que irá apresentar as relações institucionais; a seção 3, sobre os procedimentos metodológicos, que inclui o delineamento da pesquisa e o método da *Grounded*

Theory (GT), de Charmaz (2014); a seção 4, com a discussão dos dados, em que, a partir dos dados empíricos, são alcançados os objetivos específicos; e a seção 5, com as considerações finais, que além de retomar a problemática de pesquisa, apresenta as limitações do trabalho e faz sugestões para futuras pesquisas.

2 Referencial Teórico: Relações Institucionais

O presente referencial teórico, como sensibilização teórica, traz uma discussão atual da teoria institucional de base sociológica denominada de relações institucionais.

Esta abordagem nasceu da consideração das lógicas institucionais vinculadas às ações de criação, manutenção e ruptura, a partir do *Institutional Work*.

Para apresentar a dinâmica inerente às relações institucionais, serão expostos os seguintes subtópicos: desenvolvimento da teoria institucional de base sociológica; e caracterização das relações institucionais.

2.1 Teoria institucional de base sociológica

As transformações que enriqueceram os estudos institucionais se iniciam pela perspectiva racional, com destaque para Parsons (1951), em que o funcionamento das instituições se dava – como um meio para integrar as organizações com outras na sociedade – através de regras universais, contratos e autoridade (do tipo de ação e ordem). Neste sentido, Parsons (1951) desenvolveu um sistema teórico geral – behaviorista – para a análise da sociedade, denominado Funcionalismo Estrutural.

Na visão de Reed (2003), esse sistema se enquadra no reducionismo, pela teoria da escolha racional, em que não só são reduzidas as estruturas sociais emergentes às disposições comportamentais universais padronizadas para maximizar utilitários ou recompensas para o individual, mas também se anula o sujeito.

Conforme Friedland e Alford (1991), o reducionismo foi uma das saídas sociais naquela época, rumo ao indivíduo instrumental, racional, cujas escolhas em múltiplos intercâmbios eram consideradas as causas primárias das disposições sociais. Além disso, esses sujeitos possuíam uma racionalidade que os fazia atuar em troca com as organizações, e cada um procurava maximizar sua utilidade intercambiando recursos escassos.

A escolha racional gerou críticas, e o foco institucional passou dos aspectos normativos aos cultural-cognitivos, ou seja. As novas discussões, iniciadas nos anos 1970, foram voltadas às organizações e ao macroambiente, a partir dos trabalhos de autores como Meyer e Rowan (1977), Zucker (1977) e Dimaggio e Powell (1983)².

Para Dimaggio e Powell (1991), a perspectiva cultural-cognitiva sobre o processo de

² A versão utilizada foi a de POWELL e DIMAGGIO (1991).

definição institucional, ou estruturação, consistia em orientar as organizações à conformidade, a partir das pressões macroambientais que enfatizavam o papel da modernização na racionalização de regras tomadas como certas (*taken for granted*).

Neste sentido, a racionalidade nas considerações sobre a cultura enfatizava a coerção, as normas e o mimetismo como fontes isomórficas. As instituições eram compostas por elementos cultural-cognitivos, normativos e reguladores capazes de fornecer estabilidade (mudança lenta e gradual), conformidade e significado à vida social (SCOTT, 2008).

Essas discussões cultural-cognitivas também sofreram críticas, e o microambiente retomou a pauta da teoria institucional, agora a partir da abordagem Empreendedorismo Institucional, difundida por DiMaggio (1988).

Esta abordagem tinha o pressuposto básico de que um agente, com um interesse em estruturas institucionais específicas, seria capaz de comandar recursos a serem aplicados para influenciar regras institucionais, além de buscar comprometer tais recursos no suporte das instituições existentes ou até pelo uso dessas instituições para a criação de novas.

Para Suddaby (2010), a abordagem do empreendedor institucional, ao visualizar oportunidades para realizar seus interesses, alcançou uma importante consideração porque chamou atenção ao modo pelo qual esse tipo de ator trabalhava a fim de influenciar seus contextos institucionais. Essa influência se dava através de estratégias como a liderança técnica e a de mercado, fazendo *lobby* para regulamentar a mudança.

As críticas foram no sentido de que as ações dos indivíduos iriam além daquelas do empreendedor institucional, já que a criação de novas instituições exigiria esforços e ações por parte de uma vasta gama de atores, ou segundo Riaz, Buchanan e Bapuji (2011), por um leque de atores considerados no contexto institucional. Ou seja, tanto daqueles com recursos e habilidades para atuar como empreendedores, quanto daqueles que atuam com o apoio e a facilitação dos esforços do empreendedor (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

Lawrence, Suddaby e Leca (2009) defenderam que ir além do empreendedorismo institucional significava estabelecer uma visão mais ampla em relação às instituições, pois evitaria atores do tipo hipermuscular, capazes de moldar as instituições. Isso porque, conforme Hwang e Colyvas (2011), a principal agenda intelectual do empreendedorismo institucional era a de entender como atores interessados (diretamente) resultavam no surgimento de novos arranjos institucionais.

O foco pelo olhar microestrutural foi amadurecido e a abordagem *institutional work* tem início a partir de Lawrence e Suddaby (2006). Esta abordagem superou o empreendedorismo institucional e ampliou a agenda teórica e empírica da teoria institucional, pois além da criação de instituições haveria, segundo Jacometti (2013), o resto do ciclo de vida – irregular – das instituições

com a manutenção e a ruptura.

Conceitualmente, Lawrence e Suddaby (2006), e depois Lawrence, Suddaby e Leca (2009), definiram *institutional work* como uma categoria ampla de ação intencional que visava à criação, à manutenção e à ruptura institucional. Nessas ações o foco foi o microambiente nos relacionamentos entre organizações e os campos em que estas operavam.

Tais categorias – criação, manutenção e ruptura –, conforme Lawrence, Suddaby e Leca (2011), revelaram o fascínio do *institutional work* para com a ação que se daria a partir da dinâmica entre indivíduos e organizações (GLUCH; SITJSEMA, 2016).

Para Pérkmann e Spicer (2008), a criação, a manutenção e a ruptura de cada instituição iriam requerer vários tipos de *institutional work*, o que incluiria os políticos, técnicos e culturais, nos quais os indivíduos estariam engajados. Como resultado, o efeito da institucionalização tenderia a ser mais forte se mais tipos de *institutional work* fossem dispostos, assim como se o conjunto das habilidades dos atores variasse.

Já nos anos 2010, a agenda da teoria institucional retoma uma discussão não considerada nos anos 1990, voltada ao isomorfismo. Essa abordagem foi denominada lógicas institucionais, com foco no macroambiente, desenvolvida por Friedland e Alford (1991). A defesa dessa abordagem sempre foi a da heterogeneidade institucional.

Segundo Friedland e Alford (1991, p. 232), as lógicas institucionais representam “ambos os padrões de atividade supraorganizacional através de seres humanos que conduzem suas vidas materiais no tempo e no espaço, além de sistemas simbólicos através dos quais eles categorizam aquela atividade e inserem significado”. Lounsbury e Boxenbaum (2013) enfatizam a importância dessa abordagem por considerar os objetivos materiais e imateriais.

Friedland e Alford (1991) abordam as lógicas institucionais como um conjunto de práticas materiais e construções simbólicas, que seriam tácitas, mediante quadros com níveis de profundidade socialmente construídos e compartilhados. Essa materialidade (advinda das normas e da estrutura), para Jones, Boxenbaum e Anthony (2013), seria analisada por sua imaterialidade (construções simbólicas), pois alcançaria aspectos cognitivos e de construção de mundo em busca de *status* e legitimidade, além de refletir suas ações na e pela sociedade.

No início dos estudos sobre esta abordagem, Friedland e Alford (1991) indicaram que esse sistema interinstitucional seria composto por cinco arranjos institucionais societais, as instituições centrais (ou ordens institucionais), a saber: Mercado, Estado, Democracia, Família e Religião. Estas formariam as preferências individuais e os interesses organizacionais, assim como orientariam o repertório de comportamentos pelos quais os atores agiriam.

Tal sistema interinstitucional foi ampliado por Thornton e Ocasio (1999), que passaram a

considerar as seguintes instituições centrais: Mercado, Estado, Família, Religião, Profissões e Corporação. Já no trabalho de Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012), as ordens institucionais passaram a ser: Mercado, Estado, Comunidade, Família, Religião, Profissão e Corporação.

É importante frisar que enquanto Friedland e Alford (1991) estabeleceram uma relação entre o estrutural e o simbólico, Thorton e Ocasio (1999) integraram as relações estrutural, normativa e simbólica como três dimensões de instituições necessárias e complementares – a estrutural (coercitiva), a normativa e a simbólica (cognitiva). As instituições centrais a ser consideradas dependeriam do contexto de análise. Tais instituições centrais não deveriam ser vistas como obrigatórias para todos os estudos.

O que se entendeu foi que pelas lógicas institucionais não haveria mais um campo tendente à unicidade do Estado, ou seja, não haveria um funcionamento ótimo. A questão não seria também a dos economistas, que tenderiam a definir a formação racional das escolhas, nem a de outros cientistas sociais, que estudariam as bases irracionais que poderiam impedir as escolhas das pessoas (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). Em resumo, não haveria uma supremacia da racionalidade em relação às escolhas, do mesmo modo que não há alguma outra puramente voltada às crenças que impeça tais seleções.

O foco então se deslocou do isomorfismo e da segregação das forças institucionais e técnicas (LOUNSBURY, 2008; FRIEDLAND, 2012) aos efeitos das lógicas institucionais diferenciadas sobre os indivíduos e organizações em uma maior variedade de contextos organizacionais. Essa variedade, segundo Greenwood, Diaz, Li e Lorente (2010), possibilitaria a diversidade e a colaboração, assim como o conflito entre diversas lógicas institucionais presentes em determinado contexto, o que afastaria as pretensões universalistas.

O fato é que as abordagens institucionais desenvolvidas historicamente não desconsideraram as demais e analisam os fenômenos de modo ampliado (THORTON; OCASIO, 2008), ou seja, a teoria institucional está sempre aberta ao desenvolvimento (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Por conta disso, a teoria foi enriquecida mais uma vez nos anos 2010, só que não mais para o foco exclusivo no macro ou no microambiente, senão para uma perspectiva que relacionasse os dois e alcançasse o nível atual.

A discussão da teoria institucional nessa nova perspectiva começou com a menção feita por Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012) sobre a possibilidade de relacionar as lógicas institucionais ao *institutional work*. Contudo, foi com Zilber (2013) que essa relação teve impulso e sustentação, passando a orientar as reflexões na área. É com base nesse enriquecimento teórico atual que este trabalho se desenvolveu.

2.2 Caracterização das Relações Institucionais

Conforme Hwang e Colyvas (2011), a abordagem *institutional work* seria um possível ponto de encontro em torno do qual estudiosos levariam em conta atores que agiam na criação, manutenção e ruptura institucional. Já Lamontagne (2015, p. 51) considera que a abordagem “lógicas institucionais compartilhava os pressupostos de todas as teorias institucionais”. Assim sendo, havia duas consolidadas abordagens institucionais voltadas, respectivamente, ao micro e ao macroambiente.

Contudo, as potencialidades isoladas dessas duas abordagens, quando relacionadas, geraram um caminho para analisar, em um mesmo fenômeno, o macroambiente – o das lógicas institucionais – e o microambiente – do *institutional work* – de modo igualitário. E para iniciar tal composição, as peculiaridades das lógicas institucionais, segundo Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012), se dão em relação à explicação de suas instituições centrais.

A instituição Mercado trata do quanto os produtores de bens procuram converter todas as ações na compra e venda, com base em um preço monetário.

Em relação à instituição central Estado, sua lógica é a de racionalizar/regular a atividade humana por meio de hierarquias legais e burocráticas (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). Para Thorton e Ocasio (2008), o Estado tem tido papel relevante nas sociedades modernas e um deles é implementar, conforme Bátora (2009), a ordem política.

Sobre a Comunidade, Reay e Hinnings (2009) explicam que serve de referência para crenças e ações predominantes em um determinado contexto. Além disso, Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012) esclarecem que a lógica dessa instituição atua a partir do desejo de pertença, baseado na confiança mútua, reciprocidade e satisfação em fazer parte do grupo.

Para a instituição central Família, conforme Friedland e Alford (1991), a base está na motivação da atividade humana por meio da lealdade incondicional aos seus membros e suas necessidades reprodutivas. Esta instituição central tenta converter todas as relações sociais em obrigações recíprocas orientadas à reprodução da sua linhagem.

Já a lógica da instituição Religião baseia-se na verdade transcendental e tenta converter todos os problemas em expressões de princípios morais absolutos aceitos voluntariamente na fé e fundamentados numa cosmogonia particular (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). Para Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012), os membros de uma congregação possuem relação com o sobrenatural, com base no simbolismo religioso que é acrescentado aos eventos naturais.

Sobre a instituição Profissão, a competência profissional é relacionada ao *status* que este possui em seu meio de atuação (THORTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012).

E no que diz respeito à Corporação, esta é representada pela capacidade dos administradores e acionistas em avançar junto aos próprios interesses gerenciais (THORTON; OCASIO, 1999). Segundo Thorton, Jones e Kury (2005), a base de legitimação dessa lógica advém das políticas de treinamento e competição entre os atores constituintes, assim como da possibilidade de oferecer avanço na carreira para os indivíduos que se destacarem.

Quadro 1. Tipos ideais relacionados às instituições centrais e suas categorias representativas

Categorias	Ordens Institucionais (<i>Instituições Centrais</i>)						
	<i>Mercado</i>	<i>Estado</i>	<i>Comunidade</i>	<i>Família</i>	<i>Religião</i>	<i>Profissão</i>	<i>Corporação</i>
Metáfora-raiz	Transação	Estado como mecanismo de redistribuição	Fronteiras comuns	A família como empresa	Banco como templo	Profissão como rede relacional	Corporação como hierarquia
Fonte de legitimidade	Preço dos produtos, serviços, ações	Participação democrática	Unidade de vontade; crença na confiança mútua e na reciprocidade	Lealdade incondicional	Importância da fé e do sagrado na economia e sociedade	Competência pessoal	Posição da empresa no mercado
Fonte de autoridade	Ativismo dos acionistas	Dominação burocrática	Engajamento nos valores e ideologia comunitários	Dominação patriarcal	Carisma do sacerdócio	Associação profissional	Conselho de Administração, altos gestores
Fonte de identidade	Anonimato dos acionistas	Classes sociais e econômicas	Conexão emocional; satisfação do ego e reputação	Reputação da família	Associação com divindades	Associação com a qualidade do produto e reputação pessoal	Papéis burocráticos
Fundamento das normas	Auto-interesse	Cidadania da nação	Membros do grupo	Membros da família	Membros da congregação	Pertencer a uma associação	Emprego na empresa
Fundamento da atenção	Status no mercado	Status dos grupos de interesses	Investimento pessoal no grupo	Status dentro da família	Relação com o sobrenatural	Status na profissão	Status na hierarquia
Fundamento da estratégia	Eficiência e lucro	Acrescentar o bem comum	Aprimorar status e honra dos membros e das práticas	Aumentar a honra da família	Acrescentar simbolismo religioso aos eventos naturais	Melhorar sua reputação pessoal	Acrescentar o tamanho e a diversificação da empresa
Mecanismos informais de controle	Analistas mercantis	Política de bastidores	Visibilidade das ações	Política da família	Devoção dos eleitos	Profissionais celebridades	Cultura organizacional
Sistema econômico	Capitalismo de mercado	Capitalismo de bem-estar	Capitalismo cooperativo	Capitalismo da família	Capitalismo ocidental	Capitalismo pessoal	Capitalismo gerencial

Fonte: Thorton, Ocasio, Lounsbury (2012)

Essas sete instituições centrais não significam obrigatoriedade, em termos de pré-condição para a realização de um estudo sobre lógicas institucionais, já que cada contexto pode possuir menos, mais ou outras instituições centrais que não as consideradas por Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012).

No intuito de apresentar, a partir de Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012), as peculiaridades das lógicas institucionais, são apresentadas nove categorias que as caracterizam (metáfora-raiz,

fonte de legitimidade, fonte de autoridade, fonte de identidade, fundamento das normas, fundamento da atenção, fundamento da estratégia, mecanismos informais de controle e sistema econômico). Estas, segundo Lamontagne (2015), apontam os meios para a produção de símbolos e ações, pelo eixo “x” e o conteúdo de heterogeneidade cultural, de cada campo, pelo eixo “y”, com representação dos símbolos e ações dos atores.

Essas categorias explicativas, segundo Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012, p. 55), possibilitam a “compreensão interdisciplinar e integrada para a interpretação de significados culturais dentro de seus componentes puros”, ou dos tipos ideais.

Com essa forma de análise é possível, segundo esses autores, realizar um tipo de medição sobre as mais diversas influências culturais, muitas contraditórias, no que diz respeito ao comportamento de distintos campos institucionais em diferentes níveis.

Essas lógicas, junto às instituições centrais, moldam visões de mundo, fornecem estruturas relevantes e quadros para construir questões, problemas, vocabulários, soluções e *scripts* para ações (MEYER; HAMMERSCHMID, 2006).

Já no tocante às peculiaridades do *institutional work*, que traz as ações para enriquecer a abordagem sobre relações institucionais, segundo Jarzabkowski, Metthiesen e Van de Ven (2009), a categoria criação examina como novas instituições surgem e se estabelecem. Isso ocorre devido à ação intencional de atores nas dinâmicas institucionais associadas às mais diversas formas e tipos de trabalho.

Quadro 2. Formas finais de *institutional work* que visam a criação de instituições

<i>1ª forma - Regulativa</i>	<i>2ª forma - Normativa</i>	<i>3ª forma - Cognitiva</i>
Defesa - Mobilização política e suporte regulatório através de técnicas deliberadas de persuasão social. Organizações e associações de interesses fazem reivindicações	Construção de identidades - Fundamental na criação de instituições, pois descrevem a relação ator-campo em que tal agente opera e isso pode ser associado ao desenvolvimento de profissões.	Mimetismo - Baseado em padrões existentes de ação. A justaposição de antigos e novos modelos podem fazer a nova estrutura compreensível e aponta à problemas de práticas passadas
Definição - Construção de sistemas de regras que conferem status, legitimidade ou identidade, definem limites dos membros ou criam status de hierarquia dentro do campo	Mudança de normas - Refazer as conexões entre os conjuntos de práticas e levar as novas instituições às existentes sem desafiar-las, mas que sejam suportadas simultaneamente por atores questionadores	Teorização - Desenvolver e especificar categorias abstratas e elaborar cadeias de causa e efeito.
Aquisição - Criação de estruturas de regras que conferem direitos de propriedades. Ocorre quando autoridades governamentais são usadas para realocar esses direitos.	Construção de redes - Ligações inter organizacionais por meio do qual práticas tomam-se normativamente sancionadas e que formam o grupo de pares relevantes.	Educação - Criar instituições envolvidas na educação de atores em habilidades e conhecimentos necessários para suportar uma nova instituição

Fonte: elaborado a partir de Lawrence e Suddaby (2006) e Jacometti (2013)

A partir de Lawrence e Suddaby (2006), a chave da criação é a capacidade de estabelecer regras e construir recompensas e sanções impostas. Na criação, tais recompensas e sanções não representam estabilidade, mas, conforme Dansou e Langley (2012), revelam uma mobilização hábil

de estratégias capazes de fomentar novas ações e a criação de instituições.

No que diz respeito às ações para a manutenção, a estabilidade e/ou a ausência de mudança devem ser descartadas (LAWRENCE; SUDDABY, 2006). Isso porque, para manter as instituições, os atores devem lidar com a entrada de novos membros na organização/ no campo e com a evolução deste em direções inesperadas. Pela manutenção é possível, conforme Symon, Buehring, Johnson e Cassel (2008), que estruturas/ações alternativas apareçam como menos viáveis ou desejáveis.

Segundo Lawrence e Suddaby (2006), para a manutenção os atores precisam desenvolver técnicas especializadas, através das quais os novos membros se mostrem envolvidos e socializados. Com essa compreensão, os atuantes serão capazes de influenciar os processos de persistência no contexto de turbulência. Por esse motivo, Jarzabkowski, Metthiesen e Van de Ven (2009) consideram possível examinar as formas como as instituições são ativamente produzidas e reproduzidas através das ações cotidianas desses atores.

Quadro 3. Formas de manutenção do *institutional work*

Formas	Definições
Permissão	A criação de regras que facilitem a instituições de apoio, como a criação de agentes que autorizem ou desviem recursos
Policimento	Assegurar o cumprimento com a aplicação, auditoria e monitoramento
Dissuasão	Estabelecer barreiras coercitivas para mudança institucional
Valorização	Fornecer exemplos positivos e negativos que ilustra as bases normativas de uma instituição
Mitologização	Preservar as bases normativas de uma instituição através da criação e manutenção de mitos históricos
Incorporação e rotinização	Ativamente infundindo as bases normativas de uma instituição em dia dos participantes para dia rotinas e práticas organizacionais

Fonte: Lawrence e Suddaby (2006)

Quando há intencionalidade “para se manter instituições ou conjuntos de instituições, existem também interesses na alteração desta determinada instituição” (BRUNING; AMORIM; GODRI, 2015, p. 152). Para Lawrence e Suddaby (2006), o *institutional work* que visa ruptura deve atacar ou minar mecanismos que levam os membros a cumprir as metas.

Quadro 4. Ruptura institucional

Formas	Definições
Desconexão de sanções	Trabalhando através de aparelho de Estado para desconectar recompensas e sanções a partir de um conjunto de práticas, tecnologias ou regras
Dissociação de fundamentos morais	Dissociar a prática, norma ou tecnologia desde a sua fundação moral conforme apropriado dentro de um contexto cultural com fundamentos específicos
Problematização	Diminuir os riscos percebidos de inovação e diferenciação minando pressupostos e crenças

Fonte: a partir de Lawrence e Suddaby (2006)

Conforme Symon, Buehring, Johnson e Cassel (2008), ações voltadas ao enfraquecimento de critérios de sucesso na fase de manutenção passam a ser reforçadas, devido ao surgimento de outros

interesses por parte dos atores, o que leva à construção de contrainstituições ou ao surgimento de lógicas institucionais alternativas.

De acordo com Jarzabkowski, Metthiesen e Van de Ven (2009), é ainda possível compreender a ruptura institucional quando as instituições existentes não mais atendem aos interesses dos atores que são capazes de mobilizar apoio suficiente para atacá-los.

Independentemente da categoria – criação, manutenção ou ruptura – relacionada ao *institutional work*, as ações, conforme Perkmann e Spicer (2008), envolvem vários atores e, por conseguinte, vários tipos de *works*.

É possível agora ter uma base para compreender que nas relações institucionais, conforme Gawer e Phillips (2013), os tipos de *institutional work* – como influências internas – são capazes de alterar a direção de determinadas lógicas institucionais – as forças externas – que caracterizam certos campos.

Além disso, essa relação micro-macro, conforme Deroy e Clegg (2014), é central para compreender as alterações não planejadas nos estudos institucionais, devido às dinâmicas atuais. Eles consideram que, por não serem planejadas, as alterações são contingentes em relação aos eventos/momentos.

Tais eventos/momentos decorrentes são ocorrências singulares de um processo inesperado – ou imprevisto – e os conectam aos níveis das relações institucionais para mostrar como é possível gerar significado organizacionalmente (DEROY; CLEGG, 2014). Porém, nem todos os eventos são inseridos nesse processo. O reconhecimento, os atributos e o potencial destes dependem de seleções feitas a partir do significado dado aos eventos passados e àqueles concebidos como vir a ser (DEROY; CLEGG, 2014).

Essa postura que a abordagem das relações institucionais traz supera as discussões de Barley e Tolbert (1997), a crer em Bévort e Suddaby (2015); estes consideram que aqueles tinham como foco os *scripts* capazes de representar um processo contínuo, mas, ao mesmo tempo, caracterizados por comportamentos do tipo repetitivo nas interações.

Sobre os *scripts*, Barley e Tolbert (1997) defendiam que para o institucionalismo avançar, deveriam ser considerados aqueles momentos de institucionalização em um processo com quatro estágios: a) codificação, b) promulgação, c) replicação ou revisão; e d) externalização.

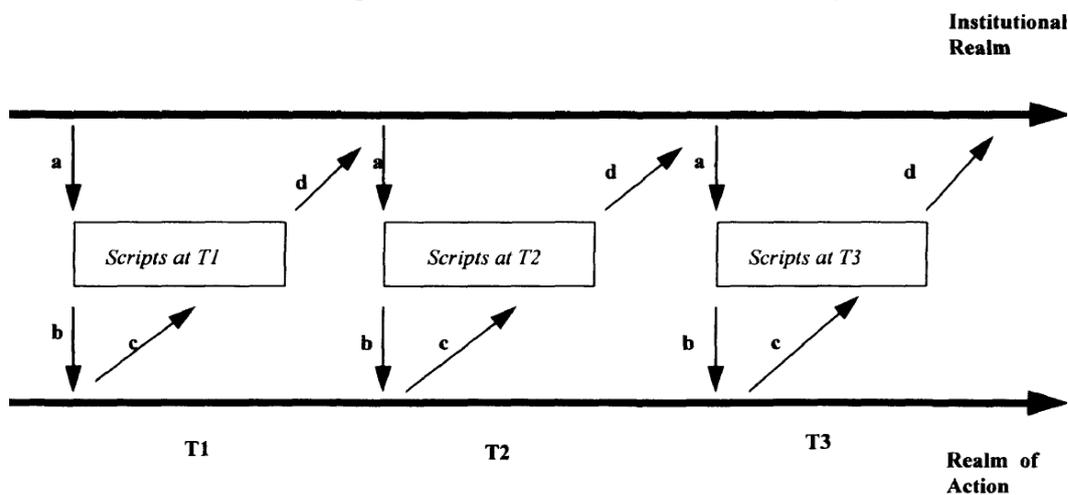
Esse modelo forneceu um quadro para analisar o modo como os atores poderiam, subjetivamente, reagir a lógicas contraditórias. Bévort e Suddaby (2015) explicam que, baseado em *scripts*, ao gerar um padrão de interação, não se consegue alcançar uma dinâmica nos fenômenos institucionais, que é justamente o foco das relações institucionais.

De todo modo, Bévort e Suddaby (2015) não excluem a noção desses *scripts*, já que são

importantes, mas explicam que não devem ser considerados como veículos para a conformidade opressiva das lógicas institucionais.

Assim sendo, ao reconhecer o propósito das relações institucionais, a dinâmica passa a ser vista como um processo em que ações e interações partem do *institutional work* rumo às lógicas institucionais (DOLBEC; FISCHER, 2015). Ou seja, a alteração de uma lógica institucional depende do *institutional work* realizado por atores em um determinado contexto, já que as instituições dependem da ação humana (GAWER; PHILLIPS, 2013).

Figura 3. Momentos de institucionalização



Fonte: Barley e Tolbert (1997)

Para o estudo das relações institucionais, o campo em questão não é mais aquele que pressiona e leva ao isomorfismo (LEE; LOUNSBURY, 2015), mas é um campo de lógicas (LOUNSBURY; POLLACK, 2001), heterogêneo e múltiplo (LEE; LOUNSBURY, 2015), que leva à concorrência e faz com que, em certos momentos, algumas lógicas institucionais sejam priorizadas.

Um campo de lógicas, conforme Lounsbury e Boxenbaum (2013), recebe a influência das dinâmicas dos atores que se engajam em lógicas institucionais específicas em curso de suas ações organizacionais e que podem ser consideradas historicamente.

Outro aspecto a ser considerado nas relações institucionais é a equidade entre os objetivos materiais e imateriais; aqueles podem ser relacionados às leis, objetos e artefatos, ao passo que estes são relacionados aos símbolos e ao significado dado aos objetivos materiais.

Conforme Jones, Boxembaum e Anthony (2013), nessa relação os objetivos materiais impactam não só nas estruturas, bem como nos símbolos e ideias relacionados à cultura. Por conta disso, os objetivos materiais não apenas ancoram as estruturas estabelecidas e institucionalizam

novas, mas também são veículos que permitem a ideias e símbolos deslocar-se através do tempo e espaço, em busca da criação, manutenção ou ruptura das instituições – como defende o *institutional work* – em contextos específicos.

Na busca por consolidar as relações institucionais, está presente na literatura institucional a discussão sobre o quanto atores institucionais, associados a uma lógica institucional específica, empregam o *institutional work* para intencionalmente alterar ou defender os arranjos institucionais já existentes (CHANG; HUANG, 2016).

Assim sendo, o *institutional work* e as lógicas institucionais compõem as relações institucionais a partir da equidade entre o macro e o microambiente, entre os objetivos materiais e imateriais. Essa forma atual de análise institucional pode ainda ser visualizada em um percurso histórico-temporal que tende a ser sempre contingencial e histórico. Conforme Deroy e Clegg (2014), sua visualização dá atenção ao início do movimento dinâmico e à sua codificação organizacional.

O *insight* em relação ao princípio da contingência histórica traz, conforme Thornton e Ocasio (1999), o significado do que é construído sobre os aspectos organizacionais. Suas fontes de alimentação e suas consequências são contingentes em lógicas institucionais de ordem superior. Thornton e Ocasio (2008) asseveram que esse princípio afasta a tendência a-histórica de muitos estudos organizacionais.

Junto a esses argumentos, a defesa de Clark e Rowlinson (2004) é importante, pois indica que os estudos institucionais não buscam desenvolver concepções generalistas e universalistas acerca do comportamento do indivíduo e da organização, mas buscam abordá-los a partir de contextos específicos, em determinado tempo e espaço histórico.

É importante compreender que – historicamente – as organizações são compostas por vários indivíduos e que a existência de diferentes lógicas institucionais está associada aos diversos atores individuais, cada um com seus próprios conceitos (GREENWOOD et al, 2010).

A reflexão sobre essa relação mostra que em uma dinâmica, pelas relações institucionais, as organizações se envolvem no *institutional work* a fim de negociar as tensões decorrentes de lógicas institucionais conflitantes (JÄRVINEN, 2016). Nesses casos, quando há esse tipo de lógicas institucionais, pode haver também atores capazes de agir com o *institutional work* para integrar tais lógicas (LIU; ZHANG; JING, 2016).

Muitas lógicas também podem evocar resistência, o que tenderá a paralisar ou a anular iniciativas. Nesse caso, a depender do campo de lógicas em questão, isso pode prejudicar muitas das ações institucionais. Ainda assim, tal movimento relacional serve de condição para que atores possam agir em ruptura, a partir do *institutional work*, e criar uma nova postura institucional

(SHARP; ZAIDMAN, 2015).

Após a apresentação das relações institucionais e dos conceitos sensibilizadores, seguem os procedimentos metodológicos.

3. Procedimentos Metodológicos

Para cada contexto empírico estudado, decisões metodológicas envolvem concepções que refletem no tipo de coleta dos dados, devido ao auxílio dos procedimentos de investigação, assim como em sua análise (CRESWELL, 2010).

Nesta seção, o plano de investigação, de cunho qualitativo, teve a seguinte sequência: delineamento, método e procedimentos de coleta e análise dos dados.

3.1 Delineamento da pesquisa

Toda pesquisa científica utiliza um delineamento composto por elementos capazes de produzir conhecimento inspirado em uma postura subjetivista, construída a partir dos atores sociais inseridos num contexto específico, heterogêneo e complexo (ORLIKOWSKI, 2009).

Tal consideração reconhece as ações a partir de seus atores, em tempo real, no tempo em que aquelas vão acontecendo (SCHATZKI, 2005, 2006 e 2014). Isso exclui as possíveis certezas que buscam manipular *inputs* na busca de *outputs* garantidos.

Ao reconhecer essas ações cotidianas e contextuais como importantes, o trabalho de cunho qualitativo, conforme Godoi e Balsini (2010), não cria a expectativa de buscar regularidades no contexto empírico, mas mantém-se aberto a irregularidades em sua linha histórico-temporal, com eventos relacionados à contingencialidade. A compreensão desses aspectos, conforme Gomes (et al., 2013), foi mais importante que a mera prescrição. Essa dinâmica foi reconhecida a partir das perspectivas dos participantes e de suas diversidades (FLICK, 2009).

Tendo o subjetivismo como base orientadora, a defesa de Burrell e Morgan (1979) se fez importante por considerar o fenômeno social e seus significados como continuamente realizados pelos atores sociais. Faz-se sempre necessário considerar o contexto específico em estudo como um reino de singularidade e variabilidade infinita (WOODWARD; JONES III; MARSTON, 2010). Ademais, este foi um espaço composto por reconstituições diárias (TURETA; ARAÚJO, 2013), no qual as organizações eram “entidades contínuas, precárias, parciais, sempre inacabadas” (SANTOS, 2014, p. 9), mas que, ao mesmo tempo, se repetiam e se reordenavam.

Por ser uma pesquisa qualitativa, em solo subjetivista, teve a intenção de captar os significados inerentes ao objeto de estudo em foco, a fim de compreender em profundidade a dinâmica inerente ao semiárido, a partir dos significados que os atores envolvidos lhes atribuíram

de acordo com as suas experiências.

Deste modo, o estudo subjetivista teve como ponto central a percepção de como os indivíduos construíam a realidade em interação a partir dos seus mundos sociais, vinculados às instituições. Creswell (2010) indica que essa construção baseou-se num conjunto de crenças básicas que guiaram as ações dos participantes. A realidade construída por eles esclarece a complexidade e a variedade dos múltiplos significados negociados social e historicamente.

A sintonia com o contexto foi considerada, bem como a postura mais aberta possível às novidades do mundo dos participantes, em interação com eles em seus contextos específicos, justamente para que os ambientes históricos e culturais fossem bem extraídos e entendidos no tocante ao significado dado pelos participantes (CRESWELL, 2010).

Buscou-se assim corroborar Stern (2003), ao levar em consideração o quão os atores envolvidos no lócus de pesquisa significaram suas ações no dia a dia, com suas crenças explícitas e significadas situadas contextualmente, a fim de compreender como seus significados foram e continuam a ser compartilhados.

3.2 Método

Conforme Flick (2009, p. 95), a pesquisa qualitativa “abrange um entendimento específico entre o tema e o método”, e por esse motivo o processo de pesquisa deve ser organizado numa sequência de etapas.

Creswell (2010) orienta que, numa pesquisa qualitativa, as características importantes e inerentes ao método escolhido devem ser baseadas:

- No ambiente natural em que estão os participantes;
- No fato de o pesquisador ser um instrumento fundamental, uma vez que os dados são coletados pessoalmente a partir de entrevistas com os participantes;
- Nas múltiplas fontes de dados, já que além das entrevistas, os documentos e memorandos também são utilizados;
- Na análise indutiva dos dados organizados de modo abstrato;
- Nos significados que os participantes dão ao seu mundo;
- Em um projeto emergente, pois todas as suas fases podem mudar ou se deslocar durante a fase de coleta dos dados; e
- Na interpretação já que, mesmo a partir do mundo dos participantes, o pesquisador insere

significado em códigos e categorias.

O método usado foi a *Grounded Theory* – GT, desenvolvido e difundido por Glaser e Strauss (1967). Para organizar um método de pesquisa, os autores apresentaram, à época, uma alternativa às construções de modelos advindos de teorias-base escolhidas antes mesmo de adentrarem no campo de pesquisa.

Tal forma vinculada àquela construção, segundo Flick (2009), leva sempre o pesquisador a corroborar ou refutar o que já traz tal modelo teórico segundo a operacionalização de categorias previamente elaboradas e posteriormente testadas.

Num caminho inverso, a GT desenvolvida por Glaser e Strauss (1967) foi se legitimando e passou a ser seguida por Strauss e Corbin (1997), e atualmente por Charmaz (2009; 2014).

Esses autores priorizam os dados e o contexto específico em relação às suposições teóricas prévias. Como defende Flick (2009, p. 96): “as teorias não devem ser aplicadas ao sujeito que está sendo estudado, mas sim descobertas e formuladas no trabalho com o campo e com os dados empíricos ali encontrados”.

Para Charmaz (2009, p. 24), a GT “serve como um modo de aprendizagem sobre os mundos que estudamos”. A complexidade não é reduzida a um número de variáveis previamente estabelecidas, mas, ao contrário, é amadurecida no contexto específico. Flick (2009) defende essa postura no intuito de não perder o sentido da descoberta durante toda a pesquisa. Charmaz (2009, p. 25) “admite, de modo explícito, que qualquer versão teórica oferece um retrato interpretativo do mundo estudado, e não um quadro fiel dele”.

A GT por Glaser e Strauss (1967) tinha as seguintes características: coleta e análise simultânea dos dados; construção de códigos e categorias a partir dos dados; utilização de um método comparativo constante durante toda análise; processo de desenvolvimento da teoria a partir dos dados coletados e analisados (já que os autores contestavam a separação das fases de coleta e análise dos dados); redação dos memorandos para elaborar categorias, especificar suas propriedades e identificar lacunas; e a realização da revisão bibliográfica após o desenvolvimento de uma análise independente, ou seja, adia-se a revisão bibliográfica para que o mundo percebido não fosse apenas o vinculado às ideias preexistentes. Essas características devem ser passíveis de ajustes e apresentar poder explicativo.

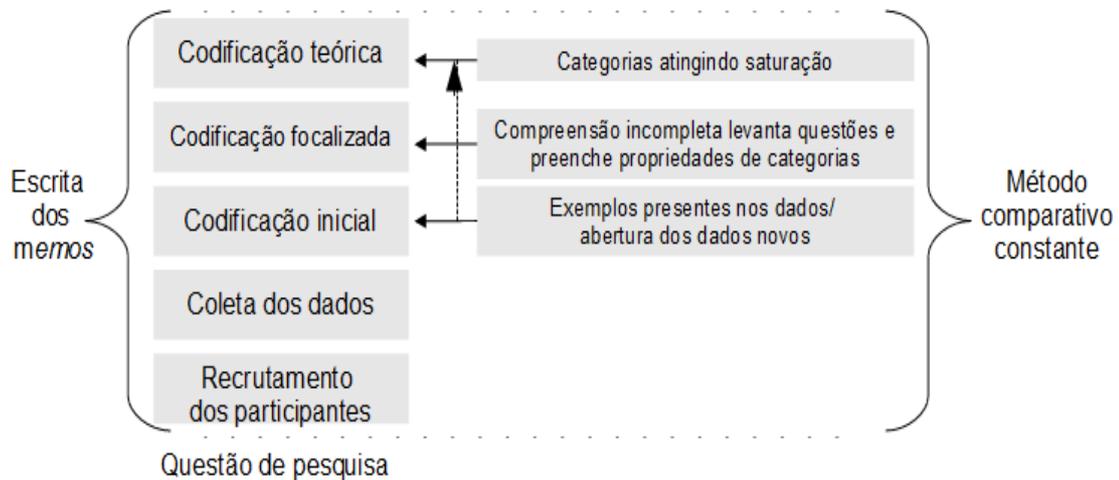
Juntos, Glaser e Strauss, segundo Charmaz (2009), compartilharam o interesse em estudar processos sociais substantivos fundamentais para explicar que as propriedades das categorias teóricas seriam consequências das causas e condições sobre como o processo surgia e variava, delineando suas consequências específicas.

A proposta de Charmaz (2009) foi a de apresentar diretrizes para a GT no século XXI, capazes de descrever o processo de pesquisa. Contudo, “não como pacotes ou prescrições prontas” (p. 24), senão por meio de diretrizes flexíveis, e não de regras, receitas e exigências metodológicas.

As etapas trazidas pela GT fizeram com que os dados coletados tivessem uma nova perspectiva, sem nunca perder a originalidade (CHARMAZ, 2009). Sob tal perspectiva, Charmaz (2009, p. 24) explica o que é um processo para a GT:

Um processo constituído por sequências temporais reveladas que podem apresentar limites identificáveis com inícios e finais claros e marcas de referência entre eles. As sequências temporais estão associadas a um determinado processo e o levam à modificação. Mesmo o processo mais arregimentado pode conter surpresas, porque o presente resulta do passado, mas nunca é exatamente a mesma coisa. Assim, a experiência e o resultado de um processo específico apresentam algum grau de indeterminação, por menor que seja.

Figura 4. Representação visual do processo da GT como método



Fonte: Charmaz (2014)

Charmaz (2009) esclarece que a lógica do método da GT é linear, mas na prática o processo de pesquisa – que se inicia com a coleta de dados e é concluído com a redação das análises – não se mostra tão linear, já que o pesquisador para e escreve sempre que alguma nova ideia surge, o que o leva de volta ao campo e o faz obter sempre uma perspectiva mais aprofundada.

No Brasil, as publicações em relação à GT de Charmaz (2009; 2014) têm associado a autora à denominação *Grounded Theory* Construtivista, como nos trabalhos de Pinto e Santos (2012),

Torres et al (2014), Uhlmann e Erdmann (2014) e Leite (2015).

Já em Administração, os autores brasileiros têm discutido o uso da GT em trabalhos de cunho qualitativos, em sua maioria (TROCOLLI, 2014), atrelados à concepção original de Glaser e Strauss (1967), e até mesmo à de Goulding (2002).

3.3 A Coleta dos dados

Para alcançar representatividade a partir do método escolhido, a saber, a GT Construtivista de Charmaz (2009; 2014), os dados foram coletados em seus contextos situacionais e sociais relevantes, já que forneceram diretrizes sobre como os participantes compreendiam suas circunstâncias e a forma como atuavam nelas (CHARMAZ, 2014).

Segundo Charmaz (2009, p. 29), para se iniciar a coleta dos dados na GT é preciso questionar: “O que você quer estudar? Qual problema de pesquisa poderia adotar? Quais são as ferramentas que poderão auxiliá-lo a prosseguir? Como você utiliza os métodos para reunir dados relevantes? Os dados relevantes conseguem alcançar aquilo que está sob a superfície da vida social e subjetiva?”.

Charmaz (2009) chama a atenção para uma busca de dados relevantes, “detalhados, focados e completos. Eles revelam as opiniões, os sentimentos, as intenções e as ações dos participantes, bem como os contextos e estruturas de suas vidas” (p. 30). Desses dados obtidos é que se alcança a emergência de categorias.

Para Charmaz (2009, p. 33), “tudo o que você descobre no(s) ambiente(s) de pesquisa ou sobre o seu tema de pesquisa pode servir como dados. Porém, os dados variam na qualidade, na relevância dos seus interesses emergentes e na utilidade para a interpretação”.

Ainda, é preciso, para uma boa coleta dos dados na GT, conforme Charmaz (2009, p. 39):

- Observar as ações e os processos, bem como as palavras;
- Delinear o contexto, as cenas e as circunstâncias com cautela;
- Registrar quem fez o que, quando ocorreu, por que aconteceu e como ocorreu;
- Identificar as condições nas quais determinadas ações, intenções e processos emergem ou são abrandados;
- Procurar caminhos para interpretar esses dados; e
- Concentrar-se nas palavras e expressões específicas a que os participantes parecem atribuir um significado especial.

A coleta de dados para este trabalho, no intuito de combinar mais de uma técnica (DENZIN; LINCOLN, 2011), envolveu as entrevistas, os documentos e os memorandos. A GT Construtivista de Charmaz (2009), respectivamente, denomina essas técnicas do seguinte modo: Entrevista intensiva, Análise textual e Memorandos por escrita livre.

Quadro 5. Coleta de dados para a GT

Ferramentas	Descrição
Entrevista intensiva	Permite um exame detalhado de determinado tópico ou experiência, esclarecido a partir de cada participante, que reflete e descreve suas ações.
Análise textual	Análise de textos existentes (documentos), ou seja, quando o pesquisador não influenciou na produção dos mesmos, como registros públicos, documentos organizacionais, relatórios e meios de comunicação
Memorandos por escrita livre	Ação que se dá desde o início da pesquisa para captar o pensamento do pesquisador, apreender as comparações e conexões e cristalizar as direções e aspectos a serem alcançados.

Fonte: Charmaz (2009, 2014)

Sobre a coleta de dados, antes da realização das entrevistas intensivas, no intuito de iniciar a compreensão em relação às dinâmicas inerentes aos atores representativos, foi possível obter informações com informantes-chave, ou seja, sujeitos que proporcionaram a obtenção de informações históricas e prévias sobre o fenômeno a ser estudado (MARTINS; BÓGUS, 2004). Os mesmos foram importantes para indicar inicialmente um grupo de atores institucionais relevantes segundo os mesmos, na microrregião Agreste.

Os informantes-chave foram: a) três professores da Universidade Federal de Alagoas – UFAL (um do curso de Economia/*Campus* Maceió, um do curso de Serviço Social/*Campus* Arapiraca/Polo Palmeira dos Índios e um do curso de Administração Pública/*Campus* Arapiraca); e b) o gerente de uma associação de Igaci, a Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA), além dos participantes – atores públicos e comunitários – de um evento que ocorrera nesta associação. Todos estes informantes-chave foram acessados, sem uso de roteiro de perguntas e sim apenas baseando-se em conversas informais, a partir do grau de aproximação que os mesmos possuíam em relação a temática semiárido alagoano.

Os informantes-chave, segundo Gaya (2009), manifestam uma maior capacidade de compreensão sobre as situações que podem ocorrer no contexto específico onde é realizada a pesquisa de campo, ou seja, possuem as seguintes características: capacidade comunicativa, experiências e vivências, além do reconhecimento pelos membros da comunidade.

Os informantes-chave foram importantes para acessar aos participantes, auxiliando a ultrapassar barreiras, caso surgissem (GAYA, 2009). Ainda auxiliaram no recorte espacial dentro da

microrregião Agreste para a definição do lócus de pesquisa. As informações passadas pelos informantes-chave foram analisadas durante os meses de novembro de 2015 a janeiro de 2016.

As organizações destacadas, conforme os informantes-chave, estavam vinculadas à microrregião Agreste, tanto a partir dos governos federal e de Alagoas, além de associações e cooperativas locais.

Sobre essas organizações, segundo os informantes-chave, os temas em destaque foram: ações de emergências contra a seca; tecnologias sociais atualmente adotadas para captação de água (cisternas: de placa, calçadão e de enxurrada); convivência com o semiárido; e a defesa das sementes crioulas (nativas e sem uso de agrotóxicos).

E no que diz respeito a abrangência de atuação dessas organizações, também segundo os informantes-chave, o que auxiliou na definição do lócus de pesquisa, os municípios destacados como de atuação das mesmas foram: Cacimbinhas, Estrela de Alagoas, Igaci, Minador do Negrão, Palmeira dos Índios e Quebrangulo.

Quadro 6. Caracterização dos municípios da microrregião Agreste

Município	Ano de instalação	Nº de habitantes	Região climática	Bioma
Cacimbinhas	1958	10200	Semiárida	Caatinga
Estrela de Alagoas	1992	18200	Semiárida	Caatinga
Igaci	1957	25200	Semiárida	Caatinga
Minador do Negrão	1962	5300	Semiárida	Caatinga
Palmeira dos Índios	1889	73700	Semiárida	Caatinga
Quebrangulo	1872	11500	Semiárida/ Zona da Mata	Caatinga e Mata Atlântica

Fonte: IBGE (2017)

Segundo IBGE (2017), entre as atividades desenvolvidas nesses municípios destaca-se a agropecuária, com a bacia leiteira, gado de corte, além de plantações de milho, feijão, mandioca e frutas para consumo local e vendas em Alagoas. Em relação à Indústria e Serviços, cerca de 70% acha-se vinculado a Serviços, a maioria como atividades exclusivas da Administração e Serviços Públicos.

Quanto aos índices de desenvolvimento, esses municípios possuem baixo coeficiente. Para exemplificar, com base no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), calculado pela média de longevidade, educação e renda *per capita*, que varia numa escala de 0 a 1 (até 0,499, muito baixo; 0,500 a 0,599, baixo; 0,600 a 0,699, médio; 0,700 a 0,799, alto; 0,800 a 1, muito alto), tem, entre os 5.656 municípios

brasileiros, São Caetano do Sul (SP) como o primeiro do *ranking*, com nota 0,862 (IDHM Renda de 0,891, IDHM Longevidade de 0,887 e IDHM Educação de 0,811).

Quadro 7. IDHM microrregião Agreste-AL

Município	Classificação Nacional	Classificação estadual	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação	Status
Cacimbinhas	5390°	80°	0,531.	0,559.	0,697.	0,384.	Baixo
Estrela de Alagoas	5366°	74°	0,534.	0,515.	0,720.	0,410.	Baixo
Igaci	4965°	49°	0,564.	0,547.	0,774.	0,424.	Baixo
Minador do Negrão	4984°	51°	0,563.	0,541.	0,767.	0,430.	Baixo
Palmeira dos Índios	333°	6°	0,638.	0,625.	0,794.	0,523.	Médio
Quebrangulo	5066°	55°	0,599.	0,536.	0,755.	0,421.	Baixo

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2017)

Em Alagoas, esses municípios da microrregião Agreste que compuseram o lócus de pesquisa têm *status* que varia de médio a baixo (ATLAS BRASIL, 2013).

Após essas informações, serão apresentadas as ferramentas para a coleta de dados.

3.3.1 As entrevistas intensivas

As entrevistas abertas têm sido a forma de coleta de dados predominante nos estudos qualitativos devido ao fato de tal técnica estar associada à expectativa de que os pontos de vista dos sujeitos podem ser ali expressos, muito mais do que por entrevistas padronizadas ou questionários (FLICK, 2009). Por serem amplamente utilizadas (GASKELL, 2010), devem ser realizadas face a face. Charmaz (2009, 2014) as denominou de entrevistas intensivas.

A entrevista intensiva é uma ferramenta que, segundo Charmaz (2009, p. 46), “permite um exame detalhado de determinado tópico ou experiência” e “promove o esclarecimento da interpretação de cada participante sobre a sua própria experiência”.

No processo da entrevista intensiva, ainda segundo Charmaz (2009; 2014), as perguntas devem levar o participante à descrição e à reflexão sobre suas experiências. O papel do entrevistador é “escutar, ouvir com sensibilidade e estimular a pessoa a responder” (CHARMAZ, 2009, p. 46). Uma pergunta ampla e aberta pode ser elaborada, e a partir da resposta do participante, o entrevistador pode seguir suas intuições nessa condução.

Após essa pergunta inicial, Charmaz (2014) explica que, em caráter emergente, outras ideias e tópicos surgirão durante a entrevista, e essas orientações, de modo intuitivo, devem ser seguidas.

A pergunta inicial utilizada em cada entrevista foi, basicamente: *De modo livre e sem se preocupar com o tempo, seria possível relatar como se deu, historicamente, a inserção dessa organização, incluindo a sua participação, nessa microrregião?*

Durante a entrevista, com base nos tópicos citados pelos participantes, mas não explicados, era solicitado que fosse explicado, se possível, um pouco mais.

Antes de iniciar cada entrevista intensiva, fez-se importante não “levar” concepções sobre o que ocorria ou não no campo, já que o mundo deveria ser retratado a partir de cada participante.

No campo empírico de pesquisa, foram realizadas, entre 12 de setembro de 2016 e 21 de dezembro de 2016, 19 entrevistas intensivas, gravadas, com duração média de uma hora cada. Nesse período foi possível permanecer instalado no município de Palmeira dos Índios, central geograficamente em relação aos demais, três dias por semana.

Para as entrevistas, a estratégia de anonimização de Gibbs (2009) foi utilizada; a confidencialidade dos participantes foi preservada na transcrição e, em vez do nome, foi apenas utilizada uma letra maiúscula entre aspas.

A distribuição, por instituições, dos sujeitos representativos – os participantes da pesquisa – se deu a partir do âmbito de atuação de cada um: Estado (Governo Federal com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB; Governo Estadual, com o Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável – EMATER, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura – SEAGRI, a Agência de Fomento de Alagoas S/A – DESENVOLVE e o Centro Xingó de Convivência com o Semiárido; e o Governo Municipal, com as Secretarias de Agricultura dos municípios de Quebrangulo e de Palmeira dos Índios); Religião (de base católica, a CÁRITAS, e de base protestante, a Visão Mundial); Comunidade (um movimento campestre, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e as seguintes associações/cooperativas: a Associação de Agricultores Alternativos – AAGRA, o Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar – FUNDAF, a Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Alagoano – COOPERAGRE, a Cooperativa Agropecuária Regional de Palmeira dos Índios – CARPIL, além da Rede de Educação Contextualizada – RECASA); e Educação, de Ensino Superior (com a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, via Incubadora Tecnológica de Economia Solidária – ITES e o Curso de Agroecologia).

O alcance desses atores se deu tanto a partir dos informantes-chave quanto por acessibilidade, via contato telefônico ou visita *in loco* à organização.

Essa distribuição a partir de instituições centrais foi oriunda da sensibilização teórica que abordou, tanto segundo Friedland e Alford (1991) quanto de acordo com Thorton, Ocasio e

Lounsbury (2012), as lógicas institucionais.

Quadro 8. Perfil dos entrevistados

Instituição	Âmbito	Atores organizacionais	Início da atuação ³	Função
Estado	Governo Federal	CONAB	2003	Gerente de projetos
		BNB	2008	Agente de crédito
	Governo Estadual	SEAGRI	2013	Superintendente de Irrigação
		EMATER	2014	Agente de campo
		DESENVOLVE	2009	Gerente
		Centro Xingó ⁴	2013	Gerente
	Governo Municipal	Sec. de Agric. Palmeira dos Índios	-	Secretário de Agricultura
Sec. de Agric. Quebrangulo		-	Secretário de Agricultura	
Religião	De base Protestante	Visão Mundial	1989	Gerente
	De base Católica	CÁRITAS	2003	Ex-presidente
Comunidade	Campeño	MPA	2001	Representante em Alagoas
	Associação/ Cooperativa	AAGRA	1989	Gerente
		RECASA	2007	Diretora
		COOPERAGRE	2004	Presidente
		CARPIL	1987	Gerente
		CDECMA	1987 ⁵	Gerente
		FUNDAF	2007	Diretora
Educação	Ensino Superior	UFAL (2 participantes)	2015	Pesquisadores

Fonte: elaboração própria

No caso de Friedland e Alford (1991), os precursores das lógicas institucionais, as referidas instituições, segundo os autores, eram: Mercado, Estado, Religião, Democracia e Família. Já Thorton e Ocasio (1999) passaram a considerar as seguintes instituições como centrais: Mercado, Estado, Religião, Família, Profissão e Corporação. No estado atual dessa abordagem, Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012) apresentam as seguintes: Mercado, Estado, Religião, Família, Profissão, Corporação e Comunidade.

A teoria institucional está sempre aberta ao seu desenvolvimento (LAWRENCE; SUDDABY, 2006); sua perspectiva histórica, para estudar os fenômenos, considera uma dinâmica específica, contextual. O lócus da pesquisa revelou as seguintes instituições centrais: Estado (órgãos dos governos Federal, Estadual e Municipal), Religião (Cáritas e Visão Mundial), Comunidade (Associações e Cooperativas) e Educação (com a UFAL). Sobre a consideração desta instituição como Educação e não Estado, já que a mesma é de âmbito federal, o motivo específico foi fato de

³ Início das ações na microrregião Agreste, voltadas aos municípios inseridos no recorte semiárido

⁴ Também mantido pelo IABS

⁵ Mas atua na microrregião Agreste a partir de 2003 devido vínculo com a ASA

que sua relação esteve baseada no auxílio exclusivo à Comunidade tanto ao ministrar disciplinas nos cursos técnicos já criados pelas cooperativas, quanto para ensinar e desenvolver mecanismos de cunho agroecológico. Todas as demais ações dos atores aqui vinculados ao Estado, tiveram uma perspectiva de controle das ações da Comunidade a partir dos editais públicos, o que não se viu quando a relação foi com a UFAL.

Quadro 9: Concepções sobre as Instituições centrais

Fonte	Instituições Centrais								
	Mercado	Estado	Religião	Democracia	Família	-	-	-	-
Friedland e Alford (1991)	Mercado	Estado	Religião	Democracia	Família	-	-	-	-
Thorton e Ocasio (1999)	Mercado	Estado	Religião	-	Família	Profissão	Corporação	-	-
Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012)	Mercado	Estado	Religião	-	Família	Profissão	Corporação	Comunidade	-
Microrregião Agreste ⁶	-	Estado	Religião	-	-	-	-	Comunidade	Educação

Fonte: Elaboração própria

Esses participantes, a partir de suas inserções na microrregião Agreste, além de reforçar a abrangência de atuação nos seis municípios (Cacimbinhas, Estrela de Alagoas, Igaci, Minador do Negro, Palmeira dos Índios e Quebrangulo), foram importantes, pois relataram suas experiências e visões de mundo.

Durante a fase de entrevistas intensivas, não se buscou uma quantidade específica de participantes; tão só que estes alcançassem o que Merriam (1998) define como critério de tipicidade, a partir da sua relevância em termos institucionais no contexto em questão e que, segundo Flick (2009), fossem acessíveis.

Além dos dados primários através das entrevistas agendadas e realizadas posteriormente, foi possível ainda obter dados peculiares ao locus de estudo. Estes foram assim denominados: Conversas informais (com oito arquivos, constituídos de conversas com outros integrantes das organizações acessadas, antes ou após a realização das entrevistas com os participantes, que foram gravadas consensualmente; e com três arquivos, oriundos das falas de integrantes representativos, que alegaram falta de tempo para participar da entrevista naquele momento, que também aceitaram gravar a conversa. Nesses 11 arquivos, a duração média de cada um variou de cinco a dez minutos e todos aceitaram ser gravados); e por fim os Trechos de fala, alcançados devido a participação em eventos sobre o semiárido alagoano durante a fase de coleta e análise dos dados. Para os trechos de

⁶ Com base no locus de pesquisa

fala, foram constituídos 32 documentos no total, representados por falas de palestrantes e participantes, distribuídos em três eventos: 2º Grito dos Excluídos, 15º Encontro Estadual da ASA – ENEASA e 3º Seminário Internacional para Convivência com o Semiárido).

O 2º Grito dos Excluídos ocorreu em Palmeira dos Índios e foi organizado pela CÁRITAS, em setembro de 2016; seu público era majoritariamente Comunidade e Religião. O 15º ENEASA, ocorrido em outubro de 2016, também em Palmeira dos Índios, teve como público movimentos camponeses, associações/cooperativas e Educação. Estes dois primeiros foram gratuitos.

Quadro 10. Composição das conversas informais

Instituição	Âmbito	Organização	Integrante
Estado	Federal	CONAB	Gerente
		CODEVASF	Gestor estratégico
		Câmara dos Deputados	Deputado Federal
	Estadual	SEAGRI	Superintendente de Desenvolvimento – SDA
		DESENVOLVE	Gerente
Religião	Protestante	Visão Mundial	Gerente
	Católica	CÁRITAS	Presidente
Comunidade	Associação/ Cooperativa	CDECMA	Gerente

Fonte: elaboração própria

Já o 3º Seminário Internacional para Convivência com o Semiárido, ocorrido no Centro Xingó, em Piranhas (AL), teve como público, majoritariamente, integrantes de órgãos do Estado, tanto a nível federal quanto estadual, assim como da Educação de nível superior, com pesquisadores nacionais (de Brasília, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe) e internacionais (da Argentina, Espanha, México e Portugal).

Os dados primários foram os oriundos das entrevistas intensivas, mas tiveram o suporte das conversas informais e dos trechos de fala.

Em seguida serão apresentados os dados secundários já existentes, com base nos documentos (análise textual conforme denominação da GT de Charmaz) e memorandos.

3.3.2 A análise textual

Godoy (1995) considera os documentos como uma fonte de dados importante e rica, devido à sua diversidade, já que servem de reforço para as outras fontes. Porém, segundo Flick (2009), não deve ser feita uma coleta de documentos aleatória, mas sim uma com autenticidade (o documento é genuíno e de origem inquestionável?), credibilidade (o documento não contém distorções?), representatividade (o documento é típico de seu tipo?) e significação (o documento é claro e compreensível?).

Entre os mais diversos tipos de documentos analisados numa pesquisa qualitativa, Charmaz (2009; 2014) utiliza a análise textual, que tanto pode ser de dados extraídos (envolve o participante na produção de dados escritos em resposta a uma solicitação do pesquisador) quanto de existentes (quando o pesquisador não influenciou em suas produções, como os registros públicos, relatórios governamentais ou organizacionais, documentos organizacionais e meios de comunicação). O tipo de texto utilizado neste trabalho foi o de dados existentes.

Charmaz (2009) explica que os dados existentes devem responder às seguintes questões: quais são os parâmetros da informação?; Essa informação se apoia em que fatos e a quem esses fatos se referem?; O que a informação significa aos vários participantes ou atores da cena?; O que a informação omite?; Quem tem acesso aos fatos, registros ou às fontes de informação?; Quem é o público-alvo da informação?; Quem se beneficia da elaboração e/ou interpretação dessa informação de forma específica?; A informação exerce influência sobre as ações? Como?

Com base na caracterização dos documentos identificados pela análise textual, durante a fase de coleta de dados, os documentos – todos disponibilizados pelos participantes da pesquisa – compuseram os dados secundários, sobre os seguintes assuntos: divulgação de eventos sobre convivência com o semiárido, publicações científicas, camisas com divulgação de eventos; CDs com faixas musicais sobre cirandas do semiárido; informativos sobre convivência com o semiárido; jornais com informações sobre ações realizadas no semiárido brasileiro; resolução normativa que regulamenta a oferta da Educação do Campo no sistema alagoano de educação; programação dos eventos organizados por associações, cooperativas e instituições de ensino, com a temática do semiárido; *folders* sobre: as belezas naturais do semiárido; sistemas simplificados de água para produção; e construção de cidadania no semiárido alagoano; composição de uma lista de contatos (*e-mail* e telefone) de pesquisadores das universidades estaduais, federais e institutos federais de Alagoas que estudam a temática do semiárido; acesso a projetos para captação de recursos que visam implementar tecnologias sociais; cordéis sobre o semiárido alagoano; e orações voltadas para

o semiárido.

Quadro 11. Resumo da análise textual coletada

Instituição/ Âmbito	Organização	Tipo de documento	Aspectos da análise textual:	<i>1. Autenticidade e Credibilidade; 2.Representatividade, Refere-se a que/quem? Quem tem acesso? Influencia a quem? Público-alvo; A quem beneficia?; e 3.Significação, Parâmetro da informação.</i>
Estado/ Estadual	Centro Xingó e SEAGRI	Anais dos Seminários Internacionais de Convivência com o Semiárido		1. Produzido pelo Centro Xingó para divulgar sua estrutura física e funcional; 2. Representam os trabalhos científicos e cursos de extensão realizados pelo Centro Xingó – entre 2014 e 2016 - no semiárido e disponibilizado para pesquisadores e agricultores; 3. Informações científicas sobre políticas públicas e aspectos técnicos
	DESENVOLVE	Relatórios sobre ações e fomentos de crédito		1. Produzido pela própria organização com dados das ações realizadas pela mesma; 2. Representa o apoio ao desenvolvimento local, disponível a agricultores, cooperativas, estudantes e empresários; e 3. Histórias de sucesso, parcerias e prestação de contas.
Religião/ Protestante e Católica	Visão Mundial	Relatórios e documentos oficiais		1. Documentos oficiais, como seu projeto político-pedagógico, referentes à proposta de trabalho da Visão Mundial para as comunidades carentes; 2. Referente as ações já realizadas pela organização nas comunidades locais do semiárido alagoano; e 3. Dados históricos das ações por municípios a partir das parcerias com órgãos públicos, privados e da sociedade civil sobre a temática do Desenvolvimento Transformador.
	CÁRITAS	Cordéis		1. Cordeis e orações compostos pelos integrantes da CÁRITAS para divulgação entre as comunidades locais; 2. Representam a perspectiva religiosa e seus valores religiosos e de solidariedade; e 3. História de vida de padres e demais missionários voltados a convivência com o semiárido
Comunidade/ Associações e Cooperativas	RECASA	Folheto resumo sobre os formandos no curso técnico de agroecologia		1. Produzido pela RECASA e AAGRA, em parceria com a ASA relatando o histórico das 5 turmas formadas pelo curso técnico de agroecologia da RECASA; 2. Servir de informação aos demais jovens sobre a importância do curso técnico de agroecologia; e 3. Participação da união entre atores da comunidade para manutenção do curso em parceria com a UFAL
	RECASA	Folheto do tipo Cordel sobre os 10 anos de RECASA		1. Cordel composto pelos integrantes da RECASA para divulgar as ações realizadas sobre tecnológicos sociais e suas parcerias; 2. Agricultores e profissionais das escolas locais sobre educação contextualizada e o programa Cisterna nas Escolas; e 3. Histórico da constituição da RECASA, a partir da AAGRA, suas experiências em educação contextualizada e as práticas educativas, até o alcance da aprovação da Resolução Normativa Nº 040/140/2014 que determina o ensino da educação contextualizada às escolas do campo
	ASA	Folders		1. Agricultores sobre construção de cidadania no semiárido; 2. Representatividade das tecnológicos sociais estimuladas pela ASA; e 3. Histórico das ações sobre a história da ASA, camisas divulgando o evento, todos entregues no 15º ENEASA, suas articulações, o acesso a água e produtividade no campo via tecnológicos sociais como o P1MC e P1+2, além de cirandas compostas por agricultores com canções contra os agrotóxicos, sobre o bioma caatinga, e personagens da cultura popular.
	CDECMA	Folhetos		1. Produção feita pela organização para divulgar suas ações em parceria com a ASA; 2. Difundir a convivência com o semiárido para os agricultores, sindicatos e cooperativas locais; e 3. Dados sobre o gerenciamento dos recursos hídricos, via tecnológicos sociais, no semiárido, além do alerta sobre ações de combate à desertificação.
	AAGRA	Folders		1. Informativo sobre ações da AAGRA vinculadas à agroecologia; 2. Divulgar as participações e ações da AAGRA sobre educação contextualizada, em eventos organizados pela ASA, assim como difundir orações, como um “Pai Nosso” específico à população do semiárido; 3. Informações com base nas ações desenvolvidas pela AAGRA em 2016
Educação/ Ensino Superior	ITES/UFAL	Manual sobre economia solidária		1. Material com Cds, DVDs e texto impresso, desenvolvido pelo Governo Federal a partir da Secretaria Nacional e Economia Solidária; 2. Difundir e ensinar aos agricultores de Igaci o benefício da economia solidária para a comunidade; e 3. Ensino sobre significado de economia solidária no intuito de difundir a campanha nacional sobre o tema

Fonte: elaboração própria

Todos esses documentos complementaram, segundo Charmaz (2009; 2014), as informações das entrevistas intensivas.

3.3.3 Os memorandos (*memos*)

Durante as fases analíticas formais – codificação inicial, focalizada e teórica – houve uma fase analítica intermediária, informal, que se fez presente desde o início da pesquisa, entre a coleta de dados e a análise dos dados, denominada memorandos, ou *memos* (CHARMAZ, 2009; 2014).

Os *memos* captam o pensamento do pesquisador, apreendem as comparações e conexões e cristalizam as direções e aspectos a serem alcançados (CHARMAZ, 2014). Durante a pesquisa, foi um processo estimulante de reflexão e de surgimento de *insights* para todo o processo de escrita (CHARMAZ, 2009).

Os *memos* escritos, considerados anotações analíticas para explicar e preencher as categorias elencadas desde os códigos iniciais, foram armazenados para uma recuperação posterior (CHARMAZ, 2014), no *software* MaxQda, versão 12.

Para reutilizá-los, os *memos* foram datados, nomeados e/ou enumerados – a fim de perceber o quanto as análises sobre o estudo evoluíam e o quanto auxiliaram a manter as noções encontradas no locus de pesquisa.

Isso foi feito a partir das orientações de Charmaz (2009; 2014):

- Intitule seu *memo*;
- Seja espontâneo e não mecânico;
- Use linguagem informal;
- Não há um método específico para a confecção dos mesmos;
- Podem ser inicialmente curtos;
- Devem servir para anotar tudo e armazená-los;
- Escreva sempre que algo novo – ideia, *insight*, reflexão – surgir;
- Faça o possível com o material de que dispõe;
- Procure apresentar evidências empíricas;
- Identifique lacunas; e
- Questione um código ou categoria.

Durante a escrita de um *memo*, o pesquisador deve focar naquela categoria em questão e escrever tudo o que lhe ocorrer (CHARMAZ, 2009). A cada situação, assim que algo novo surgir, o pesquisador poderá parar e escrever sobre o *memo*.

Esta postura auxilia na elaboração dos processos, suposições e ações ocultas (implícitas) pelos seus códigos ou categorias, além de identificar quais códigos deveriam ser tratados ou elevados durante a análise que se desdobrou dos dados abertos na fase de codificação inicial.

Entre outras estratégias adotadas para utilizar os *memos*, Charmaz (2009) indica os exercícios de Agrupamento e da Escrita livre. O primeiro é uma técnica de pré-redação, em que o pesquisador busca produzir um quadro ou esquema visual sobre determinado tópico. Essas imagens serão amadurecidas a partir de um olhar visual subsequente, que já passou por uma reflexão em relação ao esquema visual anterior.

Já a escrita livre, utilizada neste trabalho, é uma técnica que faz com que o pesquisador: anote suas ideias da forma mais rápida e completa possível; escreva para e por si mesmo; escreva de forma livre; não se preocupe com gramática, organização e lógica; e escreva como se estivesse falando. O importante na escrita livre é praticar e aceitar qualquer coisa que venha à mente (CHARMAZ, 2009). Dessa escrita livre, um texto – posterior – mais elaborado pode ser obtido.

Para sistematizar os *memos*, estes foram agrupados em dois arquivos, denominados: Complementos das entrevistas (já que das 19 entrevistas, após o gravador ser desligado, em 12 os participantes relataram informações complementares, e por isso, logo em seguida, eram descritas para recuperar ao máximo tais dados); e Percepções (que alcançou 79 arquivos, fruto das reflexões e imagens construídas durante toda a pesquisa, amadurecendo os significados obtidos nas fases de codificação inicial, focalizada e teórica).

Esse processo também foi auxiliado pelo *software* qualitativo, o MAXQDA, em sua versão 12, o que permitiu a inserção e o agrupamento dos *memos*.

3.4 Análise dos dados

A análise sugere, segundo Gibbs (2009), algum tipo de transformação, que se inicia com a coleta, antes de apresentar os dados de modo original.

No processo de coleta, ao realizar cada entrevista, adquirir documentos e escrever *memos*, Charmaz (2014) sugere que os seguintes pontos sejam esclarecidos: Estou reunindo dados contextuais suficientes sobre as pessoas, processos e os ambientes que possibilitem a pronta recuperação destes?; Consigo obter descrições detalhadas das opiniões e ações de uma variedade de participantes?; Os dados têm revelado aquilo que existe sob a superfície?; Os dados têm sido suficientes para revelar mudanças ao longo do tempo?; Consigo obter opiniões múltiplas sobre a variedade das ações dos participantes?; Consigo reunir dados que me permitam desenvolver categorias analíticas?; Quais tipos de comparações consigo estabelecer entre os dados?; e Como essas comparações geram e comunicam as minhas ideias?

A codificação, segundo Gibbs (2009, p. 60), envolve a identificação do registro de uma ou

mais passagens de itens dos dados. Além disso, muitas partes dos textos podem ser agrupadas em um código comum para combinar passagens ou ideias em relação ao fenômeno estudado.

Para Charmaz (2009, p. 69), “codificar significa categorizar segmentos de dados com uma denominação concisa que, simultaneamente, resume e representa cada parte dos dados. Os seus códigos revelam a forma como você seleciona, separa e classifica os dados para iniciar uma interpretação analítica sobre eles”. Assim, a codificação foi a primeira etapa para passar dos dados abertos aos códigos analíticos (CHARMAZ, 2014).

Conforme a autora, os códigos podem sugerir determinados pontos de vista dos atores sobre os contextos, as relações e as identidades. Por conta da emergência dos dados, tais códigos podem ser considerados os ossos da análise e irão formar o esqueleto do trabalho de pesquisa. Portanto, “a codificação representa mais do que um começo; ela define a estrutura analítica a partir da qual você constrói a análise. A codificação na GT incentiva o estudo da ação e dos processos” (CHARMAZ, 2009, p. 70).

De um modo geral, segundo Gibbs (2009), codificar pelo método da GT representa gerar, indutivamente, ideias teóricas novas a partir dos dados, em vez de testar teorias de antemão sob a influência de categorias preestabelecidas.

A codificação qualitativa levou o pesquisador a áreas imprevistas, ou seja, que não foram conduzidas e induzidas por variáveis pré-estabelecidas; essa codificação teve como base a linguagem, que confere forma e significado à realidade observada pelos participantes. Contudo, por mais que se utilize a linguagem do participante, ainda assim os códigos que emergiram refletem a perspectiva do pesquisador, porquanto ocorrem num processo interativo participante-pesquisador.

Os dados abertos revelaram como os dados foram selecionados, separados e classificados antes de se iniciar sua análise focalizada e teórica (CHARMAZ, 2009). A autora explica que para cada segmento de dado codificado, este deve responder à seguinte pergunta: quais as categorias que esses enunciados poderiam indicar?

Para codificar, conforme Charmaz (2009), é importante:

- Começar a ter uma familiaridade com o fenômeno estudado;
- Identificar os códigos como ações;
- Tratar dos assuntos dos participantes e não os pessoais;
- Codificar a partir do contexto; e
- Criar códigos para analisar e não para resumir.

Pelo fato de o método da GT ser um processo emergente (CRESWELL, 2010; CHARMAZ, 2014), todos os dados coletados passaram a ser abertos na fase inicial e a constituição dos códigos

focalizados e teóricos se deu *a posteriori*. Estes códigos constituem o significado antes já dado por Glaser e Strauss (1967) como: codificação aberta, axial e seletiva.

3.4.1 Codificação inicial

Conforme Charmaz (2009, p. 74), as perguntas feitas em relação aos dados durante a codificação inicial podem ser: “Esses dados representam o estudo de quê? O que os dados sugerem ou afirmam? Do ponto de vista de quem?”.

De todo modo, sem buscar forçar os dados, já que as categorias surgiriam com base no relato dos participantes, “a codificação inicial deve se fixar rigorosamente nos dados” (p. 74), que neste trabalho representaram a identificação dos atores e dos programas representativos na microrregião Agreste. Isso, segundo Charmaz (2014), se dá a partir do *open mind* que o pesquisador deve possuir nessa fase de abertura dos dados.

Tudo o que surgiu foi de modo espontâneo e serviu para a elaboração da fase de codificação focalizada, que melhor se adaptou aos dados disponíveis (CHARMAZ, 2009).

Para o presente trabalho, a codificação utilizada foi linha a linha, ou seja, foi feita a denominação para cada uma das linhas dos dados escritos selecionados que passaram a ter representatividade por conta da repetição de seu sentido durante a análise, ou seja, das transcrições das entrevistas, das conversas informais e dos memorandos.

Independentemente do tipo de codificação inicial utilizado, a comparação constante desses dados auxiliou na distinção dos dados analisados (CHARMAZ, 2014) e assim foi possível identificar os atores e os programas representativos (primeiro objetivo específico) e também descrever as ações pelas lógicas institucionais (segundo objetivo específico).

3.4.2 Codificação focalizada

Após a fase de abertura de todos os dados com a codificação inicial, a etapa seguinte foi a da codificação focalizada, um tipo de síntese capaz de explicar determinados segmentos de dados anteriormente classificados. Um montante de dados da codificação inicial passou a compor outro grupo de dados de modo mais aprofundado.

Como o pesquisador influencia de fato os dados gerados a partir da visão de mundo dos participantes, “a codificação focalizada constata as suas preconcepções sobre o tópico” (CHARMAZ, 2009, p. 87). Ainda assim, é possível “conservar os significados dos participantes

relativos às suas opiniões e atitudes na própria codificação” (p. 84).

Para alcançar a codificação focalizada, dados emergiram da codificação inicial e foram classificados, de modo histórico-temporal: 1980-1989, com destaque para o início das ações da Bovinocultura do Leite; 1990-1999, em que se reforçou o Microcrédito Rural; 2000-2009, que destacou o Desenvolvimento Comunitário; e 2010-2016, com ênfase na Capacitação Técnica.

Dessa análise, foi feita uma classificação, com base no que foi possível condensar e interpretar como representativo em relação a todas as transcrições feitas e analisadas, em três categorias focalizadas: Produtividade, Crédito e Associativismo/Cooperativismo, o que auxiliou na consecução do terceiro objetivo específico: caracterizar a dinâmica histórica ao longo do tempo.

3.4.3 Codificação teórica

Para Tarozzi (2011), a codificação teórica é um processo analítico de conceituação de dados que ocorre em um nível mais abstrato, quando as categorias focalizadas são amadurecidas, pontuadas e ligadas a um sentido mais aprofundado.

Segundo Charmaz (2009, p. 94), “os códigos teóricos especificam as relações possíveis entre as categorias que você desenvolveu na sua codificação focalizada”. Códigos integrativos dão um contorno aos códigos focalizados anteriormente elaborados e remetem a uma orientação teórica (CHARMAZ, 2014).

Para alcançar esses códigos, as indagações de Charmaz (2009, p. 101) foram as seguintes: “Esses conceitos ajudam você a compreender o que os dados indicam? Nesse caso, de que maneira eles ajudam? Você consegue explicar o que ocorre em uma linha ou em um segmento dos dados com a utilização desses conceitos? Você consegue interpretar adequadamente este segmento dos dados sem esses conceitos? O que eles acrescentam?”.

Pela amostragem teórica, ao refinar os códigos focalizados, foi encontrada uma retrospectiva de experiências mais significativas (CHARMAZ, 2009). Isso auxiliou, de modo abduutivo, segundo Tarozzi (2011), uma ida e volta, um avanço e recuo entre a coleta-análise simultânea dos dados, numa comparação constante para alcançar o amadurecimento.

Nesse processo de amadurecimento da codificação focalizada a partir de suas categorias (Produtividade, Crédito e Associativismo/ Cooperativismo), a dinâmica institucional significou o lócus microrregião Agreste como um espaço de relações, com base nas aproximações e divergências. Tais categorias teóricas tornaram possível o alcance do quarto objetivo específico: analisar o semiárido sob o olhar das relações institucionais.

Para compor esta etapa, Blumer (1969) sugere cautela ao relacionar dados empíricos e teoria, já que deve ser um momento enriquecedor pelo fato de identificar sujeitos e coisas, de acordo com o que surgiu no processo de análise (TAROZZI, 2011).

Quadro 12: Resumo da metodologia utilizada no trabalho

Etapas		Tipo		Caracterização
Delineamento da pesquisa		Ontologia e epistemologia		Subjetivista
Método		Qualitativo		<i>Grounded Theory: Construtivista de Charmaz</i>
Suporte do software qualitativo Maxqda, versão 12, para inserir e agrupar os dados da pesquisa	Coleta dos dados	Primários		Auxílio de informantes-chave
				Entrevistas intensivas e Conversas informais
	Análise dos dados	Secundários		Documentos: Análise textual
				Memorandos: <i>Memos</i> por escrita livre
			Inicial	Abertura dos dados transcritos e a comparação constante entre os relatos das entrevistas que possibilitou identificar os atores e programas representativos e a descrição das ações pelas lógicas institucionais: respondeu aos dois primeiros objetivos específicos
			Focalizada	Categorias emergentes, oriundas da aberturados dados, que levou à caracterização da dinâmica histórica ao longo do tempo e respondeu ao 3º objetivo específico
	Teórica	Com a saturação das categorias foi possível analisar o semiárido sob o olhar das Relações Institucionais e responder ao 4º objetivo específico		

Fonte: elaboração própria

Segundo Charmaz (2012), alcançar a codificação teórica significa buscar respostas, agora fundamentadas na teoria, sobre como a investigação progrediu. Deste modo, com base no que foi apresentado sobre a metodologia da pesquisa, segue um quadro resumo desta.

Pela codificação, conforme Charmaz (2009, p. 72), “você começa a tecer dois dos principais fios do tecido da GT: os enunciados teóricos passíveis de generalização que transcendem épocas e lugares específicos e as análises contextuais das ações e dos eventos”.

No capítulo seguinte, a discussão dos dados explicita como se deu a amostragem teórica (abertura dos dados), a maturação (codificação focalizada) e a saturação junto ao retorno aos conceitos sensibilizadores (codificação teórica).

4. Discussão dos dados

Nesta etapa, os dados oriundos da análise realizada foram assim organizados: identificação dos atores e programas representativos (para o 1º objetivo específico); descrição dos atores pelas lógicas institucionais (relativo ao 2º objetivo específico); caracterização da dinâmica histórica ao longo do tempo (correspondente ao 3º objetivo específico e que fez emergir os códigos focalizados); e o semiárido sob o olhar das relações institucionais (em que os códigos focalizados amadureceram e alcançaram saturação, alcançando-se os códigos teóricos. Aqui se obteve o 4º objetivo específico).

4.1 Identificação dos atores e programas representativos

Essa identificação, relativa à abertura dos dados, na busca por responder ao primeiro objetivo específico, partiu da comparação entre os atores e programas citados pelos informantes-chave e os acessados.

Os informantes-chave foram: três professores da Universidade Federal de Alagoas – UFAL (um do curso de Economia; um do curso de Serviço Social e o último do curso de Administração Pública); e os atores – públicos e comunitários – inscritos em um evento ocorrido na Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA), em Igaci.

No que diz respeito aos professores da UFAL, estes indicaram: órgãos dos governos federal e de Alagoas, como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (SEAGRI) (professor de Economia); movimentos campestinos, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (professor de Serviço Social); e outro movimento campestino, o Movimento dos Trabalhadores do Campo (MTC) e associações como a Rede de Educação Contextualizada para o Semiárido (RECASA), a Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA), a Federação das Associações Comunitárias de Igaci (FACOMIG), o Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar – FUNDAF e a Cooperativa os Agricultores de Igaci (COOPERAGRE); além da CÁRITAS Diocesana em Palmeira dos Índios (professora do curso de Administração Pública).

Em relação aos informantes-chave que participaram do evento na AAGRA, os atores citados foram: a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA); o Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome (MDS); o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS); a

Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – (CODEVASF); o Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (EMATER); e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Além dessas informações, os informantes-chave ainda citaram programas e a abrangência de atuação destes na microrregião Agreste. Para classificar os atores citados foi necessário retomar os conceitos sensibilizadores, a partir de lógicas institucionais, e organizá-los em suas respectivas instituições centrais (FRIEDLAND; ALFORD, 1991; THORTON; OCASIO, 1999; THORTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012). Estas instituições centrais foram: Estado, Religião, Comunidade e Educação.

Quadro 13. Atores destacados pelos informantes-chave

Atores destacados			Abrangência de atuação
Instituições	Âmbito	Atores	
Estado	Federal	SUDENE	Cacimbinhas Estrela de Alagoas Igaci Minador do Negrão Palmeira dos Índios Quebrangulo
		DNOCS	
		MDS	
		CODEVASF	
		Dep. Federais	
		BNB	
	Estadual	SEAGRI	
		EMATER	
Religião	Católica	CÁRITAS	
Comunidade	Movimentos campesinos	MPA	
		MTC	
	Associações/ Cooperativas	FUNDAF	
		FACOMIG	
		AAGRA	
		RECASA	
Educação	Superior	ITES/UFAL	

Fonte: elaboração própria

Após as indicações, outros atores foram acessados, compondo o grupo de atores participantes da pesquisa: Estado: Governo Federal (Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e BNB); Governo Estadual (SEAGRI/Irrigação, EMATER, Agência de Fomento de Alagoas S/A – DESENVOLVE, Centro Xingó para Convivência com o Semiárido); Governo Municipal (Secretaria de Agricultura de Palmeira dos Índios e Secretaria de Agricultura de Quebrangulo); Religião (Visão Mundial e CÁRITAS); Comunidade (MPA, AAGRA, RECASA, FUNDAF, COOPERAGRE, Centro de Desenvolvimento Comunitário de Maravilha – CDECMA e

a Cooperativa Agropecuária Rural de Palmeira dos Índios – CARPIL); e Educação (UFAL, a partir da ITES e de um professor do curso de Agroecologia).

Quadro 14. Análise comparativa dos atores indicados e acessados

Atores destacados				Municípios cobertos	
Instituições	Âmbito	Atores		Informantes -chave	Acessados (participantes)
		Informantes-chaves	Acessados (participantes)		
Estado	Federal	SUDENE	-	Cacimbinhas Estrela de Alagoas Igaci Minador do Negrão Palmeira dos Índios Quebrangulo	
		DNOCS	-		
		MDS	-		
		CODEVASF	-		
		Deputado Federal	-		
		-	CONAB		
	Estadual	BNB	BNB		
		SEAGRI	SEAGRI/Irrigação		
		EMATER	EMATER		
		-	DESENVOLVE		
	Municipal	-	Centro Xingó		
		-	Sec. Agricultura Palmeira dos Índios		
Religião	Protestante	-	Visão Mundial		
	Católica	CÁRITAS	CÁRITAS		
Comunidade	Movimentos campesinos	MPA	MPA		
		MTC	-		
	Associações/ Cooperativas	FUNDAF	FUNDAF		
		FACOMIG	-		
		AAGRA	AAGRA		
		RECASA	RECASA		
		-	CARPIL		
		-	COOPERAGRE		
		-	CDECMA		
Educação	De nível superior	ITES/UFAL	ITES/UFAL		
		-	Agroecologia/UFAL		

Fonte: elaboração própria

Essa comparação serviu para se obter uma breve descrição de outros atores representativos na microrregião Agreste, mesmo não sendo participantes, mas que os influenciam.

Essa descrição foi organizada em um quadro composto pelos seguintes aspectos: a) ano de fundação; b) histórico resumido; e c) objetivos.

Quadro 15: Resumo descritivo dos atores representativos do semiárido na microrregião Agreste

(continua)

Instituição/ Âmbito/ Ator/ Fundação	Histórico resumido	Objetivos
Estado/ Federal/ Câmara dos Deputados/ Mandatos seguidos: 2003 - 2019	Deputado pelo PHS – Partido Humanista da Solidariedade, participou da Comissão Externa: Seca no Semiárido Nordeste em 2015, mas desde 2010 está envolvido com a obra do Canal do Sertão em Alagoas.	a) Implantar, junto a CODEVASF cisternas de polietileno pelo Programa Federal Água para Todos; b) gerenciar a obra do Canal do Sertão em Alagoas; c) gerenciar a obra do Riacho do Bálsamo em Palmeira dos Índios
Estado/ Federal/ DNOCS/ 1945	Criado como Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, em 1909, foi o primeiro órgão a estudar a problemática do semiárido. Em 1919, foi denominado Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, antes de assumir sua denominação atual, em 1945. Em 2004 passa a executar o Programa Água Doce, desenvolvido pela EMBRAPA semiárido e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. Na microrregião, o programa atende, desde 2014, Estrela de Alagoas e Cacimbinhas	a) Beneficiar áreas e obras de proteção contra as secas e inundações; b) irrigar; c) assistir às populações atingidas por calamidades públicas.
Estado/ Federal/ CODEVASF/ 1974	Os constituintes de 1946, inseriram um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, num prazo de 20 anos, destinando-se quantia anual não inferior a 1% da renda tributária da União, criando a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948. Para sucedê-la, foi criada, em 1967, a Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE). E em 1974, foi instituída a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF).	Promover o desenvolvimento da região utilizando os recursos hídricos com ênfase na irrigação.
Estado/ Federal/ MDS/2004 ⁷	Fundado em 2004 como Ministério de Desenvolvimento Social, passou a Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) ocorreu em 2016, após fusão com o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário (fundado em 1999)	a) Manter um sistema de proteção social como estratégia de combate à pobreza extrema; b) No semiárido, gerenciar ações de segurança alimentar e nutricional pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.
Estado/ Federal/ Fundação Banco do Brasil/1996	Em 31 anos de existência, a FBB atua na identificação e mobilização de diferentes atores sociais na busca por soluções para o desenvolvimento sustentável de comunidades brasileiras. De 2007 a 2016, 3,8 milhões de pessoas foram envolvidas em 6,5 mil projetos apoiados e investimentos sociais no total de R\$ 2,6 bilhões	Melhorar a vida das pessoas, promovendo a inclusão sócio produtiva, o desenvolvimento sustentável e as tecnologias sociais. Seu investimento é destinado para ações urbanas e rurais, nos vetores: água (Programa Água para Todos), agroecologia, agroindústria, resíduos sólidos e educação.
Estado/ Federal/ CONAB/1990	Em 1943 foi instituída a CFP – Companhia de Financiamento da Produção. Em 1962 foram criadas a COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos e a CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento. Até que em 1990 foi feita a fusão da CFP, COBAL e CIBRAZEM e criada a CNA – Companhia Nacional do Abastecimento, vinculada aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e ao da Economia, Fazenda e Planejamento – MEFP. Apenas em 1991 a sigla foi alterada para CONAB.	Com foco no PAA: a) Acompanhar a trajetória da produção agrícola junto ao agricultor; b) Realizar políticas de preços atrativos para estimular o agricultor a produzir; e c) Comprar produtos agrícolas, formar estoques, vendê-los e ou distribuí-los a população em necessidade alimentar devido a emergências como enchentes, seca ou desnutrição.

⁷ O MDA, em 2016, passou a ser Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

(continuação)		
Estado/ Federal/ BNB /1952	O BNB foi criado em 1952. É uma instituição financeira múltipla, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto e tem mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Desde 1989 o BNB tem o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste como mecanismo para reduzir a pobreza e as desigualdades inter e intra-regionais, por meio do financiamento de setores produtivos.	a) Atuar no chamado Polígono das Secas, designação dada a perímetro do território brasileiro atingido periodicamente por prolongados períodos de estiagem; b) Prestar assistência por meio da oferta de crédito; c) Agir como o banco de desenvolvimento do Nordeste; d) Executar políticas públicas, especialmente pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).
Estado/ Estadual/ SEAGRI/2013	A SEAGRI, em sua história, foi se desdobrando nas seguintes superintendências: de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade; de Irrigação e Unidades Avançadas; de Desenvolvimento Agropecuário; de Inclusão Produtiva; da Pesca; e de Desenvolvimento da Aquicultura.	Planejar, articular e promover as políticas de desenvolvimento rural no Estado, através da pesquisa, assistência técnica, extensão rural, defesa sanitária animal e vegetal, regularização fundiária, reforma agrária, organização das comunidades rurais, proteção alimentar, coordenação das cadeias produtivas e arranjos produtivos locais.
Estado/Estadual/ EMATER/2011	A EMATER foi criada em 2011 e revitalizada em 2014, como parte do sistema SEAGRI.	a) Realizar pesquisa agropecuária, prestar assistência técnica, geração e adaptação de tecnologias por meio de metodologias educativas e participativas; b) Fomentar a Agricultura Familiar, a partir do acompanhamento técnico e a capacitação dos agricultores; c) Promover o Desenvolvimento Sustentável, por meio de Pesquisa Científica, Assistência Técnica e Extensão Rural.
Estado/Estadual/ DESENVOLVE/ 2004	A Desenvolve é uma empresa de economia mista, ligada ao Governo de Alagoas, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR) e está inserida no sistema financeiro nacional, de capital fechado, submetida à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil.	a) Funcionar como um banco e focar nos pequenos produtores e cooperativas; e b) Desenvolver sua linha de microcrédito com taxa de 1,2% ao mês.
Estado/Estadual/ Centro Xingó/ 2013	O Centro Xingó, fundado em 2013, localizado em Piranhas, surgiu a partir da negociação entre a CHESF e o Governo de Alagoas, visando a cessão de uso das instalações do antigo Instituto Xingó, que teve suas atividades iniciadas em 2001 e encerradas em 2011. Com este acordo, a SEAGRI revitalizou o espaço em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS).	Contribuir com a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida da população que vive no semiárido a partir de cursos, pesquisas e vivências.
Estado/ Municipal/ Sec. de Agric. de Palmeira dos	Os participantes relataram as experiências com base no mandato de 2013-2016	Coordenar a política agrícola do Município, prestando assistência e apoio a produtores locais e vinculá-los aos programas sociais federais e estaduais
Estado/ Municipal/ Sec. de Agr. de Quebrangulo/	Os participantes relataram as experiências com base nos mandatos de 2009-2012 e 2013-2016	Coordenar a política agrícola do Município, prestando assistência e apoio a produtores locais e vinculá-los aos programas sociais federais e estaduais
Religião/ Visão Mundial/ 1989 Palmeira dos índios	ONG internacional humanitária que ajuda crianças e adolescentes carentes a terem acesso à programas sociais que levam educação, lazer e saúde através de apadrinhamento.	a) Erradicar o trabalho infantil; b) Auxiliar ações de desenvolvimento comunitário; c) Seguir a Jesus Cristo

(continuação)		
Religião/ CÁRITAS/1956 - 2003 em Palmeira dos Índios	Fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 164 organizações-membros da Rede CÁRITAS Internacional presentes no mundo. Nacionalmente, faz parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	a) Fomentar ações de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores de materiais recicláveis, pequenos agricultores, acampados e assentados de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais; e b) Valorizar ações locais, com relações solidárias para construir sustentabilidade
Comunidade/ MPA – 1996	O MPA, desde 2003 em Alagoas, é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo e de luta permanente, constituído por grupos de famílias camponesas. O mesmo integra a Via Campesina, articulação internacional de movimentos camponeses. Atualmente é organizado em 17 estados do Brasil.	a) Organizar o campesinato; b) Produzir alimentos saudáveis; e c) resgatar a identidade e a cultura camponesa
Comunidade/ AAGRA/1989	A AAGRA é uma OÑG que atua com projetos de Desenvolvimento Rural Sustentável, Produção e Comercialização Solidária, Educação do Campo e Agroecologia, além da implantação de Tecnologias Sociais de Convivência com o Semiárido. Nossa ALTERNATIVA é a construção de um sistema de produção onde o trabalho seja mais importante que o capital; o ser humano mais importante que o sistema financeiro e a natureza, mais importante que as máquinas.	Promover a melhoria da qualidade e do nível de vida dos agricultores e agricultoras familiares através da produção e comercialização de seus produtos alternativos, conservando os recursos naturais, resgatando os valores culturais e garantindo a construção da cidadania.
Comunidade/ FUNDAF/ 1996	O FUNDAF foi embrião da atuação das associações comunitárias locais, que, desde 1993, criaram fundos rotativos com a intenção de financiar animais de menor porte para as famílias de pequenos trabalhadores e produtores rurais. Sua criação oficial aconteceu numa parceria entre três instituições: Visão Mundial; NUDEC – Núcleo de Desenvolvimento Comunitário, de Pão de Açúcar e AAGRA, de Igaci.	a) Atender, via financiamento rural, agricultores pobres do semiárido alagoano; b) Contribuir para a melhoria da qualidade e aumento da produtividade agropecuária; e c) Fortalecer as associações de produtores rurais
Comunidade/ COOPERAGRE/ 2004	Inicia suas atividades a partir dos fundos rotativos e com base na metodologia que a Visão Mundial iniciara para desenvolver junto ao FUNDAF	Desenvolver o cooperativismo
Comunidade/ RECASA/ - 2007	Nasceu como um setor da AAGRA e é um Fórum de Educação composto por representantes de Secretarias Municipais de Educação e Organizações da Sociedade Civil localizadas nas regiões do Agreste e Semiárido alagoano mais o Baixo São Francisco/SE.	a) Fortalecer as ações coletivas de implantação da Proposta de educação para convivência com o semiárido; b) Desenvolver processo de formação continuada em educação contextualizada para os educadores envolvidos; e c) Mobilizar a sociedade para tornar a proposta de educação para convivência com o semiárido em política pública
Comunidade/ ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro/2001	A ASA, se configurou, desde 1999, quando da ocupação da SUDENE-PE pelos movimentos sociais e agricultores, como uma rede que defende, propaga e põe em prática, inclusive através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. Em 2001 elaborou a carta com os 10 mandamentos para a convivência com o semiárido. Atualmente é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG 's, Oscip.	a) Fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido; b) Defender o direito à água a partir do Programa de Formação e Mobilização Social: Um Milhão de Cisternas (PIMC), Uma Terra e Duas Águas (P1+2), Cisternas nas Escolas e Sementes do Semiárido.
Comunidade/ CARPIL/1979	Atua em 37 municípios alagoanos com 1547 cooperados	a) Fortalecer a agricultura Familiar; e b) Executar tecnologias sociais

(conclusão)		
Comunidade/ CDECMA/1987	Atua, desde sua fundação, com a finalidade de contribuir para implementação e ampliação das políticas públicas e para o desenvolvimento socioambiental: na área de planejamento e organização coletiva da produção com base nos princípios agroecológicos, distribuição, comercialização e consumo solidário, na formação de redes de produtores/as familiares, na formação e fortalecimento de bancos comunitários de sementes tradicionais (crioulas). Desde 2003 atua na microrregião Agreste, quando se associa à ASA.	Promover a convivência no semiárido buscando a mobilização, articulação informação e formação para o desenvolvimento da agricultura familiar
Educação/ Superior/ UFAL/1961	Com sede no Campus/Maceió e mais dois campi no interior do Estado: Campus Arapiraca e Campus do Sertão. Possui: a) 26 mil alunos em 84 cursos de graduação; b) na modalidade de pós-graduação, são 39 programas <i>strictu sensu</i> oferecidos (30 mestrados e 9 doutorados) e 13 especializações. Em Educação a Distância, há 4 mil alunos. Sobre os participantes desta pesquisa, há os professores do curso de Administração Pública do Campus Arapiraca, iniciado em 2011 e o professor de Agroecologia, curso iniciado em 2013.	Auxiliar, desde 2015, a ITES – Incubadora Tecnológica de Economia Solidária na execução de um projeto, vinculado ao CNPQ, para: a) Desenvolver a feira agroecológica de Igaci (cooperados da AAGRA); b) Criar um banco comunitário; e c) Desenvolver junto a comunidade de Igaci, ações de economia solidária.

Fonte: elaboração própria

Para enriquecer a descrição desses atores representativos, elencaram-se programas elaborados e executados a partir dos seguintes aspectos: início do programa, objetivo e envolvidos. As informações foram detalhadas por lógicas institucionais em seus âmbitos.

Quadro 16. Programas voltados ao semiárido executados na microrregião Agreste

(continua)

Programa/ Início	Objetivo	Envolvidos
Água Doce - PAD 2004	Estabelecer uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para o consumo humano, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental e socialmente sustentáveis para atender, prioritariamente, as populações de baixa renda em comunidades difusas do semiárido.	Governo Federal
Canal do Sertão/2010	A obra planejada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), quando concluída, terá 250 quilômetros de extensão em 42 municípios de Alagoas. O investimento total na obra é de R\$ 1,5 bilhão. O objetivo é possibilitar água para consumo humano e para a atividade agrícola, via irrigação.	Governo de Alagoas
Riacho Bálsamo/ 2002	Implantar um perímetro de irrigação	Gov. de Alagoas
Programas da ASA: P1MC, P1+2, Cisterna nas Escolas; Sementes do Semiárido	1) P1MC (2001) – O Programa 1 Milhão de Cisternas visa melhorar a vida das famílias que vivem na Região Semiárida do Brasil, garantindo o acesso à água de qualidade a partir de cisternas de 16 mil litros, com captação da água das chuvas. 2) P1+2 (2007) – O Programa 1 Terra e 2 Águas visa oferecer estrutura para cultivar e manter a vida das plantas e dos animais em cisternas de 52 mil litros, com captação de água das chuvas. Observação: o P1+2 se desdobra em: 2.1 Cisterna-calçadão – É uma tecnologia que capta a água da chuva por meio de um calçadão de cimento de 200 m ² construído sobre o solo. Com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para 52 mil litros; 2.2 Barragem subterrânea – É construída em áreas de baixios, córregos e riachos que se formam no inverno, que é a época chuvosa no Semiárido. Sua construção é feita escavando-se uma vala até a camada impermeável do solo, a rocha. Essa vala é forrada por uma lona de plástico e depois fechada novamente. Por fim, é construído o sangradouro de alvenaria na parte onde a água passa com mais força e por onde o excesso dela vai escorrer. Dessa forma, cria-se uma barreira que “segura” a água da chuva que escorre por baixo da terra, deixando a área encharcada; 2.3 Bomba d’água popular – BAP – Aproveita os poços tubulares desativados para extrair água subterrânea por meio de um equipamento manual que contém uma roda volante. Quando girada, essa roda puxa grandes volumes de água, com pouco esforço físico. Pode ser instalada em poços de até 80 m de profundidade. Nos poços de 40 m, chega a puxar até mil litros de água em uma hora; 2.4 Barreiro-	Governo Federal; Assoc. e Cooperativas associados. Na microrregião Agreste há 5 dos 10 associados da ASA: Visão Mundial, CÁRITAS, MPA, AAGRA e CDECMA

	<p>trincheira – São tanques longos, estreitos e fundos escavados no solo. Partindo do conhecimento que as famílias têm da região, é construído em terreno plano e próximo ao da área de produção. Com capacidade para armazenar, no mínimo, 500 mil litros de água; e 2.5 Cisterna-enxurrada – Tem capacidade para até 52 mil litros e é construída dentro da terra, ficando somente a cobertura de forma cônica acima da superfície. O terreno é usado como área de captação. Quando chove, a água escorre pela terra e antes de cair para a cisterna passa por duas ou três pequenas caixas decantadoras.</p> <p>3) Cisterna nas Escolas (2009) - Levar água para as escolas rurais do Semiárido, utilizando a cisterna de 52 mil litros como tecnologia social para armazenamento da água de chuva)</p> <p>4) Sementes do Semiárido (2015) – Reforçar o armazenamento e preservação de sementes que acompanham as famílias agricultoras há gerações.</p>	
PAA/2003	O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar	Governo Federal; Governo Estadual; Cooperativas
PNAE/1955	Contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.	Governo Federal; Governo Municipal
PRONAF/1996	O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, tem como objetivo financiar projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária a partir de baixas taxas de juros.	Governo Federal; Governo Estadual
Agroamigo/2005	Melhorar o perfil social e econômico do(a) agricultor(a) familiar inserido no semiárido	Governo Federal
Programa do Leite/2002 (em Alagoas)	Distribuir leite para gestantes, nutrízes, crianças até seis anos e idosos sem aposentadoria	Governo Federal; Gov. de Alagoas; Gov. municipais; Empresas; CPLA
Palma e Sorgo Forrageiro/2014	Desenvolver alimento, a partir do farelo da palma, para o rebanho leiteiro na época seca	Gov. de Alagoas
Melhoramento genético/2016	Armazenar material genético para inseminar artificialmente os rebanhos alagoanos em busca de uma maior qualidade	Gov. de Alagoas
Distribuição de sementes/2013	Garantir renda e produtos para subsistência das famílias dos pequenos agricultores.	Gov. de Alagoas; empresas que vendem as sementes
Fundos de Solidariedade/1998	Fomentar o desenvolvimento comunitário com base nas necessidades, práticas e culturas locais, priorizando financiamentos a empreendimentos autogestionários e ambientalmente sustentáveis. O Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) e os Fundos Diocesanos de Solidariedade (FDS) nasceram a partir da reflexão e da constatação das dificuldades enfrentadas pelos grupos comunitários para obtenção de financiamentos para seus empreendimentos locais, baseados em suas necessidades, práticas e culturas.	CÁRITAS, CNBB
Plano Camponês/2013	Firmar o campesinato como sujeito político. Para isso apresenta um conjunto de ações econômicas, políticas e culturais que traduzem concretamente os objetivos do movimento: produção de comida saudável e vida de qualidade no campo.	MPA
Sombra e Água Viva/2010	Conscientizar sobre a importância das nascentes e aplicação de forma prática dessa recuperação de nascentes de água	Gov. Alagoas
Água para Todos/2011	Promover a universalização do acesso à água em territórios rurais (para consumo humano e para a produção agrícola e alimentar), com prioridade de atendimento as famílias que vivem em situação de extrema pobreza/vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Social Único (CadÚnico) do Governo Federal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com renda per capita de até R\$ 154,00 (cento cinquenta e quatro reais), ou não inscritas, mas que detenham tal perfil; e b) na gestão e execução das ações vinculadas ao Canal do Sertão que pretende alcançar cerca de 250 km em Alagoas, beneficiando seus municípios, incluindo quatro inseridos no recorte semiárido da microrregião Agreste (Estrela de Alagoas, Cacimbinhas, Minador do Negrão e Igaci).	Governo Federal; Governo Estadual

		(conclusão)
Projeto Gold/2012	Reduzir o nível de pobreza de famílias inseridas no semiárido brasileiro. A metodologia Gold – Grupo de Oportunidades Locais e Desenvolvimento, consistiu n reunião semanal de grupo de 10 a 20 pessoas da mesma comunidade para discutirem os problemas e as dificuldades locais para levantar soluções por meio da solidariedade. A Metodologia, com foco em microfinanças, foi desenvolvida na Índia e foi executado pela Visão Mundial e AAGRA em um convênio firmado com o Governo de Alagoas, via DESENVOLVE.	Governo do Estado, FBB, BID, Visão Mundial, AAGRA

Fonte: elaboração própria

Para iniciar pelo Estado, em nível federal, o ator foi a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), cuja participante foi a gerente de projetos.

A CONAB (2016) é uma estatal criada em 1990, a partir da fusão da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), de 1943, da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), de 1962, e da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), de 1962.

Essa estatal está presente em todas as regiões brasileiras e é voltada à produção agrícola, desde o planejamento do plantio até a chegada ao consumidor. A CONAB adquire os produtos dos agricultores para estocagem e distribuição mediante o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em parceria com o Ministério para o Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e auxilia o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), além de enviar cestas de alimentos para as comunidades atingidas por adversidades climáticas – enchentes ou secas – ou, quando algumas dessas comunidades se acham em situação de insegurança alimentar. A coordenação da CONAB está a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Em Alagoas, sua unidade central fica no município de Maceió. Com base no relato de sua participante, as atividades do órgão na microrregião Agreste tiveram maior destaque a partir do PAA, que possibilitou aos agricultores inseridos no semiárido produzir e comercializar seus produtos junto à CONAB.

O PAA foi iniciado em 2003. Então a gente já tem 13 anos de execução. Teve uma época onde os recursos federais eram de um valor maior. Deu uma reduzida nesse ano, mas ainda hoje eu vejo como importante, fundamental no estado de Alagoas.

Em 2016 a gente teve a execução, se não me engano, de 9 milhões de reais distribuídos no estado, inclusive nessa região pra manter o agricultor na zona rural e reduzindo a insegurança alimentar. Esse é o PAA doação. É o que é o maior volume de recurso que nós temos.

Outro ator do Governo foi o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (2016). Este banco, uma

S.A., fundado em 1952, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Sua sede está no município de Fortaleza (CE). Trata-se de um banco voltado ao desenvolvimento regional.

Esse banco também opera como órgão executor de políticas públicas e de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e como administrador do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), sua principal fonte de recursos.

Além de recursos federais, o BNB possui outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo os bancos Mundial e o Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No contexto semiárido, lócus desta pesquisa, as ações do BNB em destaque estão vinculadas ao programa de microcrédito Agroamigo, criado em 2005.

O participante do BNB lotado na unidade Palmeira dos Índios ocupa o cargo de agente de crédito e atua junto aos programas de microcrédito. Relatou, durante a entrevista, como já atuou e tem atuado – antes mesmo de fazer parte do BNB – nos municípios em situação semiárida na microrregião Agreste.

Eu vim aqui para o BNB, em 2006, a partir de uma empresa terceirizada, uma OSCIP que contratou a mim pra fazer o crédito dos agricultores de forma diferenciada, de acordo com a condição dele, pelo Agroamigo.

Foi assim, apareceu um edital aqui do Banco do Nordeste, não no banco, mas em uma instituição do banco, que é o Instituto Nordeste Cidadania, que é uma OSCIP do banco, ligada ao banco, diretamente do Banco do Nordeste, onde operacionaliza recurso da União destinado a empréstimo para que esses agricultores desenvolvam alguma atividade, que consigam gerar renda, reembolsar o banco e ter algum lucro.

Então, eu entrei e hoje atuo no município de Palmeira dos Índios e Cacimbinhas, todos dois dentro da faixa do parâmetro do semiárido.

Em relação aos atores de nível estadual, um deles foi a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), especificamente o participante da Superintendência de Irrigação e Unidades Avançadas, criada em 2013.

A SEAGRI é o órgão da administração direta do Poder Executivo Estadual de Alagoas que atua na promoção de políticas de desenvolvimento rural através da pesquisa, assistência técnica, extensão rural, defesa sanitária animal e vegetal, regularização fundiária, reforma agrária, organização das comunidades rurais, proteção alimentar, coordenação das cadeias produtivas e

arranjos produtivos locais (SEAGRI, 2016).

A SEAGRI possui as seguintes superintendências: Superintendência de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade; Superintendência de Desenvolvimento Agropecuário; Superintendência de Irrigação e Unidades Avançadas; Superintendência de Inclusão Produtiva; Superintendência da Pesca; e Superintendência de Desenvolvimento da Aquicultura.

O participante da SEAGRI/Irrigação relatou o início das ações dessa superintendência e sua atuação nos municípios semiáridos da microrregião Agreste.

Na verdade, esse setor foi criado em 2013. É uma divisão da SEAGRI que existe há muito tempo. Em 2012 a SEAGRI se dividiu com a antiga EMATER. Então, a Superintendência de Assistência Técnica e Extensão Rural que existia, ela foi extinta por conta da recriação da EMATER e foi, por conta dessa demanda de Canal do Sertão e de todo esse histórico de irrigação do estado, criada em 2013, a Irrigação.

Já houve, em governos passados, oitenta e pouco, Secretaria do Estado e da Irrigação, alguma coisa assim. Mas, extinta há muito tempo.

Outra entrevista ocorreu no Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (EMATER). Essa autarquia de regime especial, vinculada à SEAGRI, foi criada em 2011 com o objetivo de realizar pesquisa agropecuária, prestar assistência técnica, gerar e adaptar tecnologias via metodologias educativas e participativas para promover desenvolvimento rural sustentável (EMATER, 2016).

A participante da EMATER, agente de campo que atua no Agreste alagoano cujo escritório está localizado no município de Arapiraca, relatou o início das ações do órgão na microrregião, tanto antes quanto após a sua reestruturação.

A EMATER foi recriada em 2014. Agora é que ela está tomando um novo horizonte, baseada nas assistências em cadeias produtivas, que até então não era assim.

O técnico, ele assistia um leque de produtores em várias cadeias que ele estivesse inserido. Hoje o técnico ele é direcionado por cadeia produtiva. Na minha equipe, onde a gente tá trabalhando, o técnico tem que assistir produtores de leite da agricultura familiar. Então fica mais fácil de você ver o resultado quando você tem um público definido numa categoria de profissão. Aí você consegue realmente almejar algum resultado. Esse é o nosso pensamento desde 2014.

Antes, a EMATER seguia a metodologia do Ministério da Agricultura. A relação era de um técnico para duzentos produtores. Então, o técnico não podia fazer uma relação muito pontual porque ele tinha que assistir várias atividades para inserir o produtor em algumas políticas públicas.

Hoje não, a gente tem esse foco e pede ao produtor, ao técnico, que especialize a sua ação pra a gente ter resultados mais concretos na atividade, na agricultura familiar.

Como a EMATER ressurgiu e ela veio com um corpo técnico mais reduzido, precisava focar em cadeias prioritárias no estado. E a do leite é uma cadeia importante para Alagoas em termos de geração de renda e em número de produtores inseridos.

E como isso coincidiu com esse projeto do Ministério Agrário e do Ministério da Agricultura, em aportar recursos para atender a esses públicos, a EMATER também direcionou grande parte do seu corpo técnico para atuar nessa área da bovinicultura de leite. E a outra parte dos técnicos, eles estão em outras cadeias. Uma parte em agricultura, fruticultura, ovino-caprino e outros com a produção de mel.

Também se realizou entrevista com outro ator integrante do Governo de Alagoas, vinculado à Agência de Fomento de Alagoas (DESENVOLVE). Criada sob esta denominação em 2004, foi aberta ao público em 2009; é uma instituição financeira supervisionada e regulada pelo Banco Central, cujas ações estão voltadas para a promoção e o desenvolvimento do estado do Alagoas, com ênfase nas camadas mais pobres. É vinculada ao governo estadual através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR).

O objetivo do órgão é montar estratégias de desenvolvimento voltadas para projetos que busquem formalizar e organizar pequenos e médios empreendedores, objetivando a geração de emprego e promovendo a sustentabilidade dos negócios gerados (DESENVOLVE, 2016).

Segundo o participante, este órgão intenta manter as ações de fomento por meio da captação de recursos nacionais e internacionais, principalmente com o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). Sobre a origem do órgão, o participante fez o seu relato.

Olha, a DESENVOLVE, na verdade, ela foi criada antes, mas a abertura dela mesmo para o público, ao mercado como DESENVOLVE, foi em março de 2009. A partir de 2010 a gente começou a fazer, a trabalhar com crédito.

Então, a gente foi buscar essas instituições que já existiam, principalmente instituição de

microcrédito. Então prospectamos essas instituições e através delas a gente aportou recurso pra que elas pudessem chegar na ponta.

De 2010 pra 2011 a gente conseguiu fazer um aporte nessas cooperativas de crédito. Infelizmente, em 2012, algumas já começaram a fechar e hoje restam só três ou quatro cooperativas de crédito. E aí a gente, pra não deixar o mercado sem a assistência por parte do crédito, teve que entrar nesse crédito direto forte.

Hoje temos uma carteira grande. Nossa carteira, 80% dela é de microcrédito, é de crédito realmente daqueles produtores, ou daqueles pequenos empresários que estão à margem das instituições convencionais. E de 2011 pra 2012 estamos fazendo um trabalho muito forte na questão do microcrédito em cadeias produtivas, seja ela no sertão, no agreste e no médio sertão.

Ainda nas parcerias, essas instituições internacionais por exemplo, a gente envia proposta. Elas foram parceiras importantes, principalmente na abertura da agência, porque elas entraram com algum recurso para o fortalecimento institucional. E o BID também entrou aportando recurso, dando suporte pra gente atender algumas ações específicas. A maioria dessas cartilhas, desses projetos, foram com recurso do BID.

Outro ator foi o Centro Xingó, localizado no município de Piranhas (AL), que atua na promoção da educação e capacitação para o agricultor. O Governo de Alagoas é um de seus mantenedores.

Antes de acessar este Centro, foi necessário conhecer a atuação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS, seu outro mantenedor. O IABS foi criado em 2003 e juridicamente é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP com o objetivo de contribuir para o bem-estar social a partir de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades (IABS, 2016). Capta recursos nacionais e internacionais para viabilizar suas ações.

O IABS agrega ainda estudantes estrangeiros, como espanhóis vinculados à Politécnica de Madri, além dos parceiros internacionais, como a AECID e o BID.

Em Alagoas, essa parceria entre o IABS e o Governo de Alagoas se deu no intuito de gerenciar e captar recursos para a manutenção do Centro Xingó, oferecendo cursos de capacitação para agricultores do semiárido alagoano.

Segundo o integrante do IABS, “o papel da sede do IABS é aglutinar os diversos estudantes e integrantes da Argentina, Espanha e outros lugares do Brasil que estão vinculados ao IABS por conta de projetos”. Ainda segundo ele, as informações precisariam ser acessadas no próprio Centro Xingó. Neste Centro, a entrevista foi realizada com sua gerente, vinculada ao IABS, que relatou o

início das atividades.

Assim, isso aqui em 1999 era um projeto. Era um projeto chamado Instituto Xingó. O instituto surgiu daquele recurso de compensação da CHESF. Então, com todo o impacto que teve a hidrelétrica, precisava utilizar de alguma forma o recurso de compensação. E aí até então era um projeto. E o projeto acabou virando um instituto.

O instituto passou a vida toda sendo custeado por esse recurso de compensação da CHESF. Era muito dinheiro, R\$ 1 milhão, R\$ 2 milhões. E aí na época do Instituto Xingó, ele não só tinha isso: vou trabalhar só com o semiárido; ou Não, vou trabalhar só com a parte de produção animal. Não, ele trabalhava em quatro estados por conta das divisas aqui: Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe. Ele trabalhava com apicultura, piscicultura e tinha um impacto grande dentro dessas associações. Muito maior que a gente hoje.

E acabou que teve um problema com ONGs, OSCIPs e o Instituto entrou nessa. E eu não posso lhe dizer se foi por má gerência. A gente não sabe direito o que aconteceu. Só que quando tiveram esses problemas de fiscalização, tudo acabou e de uma hora pra outra o Instituto faliu. Então, em 2011 ele tinha encerrado todas as suas atividades.

Então, por isso que a gente precisou arrumar a casa. Porque em 2011 encerraram as atividades. A gente só veio assumir o Instituto, agora Centro, em 2013. A gente ficou com um intervalo de dois anos onde o negócio de uma hora pra outra parou com animais aqui dentro, com tudo aqui e sem ninguém.

Então, de 2011 à 2012, foi quando começou essa conversa com o Governo do Estado. A gente estava com as atividades paradas aqui como Instituto ainda e com os animais aqui dentro e com um funcionário que era “C” sem ser pago, mas ficava pra não deixar morrer tudo aqui. Aí, claro, o Governo do Estado viu o potencial que tinha aqui e decidiu pedir a cessão de uso.

Como eu tinha aproximação com o IABS que tem expertise nesse tipo de projeto, trouxe, propôs e fez o planejamento do que deveria ser e de como a gente deveria agir.

Hoje a gente já está numa evolução e desde o ano passado o Governo do Estado já entrou com um processo de doação. Então, tá tramitando junto à CHESF esse processo de doação, tanto dessa parte, como da piscicultura e uma unidade de beneficiamento. Aí sim, a gente acredita que vai capacitar e vai mudar mais ainda porque é uma unidade completa de beneficiamento de pescado.

Reforçando, o Centro de Xingó tem dois anos de funcionamento. O primeiro ano a gente optou em arrumar. Então, era tudo muito novo. O IABS estava começando a fazer uma gestão de

um centro tecnológico do semiárido. Então, a gente precisava de parceiros. No primeiro ano foi pra formalizar e firmar parcerias e arrumar a casa. E no primeiro ano a gente não teve nenhum impacto dentro do território.

No segundo ano sim, que a gente começou a ter esse impacto nessa região que você falou, porque a gente passou um ano trabalhando com capacitações.

De âmbito municipal, as secretarias de Agricultura de Palmeira dos Índios e de Quebrangulo foram acessadas, porém os participantes entrevistados não relataram o início das ações dessas secretarias no que diz respeito às ações no semiárido, já que, segundo eles, suas atuações dependem dos programas dos governos federal e/ou estadual e suas informações basearam-se nas atuais gestões municipais.

Sobre a instituição Religião, uma entrevista foi realizada na Visão Mundial, uma ONG cristã de base protestante, da ordem Batista, focada na infância e que atua desde 1982 em cerca de 70 países com o sistema de patrocínio, através dos Programas de Desenvolvimento de Área (PDA).

Essa ONG é associada à ASA em Alagoas e tem como metodologia estruturar organizações locais e desenvolver iniciativas que promovam o desenvolvimento transformador das comunidades (VISÃO MUNDIAL, 2016).

A entrevista ocorreu num escritório desta ONG, na periferia lagunar de Maceió, mas a unidade central de Alagoas se localiza no município de Santana do Ipanema.

Segundo o participante, “a história da Visão Mundial em Alagoas tem relação direta com a organização social em Igaci e Palmeira dos Índios”.

Bem, a Visão Mundial é uma instituição Cristã. Ela não tem vinculação com uma religião específica, embora na sua estrutura tenha um direcionamento mais evangélico do que católico. Mas, a nossa missão é ser uma organização cristã humanitária.

No início, a nossa lógica era um pouco diferente. Era mais nessa lógica de creche, voltada diretamente para as crianças. Era mais da assistência. Trabalhava mais na perspectiva do desenvolvimento integral, econômico. Do alto desenvolvimento que a gente chama de desenvolvimento transformador.

A Visão Mundial, começou com uma igreja Batista lá na rua Chico Nunes, trabalhando pra atender os filhos e filhas das prostitutas. É que essa rua Chico Nunes é uma zona. Lá foi formada a Associação das Mulheres, das prostitutas e a gente começou a fazer esse trabalho de organizar.

Em 1991 foi que abriu Visão Mundial em Igaci. Palmeira dos Índios, a gente já estava

trabalhando na zona urbana em 1989 e foi pra zona rural na Serra de São José, nessa mesma perspectiva pra trabalhar com crianças e adolescentes. E na AAGRA começa nessa data aí, em 1990.

Então, outra característica que eu achei mais interessante foi que a maioria dessas organizações, como a AAGRA, elas surgem por causa da Visão Mundial. Assim, a AAGRA tem um histórico anterior, um pouco, à chegada da Visão Mundial, mas se você pegar FUNDAF, NUDEC, CACTOS, que são organizações que atuam no semiárido, todas elas surgiram a partir desse estímulo da Visão Mundial que é ter organizações locais que sejam executoras e gestoras dos programas. Que a Visão Mundial não faça isso de onde ela tiver, mas ela gere capacidade local para que as próprias organizações façam isso.

Um pessoal daqui, antes de mim, formou com o pessoal da UFAL em 1984, quando começou a falar em cultura orgânica alternativa. Era um caso sério! Hoje, o pessoal tem até curso de agroecologia, que é fantástico pra gente. Aí eles formaram um grupo, na faculdade, de discussão da cultura alternativa. Aí quando terminou o curso na UFAL, eles passaram três anos lá. Um colega daqui mais outros dois colegas nossos, lá em Igaci. E formamos o grupo GTAI, Grupo de Tecnologia Agroecologia Ecológica. Trabalhava justamente com agricultura alternativa orgânica, lá na Serra de São José.

Isso foi em 1988, já formado pela UFAL. Em dezembro de 1988 começou o trabalho, porque já tinha as organizações desse tipo em Pernambuco. Lá em Ouricuri.

A gente participou de cursos lá e olhamos o processo de organização e comercialização pra entender toda a cadeia. Sem isso, não ia ter como o pessoal vender.

Aí foi formada a AAGRA e eles permaneceram durante dois anos tentando pegar financiamento, mas não conseguiram. Aí quando a Visão Mundial chegou, tava formada a AAGRA, mas estava há quase um ano desativada.

E quando a Visão Mundial vai trabalhar em Igaci, precisava de uma organização. Eu já conhecia a AAGRA na época e eu já estava na Visão Mundial. Aí chamamos o pessoal, se fez uma assembleia novamente, reativou. Aí eles começam a parceria. Porque já tinha toda aquela lógica que a Visão Mundial defendia: essa questão da agricultura saudável, sem veneno, na questão da ecologia. E aí foi consequência.

Além da AAGRA, tem também a COOPERAGRE. O que é que acontece? Em discussão com os agricultores, as mães, as crianças e tudo, a gente sempre buscou uma alternativa. A gente distribuía filtro de barro (por conta da cólera), distribuía lavanderia de roupa (aqueles tanquinhos de cimento pra facilitar, porque as mulheres usavam roupa - lá no lago, no açude

etc.). E aí eles disseram: “- Não. Vamos fazer o seguinte, ao invés de Visão Mundial dar, a gente se compromete a devolver o valor do cofre, se for em prestações suaves. E aí essa devolução a gente mesmo administra e já beneficia a uma outra comunitária com um tanquinho, com um filtro”.

Aí eles criaram um Fundo Rotativo com esses recursos que vinham inicialmente da Visão Mundial e a Visão Mundial não queria de volta e eles devolviam pra eles mesmos. Aí foram financiando também pequenos animais: cabra, ovelha, galinha. E isso foi tomando corpo e cresceu de tal forma que chegou a uma carteira ativa de quase 1,5 milhão de reais, só desse recurso de 15 reais, 20 reais. Porque foi um, dois, três, cinco anos nesse Fundo Rotativo e de inadimplência zero, porque eles que controlavam.

Nessa mesma época a Visão Mundial ganhou um prêmio, chamado Gestão Pública e Cidadania, oferecido pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com a Fundação Ford. É um prêmio anual que reconhece as experiências do poder público bem sucedidas, sejam elas exclusivas do poder público ou em parceria com a sociedade civil. Aí, no recebimento desse prêmio no Rio de Janeiro, eu lembro, o BNDS também era um dos coparticipes dessa ideia da Gestão Pública e Cidadania (ainda hoje é).

O BNDS viu a experiência que foi premiada, essa do FUNDAF que era informal ainda, e colocou recurso pra desenvolver estudo e atender essa demanda do Banco Central. Disse o seguinte: “- O que vocês querem ser quando deixarem de ser informais?” E aí colocou duas consultoras: uma alemã e uma americana. Eram especialistas em microfinanças que vieram e ficaram um tempão lá.

No estudo final, entrou até um professor que é um doutor da UFBA e é ligado a FGV também. Esse cara escreveu um artigo fantástico sobre a experiência, publicou e tudo. E aí, assim, a recomendação foi: cooperativa de crédito.

Fora isso, nosso início aqui na região também tem relação com as primeiras barragens subterrâneas construídas em Alagoas, que foram justamente pela Visão Mundial, através de projetos. O pessoal chegou a produzir arroz ali em Igaci.

Uma outra coisa pra dizer é que essa questão dos recursos hídricos do sistema de cisternas de placas. Quem trás também é a Visão Mundial, antes da ASA. Então, barreira de trincheira, cisterna de placa e barragem subterrânea, nós quem trouxemos.

As dez primeiras cisternas feitas de placas em Alagoas, foi justamente na região de Igaci. Foi uma experiência que veio lá de Ouricuri. E também foi quando criou também lá o primeiro projeto nessa área de desenvolvimento econômico, que era o Boi-na-Corda. Pronto isso também

começa ali em Igaci.

E ainda tem hoje em dia na AAGRA, lá em Igaci, tudo que ela fala de educação contextualizada a gente já falava como educação popular. Eles têm hoje a escola de formação em agroecologia e desenvolvimento sustentável, mas isso urgiu com a gente lá no fim dos anos 1970.

A outra organização de base religiosa acessada, porém de base católica, foi a CÁRITAS, que funciona como um organismo do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundada em 1956.

A CÁRITAS Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Mais precisamente, essa organização se volta para a Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores(as) de materiais recicláveis, pequenos(as) agricultores(as), acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de risco ou afetadas por desastres socioambientais (CÁRITAS, 2016).

Em Alagoas, como associada à ASA, a CÁRITAS acessada foi a de Palmeira dos Índios, fundada em 2003. Sua participante foi a atual ex-presidente – por dois mandatos consecutivos –, que atualmente participa como voluntária das ações dessa organização na microrregião Agreste.

Sobre o início da CÁRITAS nessa microrregião, ela fez o seu relato.

Em 2003, ajudei a construir o projeto da criação da CÁRITAS Diocesana. Então, foi formada a primeira diretoria.

Nessa mesma época veio um grande projeto pra ser executado na Diocese, na cidade de Ouro Branco, mas a diretoria não tinha condições de acompanhar o trabalho, porque a falta da experiência, já viu! Você de repente já entrar em um processo grande. Então, pessoas que já trabalhavam na regional, com mais experiência, vieram trabalhar, executar esse projeto. E aí, em 2006, o primeiro presidente da CÁRITAS Diocesana, o padre Zenício, veio a falecer, repentinamente.

Tinha, na época, um projeto que tinha sido feito para os catadores de lixo da cidade. Conheceram o lixão, aí queriam executar o projeto. O recurso chegou, o presidente faleceu e o recurso já ia voltar para o Fundo Nacional de Solidariedade. Como eu conhecia toda essa dinâmica, juntamente com o segundo secretário, convocamos uma reunião com o regional pra

que esse recurso não voltasse.

Então convidamos o secretário do regional que fica em Recife. A reunião foi em Arapiraca, juntamente com as CÁRITAS de Penedo e a de Maceió, pra se encontrar uma saída para os catadores. Depois de muita conversa eles conseguiram me convencer que eu deveria ajudar naquele momento.

Então a gente começou, eu fiquei como vice, o segundo secretário ficou respondendo pelo presidente e eu fiquei também como tesoureira interinamente enquanto viesse realmente a se formar uma outra diretoria.

A gente estava em um momento difícil. E aí fiquei e executamos o projeto com ajuda da regional. E aí eu fui me apaixonando aos pouquinhos pela missão da CÁRITAS e aceitei fazer parte da segunda diretoria depois de um ano e seis meses interinamente.

O escritório da CÁRITAS Diocesana funcionava no espaço da Pastoral da Criança, num quartinho que fica aqui perto do Lar da Criança.

O projeto com os catadores tinha uma dinâmica muito boa e dava uma ajuda para que o escritório da CÁRITAS continuasse funcionando. E aí a CÁRITAS foi se erguendo, conhecendo a missão e trabalhando. Aí conseguimos outros projetos para trabalhar.

A gente buscava muito a questão da formação. Como entender essa questão da formação. Maceió e Penedo, na época, eram as duas CÁRITAS que estavam assim muito ativas e a gente iniciando, mas eles sempre buscavam nos dar essa força, esse apoio. E aí foi terminando o projeto com os catadores. Foi um projeto que deu uma visibilidade muito boa pra CÁRITAS Diocesana com foco na formação contextualizada.

Aí depois, baseado na experiência dos catadores a gente fez um projeto pra trabalhar no município de Cacimbinhas. Era chamado Projeto Raízes. E a gente estava indo com todo o espírito trabalhando no projeto Raízes. E aí quando a gente tava no auge do projeto veio a catástrofe com a água da barragem que cedeu e que destruiu Quebrangulo. E aí a gente teve que correr pra um projeto emergencial.

Dissemos para trabalhar esse primeiro momento em 2010, na emergência. Depois, a gente trabalhou a questão da pós-emergência. A gente fez um projeto pra recuperar as bancas dos feirantes e também dar uma ajuda pra que eles tivessem o que colocar nas bancas pra vender, que era a questão de artesanato e alimentos.

Veio a restauração de 100 casas, que para o município não entrava no projeto do Governo e fizemos por nossa conta. Trabalhamos com os feirantes, mas a gente tava esquecendo das crianças de quatro a seis anos que não estão sendo atendidas pela escola. E os

impactos que essas crianças passaram? Então, vamos fazer alguma coisa.

E aí eu lembro muito que a gente tinha mil reais. A gente disse assim: - Olha, a gente tem mil reais. O que a gente vai fazer? Vamos tentar trabalhar, fazer alguma coisa emergencial pra trabalhar com essas crianças.

E desse pequeno trabalho pensado de mil reais, uma pessoa que é a irmã “L” [da Ordem Franciscana], disse assim: - Olha, eu acho que posso fazer também alguma coisa. Um “projecinho” pra ajudar essas crianças. Ela fez um projecinho de cinco mil que a gente incorporou a esse trabalho. Aí vamos pensar no nome desse projeto. Como Quebrangulo teve o seu nome anterior de Vitória, a gente disse: “- Olha, vamos botar o nome do projeto de Projeto Vitória, resgatando a história de Quebrangulo”. E aí trabalhamos com cem crianças e suas famílias.

Foi muito interessante que na abertura da Campanha da Fraternidade, não sei se foi 2011 por aí, lá em Quebrangulo, as crianças fizeram um cartõezinho para dar aos participantes do evento. E aí recebemos uma visita da Holanda que pegou os cartõezinhos das crianças, recolheram e levaram. E desses cartõezinhos, dessas crianças, eles nos mandaram mais cinco mil para a gente dar continuidade no projeto. E a gente trabalhou de 2010 até 2012. O projeto foi pensado para 6 meses e semanalmente a gente fazia esse trabalho, muito interessante.

E quando foi em 2012 vem a seca e a gente teve que, com muito carinho, soltar um pouquinho esse projeto lá, e passar pro sertão. Que a situação tava muito difícil, que a gente trabalhou nessa questão da emergência também da seca que é uma outra situação, porque quando vem uma enchente, uma catástrofe assim maior todo mundo corre pra ajudar. A seca, ela vai matando o povo aos pouquinhos e as pessoas nem vão percebendo.

E assim a gente foi criando um trabalho mais forte na CÁRITAS. “Comprou” outros projetos. Nessa questão de trabalhar com os catadores, trabalhar com as mulheres, trabalhar com crianças, com jovens e com os agricultores. E muita coisa tem sido realizada durante esse período.

No que diz respeito às organizações vinculadas à instituição Comunidade, inicialmente de base campesina, o contato foi feito com a participante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Fundado em 1996, é um movimento popular que desenvolve e acompanha ações de formação e produção junto a agricultores familiares camponeses, com promoção da agroecologia e da economia popular solidária (MPA, 2016).

Em Alagoas, a sede fica em Palmeira dos Índios. A participante da pesquisa é uma das lideranças desse movimento. Também em Alagoas, o MPA – associado à ASA – destaca-se na

microrregião Agreste. A partir de sua participante, um relato foi feito sobre como se deu o início das atividades do MPA.

O MPA é um movimento que está na ASA desde o início. O estado onde o MPA começou a participar da ASA foi em Alagoas. Inclusive tivemos representação na ASA nacional por um bom tempo aqui por Alagoas. E eu tive o prazer de participar da atividade do fórum onde foi criado a ASA, que foi em 1999, lá em Olinda, paralelo à COP-3.

Mas, a gente, a nossa organização, ela não iniciou como MPA. Nós iniciamos a organização aqui nessa região serrana como delegacia sindical. Não é uma forma de organização, é só uma forma de se reunir, de receber mensalidades.

Meu pai, ele sempre gostou de se envolver nessas coisas, ele era delegado sindical e aí depois que ele deixou eu fiquei assumindo e não gostei, porque eu achei aquele negócio muito ruim, porque era só pra se reunir, receber o pagamento dos sócios e dar informes.

Aí comecei a fazer parte do movimento de mulheres, que inicialmente era MMTR – Movimento Mulher Trabalhadora Rural e que depois virou o MMC – Movimento de Mulheres Camponesas.

Eu não me sentia bem porque pra mim o sindicato não representava. Eu estava lá, mas achava que o sindicato não representava os agricultores, porque só preocupava em fazer processos de aposentadoria, mas não fazia nada na área da produção e a gente queria organizar a produção.

E aí fui pro Movimento de Mulheres Camponesas e lá eu comecei a ter mais formação, entender mais sobre a região. E até aí não se falava nada do semiárido. Não falava do clima. Só se falava da seca.

Então, depois, no MMC também não achei bom porque faltava ainda alguma coisa. No movimento de mulheres a gente só tava trabalhando coisas relacionadas às mulheres. Mas, eu tinha o interesse de organizar famílias e aí foi quando surgiu a oportunidade de organizar o MPA aqui em Alagoas. O movimento de mulheres foi quem trouxe algumas pessoas do MPA pra cá em 2001.

Nós passamos 2001 fazendo visitas, conhecendo comunidades, apresentando o movimento, falando sobre os princípios e os valores a que ele se propõe. E o primeiro grupo foi formado aqui numa comunidade vizinha, Monte Alegre, em setembro de 2002.

E foi aí que começamos a discussão do semiárido, porque mesmo nessa época a gente começou a fazer parte da ASA. Então, nós começamos a fazer parte da ASA e começamos a

discutir não só a produção, não só a organização dos camponeses, mas também a questão do clima, porque eu mesma sou sincera em dizer que eu usava aquela falazinha de combater a seca, essa coisa toda. Eu precisei de um bom tempo pra entender que seca não se combate e que a gente tem que aprender a conviver com ela.

O primeiro objetivo do MPA nessa região foi lutar pela renegociação das dívidas, que foi a nossa primeira bandeira de luta, inclusive com muita gente de Palmeira, de Craíbas, de Estrela e Cacimbinhas que eram os quatro municípios onde iniciamos o movimento que renegociaram as dívidas.

Era um forma de organização que discutia mesmo os problemas, principalmente por ser um grupo de pessoas livres, que não estava apadrinhado a grupo político, nem a uma organização, mas que tava com interesse de que o pessoal realmente se organizasse e fosse o verdadeiro protagonista da história.

Em seguida, a nossa segunda bandeira de luta foi a organização dos agricultores em defesa das sementes crioulas como patrimônio da humanidade. Tanto que a gente teve programas de assistência técnica, mas um projeto de assistência técnica pra discutir com os agricultores e construir junto com eles e não um técnico que vinha com seus conhecimentos trazer de cima para baixo. Construir a partir da realidade, do conhecimento que os agricultores tinham.

Em relação à instituição Comunidade, no âmbito das Associações e Cooperativas também inseridas na microrregião Agreste, um dos acessos foi obtido com a Associação de Agricultores Alternativos (AAGRA), também associada à ASA.

Essa organização, fundada em 1989, busca promover alternativas para melhoramento e valorização da agricultura familiar, implementação de tecnologias para convivência com o semiárido, acompanhamento aos agricultores familiares camponeses, formação da juventude, educação contextualizada, agroecologia e economia popular solidária.

Na entrevista realizada na AAGRA, com seu gerente, foi possível conhecer o início das ações dessa associação, tanto no município de Igaci quanto nos demais municípios em situação semiárida inseridos na microrregião Agreste.

A AAGRA, começou em 1989. A princípio ela era em Palmeira dos Índios, mas depois veio pra cá pra Igaci. E desde sempre a ideia é sair um pouco do convencional. Então, fazer essa transição pra que a gente sempre incentive que as pessoas produzam sem uso de agrotóxico.

Além disso, uma das origens da AAGRA foi com a história das microfinanças, que começou pela Visão Mundial, com um tal de Boi-na-Corda.

E aí esse Boi-na-Corda era a ideia que você recebia um recurso, por exemplo, pra investir, pra comprar um boi. Os “caba” lhe dava, levava o boi, comprava o boi, ou seja, aí só tinha a corda mesmo pra você levar.

Aí você tinha que levar o boi e depois “cê” tinha que ressarcir o projeto com aquele boi, ou um filhote do boi. E aí esse recurso acabava que ficava circulando na comunidade, que era chamado de Fundo Rotativo. Começou com esse Boi-na-Corda, aí depois foi realmente o Fundo Rotativo.

Óh! O Fundo Rotativo era em cada comunidade. Cada pessoa, cada reunião geralmente levava uma quantidade, que aí ia poupando e aí eles emprestavam entre eles. Tinha um recurso e aí cada um ia poupando mais um pouco. E aí esse fundo, “cê” ia emprestando, tirando um jurozinho e continuava circulando.

Sei que a AAGRA chegou a colocar um recurso até considerável nesses fundos. Só que aí, no final, você acaba deixando muito solto e cada comunidade assumiu o seu e no final acabou tendo muita perda. E a gente teve que ir mudando o foco para as ações atuais de agricultura familiar, educação contextualizada, construção de cisternas e recursos para outros projetos que a gente desenvolve aqui, porque tudo já evoluiu muito, mas começou graças ao Boi-na-Corda.

Em resumo é isso, o início da AAGRA se deu por conta dos Fundos Rotativos, pelo programa chamado Boi-na-Corda, por conta da Visão Mundial.

Outro ator da Comunidade foi a Rede de Educação Contextualizada do Semiárido – RECASA. Esta, como uma extensão da AAGRA, atua na defesa da educação contextualizada. A participante foi sua diretora, que relatou o início das atividades da RECASA.

A RECASA está fazendo 10 anos de existência, em 2017. A RECASA nasceu da AAGRA e de outras organizações parceiras. Nós participávamos de vários fóruns de educação. A gente participava do Fórum Estadual de Educação no Campo, a gente participava do Fórum de Educação do Colegiado Territorial, da Visão Mundial e da ASA. Em cada instância a gente tinha uma participação na educação.

Em 2007, a gente disse: “- Tá na hora da gente criar um fórum que junte todos esses atores para uma discussão e nivelar esse entendimento”.

Então, em 2007 a gente criou a RECASA. A gente resolveu fundar essa rede de educação, esse fórum de educação aqui no agreste semiárido, pra tratar da educação contextualizada pra convivência com o semiárido, pra educação do campo.

Então, a AAGRA é uma participante, uma das mais fortes, lógico, que puxa as outras, porque sempre tem alguém que tem que animar. Mas, a rede ela tem essa missão de dividir as responsabilidades e a gente se fortalece mutuamente.

Como associação/cooperativa, o Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FUNDAF), formalizado em 2007, foi também acessado nesta pesquisa. Segundo a participante entrevistada, sua diretora, foi importante considerar “o papel embrionário e influenciador da Visão Mundial para a região e as organizações aqui existentes em Igaci”. Em seguida, ela detalhou o processo de formação do FUNDAF.

Como todo esse processo dos Fundos Rotativos era utilizado com o CNPJ da Visão Mundial, a Visão Mundial não podia mais operar isso. Então começou toda uma discussão em torno de qual seria o formato que iria dar pra agregar esse fundo e que continuasse desenvolvendo e contribuindo com a organização, tanto das comunidades, quanto do desenvolvimento das famílias das comunidades.

E aí se iniciou toda uma discussão em torno da estruturação de cooperativas de crédito. Foi daí que surgiu a cooperativa aqui de Igaci, a COOPERAGRE, a partir desse trabalho, de toda essa mobilização que já existia nas comunidades através do Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar.

Esse fundo funcionava aqui em Igaci, mesmo não sendo formalizado. Tudo isso acontecia via Visão Mundial e da AAGRA, aqui em Igaci.

Existia um comitê de crédito, que era um grupo formado por cinco pessoas, cinco lideranças que estavam ligadas às comunidades e a essas instituições. E eram essas pessoas que faziam a análise das propostas de crédito que chegavam das comunidades, analisavam e aprovavam ou não, baseado no histórico da pessoa.

O agente, que a gente chamava de agente de crédito, fazia a visita à família que solicitava o crédito. Depois da família ter solicitado realizava a visita pra preencher um formulário, onde a família respondia umas perguntas sobre a atividade que ela já exercia, há quanto tempo e como esse recurso iria contribuir pro desenvolvimento dessa atividade.

Esse comitê de crédito avaliava as propostas, aprovava ou não. E aí era dado o retorno

a essas pessoas pra agendar o dia dessas famílias receberem o crédito e tinha todo um acompanhamento.

Tinha um comitê de crédito: a Visão Mundial, a AAGRA e a FACOMIG – Federação das Associações Comunitárias do Município de Igaci, que é um órgão que agrega todas as associações do município.

Então a rede formada por essas organizações reunia-se trimestralmente pra monitorar, planejar essas ações que iam acontecendo e acompanhar essa carteira de crédito que crescia cada vez mais nos municípios da região, tanto aqui no Agreste quanto lá no sertão.

Esse trabalho foi se desenvolvendo, realizaram várias capacitações com o pessoal das comunidades, sobre cooperativismo, já com a intencionalidade de constituir as cooperativas de crédito.

Então se investiu muito em capacitação pra fazer essa transição da Visão Mundial pra cooperativas. E aí, depois dessas capacitações em que várias lideranças das comunidades foram participar, se constituiu a cooperativa daqui e a de Pão de Açúcar, praticamente na mesma época, apoiados pelo FUNDAF, mesmo não sendo instituição. A gente ainda utilizava o CNPJ da Visão Mundial.

Os funcionários que contribuíam, que realizavam o acompanhamento técnico nas comunidades, contribuíam com esse processo de organização, de estruturação das cooperativas. Eles eram ligados ao FUNDAF, mas contratados pela Visão Mundial.

E aí se dedicou todo um tempo, pessoal e recurso pra constituição das cooperativas de crédito, que dariam continuidade a esse trabalho nas comunidades. Inicialmente, a atuação era um pouco limitada, porque as famílias que recebiam o crédito, elas tinham que estar na área de atuação da Visão Mundial ou do PDA. Então era mais restrito à Igaci e Palmeira dos Índios.

Em fevereiro de 2007, já com as cooperativas constituídas com a sua diretoria, com um quadro inicial de sócios, de cooperados, essas instituições resolveram que o FUNDAF tinha dado essa contribuição toda pra organização dessas instituições e pra contribuição do desenvolvimento dessas comunidades da agricultura familiar e não se podia deixar que o FUNDAF se acabasse ali. A partir da constituição das cooperativas o povo estaria organizado via cooperativa e essas instituições estariam dando todo esse apoio. Tanto com apoio de recursos financeiros como com capacitação e acompanhamento técnico.

E aí o pessoal disse: “- Não, a gente não pode acabar com o FUNDAF!” E foi aí que decidiram institucionalizar o FUNDAF. Transformá-lo em uma instituição com CNPJ que daria apoio a essa rede de organizações.

O FUNDAF seria o que a gente chama de instituição guarda-chuva, que estaria dando apoio a essas organizações, inclusive com captação de recursos. Então todo esse trabalho de organização das comunidades, da forma como os agricultores faziam a gestão desse recurso dos fundos rotativos, acabou sendo elaborado uma cartilha com a metodologia que a gente chama, ainda hoje, de Metodologia do FUNDAF. É onde está lá descrito todo o processo que vai desde a solicitação do crédito na comunidade até a devolução total do recurso. Todo o passo-a-passo metodológico de como isso acontece nas comunidades.

Então, em 24 de fevereiro de 2007, essas organizações todas se reuniram, que no momento eram sete organizações (a AAGRA, o NUDEC, as duas federações, duas cooperativas e a Visão Mundial) e decidiram formalizar o FUNDAF. Foi eleita a primeira diretoria para continuar apoiando o desenvolvimento das comunidades.

Também foi incluída nesta pesquisa a Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Alagoano (COOPERAGRE), localizada em Igaci e formalizada em 2004. A entrevista foi realizada com seu atual presidente. Segundo este, a formação da cooperativa foi similar à da AAGRA e do FUNDAF, já que foram auxiliadas pela Visão Mundial, tendo como base os fundos rotativos. De forma detalhada, ele relatou o início das atividades da cooperativa.

A COOPERAGRE surge de um trabalho que já vinha sendo desenvolvido aqui na região, na década de 90, que era os Fundos Rotativos comunitários. Já tinha aqui, nessa região, algumas comunidades que trabalhavam com essa modalidade de empréstimos informais de pequeno valor que, na verdade, não trabalhava com dinheiro. Era emprestado o bem ou o serviço, em algum caso. Começou, na verdade, com o que foi chamado, no início, de Programa Boi-na-Corda.

Com o passar do tempo, foi observado que essa modalidade já não atendia muito a demanda porque foi crescendo e às vezes os animais demoravam pra procriar ou pra engordar a tempo de vender pra comprar um novo e reemprestar. E aí foi decidido emprestar o dinheiro mesmo, com o mesmo objetivo, animais, depois compravam mais animais, acrescido de um juro pequeno para que as famílias devolvessem o dinheiro e apenas garantissem que esse dinheiro não fosse desvalorizado, continuasse mais ou menos o mesmo valor pra compra.

E acrescentou-se a isso a construção de cisternas porque, na época, o Programa Cisternas do Governo Federal ainda não tinha, ainda não existia, na verdade. E aí, emprestaram para construção de cisternas e para construção de banheiros também, pra casa

que não tinha banheiro. Tanto que, na questão da construção, a moeda vigente era o cimento. O valor era calculado em saco de cimento e as pessoas devolviam o dinheiro equivalente à quantidade “x” de saco de cimento na época da devolução e aí era repassado pra outras famílias. Isso se deu, na época, com apoio aqui em Igaci da Visão Mundial e da AAGRA.

Dáí houve algumas discussões e foi criado um fundo especificamente pra tratar disso, chamado Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar, o FUNDAF, que fazia essas questões.

Então, montou-se alguns grupos de estudo e algumas formas foram pensadas de legalizar o que já existia para esses Fundos Rotativos. Dentre as coisas pensadas, pensou-se na história do banco comunitário. Mas aí chegou a ideia de cooperativa de crédito, que na verdade é uma instituição financeira que pertence aos agricultores, que está dentro do sistema financeiro nacional, legalizada e autorizada pelo Banco Central do Brasil e que legalizaria o que já existia e daria legitimidade ao processo iniciado nos anos 90.

Quando começou a se falar em cooperativa de crédito a gente já estava lá pra 2002, por aí assim. E aí começou a se fazer umas articulações, no início, mesmo com o trabalho já sendo feito. Muito difícil!

Primeiro, Alagoas tem um histórico negativo com relação à cooperativas. Tudo que se tentava de cooperativismo, principalmente nessa nossa região, dava errado. Pessoas que começavam, que faziam as articulações, acabavam abortando o projeto. As pessoas que investiam alguma coisa, os agricultores, não tinham retorno.

Quando a gente começou, curiosamente, Igaci tinha passado por um processo desse, de criação de uma cooperativa, não de crédito, mas agropecuária, de produção e comercialização, que também foi abortado. Alguns agricultores, inclusive, chegaram a injetar recursos, mas nem a cooperativa saiu, nem eles tiveram o dinheiro de volta.

Quando a gente ia nas comunidades pra falar da cooperativa já tinha aquele choque porque as pessoas já estavam meio que escaldadas. E quando falava que era cooperativa de crédito aí era que era, porque cooperativa já é difícil e trabalhar com o dinheiro, aí é meio complicado.

Mais ou menos no início de 2004 a gente já tava por aí vendendo cota-parte de uma cooperativa que ainda não existia, mas precisava, na época, de no mínimo vinte pessoas e um capital social de no mínimo R\$4.300,00.

Conseguimos reunir algumas pessoas e fizemos, em julho de 2004, a assembleia que seria, pra nós, simbolicamente a fundação no dia 9. E de todo mundo que a gente conseguiu

organizar chegamos a um número de vinte e oito sócios fundadores.

Esse grupo era maior, mas quando a gente foi fazer a análise de cada, os que passaram, que não tinham nenhuma pendência, nenhuma inconformidade no nome, no CPF, foram esses vinte e oito. O capital mínimo a gente conseguiu.

E logo em seguida nós demos início ao processo no Banco Central. E aí a cada semana, a cada mês é uma coisa nova pra acontecer, é um documento novo que eles pediam. Mesmo assim a gente continuou o processo de filiação de sócios, informalmente ainda, porque a gente não podia registrar como sócio de uma cooperativa que legalmente não existia.

O nosso processo de capacitação, na verdade, durante todo esse tempo se deu mais firmemente, porque a gente não tinha ainda nem noção, mas, justamente, era aquele tempo que a gente tinha pra se capacitar porque quando a cooperativa tá em atividade o seu tempo fica limitado.

E em agosto de 2006, dois anos e pouco depois, foi que nós recebemos a autorização do Banco Central pra funcionamento. Até aí a gente já tinha essa sede que foi conseguida via território, pelo projeto do antigo PRONAF infra-estrutura, num convênio entre o Governo Federal e a Prefeitura Municipal. Foi construído o prédio, com uma estrutura mínima de funcionamento.

Quando houve autorização do Banco Central pra funcionamento a gente já tava com a casa pronta há algum tempo. A nossa equipe com o diretor já estava, inclusive, trabalhando aqui dentro, informalmente ainda porque não tinha autorização do Banco Central. E no dia 28 de agosto, com essa autorização, a gente fez a nossa, digamos, assembleia oficial. Já tinha mais gente, mas na nossa ata mesmo consta os vinte e oito que lá atrás, há dois anos atrás, deram seus nomes e chegaram pra participar, pra constituição da cooperativa.

Durante todo esse tempo a gente não deixou de trabalhar. Os Fundos Rotativos continuavam a funcionar, só que a gente já trabalhava a transição desses fundos para o cooperativismo. A gente já divulgava o nome da cooperativa e, inclusive, já fazia as articulações pra que as pessoas pudessem passar a movimentar o seu recurso, por pouco que fosse, via cooperativa porque seria a instituição legítima dos cooperados.

Então, o que aconteceu nesse tempo foi que a gente pegou a metodologia do FUNDAF que ganhou vários prêmios. Primeiro do aval solidário, onde a comunidade toda deve avaliar os potenciais tomadores de crédito. E outra questão que é bem importante, que é sempre colocada aqui, desde lá da fundação a cooperativa teve que andar com suas próprias pernas, ou seja, a gente tem que gerar receita pra pagar nossas despesas e procurar se manter

minimamente, com algum resultado no final do ano. Ou seja, em dez anos de existência a gente nunca teve perdas pro sócio ter que honrar a mão no bolso, porque é um dos princípios da cooperativa: havendo sobras, ela é rateada entre os sócios, mas havendo perdas também. E aí, felizmente, até aqui a gente ainda não teve esse experimento e espera não ter.

Por isso, a Visão Mundial, ela foi do início parte fundamental. Na verdade, eram dois pilares. Um pilar, a Visão Mundial, que veio de fora trazer recursos. Já trabalhava no município e a partir daí, partiu a ideia da cooperativa. E o outro pilar é a AAGRA, que é a associação que na época organizava esses fundos dentro das comunidades onde ela atuava. E eu acrescentaria o terceiro, que são as comunidades.

Já o Centro de Desenvolvimento Comunitário de Maravilha (CDECMA), fundado em 1987, associado à ASA em Alagoas, é sediado em Maravilha (não faz parte da microrregião Agreste), mas atua principalmente em Minador do Negrão e Cacimbinhas.

A participante da pesquisa, vinculada a esta organização, mencionou que suas ações nos municípios de Cacimbinhas e Minador do Negrão ocorrem principalmente pelo fato de o CDECMA ser associado à ASA desde meados dos anos 2000.

Sobre a ASA, dos dez associados a essa articulação em Alagoas, cinco atuam na microrregião Agreste: AAGRA (sede em Igaci), CDECMA (sede em Maravilha), CÁRITAS (unidade Palmeira dos Índios), Visão Mundial (sede em Alagoas, no município de Santana do Ipanema) e MPA (sede alagoana em Palmeira dos Índios).

O trabalho dessas organizações, vinculadas à ASA, em relação à execução de programas relacionados às tecnologias sociais foi relatado pela participante do CDECMA.

Olha, a ASA ela recebe recurso do MDS, só que a ASA não trabalha só. Ela é a PIMC. A ASA é uma rede e quanto rede ela não tem CNPJ. Então dentro da ASA eles criaram a PIMC que era pra conseguir recurso pra poder desenvolver projetos. Então, a PIMC ela lança o edital, faz esse recurso. Às vezes é da Fundação Banco do Brasil. Muitas vezes conseguiu fazer parceria com a Petrobras, com o MDS.

E disso tem também o Encontro Municipal, depois tem o Encontro Territorial, que é o Encontro Territorial onde a gente reúne todas as famílias. Quer dizer, todas não, reúne uma quantidade. São cinquenta pessoas e essas cinquenta pessoas a gente tem que tirar dos municípios que a gente trabalha. Se eu estava trabalhando em três municípios então eu tenho que dividir essas cinquenta pessoas desses três municípios. E aí a gente faz esse encontro de

avaliação.

Depois tem um encontro, no final de tudo, tem um encontro de avaliação pra gente escutar deles o que foi que eles acharam. Se a implementação está funcionando, se não está funcionando. “- O que foi bom? O que foi ruim? E como é que a gente pode melhorar?”

Esse encontro de avaliação é bem interessante porque a gente obtém o retorno desses agricultores e isso é o que faz o programa P1+2. Não é só a tecnologia pela tecnologia. É um programa de formação e mobilização para convivência com o semiárido. Por isso que dentro de todas essas questões, a gente tá trabalhando a mobilização, a formação e a informação pra conviver na região. É o trabalho que a gente faz pela ASA.

O acesso à Cooperativa Agropecuária Regional de Palmeira dos Índios (CARPIL), fundada em 1987, cuja sede se situa em Palmeira dos Índios, foi feito mediante o gerente. Este relatou o início das ações dessa cooperativa nos municípios em situação semiárida na microrregião Agreste.

A CARPIL tem 37 anos e trabalha, além da comercialização, com vários projetos federais, estaduais e municipais, que abrangem o semiárido. A CARPIL, na realidade, ela é uma comercialização. Ela trabalha com os produtos de verdura sem o veneno e também já começou a trabalhar com leite.

Logo após de mudar de gestão em gestão, chegou o “L” que já tá com uns seis mandatos. Ele tem uma parceria com os governos e vai buscar. Então, se você ficar em casa ninguém traz. Graças a Deus o presidente da CARPIL tem essa facilidade de ir buscar, de ser otimista. Já temos parcerias com a Fundação Banco do Brasil, MDS, Governo de Alagoas, ASA e sempre correndo atrás.

Para destacar as atividades da instituição Educação – de nível Superior – no recorte semiárido inserido na microrregião Agreste, o acesso foi feito com base numa entrevista realizada com a professora e integrante da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária – ITES; esta, fundada em 2015, acha-se instalada no *campus* da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em Arapiraca.

A ITES/UFAL é uma extensão da ITES/UFBA (da Universidade Federal da Bahia), fundada em 2003, cujo foco é assessorar projetos de redes de economia solidária em diversos territórios empobrecidos do Estado da Bahia (ITES, 2017).

A participante, durante a entrevista, relatou o início das ações da ITES/UFAL e a inserção desta no semiárido da microrregião Agreste.

Eu tô na incubadora desde fevereiro de 2016. É recente, mas a incubadora em si ela também é muito recente. Ela surgiu no ano passado.

Antes mesmo da incubadora vir já tinha e ainda tem um projeto na UFBA que era dos bancos comunitários do Nordeste, que a UFBA é quem gerencia esse projeto pelo Ministério do Trabalho. E a proposta era justamente da criação de 29 novos bancos comunitários no país e o fortalecimento de alguns outros.

O município de Igaci foi escolhido por conta de relações pessoais mesmo entre “M” [Integrante da incubadora da UFBA (a ITES/UFBA) e que foi aluno de Administração da UFAL/Arapiraca] com “E” [Também ex-aluno de Administração da UFAL/Arapiraca] que já sabia da atuação da AAGRA. Então, na verdade, já se conhecia um pouco o contexto de organização social de Igaci. Por isso o banco comunitário em Alagoas acabou vindo.

A outra entrevista, também com um integrante da UFAL, foi realizada com o professor do curso de Agroecologia. Ele relatou o início de suas atividades com os agricultores de Igaci, para desenvolver a feira agroecológica local, como uma extensão das atividades da ITES/UFAL.

Eu cheguei agora em janeiro de 2016 aqui em Maceió. E aí eu já tinha conhecido o “L” [professor da UFAL/Arapiraca e integrante da ITES/UFAL]. Daí quando eu estava chegando estava começando com “L” o projeto da incubadora, que é o projeto de Economia Solidária no Agreste.

E aí como tinha o “L” e o pessoal da incubadora, que são da Administração e como o trabalho é totalmente direcionado para a agricultura familiar e à agroecologia, eles me chamaram.

Aqui eu estou no curso de graduação em Agroecologia. E aí ele me chamou pra fazer parte do projeto que estava prevista a incubação de 4 empreendimentos: um diagnóstico; o trabalho com a cooperativa de crédito de Igaci, a COOPERAGRE; implantação do banco comunitário de finanças, em Igaci também; e trabalhar com a feira de economia solidária de Igaci. É Feira da Agricultura Familiar de Economia Solidária de Igaci. Essa feira começou em 2015.

Sobre a feira, eles pensando em uma alternativa de comercialização, decidiram criar a feira que é específica para produtores agroecológicos. A AAGRA entra com o apoio das barracas, a montagem e desmontagem. Tem o apoio do poder público, que eles não têm que

pagar o espaço. Aí como é uma feira de economia solidária, de produtos agroecológicos, eles conseguiram a gratuidade do espaço.

Dentro desse empreendimento eu fiquei mais responsável por atuar nesse grupo da feira. O que é que a gente pensou: primeiro fizemos um diagnóstico de como eles estavam trabalhando, desde a organização da feira até a produção, pra gente pensar nas estratégias de ampliação de mercado. Aí o que a gente fez: começamos a participar das reuniões. Mas é um grupo bem organizado, no sentido assim: uma vez por mês eles têm uma reunião com todo o grupo onde eles discutem critérios de participação dos agricultores, como está a logística, o local onde eles estão fazendo a feira, o apoio da AAGRA e por aí vai.

E semanalmente eles fazem uma pequena reunião logo depois da feira com o grupo. São 12 agricultores que participam dessa feira. Eles têm uma comissão e logo que termina a feira essa comissão se reúne, avalia, decide alguma coisa que precisa, encaminha algum procedimento.

Curiosamente, eles são tão organizados que eles têm até um regimento interno. Esse regimento interno já define todos os procedimentos para entrada de agricultor nesse grupo da feira, define critério de exclusão. Então, por exemplo, um dos itens que consta lá nesse regimento interno é se o agricultor não participar das reuniões ele está excluído. Se ele levar produto pra feira que não seguiu os princípios da agroecologia pra produção, um produto contaminado, que ele usou produto químico, ele também está excluído e perde todos os direitos de usar a barraca. Isso, naturalmente, eles já criaram.

Das informações relativas à identificação dos atores, vinculadas aos programas na microrregião Agreste, a próxima etapa consistiu em descrever as ações pelas lógicas institucionais.

4.2 Descrição das Ações pelas Lógicas Institucionais

Para alcançar o segundo objetivo específico, foram descritas as lógicas mais atuantes no locus de pesquisa: do Estado, da Religião, da Comunidade e da Educação.

4.2.1 A Lógica Estatal

Em relação ao Estado, em âmbito federal, o ator – deputado federal – tem atuado no semiárido alagoano em duas frentes: Programa Água para Todos, Canal do Sertão e Riacho do Bálsamo.

O Programa Água para Todos foi instituído pelo Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, inserido no âmbito do Ministério da Integração Nacional (MI), gerenciado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), e executado em Alagoas pela CODEVASF. O programa é destinado a promover a universalização do acesso à água em territórios rurais, tanto para consumo humano quanto para a produção agrícola e alimentar, com prioridade de atendimento às famílias que vivem em situação de extrema pobreza/vulnerabilidade social. Tal situação inclui a maioria do semiárido brasileiro; são famílias inscritas no Cadastro Social Único (CadÚnico) do Governo Federal, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com renda *per capita* de até R\$ 154,00 (cento cinquenta e quatro reais), ou não inscritas, mas com perfil.

A população atendida tem sido beneficiada com as seguintes tecnologias: cisternas de consumo, de placas ou de polietileno (popularmente conhecida como de PVC – Polietileno Vinílico), sendo uma por família; sistemas coletivos de abastecimento e barreiros (pequenas barragens), para atendimento a comunidades; e os *kits* de irrigação, o que envolve os governos estadual e municipal.

A meta do programa Água para Todos, no Brasil, foi instalar 750 mil cisternas entre 2011 e 2014, sendo 450 mil de placas e 300 mil de polietileno. Em Alagoas, foram instaladas 30 mil cisternas de PVC, cada uma com capacidade de acumulação de até 16 mil litros de água. O sistema de cisterna é composto pelo reservatório de água de polietileno, calhas e canos (CODEVASF, 2017).

A gestão e execução das ações vinculadas ao Canal do Sertão pretende alcançar cerca de 250 km em Alagoas, beneficiando seus municípios, incluindo quatro inseridos no recorte semiárido da microrregião Agreste (Minador do Negrão, Estrela de Alagoas, Cacimbinhas e Igaci). Em Alagoas, a obra está sendo gerenciada pela SEAGRI/Irrigação desde 2013.

O gerenciamento da obra do Canal do Bálsamo junto à SEAGRI vem sendo debatido desde 2002; o objetivo do Governo de Alagoas é irrigar uma área – para fins produtivos – que se inicia em Palmeira dos Índios, passando por Quebrangulo até chegar a Igaci.

O relato do deputado federal que compôs os arquivos referentes às conversas informais trata dessas obras.

Em Alagoas sou o principal responsável pela obra do Canal do Sertão, assim como ficarei agora com a obra do Riacho do Bálsamo, em Palmeira dos Índios.

Sobre as cisternas de PVC, é importante saber que a sede não pode esperar. Então, o pessoal que faz as cisternas de placa, lá da ASA, fazem, mas demora muito. Por conta disso, eu ajudei na instalação de 30.000 cisternas de PVC em Alagoas. Foi o Estado mais beneficiado

com esse tipo de cisternas. E só seriam 22.000, mas batalhei e consegui mais 8.000. E a cisterna de PVC é mais viável, a pessoa pode levar, caso queira se mudar.

Em Alagoas, não ficou uma só cisterna de PVC sem ser instalada. O que ocorreu é que o Parque das Cisternas, onde estávamos guardando as cisternas, já não tem nenhuma cisterna por lá e a empresa que fazia essas cisternas, que se instalou em Penedo, lá pela CODEVASF, já foi embora. Levou tudo por conta do fim do contrato.

Para complementar o relato do deputado federal, na sede da CODEVASF em Penedo, seu gestor estratégico relatou, em uma conversa informal, as ações desse órgão.

Nossas obras envolvem recuperação de nascentes, obter e repassar dados que circundam o trecho do Rio São Francisco no auxílio da execução das obras em relação ao Canal do Sertão, além da instalação das cisternas de PVC pelo programa Água para Todos porque a empresa responsável ficou instalada aqui em Penedo e a distribuição dessas instalações ocorreu com o Governo de Alagoas.

O DNOCS, outro ator em nível federal, é o órgão responsável por construir açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso. Implantou também redes de energia elétrica e telegráficas, usinas hidrelétricas, e foi, até a criação da SUDENE, o responsável único por socorrer as populações flageladas pelas secas cíclicas (DNOCS, 2017).

Em Alagoas o DNOCS possui escritório no município de Palmeira dos Índios. Suas principais ações para o semiárido têm sido o programa Água Doce e a perfuração de poços. Ambos são vinculados ao Governo de Alagoas, via Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH. O foco é a implantação de 101 sistemas de dessalinização da água e a perfuração de 240 poços artesianos em Alagoas (204 já foram perfurados).

Segundo o diretor do DNOCS em Alagoas, em uma conversa informal:

O DNOCS sempre trabalhou com poços, barragens e temos um trabalho interessante de dessalinização em Estrela de Alagoas, na comunidade de Poeira e como um projeto do mesmo tipo em Cacimbinhas. Sobre os poços, foi feito nas comunidades quilombolas da região e usamos os chafarizes para que pudessem pegar a água das torneiras, pelo Programa Água Doce.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), nome atual que substituiu a

anterior denominação de Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, após a fusão com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2016, tem atuado no semiárido alagoano, incluindo o seu recorte localizado na microrregião Agreste, junto à CONAB (no que diz respeito à compra de produtos dos agricultores locais para compor o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA) e a ASA (no que diz respeito aos recursos para a construção das cisternas de placa pelos programas P1MC – Programa 1 Milhão de Cisternas, P1+2 – Programa 1 Terra e 2 Águas, Cisternas nas Escolas, Cisternas Calçadão e Cisternas de Enxurrada) (MDS, 2017).

Além desses programas, o MDS atua junto ao Governo Federal para fiscalizar como a execução dessas ações, incluindo os recursos investidos, o que também envolve o Canal do Sertão (MDS, 2017).

A CONAB teve como integrantes da pesquisa sua gerente de projetos (como participante) e seu gerente estratégico (a partir de uma conversa informal).

Conforme sua participante, *Alagoas é um Estado pobre que tem uma agricultura muito familiar. Não é uma agricultura desenvolvida tecnologicamente como nos outros estados. Segundo ela, a atuação nessa microrregião se dá pelo PAA, o carro-chefe da CONAB, principalmente em Estrela de Alagoas, Igaci e Palmeira dos Índios, com a doação de alimentos. Nesses municípios a função principal da CONAB é manter a regularidade do abastecimento.*

O PAA, segundo a CONAB (2012), possui duas finalidades: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Além disso, o PAA compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Esse programa se dá em cinco modalidades diferentes: Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite e Compra Institucional.

O PAA possui dois públicos beneficiários: os fornecedores e os consumidores. Os fornecedores (agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais) são os que participam individualmente ou por meio de suas cooperativas, ou outras pessoas jurídicas de direito privado.

Individualmente, o beneficiário deve possuir a Declaração de Aptidão ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o DAP, que o identificará como agricultor familiar.

O PRONAF Semiárido, como política pública, segundo o Banco Central do Brasil (2017), tem como finalidade investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na

sustentabilidade dos agroecossistemas e destinados a implantação, ampliação, recuperação ou modernização da infraestrutura produtiva, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários.

Já os consumidores de alimentos (indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição) dependem da referida rede e dos equipamentos de alimentação e nutrição em seus municípios. Ambos irão procurar as Unidades Executoras do Programa para serem incluídas como beneficiárias.

Em relação a esses aspectos, a participante da CONAB fez um relato complementar:

Nós temos que ter dois atores principais e a CONAB intermedeia essa relação. Temos as organizações fornecedoras que são essas associações: de agricultores ou cooperativas de agricultores.

E nós temos um outro ator que são as entidades consumidoras e essas podem ser o Centro de Referência de Assistência Social, se não me engano. São municipais. São órgãos de assistência social dos municípios que eles são vinculados à prefeitura ou podem ser outras associações ou ONGs que façam trabalhos de assistência social.

Então, qual é o papel da CONAB? Qual é o meu papel e do setor? É intermediar essa ligação. Então a gente compra dessas associações ou cooperativas e nós pagamos a esses fornecedores para que eles entreguem em entidades consumidoras. Esse projeto do PAA, aqui no semiárido, é uma das ações do Programa Fome zero.

Segundo a CONAB (2012), esse programa tem a base de regra definida por um Grupo Gestor – GGPA, órgão colegiado de caráter deliberativo e formado por representantes dos seguintes ministérios: MDS, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda e Ministério da Educação.

Segundo sua participante, o detalhamento sobre o PAA foi assim relatado:

A Lei de criação do PAA é de 2003. Como instrumento, com pontuação, foi 2003. Foi no início do governo Lula. Amadurece a ideia do PAA. A CONAB já vinha realizando ações e aí a lei veio e normatizou o PAA. Criou o PAA como semelhante a instrumentos que já existiam, que eram voltados para o agronegócio. Antes, os agricultores familiares não tinham acesso a essa política. Por exemplo, a gente tem estoque que quem tem acesso são os grandes setores de agricultura, suinocultura. Então eles conseguem produzir a um preço menor, porque eles

conseguem preços melhores. Só que para participar do leilão pra ter acesso àqueles estoques públicos, muitos agricultores familiares não têm.

Então, no início, o que é que acontece? Ele tem um outro programa que é pra ter acesso a estoque público que é “Programa Venda Balcão”. Esse já é um programa da CONAB onde o pequeno agricultor ele pega pra possibilitar a sua criação de suíno, de ave, a pecuária leiteira, ele tem acesso à estoques públicos, porque se ele fosse comprar ele iria comprar por um preço maior. Conseqüentemente ele tinha um custo maior e ele não conseguiria competir com os grandes.

Então a CONAB tem esse programa PAA que é pra o pequeno que não consegue ter acesso ao leilão público. Então, ele compra direto no balcão. Vende a um valor menor, principalmente para ração, aqui em Alagoas é principalmente milho. 2012 e 2013 a gente teve uma ação muito grande.

E hoje em dia você diz assim: o certo seria oferecer outros insumos. Mas o milho em determinadas cadeias produtivas ele é o principal insumo. Pra você ter uma ideia chega até a se estabelecer que um quilo de frango ele é 700 gramas de carne, porque na conversão alimentar que o frango tem ele converte quase 70% em carne. E dessa ração que é oferecida para o frango, cerca de 70% é milho. Então ele é o principal insumo na cadeia produtiva. E isso vale pra leite, vale pra suíno.

O que é que esse instrumento faz? Você tem uma produção aqui e não tem quem compre, porque tem uma grande oferta e você tem um público aqui que precisa consumir alimentos por que estão em situação de vulnerabilidade social. Não tem condição de comprar os seus alimentos. Não é só passar fome. É um conceito mais amplo que vai se modernizando além do conceito de Josué de Castro que fez aquela grande obra que foi Geografia da Fome. Então, vai além, é a questão da segurança alimentar. São pessoas que estão com a barriga cheia, mas não estão se alimentando direito, porque não estão tendo direito uma situação nutricional adequada. Então o conceito foi ampliado.

Aí, o que é que acontece? O Governo pega, faz isso e doa dentro do programa Fome Zero. Ele adquire aqui e doa. Em outros casos não dá pra você pegar e esperar isso aí. A situação dos produtos é que são totalmente perecíveis. Então, o governo pegou e fez a compra direta que é outro instrumento. A gente chegava lá, montava um pólo e saia comprando e ia estocando dentro do armazém da CONAB pra que, em outras regiões, a gente pegasse e colocasse nas cestas de distribuição dentro do programa Fome Zero.

A gente tem também um outro instrumento que é um instrumento que é conveniado com

os órgãos que é de distribuição de cesta pra públicos assim bastantes específicos, como: o pessoal da FUNAI (que são os indígenas), os quilombolas, os que ainda não são aceitos na reforma agrária (não são os assentados, são os acampados da reforma agrária. Que eles ainda não estão no processo de assentamento).

Então tem esses convênios e tem também que utiliza-se dos estoques públicos que é quando tem grandes catástrofes, que o governo usa esse estoque pra distribuição de cestas. Ou por enchentes ou por seca. Então tem esses instrumentos.

Então a função principal da CONAB é a regularidade do abastecimento. É regularizar o abastecimento. Enquanto empresa pública ela participa da formulação e da execução das políticas públicas agrícolas e de abastecimento, mas essas políticas são coordenadas pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, pelo Ministério do Planejamento. Tanto é que esse preço é fixado por um comitê gestor interministerial. Por que? Porque tem a decisão de soltar o dinheiro pro Ministério da Fazenda, do Planejamento, da Agricultura. E hoje ele ficou mais amplo dentro do PAA.

Quando você vai pro PAA tem um comitê pra estoques públicos, liberação de estoques públicos, que tem o comitê específico do PAA. O do PAA você ainda tem a participação dos Ministérios de Desenvolvimento Social e da Educação, porque o Desenvolvimento Social é algo bem amplo hoje. Então, agora, agrupou com o agrário.

O que é que aconteceu? Era interessante para os recursos do MDS a liquidação física. Era interessante, porque o MDS tinha um programa de distribuição dentro do Fome Zero que era de entidades consumidoras que precisavam receber o alimento. Então ela sempre tinha a liquidação física. Por outro lado, o MDA tinha a questão que via só os agricultores pela sustentabilidade dos preços propiciando um meio adequado para eles continuarem produzindo. Porque ali assegurava preço da sua produção.

Então o MDA disse: “- A gente tem interesse de ampliar isso aí. Só que a gente não tem o interesse, como MDA, pra jogar, porque recurso do MDA é pra distribuir pra matar do fome do povo”. Então, fez o instrumento que tinha o recurso do MDS e do MDA. O do MDA não tinha liquidação física só tinha liquidação financeira, porque o dinheiro precisava girar.

Muitas vezes, o que era que acontecia? Tava o estoque lá, mas o estoque era do MDS e o MDS não tinha mais estoque pra distribuir. Então o MDS, através da CONAB, fazia a compra desse estoque do MDA e jogava na política de distribuição de alimentos. Então, o MDA conseguia a sua finalidade: o dinheiro. Só que era muito dinheiro do governo, mas tinha aquela questão orçamentária, repassava pra o MDA, ficava e não girava.

Também houve, por parte das cooperativas, uma inadimplência muito grande. Então, o que foi que aconteceu? Teve até uma lei de anistia que hoje está muito restrito o regramento, até mudou. Você tem uma restrição muito grande e hoje não tem mais, se não me engano, recursos do MDA, só tem do MDS.

Hoje só tem recurso do MDS. Por que? Porque pro MDS é mais fácil, que fica sem inadimplência porque pega a produção. Agora ele exigiu da gente que fizesse uma fiscalização dessa formação de estoque pra ver se eles estão formando mesmo, porque ali é a garantia do pagamento, vamos colocar assim, daquele financiamento daquela produção.

Mas tudo vinha do MDS antes deles fundirem. Antes da fusão do MDS com o MDA que agora é um ministério só.

No que diz respeito às ações do BNB, entre suas estratégias de ação para o semiárido, em 2005, o microcrédito orientado foi direcionado à zona rural – já que desde 1998 só havia o crédito urbano pelo programa Crediamigo, com a criação do programa Agroamigo, que já ultrapassa a marca de um milhão de clientes (BNB, 2016). Para esse programa, o BNB busca outras fontes de financiamento, além dos recursos federais, como o Banco Mundial e o BID.

Sobre o Agroamigo, programa de microfinança rural, seu objetivo é melhorar o perfil social e econômico do agricultor familiar inserido no semiárido. A operacionalização do programa se dá a partir da parceria com uma Organização Social de Interesse Privado (OSCIP), o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), que contrata os agentes de microcrédito. Estes vão às comunidades rurais para atender os agricultores familiares enquadrados no PRONAF. Como relatou o participante do BNB:

Antes que o cliente se torne cliente, ele precisa ser agricultor. O que é que difere a pessoa que trabalha na roça de um agricultor? A DAP, que é a carta de aptidão ao PRONAF. Então, famílias detentoras de DAP – que pode ser proprietário, que pode ser arrendatário, pode ser comodatário, pode ser parceiro, pode ser meeiro, pode ser poceiro – se credenciam a participar do programa Agroamigo numa reunião que a gente chama de palestra formativa. Lá, a gente vai fazer uma reunião com 40, com 50 pessoas. E a gente divulga: as principais características do banco; as responsabilidades deles quanto clientes; e as da instituição enquanto detentora do recurso financeiro.

Eu vendo suporte forrageiro, vendo a comissão hídrica dele, porque o objetivo é levar uma solução, não um problema. Algumas famílias em Cacimbinhas – o ano passado eu passei novembro, dezembro e janeiro sem fazer nada em Cacimbinhas. Assim, sem renovar pra bovino.

Por quê? Porque era uma família que já tava muito sofrida pela escassez d'água e se eu chegasse aqui com mais 2/3 animais, aí ia escravizar aquela família. Então, a ética profissional me dizia que aquilo ali não era bom pra família.

Então, quando a situação hídrica e a situação forrageira mudou, a gente começou a fazer financiamento pra animal de novo.

Às vezes a gente chega lá e precisam de um manejo simples: acender ou apagar. O horário de acender e apagar uma luz no aviário faz com que a mortalidade daquele lote diminuísse muito. Então, nosso trabalho não é de assistência técnica, mas um assessor vai lá prestar algum tipo de informação mediante a necessidade do cliente.

Entre os objetivos do programa Agroamigo constam: concessão de crédito orientado e acompanhado; atendimento aos clientes na própria comunidade por meio do Agente de Microcrédito; agilidade do processo de concessão do crédito; sensibilização dos agricultores familiares quanto à importância da educação financeira.

Sobre a educação financeira, o participante relatou:

Há 4 anos, quando eu chequei no banco, existia uma cultura de financiar 2 garrotes. “- O banco financia o que? Dois garrotes”. E ao longo dos 4 anos a gente conseguiu desmistificar isso. “- Por que você quer fazer com 2 garrotes? - Porque sai mais rápido”. Não! O recurso é o mesmo. A planilha de elaboração de proposta é a mesma. Então, o que se respeita, o que se vem adotando, não só eu, mas todos os colegas que trabalham aqui, é adotar a política de respeitar a vocação da família e as necessidades básicas da família.

Para reforçar os objetivos do Agroamigo, assim se pronunciou o participante do BNB:

Por ser um crédito orientado e acompanhado, o programa possui uma equipe técnica, composta por zootecnista, técnico agrícola. De uma forma geral, a gente tem agência aí que tem agrônomo. Então, são pessoas que passaram por um treinamento e que estão aptas a dar uma orientação. Tem aquela assistência técnica que às vezes não chega lá na ponta, não chega nas comunidades, não chega no difícil acesso, não chega na família carente. Então, a gente tenta de uma maneira ou de outra minimizar essa lacuna que tem ainda, apesar de tantos programas de assistência técnica, mas como eu já te disse, eles são mal desenhados, têm duração de 1 ano, 2. Isso não surte efeito. Na nossa cabeça, não surte efeito.

O Agroamigo atende agricultores familiares com renda bruta familiar anual de: a) até R\$ 20 mil; ou b) grupos do PRONAF de renda mais elevada, sendo criada a modalidade Agroamigo Mais com a contratação de operações de crédito de valor até R\$ 15 mil.

Conforme o participante do BNB, *o programa hoje na região de Palmeira dos Índios tem atuação em Palmeira dos Índios, Quebrangulo, Estrela de Alagoas, Cacimbinhas, Igaci. Em torno de 200 mil reais são emprestados a cada município desse a cada mês do ano.*

Para tratar das organizações de âmbito estadual, a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (SEAGRI) revelou-se um ator representativo, tanto pelo seu participante, da Superintendência de Irrigação (SEAGRI), quanto pelos relatos obtidos em uma conversa informal com o integrante da Superintendência de Desenvolvimento (SDA).

Em relação aos municípios semiáridos da microrregião Agreste, a SEAGRI/Irrigação assim tem atuado, conforme o relato de seu participante:

Especialmente em Palmeira dos Índios, mas entregamos pequenos sistemas de irrigação em Igaci, Palmeira dos Índios e Quebrangulo. Incentivamos a utilização da agricultura irrigada através da sessão de pequenos sistemas, sistemas simplificados de irrigação. Mas, especialmente Palmeira dos Índios, com alguns projetos: tanto com distribuição, sessão.

A gente recebeu alguns kits de irrigação através de convênio com Governo Federal, entregou alguns em Palmeira dos Índios e entregou alguns em Igaci. Fora esses municípios a gente não tem um trabalho de grande porte. Quem tem é a parte do leite, lá no SDA, ou na Inclusão Produtiva, como falou, do Programa do Leite, ou de Melhoramento Genético tenha uma atuação mais pontual.

Entre as ações de irrigação, a que envolve o riacho do Bálsamo foi relatada pelo participante da SEAGRI/Irrigação:

Foi construída uma barragem. Essa barragem deve ter sido concluída em 2008, 2009 por aí, no máximo. Chama a barragem do Riacho Bálsamo. E tá previsto a implantação de um perímetro de irrigação nesse município.

Então, o Estado geral, não falo nem da superintendência, nem da SEAGRI, o Estado como geral, a SEINFRA tá licitando as obras. Quando licitar as obras, implantar a parte civil do projeto, a SEAGRI entra com a parte social: capacitação das famílias, seleção das famílias, indicação de culturas, acompanhamento técnico e por aí vai. Não é na verdade um projeto

restrito só Palmeira dos Índios. Que lá tem uma integração com outros projetos que são desenvolvidos aqui na região. Por exemplo, Igaci, existe um convênio do Ministério da Integração com a prefeitura de Palmeira dos Índios para implantar uma fábrica de beneficiamento de frutas para a produção de polpas, de suco. Então já integra com esse projeto de produção através da irrigação da barragem. Você produz em Palmeira, já beneficia Igaci e distribui pros outros estados, outros municípios.

Porém, esse projeto de irrigação aqui, que a gente falou da barragem, isso é um projeto muito antigo. Foi iniciado em 2002, 2003, no governo do Ronaldo Lessa. Foi contratada uma empresa de projetos pra se fazer projeto de engenharia civil. Foi construída a barragem, houve um saldo de recursos e o Ministério autorizou que fosse implantado esse saldo de recursos para agricultura irrigável.

Hoje a gente tem esse recurso disponível para implantar esse projeto de irrigação. Ou seja, em torno de 200 hectares irrigados. Isso aí tem quase 40 famílias diretamente. A gente espera que isso gere pelo menos 200 empregos e beneficie 200 famílias.

O Canal do Sertão também é um dos focos da SEAGRI/Irrigação, que gerencia a obra junto a outros setores do Governo de Alagoas. Sobre isso, o participante da SEAGRI/Irrigação fez seu relato:

A questão de obra ela é conduzida pela SEINFRA [Secretaria de Estado da Infraestrutura]. A gestão em si: venda de água, controle de autorização é da SEMARH [Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Alagoas]. Mas, na verdade, quem gere é o comitê gestor composto pelas 3 secretarias: SEAGRI, SEMARH e SEINFRA. O que diz respeito ao uso hidroagrícola, certo, diz respeito a gente. Água pra consumo humano, a SEMAR vende à Casal [Companhia de Saneamento de Alagoas], que revende ao consumidor. E obra de adutora, da própria construção do canal e gerenciamento da gestão do recurso que chega diretamente do governo federal para isso é da SEINFRA.

Num futuro, difícil de estimar quando, isso vai impactar diretamente nessa região. Lógico, com estreita ligação com o setor que é o Canal do Sertão que ele vem nesse trajeto aqui [o participante se baseou no mapa da microrregião], passando por Cacimbinhas, ele vai passar por Estrela de Alagoas e vai descer por aqui, Igaci. Corta um trecho grande dessa região. Isso aqui deve irrigar uns 15 mil hectares. Você imagina, beneficia uma população muito grande diretamente, seja para irrigação, seja para consumo humano.

Ainda sobre o Canal do Sertão, segue trecho de fala do secretário de Agricultura de Alagoas, no evento denominado III Seminário sobre Convivência com o Semiárido, realizado no Centro Xingó, em Piranhas:

Aqui perto do Canal do Sertão temos 205 km cortando o sertão e quando concluir serão 250 km. Precisamos então de um projeto pra que essa região seja rica e não fique dependendo do Bolsa Família. Um projeto pra desenvolver mais nosso semiárido. Precisamos melhorar essa distribuição de água e fazer com que isso seja uma realidade. Na hora que a gente desenvolve a agricultura, a produtividade de Alagoas melhora e geramos mais empregos.

Sabendo que o pequeno produtor, que é o que a secretaria faz, tenha oportunidades e que os ribeirinhos do Canal do Sertão tenham oportunidade de desenvolver atividade agrícola. Mas antes não tinha água. E agora precisa da tecnologia para chegar até ele e que ele use bem a água. Que seja bem capacitado e não venha a degradar com o mau uso da água. Ela mal utilizada pode prejudicar essa região toda. Precisamos então orientar o que ele vai produzir, o que o solo dele propicia. Temos solos rasos e o que ele vai produzir mais no solo raso ou no solo profundo.

Em relação a programas, a SEAGRI (2016) desenvolve e participa de alguns nos municípios inseridos na área semiárida da microrregião Agreste, como o Programa do Leite, o Palma e Sorgo Forrageiro, o PAA, o Crédito Rural PRONAF, o Programa de Melhoramento Genético no Agreste e a Distribuição de Sementes.

Entre os programas os que se destacam, conforme relato da superintendência de Desenvolvimento da SEAGRI (SDA) a partir de uma conversa informal, estão *Produção de Leite e Embriões* [Melhoramento Genético].

O Programa do Leite – PAA Leite – é executado em Alagoas desde 2002 e atende aos 102 municípios alagoanos, com 1.595 produtores locais; gera cerca de 500 empregos diretos e indiretos. A distribuição de um litro de leite diariamente é realizada dentro dos critérios preestabelecidos pelo programa: família com renda inferior a meio salário mínimo, gestantes, nutrízes, crianças até seis anos e idosos sem aposentadoria.

A distribuição é feita por voluntários das igrejas, associações de bairros, prefeituras e pela Pastoral da Criança. Ao todo, são distribuídos cerca de 50 mil litros diários. Os interessados fazem o cadastramento nos pontos de distribuição nos municípios alagoanos.

O benefício aos agricultores cadastrados no Programa do Leite é que eles têm a garantia de compra. O processo do leite se dá pela industrialização, pasteurização, empacotamento e

distribuição.

Já o Palma e Sorgo Forrageiro acha-se em fase de experimentação. A intenção é desenvolver 40 variedades de palma forrageira para alimentação animal, como alternativa ao cultivo do milho no semiárido alagoano. Entre os produtos gerados está sendo estudado o Farelo Enriquecido da Palma – FEP como alternativa ao rebanho leiteiro em época de seca.

Já o Crédito Rural PRONAF (MDA, 2016) (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), financia projetos individuais ou coletivos para gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, a partir de baixas taxas de juros dos financiamentos rurais. Para fazer parte desse programa, a família deve procurar o sindicato rural ou a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, como a EMATER, para obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP.

O Programa de Melhoramento Genético no Agreste foi lançado em 2016 e tem a função de receber sêmens para serem doados aos pequenos agricultores, a partir da parceria feita com as empresas In Vitro Brasil e Nordeste In Vitro (SEAGRI, 2017). O material genético é armazenado em recipientes com nitrogênio líquido e as doses de sêmen são das raças gir, holandês e girolando, que têm alta produtividade de leite. Já no primeiro ano do programa nasceram mais de 2 mil bezerros.

Sobre o programa Distribuição de Sementes, o integrante da SDA, em uma conversa informal, relatou:

Questiono se essa ação realmente vale a pena, se é a melhor ação, pois isso não dá retorno econômico. A semente que o Estado doa é de excelente qualidade, só que o agricultor não guarda [...].

A EMATER, outro órgão do Governo de Alagoas, é uma autarquia de regime especial vinculada à SEAGRI. Possui sete gerências regionais, sendo a denominada Agreste II a que atua junto aos municípios da microrregião Agreste. A participante da EMATER discorreu sobre a missão do órgão:

Nossa missão aqui é estruturar uma assistência voltada a produtores familiares de leite na região do sertão novamente e melhorar a produtividade. Isso porque também a EMATER foi contratada pelo antigo Ministério de Desenvolvimento Agrário, agora MDS, para executar a chamada do Leite que é uma chamada pública que foi de autoria do ministério pra vários

estados do Brasil.

Para isso, entre as linhas de pesquisas desenvolvidas pela EMATER, há: Pesquisa Agropecuária, voltada ao desenvolvimento produtivo no semiárido alagoano em relação a tipos eficientes de alimentação animal; e a de Desenvolvimento da Agricultura Familiar em Alagoas. Ambas foram abordadas pela participante da EMATER:

Tem a participação de técnicos que já foram da EMATER em outros momentos, pelo sistema de bolsa. Retornaram agora alguns técnicos, mas agora eles têm outro norte de atuação. Então eles tiveram que reaprender a atuar dentro da EMATER, com foco de: pesquisar o produtor, pra ver o que é melhor para o produtor dentro da cadeia; procurar informação técnica pra ajudar o produtor; saber que tipo de tecnologia social, ambiental está disponível pra poder plantar.

A abrangência de atuação desses técnicos, aos assistidos pelos projetos de pesquisa, foi relatada pela participante da EMATER.

Tem pouco tempo que a gente começou, mas é essa orientação que a gente tem com nossa equipe. Quer dizer: “- Vocês tem liberdade de visitar o produtor e pensar a estratégia de ajudar o produtor”. “- Eu vou conseguir ajudar os 60 produtores?” É impossível. Você não consegue ajudar de uma mesma forma, até porque cada produtor tem uma dinâmica de, vamos dizer assim, execução diferente. Assim, dos 60 que a gente tem, 15 são uma limitação técnica mesmo que para o técnico fazer uma visita de toda propriedade, e fazer o planejamento.

Então, em um mês, não tenho condições de fazer isso com 60, então é melhor que ele faça bem feito com 15 do que ele pulverize 60 e não consiga trazer resultados. E 15 é uma média que a gente tem trabalhado, mas vai ter o restante que ele vai continuar dando uma assistência mais extensiva.

Com a proposta de mensurar as ações dos técnicos para gerar dados à EMATER, a participante prossegue em seu relato:

A gente treina técnico. Treina o técnico com essas informações. “- Como é que eu como coordenação tô tentando mensurar isso?” A gente implanta planilhas zootécnicas que eles preenchem com dados da propriedade pra a gente poder acompanhar a evolução da

propriedade. Cada propriedade dessa o técnico tem obrigação, no final de cada mês, de encaminhar um relatório do que orientou tecnicamente na fazenda e quais são os dados ou técnicos econômicos da atividade. Então, tem uma planilha onde ele preenche lá.

O Seu Manuel Fonseca, ele tem dez vacas no rebanho, cinco em lactação, duas vazias, três secas, ele gastou tanto na atividade e aí os índices dele são esses. Então se ele continua com aquele mesmo dado o ano inteiro, a gente tá vendo que ele não está fazendo muita coisa. Aí outra coisa que eu faço também, apesar de eu precisar fazer isso rotineiramente (precisar sair um pouco mais da parte burocrática e ir mais pra campo) é ir com o técnico a uma propriedade e na propriedade ele demonstrar o que ele tá fazendo. E aí como eu já tenho uma experiência anterior eu posso dialogar com ele e a gente pode trocar informação. Dizer: “- Óh, o que é que você tá fazendo? O que é que você recomendou para o produtor?”. Duas pessoas é melhor do que uma pra pensar. Você vai lá e dialoga com ele. “- Ó. Eu acho que é interessante você ver essa outra área aqui da propriedade ou você focar mais a sua orientação na parte alimentar aqui na formação da dieta, porque se você tiver focando nisso...”. Ele tem muito problema pra resolver e você tem que escolher um. Não tem como chegar lá e tentar resolver tudo.

Então, é orientado o seguinte: “- Você vai na propriedade, você vai identificar um monte de problema, mas você tem que ver o que é mais emergencial pra agora. Então você trata um, depois você vai tratando os outros. E aí você vai dando um pouco de assistência”. Essa é a orientação, mas se o técnico está fazendo isso ou não, a gente só vai saber no decorrer do tempo. Até, porque é uma experiência nova.

Segundo a participante da EMATER, essas linhas de pesquisa assim se justificam:

Nós temos dois períodos bem definidos no ano: período da seca e período das chuvas. Então eu preciso produzir nas chuvas a comida pra fazer a conservação pra no período seco você ter disponível.

Nos últimos anos, como a gente tem visto, mudou muito a questão climática, mas no sertão o normal é a seca que é uma temporada da região do semiárido. No entanto, há alguns anos atrás a gente teve uns anos mais chuvosos e aí alguns produtores, eles um pouco se desprepararam na produção de alimentos para um período mais longo e os últimos anos, de 2012 pra cá, a gente tem um período muito grande de estiagem mais do que nos anos anteriores. Se você pegar alguns anos pluviométricos você pode ver isso.

E aí a gente precisa preparar a comida hoje para cerca de 9 meses no ano. Então a gente aumentou, em torno de 2 meses, mais ou menos de seca que a gente não tinha antes. O planejamento forrageiro, que a gente chama o principal foco do nosso trabalho hoje, é pra dar autonomia da propriedade na produção de alimentos e ter como manter o rebanho e ter como manter a produção o ano inteiro. Só que a gente não tem tido muito sucesso, porque a gente não tem tido chuvas.

Então, nos últimos anos que a EMATER começou a focar nesse trabalho, a gente não teve muito êxito porque a produção de alimentos precisa de três meses regulares de chuva contínua, bem distribuída. E foi o que a gente não teve. Tem mês que chove muito e o outro não chove nada, no período das chuvas. Esse ano foi assim: a gente teve duas chuvas bem concentradas que foi entre o dia 29 de maio e dia 2 de junho e do dia 24 de São João ao início de julho.

De lá pra cá a gente teve pouca quantidade de chuva. Então o pessoal não conseguiu colher o que plantou. Quem plantou na primeira chuva, que foi em maio, conseguiu tirar uma palhada que a gente chama porque não tem espiga o milho, que a produção de forragem é milho e sorgo pra silagem e a palma forrageira. Só que a palma tem um tempo maior pra você fazer o primeiro corte dependendo do sistema de produção e de adubação que você utiliza. No caso do milho e do sorgo é pra questão da silagem, então eles não conseguiram tirar milho pra produção de silagem. Acho que pouquíssimos produtores conseguiram tirar alguma produção e assim mesmo a produção não é de qualidade pra produção de silagem.

Então, esse é um ano muito difícil. E não conseguiu armazenar água. Então eu andava com alguns produtores nas regiões no mês de agosto e já não tinha mais água nas barragens. A água que tinha era muito pouca. Então, nesse período, a água já deve ter secado. Não sei como é que esses vão atravessar essa seca até o próximo inverno, porque se não tiver ajuda do governo, vai ser muito complicado.

Tal postura direciona o órgão que, após sua reestruturação, passou a dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela SEAGRI. Desde então, estes, na EMATER, passaram a ser executados pela Diretoria de Inovação e de Agregação de Valor à Produção (EMATER, 2016).

Os projetos em andamento da linha Pesquisa Agropecuária são os programas de utilização do Sorgo Forrageiro, que tratam da produção e conservação de forragens – com a caracterização de sua variabilidade genética – para alimentação animal no semiárido alagoano.

Outra linha de pesquisa da EMATER é a voltada ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar que, sob a responsabilidade também da Diretoria de Inovação e de Agregação de Valor à

Produção, conta com a colaboração de profissionais da SEAGRI, de pesquisadores da UFAL e do Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA/PE, e se desdobra nos seguintes projetos:

- Disponibilização de tecnologias apropriadas para agricultores familiares, objetivando a produção de forragens com sorgo e palma no Agreste e Sertão alagoanos, com enfoque no modelo agroecológico. O objetivo é capacitar produtores de base familiar na utilização de tecnologias disponíveis, com ênfase no modelo agroecológico para culturas do sorgo e da palma forrageira. A meta principal é capacitar 25 técnicos para transferência de tecnologia aos agricultores familiares nos territórios da Bacia Leiteira, Médio, Alto Sertão e Agreste alagoano. Este projeto tem recursos do MDS e do PRONAF;

- Avaliação e manejo de cultivares de sorgo (*Sorghum bicolor Moench*) forrageiro, visando à adaptação ao Semiárido e demais regiões agroecológicas de Alagoas. As metas são desenvolver dois tipos cultivares de sorgo e instalar dez unidades de intervenção técnica para divulgação dos materiais selecionados. Os recursos para este projeto são da Fundação de Amparo à Pesquisa em Alagoas (FAPEAL) e do BNB;

- Capacitação de produtores do Polo de Desenvolvimento Integrado da Bacia Leiteira de Alagoas na produção de volumosos e na inseminação artificial. A Bacia Leiteira de Alagoas abrange 11 municípios; dois desses estão no recorte semiárido da microrregião Agreste: Cacimbinhas e Minador do Negrão (TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2016). O objetivo do programa é capacitar os produtores rurais, tratadores de animais e estudantes do polo integrado da Bacia Leiteira na inseminação artificial e na produção de volumosos adaptados às condições edafoclimáticas da região. São suas metas: capacitar cem pessoas em inseminação artificial (tratadores, produtores e estudantes em nível médio e superior) e implantar três unidades didáticas (sorgo, milho, Palma, capim Buffel) para capacitação de produtores rurais. Os recursos para sua execução são do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI), vinculado ao BNB;

- Utilização da Palma Forrageira (*Nopalea* e *Opuntia*) para atividades produtivas no semiárido com enfoque na agricultura familiar. O objetivo do programa é disponibilizar tecnologia para a cultura da palma forrageira a fim de minimizar os efeitos da estacionalidade da produção forrageira no Semiárido alagoano sobre a produção animal da agricultura familiar. A meta é implantar 15 unidades de validação para difusão de tecnologia com a cultura da palma forrageira em municípios do semiárido alagoano. Os recursos para sua execução são do BNB/FUNDECI.

- Avaliação dos efeitos das variações de composição química da palma (*Nopalea cochenillifera* – Salm Dyck) sobre o processo fermentativo em estado sólido para obtenção do

Farelo Enriquecido da Palma (FEP). O objetivo do projeto é avaliar os efeitos da variação da composição química da palma forrageira, em particular dos teores de matéria seca e carboidratos não fibrosos, sobre o processo fermentativo e a qualidade final do produto. A meta é definir procedimentos no processo fermentativo da palma que garantam a obtenção do FEP com valores de proteína verdadeiros, acima de 10%. Os recursos para esse projeto são da FAPEAL;

– Utilização do sorgo forrageiro na produção e conservação de forragens para alimentação de ovinos e caprinos no semiárido alagoano. O objetivo é disponibilizar tecnologias existentes com o sorgo forrageiro para mitigar os efeitos da estacionalidade da produção de volumosos sobre a ovinocaprinocultura no Semiárido alagoano. As metas são: implantação de seis unidades de validação para difusão das tecnologias com a cultura do sorgo forrageiro; e a realização de dois cursos de capacitação na produção e conservação de volumosos para técnicas e produção (25 participantes). Os recursos são do BNB/FUNDECI;

– Caracterização da variabilidade genética em palma forrageira, pinha e cana-de-açúcar por intermédio de marcadores moleculares no Estado de Alagoas. O objetivo é determinar por meio de marcadores moleculares a variabilidade genética da palma forrageira, pinha e cana-de-açúcar no Estado de Alagoas, visando contribuir para o sucesso dos programas de melhoramento das espécies em questão. As metas são: adequação laboratorial; aquisição de itens necessários para equipar laboratórios; reforma de prédio; execução de atividades de pesquisa de acordo com as metas estabelecidas para o projeto; caracterizar acessos de palma forrageira com uso de marcadores moleculares; caracterizar acessos de cana-de-açúcar para caldo com uso de marcadores moleculares; caracterizar acessos de pinha com uso de marcadores moleculares; implantar coleção de germoplasma de pinha; implantar coleção de trabalho de palma forrageira; e implantar coleção de trabalho de cana-de-açúcar, visando à obtenção de caldo, rapadura e melado. Os municípios da microrregião atendidos por esse programa são Palmeira dos Índios, Igaci e Estrela de Alagoas. Sobre este projeto, a participante da EMATER fez um relato:

A intenção é melhorar a produtividade. Como? Buscando melhor a semente, melhorando o sistema de plantio, adubando. E aí você faz uma previsão de adubação e de aumento de produtividade “x” daquela área. Essa é a informação que você faz o cruzamento.

Aqui o produtor não tem o hábito de fazer fertilização do solo. Eles não fazem análise do solo. O produtor não sabe nem o que é análise ou aqueles que sabem acham que análise é uma coisa difícil de ser fazer ou muito cara.

Teve uma reunião que eu fiz com uns produtores, isso a gente colocando a necessidade

do produtor assistida, fazendo análise de solo. Eu fiz uma brincadeira com eles perguntando o que eles achavam da análise e de quanto é que custava. Teve produtor que não fazia análise, porque achava que aquilo custava 200 reais e na verdade a análise do solo custa 20 reais. Outros diziam: “- A gente não faz, porque a gente não sabe pra onde mandar”. Então, aí a EMATER entra: o técnico orienta o produtor; qual a área pra fazer a análise do solo pra qual cultura; e aí a gente faz a coleta. A gente não tem recurso pra pagar nada, porque isso é obrigação do produtor, mas a gente pode orientar a coleta, a gente pode pegar essa análise do solo e levar até o laboratório em Maceió.

Também por uma certa resistência de alguns produtores. Você chega lá com o produtor e ele tem uma resistência em plantar coisas novas, em ter novos conhecimentos, em pegar o que ele já sabe e transformar no novo. Então ele prefere continuar com o que ele já fez desde o pai. Então há uma certa resistência.

Como eu sei que o sistema dele não está sendo produtivo? Primeiro você avalia a produção que ele tira da área. Por exemplo, “- Nos últimos dez anos, dessa área que o senhor plantava milho, você tirava quantos sacos de milho?”. “- Nessa área aqui eu tirava em uma tarefa tirava, uma suposição, 20 sacos de milho”. Hoje se for plantar do mesmo jeito que antes ele consegue tirar metade ou menos da metade. Então você sabe que a produtividade por área dele caiu. Aí eu pergunto: “- O senhor usa o esterco?”. “- Às vezes eu coloco, às vezes não”. Às vezes num período seco ele vai lá e escolhe algum esterco, mas não calcula quanto, nem distribui uniformemente. Aí na hora da preparação do solo, quando ele vai fazer o plantio, áreas com maior declividade, em vez dele fazer um plantio mais na fase de barramento, fazer mais curva de nível, ele faz mais descendo a declividade, ou seja, os sucos.

Que ele abre pra plantio do milho, ao invés de ser, vamos dizer assim, no corte da queda da água ele segue a queda da água no solo. Entendeu? E com isso aí também, quando chove arrasta os nutrientes lá pra baixo e aí você desfavorece a nutrição do solo.

Então tem coisas que você observa e que você pergunta. “- Numa área dessa como é que você plantaria o milho? Como seria as carreias do milho?”. “- A carreira do milho seria assim, que eu sempre plantei.” Aí a gente: “- Não. Vamos fazer assim. Vamos mudar. Em vez de você plantar ele no horizontal, vamos plantar no vertical nessa mesma área. Aí vamos passar a colocar esterco. Agora coloca esterco na hora em que o senhor planta, porque aí o senhor concentra mais o esterco, a matéria orgânica, no período em que a planta tá crescendo”.

Então você faz as carreiras do milho na vertical, planta a semente de milho. “- Que tipo de semente o senhor planta?”. Aí: “- Eu planto qualquer uma que eu compro na feira”. “-

Então vamos comprar uma semente que a gente já saiba que seja uma semente melhor, mesmo que seja uma semente da região como a crioula, mas que você saiba que teve uma produção garantida. Ou vamos ver no mercado alguma semente selecionada que atenda o seu bolso, suas condições, mas tenha uma produção mais garantida”.

Então você vê essas informações: que tipo de semente, qual o sistema de plantio, quanto ele tirava antes e quanto ele pode tirar agora. Você calcula. Ai: “- Como você calcula isso?”. Eu pergunto: “- Quantas carradas de carro de boi você tirou dessa área no ano passado?”. “- Ah, eu tirei 50 carradas de carro de boi”. “- Uma carrada de carro de boi dessa, daquela cheia, dá quantos quilos, mais ou menos? Chega em torno de 500 quilos? 300 quilos?”. Ai, ele vai dizer mais ou menos uma média.

Quando calculo pela área que ele plantou eu sei quanto foi a produtividade de área, assim, por cima, porque é tudo calculado por aproximação, porque você não foi lá e não pesou, mas aí você sabe pela quantidade de carroça, pela média de peso que eles dizem e pela área que ele plantou, uma média de produção e de produtividade daquela área.

Então, geralmente, a gente requer uma produtividade entorno de 20 toneladas por hectare. Então ele tem que conseguir tirar 8. Ai, eu já sei que a produtividade dele está baixa. Então, é em cima dessas informações que a gente tem trabalhado: o que é que ele produzia antes e o que é possível melhorar?

Às vezes o produtor não tem área pra poder ampliar a produção, do volumoso, aí você tem como aumentar a produtividade da mesma área. Então ele plantou 10 tarefas de milho, as tarefas não deu pra alimentar o rebanho, mas ele não tem mais área pra plantar, além das tarefas. Só tem as 10 e agora o que é que eu faço?

– Avaliação de genótipos de sorgo para o Semiárido alagoano. O objetivo é obter, de modo contínuo, novos genótipos de sorgo com aptidão para silagem, visando mitigar os efeitos da seca prolongada. As metas são: capítulos de livros; artigos em revistas, congressos e seminários; divulgação em jornais, rádios e televisão; palestras.

Todos esses projetos, citados pela participante da EMATER, visam:

Trazer mais eficiência para a atividade que for assistida, como é por cadeia e cada técnico específico foca o seu conhecimento, a sua ação, a estratégia técnica pra aquela área. Então, ele vai ter mais tempo de estudar, em termos de ter informações para poder ajudar em tecnologia aquele produto. Ou seja, que tipo de tecnologia ela está sendo ofertada para as

entidades de pesquisa em Embrapa, em Universidades, que pode ajudar essa associação do produtor na produção de alimentos ou em algum manejo do animal ou no caso de outras cadeias, na parte de genética de melhoramento genético? Então essa é a intenção do técnico: ele poder ter mais condição de melhorar a sua atividade. É um caminho que como começou agora é muito novo.

A gente sabe que a palma é originária do México, mas ela tá há muitos anos aqui no sertão. Alagoas é o maior produtor de palma do nordeste. E a gente precisa continuar com isso, porque isso é que tem salvado, em muitas secas, o rebanho.

E aí a nossa ideia é focar nisso: “- Qual é a área de palma que a pessoa precisa plantar na propriedade pra poder dar conta do seu rebanho anualmente? Pra plantar, qual a área que você tem disponível? Vamos fazer a análise desse solo? Vamos ver o que precisa pra fazer a adubação? O senhor tem condição de plantar que sistema de plantio? Um sistema mais adensado menos adensado? Como é a questão dos tratamentos culturais? Tem como fazer?”

O planejamento forrageiro, que a gente chama o principal foco do nosso trabalho hoje, é pra dar autonomia da propriedade na produção de alimentos, ter como manter o rebanho e ter como manter a produção o ano inteiro.

Esse foco se justificou, conforme relato da participante da EMATER, pelo fato de tal cultura representar a segunda em área plantada no Estado de Alagoas, perdendo apenas para a cana-de-açúcar. Ainda segundo esta participante, a palma tem como resultado dar sustentação à lógica bovina.

A palma é importante porque, na verdade, todo o semiárido produz leite. Em Palmeira dos Índios tem produtor e tem empresa implantada, como a Vale Dourado que é a antiga IPISA. Tem aquela Bona Sorte, mas tem lá implantado. Em Estrela tem o produtor de leite, no Minador do Negrão tem produtor de leite. Em Quebrangulo eu tenho.

Além disso, a EMATER (2015) atua diretamente junto aos programas Crédito Rural PRONAF e PAA, conforme atesta o relato da participante.

Trabalhamos com produtores da agricultura familiar e, nesse caso, produtores pronafricanos, que sejam reconhecidos por DAP (que é a Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar). Então muito da EMATER são produtores pronafricanos identificados por DAP. Inclusive, a EMATER é a principal entidade que faz emissão de DAP com o estado, além do

sindicato e outras unidades, mas a EMATER é a grande responsável.

E a EMATER hoje, ela tem esse foco de ajudar o produtor a pensar desse jeito: a planejar a sua atividade, a como é que eu vou ter um rebanho e como eu vou produzir a comida pra esse rebanho. Tem que fazer essa relação. Isso serve não só pra pecuária de leite, mas pra qualquer atividade pecuária.

E nossa missão era identificar produtores com o DAP que fossem produtores de leite na região da bacia leiteira. E a meta era identificar 1500 produtores. Esses 1500 produtores seriam assistidos por técnicos da equipe com o objetivo de melhorar a produtividade e a eficiência da atividade leiteira com vistas a questão da geração de renda e de ter melhores condições de vida. Que é o maior objetivo da assistência ao produtor. Então esse trabalho começou em 2014 com o apoio da FAPEAL, porque os técnicos eram bolsistas, assim como hoje ainda são. E aí eles continuam na EMATER fazendo esse trabalho focado na melhoria de vida dos produtores.

Então o produtor precisa ter esses dois pensamentos: primeiro anotar tudo referente à atividade; segundo fazer o planejamento e executar o planejamento da produção de alimentos. E a partir daí você consegue trabalhar outras ações na propriedade.

Outra coisa também em relação a produção de leite. A produção de leite por vaca. Média de produção é um outro índice que a gente também trabalha. Vai na propriedade e junta as vacas todinhas que o produtor tem, divide, faz a média de produção. Ele tem dez vacas e tá produzindo 50 litros de leite. Então, a média dele são dez litros por vaca. Pra região a média dele não está ruim. Pra iniciar e precisa melhorar. Mas tem produtores que eu visito que a média tá sete, cinco. Aí você tem que ver que são vacas que está com uma idade avançada. São vacas, às vezes, que perdeu um peito por conta de mastite. Então ela já reduz de 25% a 30% a produção dela. Então a vaca não tem como continuar no rebanho. Aí essa vaca que tá com a produção reduzida, come igual a aquelas que estão produzindo mais.

Então você acaba desperdiçando comida, porque aquelas que podiam produzir mais estão comendo a mesma coisa que aquela que não está produzindo. Se eu descarto aquela vaca que perdeu um peito e pego a comida dela e distribuo entre elas eu vou aumentar a produção dele. Então, são essas as informações que você tem que ir buscando no campo que o produtor tem e você não tem como fazer uma previsão futura de um produtor que está com média de cinco litros pra daqui a um ano ele produzir uma média de quinze. Você tem que fazer ele chegar pelo menos a dez, a doze. Aí você tem vacas que não “tá” emprenhando. Entrou no cio e pela questão zootécnica que fez a atividade, até 90 dias a vaca tem que estar prenha após o

parto.

Tem vacas que passam um ano sem emprenhar, porque entra no cio, o boi cobre, ela não consegue emprenhar. Aí quando a gente vê, pode ser o que? Principalmente ver a deficiência de mineral e de comida. Aí a gente pergunta, quando vê uma situação dessa: “- Você está dando sal mineral para o animal?”. E ele “- Não”.

A gente antes de pedir alguma avaliação veterinária a gente primeiro introduz o sal mineral e espera em torno de 30 dias, 40 dias, pra ver se ele está em um estado nutricional bom. Se ele não tiver a gente tem que recuperar, mineralizar o animal, pra depois saber se o animal que responde a questão reprodutiva melhora a produção de leite ou não. Então, são essas coisas que você vai avaliando dentro da atividade.

Como resumo da situação atual e futura da EMATER, segue o relato das sua participante:

No meu caso, da EMATER na pecuária de leite, a gente precisa de um tempo pra poder deixar essas experiências fluírem resultados. E pecuária de leite, ela tem que ter um tempo pra ir se estruturando.

Eu creio que no próximo ano a gente já tenha algumas tecnologias implantadas nessas propriedades, algumas coisas modificadas, que a gente começou antes e que a gente está dando continuidade agora em termos de aumento de produtividade por área de palma forrageira, de produção de milho e sorgo para silagem, que é um resultado.

A parte de melhoria da qualidade do leite, implantação de algumas tecnologias de manejo na ordenha simples, eu o produtor possa ter resultado no leite. Tanto pra comercialização pra algumas industrial quanto para fabricação de alguns produtos artesanais lácteos, vamos colocar assim.

Assim, essa é a nossa missão, de construir aos poucos, mas de forma mais sólida. E eu acho que a gente está no caminho certo em trabalhar dessa forma. Em pegar os técnicos e fazer esse direcionamento, porque o que a gente vai precisar ter é uma continuidade com esses técnicos. Que hoje a nossa fraqueza, vamos dizer assim, é a gente precisar de um corpo técnico que tenha mais efetividade.

E aí a gente precisa ter essa continuidade um pouco mais tempo pra surtir esses efeitos, mas eu creio que em 2017 a gente vai ter mais o que contar do que em 2016.

Outro órgão do Governo de Alagoas, integrante da pesquisa, foi a Agência de Fomento de Alagoas – DESENVOLVE (2016). Esta empresa de economia mista é vinculada ao Governo de

Alagoas pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDETUR e está inserida no sistema financeiro nacional, de capital fechado.

Eis a atuação da DESENVOLVE, segundo relato de seu participante:

Ocorre em duas vertentes, dois direcionamentos de trabalho. Um deles é o crédito direto. Crédito que a gente chama de crédito individualizado. O pessoal tem o interesse, ele solicita o crédito e a gente faz esse crédito direto. Como também a gente tem um, dentro do nosso planejamento estratégico, o fortalecimento de instituições.

Em números, a DESENVOLVE em 2015 investiu R\$ 9,5 milhões, e em 2016 cerca de R\$ 20 milhões, beneficiando diretamente 5 mil pessoas e indiretamente cerca de 15 mil.

Como atuação, a DESENVOLVE, a partir de sua equipe de crédito, concede orientações sobre estratégias de economia para produtores rurais, apresentando suas linhas de crédito, segundo relata seu participante:

O trabalho da DESENVOLVE é um trabalho que é diferenciado. A gente consegue, a gente senta com cada produtor, a gente faz aquele contato (como costuma falar: Tête-à-tête) porque a gente entende a real necessidade deles, enquadra aquele crédito dentro da capacidade deles. Não adianta a gente levar um crédito pra ser uma corda no pescoço pra ele se enforcar.

Então a gente entende como é o fluxo da produção dele e a gente consegue fazer um crédito diferenciado. E nesse modelo a gente consegue fazer com que tenha esse resultado de inadimplência zero.

Outro ator representativo para o semiárido alagoano e que realiza ações junto a outros atores inseridos na microrregião Agreste é o Centro Xingó de Convivência com o Semiárido.

Localizado no município de Piranhas, é resultado de uma negociação de dois anos entre a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), que passou a cessão de uso de todo o espaço de 70 hectares – que até 2011 era denominado Instituto Xingó –, e o Governo de Alagoas. O Instituto Xingó era mantido com os recursos da CHESF.

Com o fim de suas atividades, em 2013, passou a ser Centro Xingó e foi vinculado, no Governo de Alagoas, à SEAGRI. Sua revitalização como Centro Xingó se deu a partir da parceria entre Governo de Alagoas e a Organização Civil de Interesse Público (OSCIP) denominada Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS).

O IABS, fundado em 2003, com sede em Brasília, objetiva contribuir para o bem-estar social, o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades em níveis local, regional, nacional e internacional.

Suas ações são baseadas em núcleos temáticos (Diálogos Sociais e Gestão de Conflitos, Energia Inclusiva, Desenvolvimento Rural e Tecnologias Sociais, Turismo, Meio Ambiente e Áreas Protegidas e Agricultura e Pesca Sustentáveis), os quais se desdobram e são praticados a partir de cursos e capacitações com seus profissionais nas mais diversas áreas: Engenharia de Pesca, Administração, Advocacia, Tecnologia da Informação, Oceanografia, Turismo, Geografia, Ciência da Computação, Zootecnia, Medicina Veterinária, Sanitarismo, Nutrição, Gestão de Agronegócio, Biologia, Gestão Ambiental e Engenharia Agrônoma. Para ministrar os cursos e as capacitações, o IABS contrata, além dos já inseridos em seu quadro, outros profissionais especializados.

Especificamente para o semiárido, o Centro Xingó realiza desde 2014 o Seminário Internacional de Convivência com o Semiárido.

A fim de realizar as ações do Centro Xingó, o IABS fez parceria com a AECID e junto à SEAGRI passou a: estruturar seu espaço físico; viabilizar e desenvolver ações e infraestrutura para atividades de pesquisa e extensão, capacitar e formar técnicos e gestores; orientar e apoiar criadores e agricultores familiares; difundir práticas e tecnologias sociais. Sobre isso, relatou a participante do Centro Xingó:

Toda essa parte que a gente tem de administrativo, capacitação (que são salas de aula) auditório, alojamento, toda essa estrutura física ela foi construída com recurso da ECID. Não só estrutura física, mas como trator, implementos agrícolas também foi com recursos da ECID. Então, a ECID hoje faz parte do comitê gestor do Centro Xingó.

O comitê gestor do Centro Xingó é formado pelas seguintes organizações: AECID, Fundo de Cooperação para Água e Saneamento – FCAS, Governo de Alagoas/SEAGRI, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, IABS, Ministério da Integração Nacional, Ministério do Meio Ambiente e CHESF.

As ações do Centro Xingó são realizadas em seu espaço físico. Os agricultores, as cooperativas e demais organizações como universidades, incluindo pesquisadores, professores e alunos, vão até o espaço para as capacitações e visitas técnicas, e se instalam no Centro para os cursos ofertados em formato de vivência.

Para explicar um pouco mais sobre tais ações, a participante do Centro relata:

A gente trabalha com parte da fazenda, parte produtiva, a gente trabalha com capacitações, a gente trabalha com pesquisa e a gente abre pra visitação. Tanto é que a AAGRA está vindo visitar a gente e já vieram também pessoas de Palmeira dos Índios.

Esse trabalho educativo é meio que um compromisso nosso. Trabalhar com essa parte educativa, com dias de campo.

O Centro Xingó possui, a partir dos seus núcleos (Inclusão Produtiva, Tecnologias Sociais e Meio Ambiente), realiza ações para: promover a ovinocaprinoicultura, avicultura caipira, apicultura, cultura de espécies forrageiras e biofábrica para produção de sementes e mudas; desenvolve unidades demonstrativas de cisternas para a captação de água de chuva, bioconstrução e outras tecnologias sociais visando proporcionar melhores condições de convivência com a região semiárida. Conforme relato de sua participante:

Tudo o que a gente pensa em fazer aqui, a gente pensa em fazer pensando nessa convivência com o semiárido. Como a gente tem aqui um centro de pesquisa, a gente sabe que tem coisa que não pode parar.

Como ações mais atuais do Centro Xingó, a participante ainda listou algumas outras:

A gente acabou de construir uma Casa de Mel Escola. Então a ideia do Centro Xingó é: o que é que eu posso fazer no semiárido. Que eu gaste pouco e que eu possibilite uma mudança de vida.

Então, hoje a gente tem uma casa de mel pequena, o mínimo de uma planta de casa de mel que eu posso levar pra uma associação que eles possam custear uma casa desse tipo. Super pequena e funcional e que ela pode receber um selo de inspeção federal. Então, uma das preocupações do centro é essa: eu levar pra você alternativas de baixo custo e com que a gente tenha aqui dentro do semiárido.

Temos também metas até dezembro do ano que vem que é trabalhar mais com essa parte de pesquisa. Só que assim, a gente na verdade propõe algumas pesquisas e essas pesquisas tem que ter impacto direto nos agricultores. Por exemplo, a gente tá propondo, quando as pessoas vêm aqui, alimentação alternativa pra avicultura com o recurso que a gente tem na caatinga, pra livrar do milho, livrar da soja que tem um custo elevadíssimo. Então, a gente sabe que existe um potencial grande com o mesmo teor de proteína e que a gente pode estar substituindo pra que barateie esse custo pra eles. Então, a ideia é mais ou menos essa. Diminuir esses

custos.

Durante o ano a gente teve construção de biodigestores e manutenção, construções de cisternas, construções de fogões e de quintais produtivos (que a gente acredita muito, porque aí já começa a mexer com as mulheres).

E como o IABS fazia gestão do fundo d'água [Fundo de Cooperação para Água e Saneamento – FCAS] que é internacional, então, com essa sobra de recurso eles acharam por bem fazer um prêmio. Fez uma premiação. Então, a premiação que chamou “Prêmio Mandacaru”. Tem até um livro de tudo isso relatando. Então, esse prêmio, como o nome já diz, ele premia tecnologias sociais que tenham impacto dentro de uma comunidade, de uma associação, de uma casa. Então, ele premia com dinheiro. Fez a seleção e premia com dinheiro essas tecnologias sociais e dentro dessas obrigações, a contrapartida dessas pessoas era implantar e capacitar pessoas nessa tecnologia social.

Então, por isso que eu falo pra você que a gente tem um módulo experimental. Então, teve toda uma metodologia de quem, da área da pessoa, o que aquela área poderia ter de tecnologia, enfim.

Em nível municipal, um dos órgãos foi a Secretaria Municipal de Agricultura de Palmeira dos Índios. Este município, considerado polo na microrregião, destaca-se na agricultura e na pecuária de gado para corte e leite, que predomina sobre os demais rebanhos. Na agricultura produz principalmente pinha, caju e manga.

Sobre a produção de leite e de frutas, o município de Palmeira dos Índios possui as seguintes empresas: Valedourado (laticínio), Boa Vista (laticínio), Bona Sorte (laticínio), Palmeira Agrícola (indústria de polpa de fruta) e Guara Frut (suco de frutas).

Segundo dados do IBGE (2017), o município possui 42 mil bovinos, 2.300 caprinos, 39 mil galinhas, 79 mil galos, frangos e pintos, e produz diariamente 17 mil litros de leite.

No que diz respeito aos galos, frangos e pintos, conforme o participante da pesquisa dessa Secretaria municipal:

Temos esse trabalho de trazer alternativas viáveis pra esse nosso clima e uma delas é a ovinocaprinocultura, a criação de pequenos animais, a galinha caipira. Nos temos o primeiro abatedor de frango caipira do estado, aqui em Palmeira dos Índios.

Esse participante ainda relatou sobre os dados da produção leiteira em Palmeira dos Índios:

Pra bovinocultura do leite, em 2013, nós implantamos 10 tanques de resfriamento de leite. [...] Então, como eles fazem parte da [Cooperativa de Produtores de Leite do Estado de Alagoas] CPLA, eles vendem o leite pra quem eles querem, por quanto eles querem, ou o que que vai fazer com o dinheiro arrecadado: se vai distribuir, se vai comprar, se vai guardar, entendeu?

Sobre a área irrigada de Palmeira dos Índios, o participante dessa Secretaria afirmou: *Nós temos um trabalho de recuperação de nascentes do rio Coruripe.*

Outra secretaria municipal acessada foi a de Agricultura do município de Quebrangulo. Este município é uma área de transição: uma parte é Zona da Mata e outra Agreste. O município é cortado pelo rio Paraíba, que nasce em Bom Conselho (PE), e também, do mesmo modo que Palmeira dos Índios, pelo riacho Bálsamo.

Este participante relatou sobre essa área de transição:

Nós aqui de Quebrangulo, como você pode ver no mapa da microrregião, a gente ainda tem proximidade com a parte da zona da mata.

Na Zona da Mata, tem muita parte de mata, muita minação, é uma área bem desenvolvida, até pra agricultura. A gente tem os assentamentos que as pessoas realmente fazem plantio de fruteiras e eles não são prejudicados, vamos dizer assim, pela seca. É uma agricultura mais bem desenvolvida.

Agora, puxando mais aqui para Palmeira dos Índios, que é a parte mais Agreste, na própria pista, na própria BR a pessoa pode já sentir a diferenciação do solo e das plantas que vão se desenvolvendo. Aí o que é que acontece: nesta região tem tido todos esses anos um trabalho de prefeitura e do estado. A prefeitura veio com essas operações carro-pipa no período de estiagem maior e vem também quando há uma parte já de calamidade pública e há uma entrada do estado ou do governo federal com o exército, com a distribuição de água. E a agricultura dessa região também se concentra mais no período de chuvas. O restante é pastagem e pouquíssima irrigação. Não se fala praticamente de irrigação.

A economia de Quebrangulo é baseada na bovinocultura do leite e na criação de gado, que vende para Maceió e outros estados. Sobre isso, o participante discorreu:

Nossa parte de bovinocultura de leite ela se volta mais pra um médio produtor. O pequeno produtor ele não visa muito essa produção de leite, mas podia também ser fortalecida,

principalmente na região com melhor condição de pastagem.

Há um recurso que é destinado ao estado. O estado faz a intermediação com os municípios e nas localidades esse programa visaria auxiliar ao pequeno produtor via compra direta ou via alguma associação, alguma pequena empresa que eles tenham de processamento de leite. O que acontece aqui, e eu acho que na maioria dos municípios aqui de Alagoas, é que existe a CPLA: Cooperativa de Produtores de Leite do Estado de Alagoas.

Essa cooperativa, ela possui um posto de coleta. Ai essa intermediação entre o pequeno produtor, faz o processamento e repassa ao município. O município recebe a nota desse produto, desse leite e repassa pra o estado. Que o estado faz encaminhamento para o governo federal, comprovando o uso adequado do recurso federal.

Quebrangulo desenvolve também a cultura de algodão, café, mandioca, banana, feijão e milho. Segue a fala do participante da Secretaria de Agricultura:

Nós todos temos como agricultores, agrônomos, uma condição melhor. O município da gente ele vem se desenvolvendo bem com a cultura do milho. Existem vários produtores aqui grandes bem, grandes, tendo uma boa produtividade, uma produtividade relativamente boa, com plantas com variedades melhoradas ou até mesmo híbridas.

O que mais fica mais carente é essa parte de conscientizar a população de que se ela gastar um pouco mais, mesmo tendo esse programa do governo de distribuição de sementes gratuito, que se ela visa uma coisa comercial, uma coisa que não é de subsistência, que ela vai ter aquela produtividade, aquela produção de milho como a gente tá falando pra dar uma galinha, pra moer, fazer um xerém pra um animal, pra uma vaca, pra um boi.

Se não é pra esse lado, ele deveria tentar de uma forma ou de outra, ou através de uma parceria direta do governo federal como o governo do município pra que tivesse um recurso pra financiamento de uma semente de qualidade, uma semente melhorada e que tivesse um fim comercial pra esse pequeno produtor.

Sobre as ações da prefeitura para com a agricultura local, o participante relatou:

A gente possui alguns programas de assistência que envolve mais o pequeno, micro produtor; vamos assim dizer, que é um arrendamento. A prefeitura, desde 2000, já vem com esse programa de arrendamento de terra ao pequeno agricultor. No qual há o arrendamento de uma área "x" pra cada pequeno proprietário. Ele recebe 2 tarefas de terra pra fazer a agricultura de

subsistência dele, ou, algum tipo de agricultura que seja de melhor qualidade, visando a venda, comercialização. Aí, de 2013 pra cá, a gente vem oferecendo trabalho de máquinas agrícolas gratuitamente pra cada um desses agricultores.

Com base na análise feita foi possível considerar, em resumo, as principais ações – os institutional works criação, pela letra “C”, manutenção, pela letra “M” e ruptura, pela letra “R” – em relação a lógica da instituição Estado na microrregião Agreste.

Quadro 17. Relação entre a lógica do Estado e seus tipos de institutional works

Principais Atores	Institutional Works representativos			Formas	Caracterização
	Tipos				
	C	M	R		
MI, MDS, CODEVASF, SEAGRI		x		Mitologização	Políticas de combate à seca com acesso a água para consumo humano e produção agrícola. Exemplos: Canal do Sertão e Canal do Bálamo.
MI, MDS	x			Definição	Pelo Programa Água para Todos, implementando cisternas de placa, com a inclusão de kits de irrigação
MI, MDS		x		Valorização	Pelo Programa Água para Todos, implementando cisternas de polietileno vinílico (popularmente conhecidas como de PVC), com a inclusão de kits de irrigação
DNOCS, SEMARH		x		Mitologização	Construção de açudes, poços e ações pelo Programa Água Doce
MDS, CONAB, PRONAF	x			Construção de redes	Compra de alimentos pelo PAA no intuito de promover o acesso a alimentação e incentivar a agricultura familiar
BNB		x		Valorização	Microcrédito rural orientado
SEAGRI, EMATER		x		Valorização	Programas e pesquisas voltadas para desenvolver estudos voltados ao desenvolvimento da palma forrageira e do sorgo como insumos para manutenção alimentar dos bovinos e, por conseguinte, de maior produção leiteira. Além disso há o Programa de Melhoramento Genético para aumentar a qualidade dos bovinos.
SEAGRI		x		Valorização	Distribuição de sementes
EMATER		x		Valorização	Aumentar a produtividade dos agricultores a partir de ações técnicas.
Centro Xingó	x			Construção de identidades	Oferta de cursos vinculados ao semiárido nas temáticas: tecnologias sociais, produção agroecológica, inclusão produtiva, avicultura, apicultura, culturas próprias ao semiárido

Fonte: elaboração própria

Como síntese, em relação ao Estado, as ações são voltadas ao combate à seca em que a maioria se dá pela manutenção de políticas públicas (com o PAA, PNAE e cisternas), e outras, ainda, são de cunho produtivo (com o Governo de Alagoas voltado à bovinocultura do leite).

4.2.2 A Lógica Religiosa

No grupo de organizações inseridas na instituição Religião, a Visão Mundial, de base

protestante, tem desenvolvido ações nesse recorte semiárido da microrregião Agreste.

Com mais de 40 anos de atuação no Brasil (1975-2017), o resultado dos trabalhos da Visão Mundial é assim indicado: a) 190 mil beneficiários diretos; b) 570 mil beneficiários indiretos; c) atua em dez estados; d) possui 35 Programas de Desenvolvimento de Área – PDA; e) 15 empresas parceiras; e f) 732 comunidades atendidas.

Além das ações em prol do desenvolvimento e da proteção infantil, com parcerias firmadas com os governos municipais e estadual, em Alagoas a Visão Mundial atua junto aos agricultores e organizações vinculadas ao semiárido na microrregião Agreste.

Um de seus objetivos é criar alternativas de desenvolvimento para as famílias e as comunidades. Para promover esse desenvolvimento, a organização tem como estratégia de atuação os Programas de Desenvolvimento de Área – PDAs. Estes são relativos a regiões de pobreza extrema, nas quais são executados projetos em diversas áreas programáticas, tendo como princípio o protagonismo da comunidade (VISÃO MUNDIAL, 2017).

Alagoas possui quatro dos 35 PDAs do Brasil: Tapera (São José da Tapera e Senador Rui Palmeira), Mundaú (Brejão/Maceió), Serrana (Canapi e Mata Grande) e Mandacaru (Inhapi e Mata Grande) (VISÃO MUNDIAL, 2017). Nenhum desses municípios se acha na microrregião Agreste.

Todas as atividades desenvolvidas pela Visão Mundial estão em um Projeto Político-Pedagógico, organizado por Rufino (2009), cujas etapas são: mobilização social, construção do marco situacional, construção do marco teórico-filosófico, construção do marco operativo, diagnóstico para a prática, construção do plano estratégico de ação e, por fim, detalhamento do plano estratégico.

Desde 1989 essa ONG esteve presente na microrregião Agreste. Em 1989, no município de Palmeira dos Índios, e em 1990 em Igaci, para revitalizar a AAGRA. Em relação à sua atuação na microrregião Agreste, seu participante relatou:

A gente atuou e ainda atua indiretamente pelas organizações que permanecem lá é Palmeira dos Índios e Igaci. Em Igaci é mais uma atuação voltada pra zona rural mesmo. E Palmeira teve na zona rural também.

E aí hoje, por exemplo, a situação mudou e a gente já atua com ações de promoções do alto desenvolvimento desses grupos comunitários, grupos produtivos pra que eles encontrem alternativas autossustentáveis de geração de renda e de inclusão produtiva. E a Visão Mundial vai para essas áreas, em geral, porque tem contexto de pobreza. São indicadores sociais que levam a Visão Mundial a optar por área “x” e não área “y”. Em geral, esses indicadores estão

ligados ao IDH, renda, educação, saúde etc.

Eis o resultado de 2000-2016 conforme relato do participante da Visão Mundial:

Há muitas associações comunitárias rurais de Igaci. Se você for em cada comunidade ali tem uma associação. Todas essas associações foram influenciadas de alguma forma pelo trabalho de Visão Mundial. Seja pra o processo de organização, de mobilização da comunidade, seja pra o processo de organização interna mesmo da gestão da associação, dos objetivos etc.

Na prática, a aproximação e a influência da Visão Mundial para com as associações comunitárias podem ser compreendidas a partir do desenvolvimento da AAGRA, da COOPERAGRE e do FUNDAF, todos vinculados aos fundos rotativos.

Sobre os desdobramentos dos Fundos Rotativos e das microfinanças, idealizados pela Visão Mundial em Igaci, o participante fez o seguinte relato:

Antes do Agroamigo ser lançado eles vieram aqui e passaram uma semana vendo como nosso fundo funcionava. O pessoal lá de Fortaleza também foi lá, apresentou. Foi no FUNDAF, levou a gente lá. E olha que eles já tinham ido até a Índia. Já tinham vindo de tudo que é lugar. Foram ver o Grameen Bank, foram ver um monte de coisa. O cara que até hoje é gerente, do Agroamigo, ele ainda faz essa referência, não em público, que ele não quer, mas quando ele encontra comigo ou com a gente ele lembra disso. Ele veio pessoalmente, passou uma semana aqui. Ele se inspirou nesse programa.

Não foi a gente que criou o Agroamigo, mas também beberam dessa fonte. É claro que eles beberam da Índia, beberam de não sei de onde e tal. Mas muito da metodologia, da regra que eles pegaram pra criar o programa tem esse histórico concreto.

A metodologia do FUNDAF, por exemplo, ainda hoje funciona desse jeito. Por exemplo: crédito que o FUNDAF libera, só libera se a associação local a se avalizar der o “Ok”, que aquele sujeito lá que quer tomar o crédito, é associado, tem por referências, enfim. Enfim, tudo é feito com a tutela da associação.

Outra organização religiosa, de base católica, que atua na microrregião, é a CÁRITAS, com sede em Brasília. Integra a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e atua em 450 municípios brasileiros. É organizada em uma rede com 183 entidades-membros, com 12 regionais,

sendo as de Alagoas pertencentes à regional Nordeste II (CÁRITAS, 2016).

A CÁRITAS é membro da CÁRITAS Internacional e possui outras unidades, como na África, Europa, América Latina, América do Norte e Oceania. Porém, cada unidade possui sua autonomia institucional.

Em Alagoas, a CÁRITAS possui unidades nos municípios de Maceió, Arapiraca, Penedo e, desde 2003, em Palmeira dos Índios.

Suas principais ações envolvem: iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, Fundos Solidários, uso de materiais recicláveis, pequenos(as) agricultores(as), acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais. O público nessas ações são os jovens, as mulheres e os catadores(as) de material recicláveis.

Em termos organizacionais, a CÁRITAS conta com um quadro fixo de pessoas que atuam no Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização (PMAS), para a gestão cotidiana, comunicação, sustentabilidade institucional e formação de seus agentes. Para a manutenção do PMAS há as Comissões, Grupos Gestores, Grupos de Trabalho, Conselhos, Fóruns e Coordenações Colegiadas. Sobre isso, a participante fez um relato:

A CÁRITAS trabalha com voluntários, mas na questão de projetos a gente também tem que contratar as pessoas. Então a gente vai e faz uma seleção e elas vêm. A gente vê quem é melhor para o trabalho. Então a gente contrata pelos projetos.

Essa formatação organizacional faz com que as seguintes orientações estratégicas sejam adotadas: promoção e fortalecimento de iniciativas locais e territoriais na construção da sociedade do bem viver; defesa e promoção de direitos, construção e controle das políticas públicas; organização, fortalecimento e sustentabilidade da Rede CÁRITAS; e a formação permanente do voluntariado.

Essa orientação estratégica foi reforçada pela atual presidente da CÁRITAS, em uma conversa informal: *A gente busca ser realmente uma igreja viva, uma igreja missionária e uma igreja que luta pela vida. A vida em primeiro lugar.*

Para complementar esse envolvimento das pessoas com as ações da CÁRITAS, sua participante fez o seguinte relato:

Eu fiquei na CÁRITAS, passei dois mandatos como presidente e depois de fazer parte de duas diretorias eu disse: “- Olha eu quero sair, porque é preciso que venha a experiência de

outras pessoas. Eu quero ficar como uma voluntária sem fazer parte da diretoria”.

Fundamos a CÁRITAS aqui em 2003 e as meninas agora tomam conta. Nós não somos donos do saber, cada um sabe contar uma parte dessa experiência a partir da hora que chegou na CÁRITAS.

A missão da CÁRITAS é anunciar o Evangelho de Jesus Cristo na defesa e promoção da vida e participar da construção solidária junto às pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social, com a intenção de transformá-las em protagonistas (CÁRITAS, 2017).

No estatuto da CÁRITAS, seus objetivos foram assim definidos: promover atividades e finalidades de relevância pública e social; realizar e articular ações de assistência social, cultural, educação de base e promoção da solidariedade a famílias e pessoas empobrecidas; atuar na prevenção, no socorro imediato e na reabilitação de grupos em situação de emergência natural e social; realizar ações solidárias de geração de trabalho e renda; preservar o meio ambiente; investigar, estudar, analisar e desenvolver estratégias de combate à pobreza e à miséria; formar e capacitar agentes para suas ações sociais de exercício da cidadania; elaborar e publicar livros, revistas e boletins de interesse da entidade; assessorar e dar assistência técnica e extensão rural a agricultores familiares, assentados da reforma agrária, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais.

Como fonte de recursos, a CÁRITAS dispõe de: donativos e doações de pessoas físicas ou jurídicas; termos de parcerias com órgãos públicos e privados, incluindo a prestação de serviços assistenciais e filantrópicos; atividades educacionais complementares; receitas ou rendas de seus bens e serviços; contribuições de suas associadas, cooperadores e doadores; e aplicações financeiras (CÁRITAS, 2016).

Entre essas fontes de recursos há os Fundos de Solidariedade, agrupados no Fundo Nacional de Solidariedade (FNS), e os Fundos Diocesanos de Solidariedade (FDS) (CÁRITAS, 2016), que arrecadam os recursos, desde 1998, a partir das doações das Campanhas da Fraternidade organizadas pelo CNBB.

Os fundos são compostos da seguinte maneira: 60% do total da coleta permanecem na diocese de origem e compõem o FDS. Os recursos são destinados ao apoio de projetos sociais da própria comunidade diocesana. Os 40% dos recursos restantes compõem o FNS e são revertidos para o fortalecimento da solidariedade entre as diferentes regiões do país – as que possuem mais recursos contribuem para o desenvolvimento das menos favorecidas.

Para exemplificar as ações baseadas nesse Fundo, a participante da CÁRITAS esclarece:

Eu acho que em 2013 ou 2014, um coletivo de comunicação, em parceria com a CÁRITAS Diocesana, escreveu um projeto que era de uso e ocupação de território nacional. Foi com os povos indígenas.

E quando a gente não tinha pernas para acompanhar todas as comunidades indígenas, a gente fez o projeto pela CÁRITAS e a gente fez formação nas comunidades que estavam dentro da Diocese de Palmeira. Era um projeto imenso, realmente. A gente escreveu no Fundo Nacional. O Fundo Nacional disse que não tinha condições de pagar todos os custos do projeto. Mas aí metade a gente conseguiu fazer.

Então, a gente foi lá no sertão também. A gente abrangeu mais essa área do sertão. Dos povos indígenas do sertão. Não conseguimos lançar a cartilha, porque a nossa ideia era fazer essa formação do uso tradicional do território e a gente lançar uma cartilha com esses dados dos povos indígenas. Mas aí a gente conseguiu coletar muito material. E aí conseguiu fazer uma parceria muito legal com os povos indígenas do sertão e aqui em Palmeira dos Índios também.

Os projetos desenvolvidos pela CÁRITAS fazem parte de um programa de atuação baseado em seus objetivos. Entre seus projetos, há: Catadores de Materiais Recicláveis; Convivência com o Semiárido; Economia Popular Solidária; Gestão de Risco e Emergências; e Políticas Públicas.

Especificamente sobre o semiárido, a CÁRITAS já atendeu, desde 1999, mais de 100 mil famílias com obras hídricas e mais de 70 mil com atividades educacionais e produtivas (CÁRITAS, 2016).

Segundo sua participante:

Atuamos em cerca de 11 municípios em Alagoas. E pelos projetos, estávamos com três: Primeira Água, Segunda Água, Dois da Primeira Água e uma da Segunda Água. É muito interessante. Da Primeira Água, só em Igaci foram mil cisternas que construímos. Segunda Água, foram trezentas. Cem também em Cacimbinhas.

De acordo com outra integrante da CÁRITAS, em uma conversa informal, *também participei e colaborei com o projeto de Cisterna nas Escolas, o primeiro, em 2015. Foi o primeiro Cisterna nas Escolas da gente aqui.*

Para tratar um pouco mais dessas ações, segue o relato de uma integrante da CÁRITAS:

Eu conheci a CÁRITAS e fiquei com vontade de participar sendo voluntária em algumas ações e comecei como educadora. Participei dos cursos também como forma de me informar

sobre a CÁRITAS, para ministrar os cursos dos projetos de “1ª água e 2ª água” que é o GRH que é o Gestão de Recursos Hídricos. É para o gerenciamento de recursos hídricos. E também ministrei o curso de GAPA - Gerenciamento de Água para a Produção de Alimentos. E depois, no mesmo ano, já em 2014, administrando esses cursos de SISMA que é o de Sistema Simplificado de Manejo de Água para a Produção de Alimentos.

No todo, tendo como base as ações, a participante da CÁRITAS reforçou sua mística:

A CÁRITAS tem a metodologia diferente, tem uma mística espiritual diferente de outras organizações que também executam os projetos de cisternas. E aqui na CÁRITAS tem uma equipe assim diversificada enquanto formação, porque tem advogado, tem antropólogo, tem químico, pedagogo.

Então é uma equipe que ao mesmo tempo consegue fazer essas questões técnicas, executar os projetos e também permanece. É um trabalho de base. A CÁRITAS quando contrata faz um trabalho de base e a pessoa vai se apaixonando, querendo ficar depois do contrato como voluntário. E mesmo que não tenha o contrato, aí: “- Ah! Vou continuar, pelo menos, acompanhando as famílias porque achei interessante o trabalho”.

Já em relação a eventos, há o denominado Grito dos Excluídos, organizado desde 1995 como uma manifestação popular e espaço de animação aberto aos grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas dos excluídos.

Em Alagoas, a CÁRITAS de Palmeira dos Índios organizou pela terceira vez (2014, 2015 e 2016) o Grito dos Excluídos, envolvendo a comunidade dos municípios inseridos no recorte semiárido, em que foi dada voz aos representantes comunitários, sobre suas demandas, para que estas pudessem ser enviadas ao poder público de cada município.

Quadro 18. Relação entre Religião e seus institutional works

Principais Atores	Institutional Works representativos			Formas	Caracterização
	Tipos				
	C	M	R		
Visão Mundial	x			Construção de identidades	Alternativas aos agricultores para o desenvolvimento local a partir das ações de mobilização social e difusão de protagonismo
CÁRITAS	x			Mudança de normas	Iniciativas de economia solidária, segurança alimentar e nutricional, uso de materiais recicláveis, implementação de tecnologias sociais vinculadas à ASA

Fonte: elaboração própria

No geral, a Religião teve um papel mobilizador a partir da Visão Mundial, e ainda o tem a

partir da CÁRITAS. Ambas as organizações buscam construir uma perspectiva associativista e desenvolver, junto à comunidade, o sentido de protagonismo. Após os anos 2000, essa construção se tornou mais efetiva.

4.2.3 A Lógica da Comunidade

Para tratar das ações da instituição Comunidade, uma de suas representantes acessadas foi o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, de base campesina. Este movimento atua na perspectiva de debater sobre diversas temáticas que envolvem os agricultores em 17 estados brasileiros.

Sobre as atividades do MPA em Alagoas, a participante fez o seguinte relato.

Nós iniciamos com poucas famílias, mas em 2005 chegamos a ter mais de 30 grupos de base, em Palmeira dos Índios, Estrela de Alagoas, Cacimbinhas e Craibas. Craibas saiu do processo, desistiu de se organizar no MPA e ficou só Palmeira, Estrela e Cacimbinhas. E nosso primeiro objetivo, nessa região, foi lutar pela renegociação das dívidas. Leis que foram lutas do MPA a nível nacional até aqui e foi uma forma de organização que a gente começou a gostar.

Ao instalar o MPA em Alagoas, as ações se voltaram às denúncias contra o agronegócio e contra as sementes híbridas e transgênicas (MPA, 2016). Opina sua participante:

O MPA defende, junto à população, que não se entre na lógica da tecnologia industrial com trator, veneno, capital.

E disso, uma das nossas bandeiras de luta foi à organização dos agricultores em defesa das sementes crioulas como patrimônio da humanidade, tanto que a gente teve programas de assistência técnica, mas um projeto de assistência técnica pra discutir com os agricultores e construir junto com eles e não um técnico que vinha com seus conhecimentos trazer de cima para baixo.

Quando a gente tá falando em defesa das sementes crioulas como patrimônio da humanidade a gente tá falando de sementes adaptadas a realidade do semiárido. Não ser crioula não quer dizer que não seja aqui do semiárido. Ser crioula pode ser de qualquer região do país, desde que sejam sementes adaptadas àquela região e que sejam sementes que vêm de muitos anos, que vêm passando de geração pra geração. Essas sementes que a gente defende, desde que nós iniciamos no MPA porque são patrimônio do povo.

Eu posso te mostrar depois sementes aqui que já existe a mais de 30 anos, 35 anos, 40,

que a gente consegue registrar. Então, são essas sementes que a gente defende, por quê? Porque elas sempre vão ser importante, elas não têm dono, elas se reproduzem desde que haja solo, desde que seja bem cuidado.

Enquanto isso, as sementes que vêm de fora, as híbridas e as transgênicas, elas não servem pra gente. A híbrida não serve pra gente por quê? Porque ela não aumenta a produtividade. As crioulas, se o tempo for bom, ela todo ano é boa, já a híbrida não, você vai plantar um ano, ela vai dar boa, mas se você guardar ela pra plantar no segundo ano ela já não presta.

Um exemplo é o milho. Ele já vem híbrido, mas é uma semente que não tem produtividade, que é um esquema encontrado pelas empresas pra que elas não aumentem a produtividade, porque se eu comprar, plantar e garantir que ano que vem eu posso plantar de novo, então eu posso passar pra vizinho, que passa pro outro e as empresas não vão ter mais venda. Isso no caso das híbridas.

E no caso das transgênicas nem se fala né, que além de ter dono, ela só produz se for casada com grandes doses de veneno. E as crioulas não, só precisa de solo e água.

O milho crioulo, você planta, ele dá bom ou ruim de acordo com a chuva e o solo, mas você planta o ano que vem e ele vai continuar se reproduzindo, a híbrida não. Quem planta milho híbrido um ano, se guardar as sementes, no ano seguinte ele já dá banguelo, uma espiga de milho que tem falha, não vem as carreirinhas completas, já vem faltando. E se plantar por um terceiro ano só dá sabugo e palha, não dá mais milho.

Já a crioula ela se reproduz em qualquer momento, tanto faz se milho, feijão, fava, coentro, tudo, frutas verduras, raízes, tudo.

O principal objetivo do MPA é a produção de comida saudável para as famílias das comunidades locais vinculadas ou não ao movimento, garantindo a soberania alimentar. Além disso, busca o resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais.

A situação de seca forte que tem atingido a microrregião Agreste desde 2012 foi vista da seguinte forma pela participante do MPA:

Nenhum açude da região tem água de qualidade, só para animais e vê lá. A comunidade antes não tinha onde colocar água, mas com as cisternas, a comunidade tem onde guardar e caso acabe, aí sim a defesa civil coloca água nessas cisternas.

Você pode olhar ali uma casinha que tem, é fruto dessa organização que é um banco de

sementes, onde com a própria máquina que a gente conseguiu junto à AAGRA, a gente conseguiu começar a construir a estrutura. Ela não tá terminada, mas é ali que a gente guarda as sementes.

Esse ano a gente tá zerando as sementes. Na verdade, nós planejamos zerar as sementes esse ano, que era pra substituir com sementes novas e o que aconteceu é que pouca gente vai ter semente esse ano por conta da seca. Nem feijão, nem milho deu esse ano aqui. O que deu, vamos dizer, foi 20% do que seria normal.

Mesmo assim, com seca e tudo, nesses últimos 5 anos, devido a noção de convivência com o semiárido, agora ninguém mais morre de fome e sede devido o projeto das cisternas (1ª água – para beber; 2ª água – produzir).

A participante do MPA relatou outras ações atuais na microrregião Agreste:

O MPA hoje, no momento, tá tentando investir num processo de produção pra venda direta aos consumidores, que é uma linha do nosso Plano Camponês, que é um plano que tá sendo construído pelo MPA a nível nacional. É uma forma de reestruturar as comunidades e as pequenas propriedades.

Para acompanhar a ideia desse plano, a gente vem trabalhando essa história da organização dos grupos de produção. Fazemos uma rodada de reuniões pra ver se a gente consegue, por comunidade, organizar os grupos de produção.

Aqui a Serra, como exemplo, a gente tem um grupo de produção que já conseguiu uma pequena agroindústria. Já construímos o banquinho de sementes e agora estamos terminando de construir uma barraca pra venda dos nossos produtos, porque como a gente não tem transporte pra fazer entregas fora, então a gente tá apostando em uma barraca pra venda direta, pra que o pessoal venha buscar, já que a gente não pode levar.

Estamos terminando de construir a barraca, nós organizamos uma cooperativa e não conseguimos dar conta, ela “tá” em banho Maria, esperando que a gente possa fortalecer o grupo pra botar ela na ativa novamente. E aí nós estamos dando pro povo esse exemplo, do grupo de base daqui, de produção daqui, pra ver se agente consegue formar outros grupos de produção, porque organizar grupo de base só pra questão de formação não tá avançando.

Nós do MPA estamos com a produção de outros produtos, polpas de frutas por exemplo. Lá na barraca cada família vai levar seus produtos para vender. E essas polpas é resultado de um projeto que o MPA de Palmeira dos Índios conseguiu vencer em um concurso da Eletrobrás

pelo bom uso da energia para produção local e o prêmio seria recurso para montar uma fábrica de polpa de fruta, com as frutas da região, as da época.

A Associação de Agricultores Alternativos – AAGRA, outra organização da instituição Comunidade, integrante do grupo das associações/cooperativas, tem a missão de promover a melhoria da qualidade e do nível de vida dos agricultores(as) familiares através da produção e da comercialização de seus produtos alternativos, conservando os recursos naturais, resgatando os valores culturais e garantindo a construção da cidadania.

Em relação a seus programas estratégicos, o participante da AAGRA fez um relato:

Ao longo desses tempos alguns ramos que a AAGRA trabalha né: a parte de educação, que aí vem a educação no campo; questão de economia solidária; a parte das águas, que a parte que trabalha a melhor forma de gestão da água, com o semiárido que é escassa a questão da água; e tem a questão da produção e comercialização que onde a gente incentiva as pessoas a produzirem, os agricultores a produzir e aí numa perspectiva de grupo, porque facilita tudo né: pra você comprar insumos, tanto pra você poder comercializar, tudo em grupo fica mais fácil.

A gente também incentiva que as pessoas tenham as suas pequenas produções [...] pra gente poder repassar pros programas [...] PNAE e [...] o PAA.

O PAA, por enquanto, a gente só tá com o PAA Leite, mas a gente já tava antes com outros produtos do PAA CONAB.

Para a educação no campo, no lado da educação, a AAGRA já vai com a quinta turma do curso de Agroecologia. São jovens que aí aprendem sobre práticas agroecológicas.

O PNAE a gente entrega em Igaci nessa microrregião. PNAE é 30% que cada município é obrigado a comprar dos agricultores familiares. Então, a gente vem incentivando muito que as prefeituras façam realmente a adesão a esse programa.

A perspectiva alternativa da AAGRA dá-se em relação ao sistema de produção do capital, aos valores e princípios capitalistas. Essa alternativa se explicita pela construção de um sistema de produção em que o trabalho seja mais importante que o capital; o ser humano, mais importante que o sistema financeiro; e a natureza, mais importante que as máquinas.

Sobre as ações da AAGRA na microrregião Agreste, Igaci (município onde fica sua sede), Quebrangulo, Estrela de Alagoas e Palmeira dos Índios são os locais em que esta organização atua. Essas atuações são, principalmente, vinculadas a projetos de tecnologias sociais. Sobre isso, seu

participante fez o seguinte relato:

Vou falar da gente, enquanto ASA. A Asa tem uma OSCIP que capta os recursos que é a PIMC, por exemplo, para construção de cisternas. Ela é lá de Recife. Aí, vem um recurso “x” pra construção de cisternas, por exemplo, em Alagoas. Aí eles determinam de acordo com a área que eles têm de atuação, quais são os municípios vão receber. Aí faz o lançamento do lote e aí cada instituição entra com edital pra concorrer aqueles lotes.

Ao longo desses 5 anos que eu tô na AAGRA, eu trabalhei bem mais com a parte das águas, que foi a parte de construção que a gente faz capacitações pras famílias receberem as cisternas. Acho que de 2011 pra cá, só nesses municípios próximos que foi Igaci e Quebrangulo, a gente deve ter construído na faixa de umas 4000 cisternas pra beber, que é de 16 mil litros. E aí acho que devemos ter feito umas 300 cisternas de segunda água, que é 52 mil litros, pra produção, tanto em Igaci como em Craibas.

E aí, essas cisternas quando você recebe ela, você tem que passar por uma capacitação. Tanto pra pequena que é pra você saber cuidar da cisterna pra ter água durante os meses de escassez de chuva né, que a ideia é que uma cisterna dessa dê pra uma família de 4 pessoas passar até 7 meses com ela, sem faltar água pra beber e pra cozinhar. E a de 52 mil litros pra você conseguir manter uma pequena produção, pra consumo próprio, de pequenos animais.

Em 2015, como tinha uma quantidade muito grande de cisterna, aí Igaci foi dividida em dois lotes. Aí cada instituição só poderia concorrer a uma. A gente concorreu a um e a outra instituição de Palmeira, a CÁRITAS, concorreu ao outro lote. Então eles também construíram aqui ano passado e esse ano eles vão construir segunda água, com a mesma tecnologia.

Além disso a AAGRA tem participado do programa Cisterna nas Escolas com o viés mais da parte da educação, as de 52 mil litros, em Igaci, Palmeira dos Índios e Estrela de Alagoas, inclusive com Quilombolas.

Outra organização da instituição Comunidade que possui destaque na microrregião Agreste é o Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar – FUNDAF.

O FUNDAF, segundo Silva (2013), surgiu com a perspectiva de fazer com que os pequenos agricultores do semiárido alagoano pudessem suprir uma lacuna em relação às microfinanças rurais, ou microcréditos.

Conforme Costa (2002, p. 15), microcréditos são “empréstimos de pequeno valor, a juros abaixo do mercado, para pessoas que não têm condições de oferecer garantias reais”.

Originado dos Fundos Rotativos do início dos anos 1990, o FUNDAF iniciou suas

atividades, de modo informal, em 1996, a partir das ações estimuladas pela Visão Mundial, AAGRA e NUDEC – Núcleo de Desenvolvimento Comunitário.

O FUNDAF de início funcionou oficiosamente até que, com o volume de recursos financeiros movimentados, passou a receber assessoria de técnicos da Visão Mundial em 1999 (COSTA, 2002), até sua formalização como OSCIP em 2007.

Segundo a participante do FUNDAF:

Os funcionários que até então eram contratados pela Visão Mundial, foram demitidos, recontratados pelo FUNDAF e continuaram dando apoio, mas muito mais ainda focados nas cooperativas de crédito que estavam iniciando o trabalho nas comunidades a partir dessas experiências do FUNDAF, da AAGRA e do NUDEC. Então, se elegeu a primeira diretoria executiva e o conselho fiscal. As reuniões são trimestrais. As reuniões da assembleia, como a gente chama, são formadas por essas organizações. Hoje nós temos 9 organizações que fazem parte desse núcleo, dessa rede de instituições.

A Visão Mundial organizou esse fundo rotativo a partir de uma experiência anterior, de cunho urbano, denominada PROMICRO (CHANG; SAKATA, 2005). Este programa foi adaptado e ajustado à realidade rural, e com isso outras características, estas locais, foram incorporadas.

Em 1996, com o investimento financeiro de agricultores e da prefeitura de Pão de Açúcar – que apoiou o FUNDAF até 2004 (CHANG; SAKATA, 2005) –, o FUNDAF tinha uma carteira de R\$ 35.000,00 e o crédito se dava para a compra de pequenos animais, no chamado Boi-na-Corda (SILVA, 2013). Atualmente, movimenta mais de R\$ 1.500.000,00.

A forma de atuação do FUNDAF, com 16 pessoas na equipe, fez gerar uma metodologia, flexível e descentralizada, de gestão compartilhada. Essa ação pode ser considerada de difícil comparação, já que é uma das poucas no meio rural, ao passo que as existentes são típicas de programas urbanos.

Ainda assim, conforme Silva (2013), o FUNDAF manteve inadimplência abaixo de 3%. Isso porque, como o associativismo tem sido fomentado – já que o programa opera somente com associações e não com o agricultor isolado (CHANG; SAKATA, 2005) –, quando este está em débito, não pode pleitear empréstimos; os outros agricultores o auxiliam para honrar os pagamentos e fortalecer o fundo.

Com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade e o aumento da produtividade agropecuária, além de buscar o fortalecimento do nível organizacional de associações de produtores rurais, em função de sua metodologia participativa e descentralizada (SILVA, 2013), o FUNDAF é

referência nacional.

As ações do FUNDAF reforçam a fixação do homem e da mulher no campo, com as associações e cooperativas fortalecidas, desenvolvimento econômico e estruturação das cadeias de produção locais. Sobre essas ações, a participante relatou:

Além do crédito, a gente quer disponibilizar outros serviços pra comunidade. Um deles a gente tá tentando que é a história do correspondente bancário. A gente vai tentar com a Caixa Econômica. Nós só temos uma lotérica aqui no município e o Banco do Brasil, mas a ideia é trazer o banco também funcionar como correspondente bancário. Que são outros serviços que a gente pode estar oferecendo à comunidade. Não só as pessoas da cidade, mas também, principalmente das comunidades rurais.

Então, nesse processo, a gente vê a possibilidade de continuar contribuindo com a organização das comunidades e grupos produtivos. Que as famílias continuem no campo.

O FUNDAF também passou a financiar, por microcrédito, a agricultura orgânica, a criação de galinha caipira, caprinos, suínos e ovinos, e o banco de ferramentas para preparar o solo e manter a lavoura, ou banco de sementes (SILVA, 2013).

Conforme Silva (2013, p. 58), sobre as linhas de crédito do FUNDAF:

Estas estão distribuídas entre pecuária, que possui prazo máximo de dezoito (18) meses e taxa de juros mensal de 2%; agricultura, com o mesmo prazo máximo e taxa mensal; comércio e serviço, com taxa de 3% a.m. e prazo máximo de doze (12) meses; e indústria, também com prazo máximo de doze (12) meses e 3% de taxa mensal. Os bancos de sementes e de ferramentas funcionam da seguinte forma: o banco de sementes fica sob a guarda da associação comunitária local; o agricultor interessado solicita a quantidade de sementes que vai utilizar no plantio e, após colhida a safra, devolve ao banco a quantidade sacada acrescida de 20%, ou seja, se sacou dez (10) quilos, devolve doze (12) quilos de sementes, selecionados entre as melhores sementes colhidas, com o objetivo de melhorar ou, pelo menos, preservar sua qualidade genética. No banco de ferramentas, que também fica sob o controle da associação comunitária, o agricultor saca as ferramentas de que irá precisar para o cultivo da lavoura, devolvendo ferramentas similares, novas, após colher e comercializar a safra.

Além das linhas de crédito, Costa (2002, p. 21) explica que “o prazo de financiamento varia de no máximo 12 meses (com concessão de carência máxima de três meses) em caso de capital de giro, a no máximo 30 meses (carência máxima de 18 meses) para investimentos fixos e mistos”.

Na prática, o número de parcelas e a concessão de carência são negociados caso a caso e

dependem do tipo de atividade à qual o financiamento se destina. Para o comércio, não há prazo de carência e o empréstimo é quitado em nove parcelas. Para atividades de transformação, é concedido um prazo total de 12 meses, com dois meses de carência. Para a agricultura, são concedidos sete meses de carência e o pagamento se dá a partir do oitavo mês. Já para a aquisição de animais, o cálculo é realizado em função do ciclo natural de reprodução e crescimento do animal. “Em todas as situações, salvo para a agricultura, os recursos são liberados numa única parcela. Para a lavoura, metade dos recursos é liberada no começo do plantio, e metade na época da colheita” (COSTA, 2002, p. 22).

Em 2007, quando o FUNDAF passou a ser uma OSCIP, seus clientes foram vinculados à Cooperativa de Crédito do Sertão Alagoano – COCREAL. Atualmente, são mais de 1500 agricultores no quadro de associados, que recebem suporte técnico para manter o bom nível das aplicações dos recursos (SILVA, 2013), além de poderem utilizar linhas de financiamento a partir do convênio firmado com o BNB, o Banco do Brasil e o MDS.

Os municípios da microrregião Agreste atendidos pelo FUNDAF são Igaci e Palmeira dos Índios, através de cooperativas de créditos a ele filiadas.

Segundo Silva (2013, p. 61):

A metodologia de Banco Comunitário compreende a modalidade de financiamento concedida a um grupo de pessoas (10 a 20 empreendedores), organizado em grupos solidários de 3 a 5 pessoas, com escasso ou nenhum acesso a atividades produtivas e de crédito, que geram renda, que praticam poupança coletiva e empréstimo interno, para atender a necessidades básicas de suas famílias. Com o crédito de instituições financeiras como alternativa para desenvolver os seus empreendimentos, as modalidades de crédito empregadas poderão ser voltadas aos segmentos de: Pecuária – produto voltado para a compra de animais de pequeno, médio e grande porte para reprodução, engorda, ou para serem usados em serviços no empreendimento; Agricultura – produto voltado para a compra de insumos, ferramentas, preparo do solo, plantio e tratos culturais (custeio); Comércio – produto voltado para a compra de mercadorias, móveis e reforma do empreendimento; Indústria – produto voltado para a compra de matéria-prima, equipamentos, móveis e reforma do empreendimento; Serviço – produto voltado para a contratação de mão de obra dedicada a serviços eventuais para manutenção e desenvolvimento do empreendimento. E as condições do crédito consideram um valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) e valor máximo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e máximo de R\$ 2.000,00 por membro.

Segundo sua participante, o FUNDAF é assim significado:

O FUNDAF seria o que a gente chama de “instituição guarda-chuva”, que estaria

dando apoio a essas organizações. Inclusive com captação de recursos e tal. Então todo esse trabalho de organização das comunidades, da forma como os agricultores faziam a gestão desse recurso dos fundos rotativos, acabou sendo elaborado uma cartilha com a metodologia que a gente chama, ainda hoje, de “metodologia do FUNDAF.”

Nesta metodologia, não ocorre a pressão convencional entre os tomadores de crédito – os avalistas. Segundo Chang e Sakata (2005) há, pelo FUNDAF, o aval solidário.

Chang e Sakata (2005, p. 18), sobre essa garantia, explicam que o FUNDAF incorporou e adaptou a ferramenta dos 5 Cs do Crédito, apoiado pela constatação benéfica de o agente de crédito ser um sujeito presente nas comunidades:

Para esta gestão do risco de crédito, o FUNDAF incorporou, de forma adaptada à sua realidade, os “Cinco C’s do Crédito” como ferramenta de instrumento gerencial de tomada de decisões. O primeiro C é o Caráter Pessoal, que neste caso, trata-se do “SPC do bairro” (vizinhos, bar, associação, avalistas) e de seu histórico no Programa. Segundo a gerência do FUNDAF, cerca de 40% dos agricultores possuem somente este primeiro C como garantia de ser um bom devedor. O segundo C é o Capital, isto é, se ele possui capital humano (pessoas disponíveis para cuidar do investimento) e financeiro. O terceiro C é a Condição, isto é, se o histórico do negócio na praça é favorável, se possui capacidade física instalada e se há perspectivas favoráveis quanto à aceitação de seu produto. O penúltimo C é a Capacidade de Pagamento, isto é, se o cliente conseguirá suportar o pagamento das prestações mensais. Verifica-se também se existem outras dívidas contraídas. O ideal, segundo os agentes de crédito, seria um endividamento máximo do cliente de 30% de sua renda. E por fim, o último C é o Colateral, ou seja, são as garantias, no caso não-reais, representadas pelos avalistas, que também devem ser bem vistos na comunidade.

O relato de sua participante resume esse aspecto de coletividade.

Então assim, isso é muito forte. Essa participação, o compromisso dessas comunidades, de receber o recurso e não desviar daquela finalidade em que recebeu.

Então, além do acompanhamento dos técnicos, dos agentes de crédito, o povo da comunidade fazia esse monitoramento. “Tavam” lá de olho. O pessoal recebeu, solicitou lá na associação e então além dos três avalistas, a associação também era a primeira avalista, porque se a associação aprovasse e encaminhasse esses documentos daquela família que solicitou, a partir daquele momento, a associação também estava se responsabilizando por aquelas famílias.

Esse acompanhamento era muito forte e deu muito certo. Algumas comunidades que a associação estava desarticulada houve todo um processo de reorganização de rearticulação dessas comunidades. Não só pelo crédito, mas pra que aquelas pessoas daquela comunidade tivesse acesso ao recurso, mas porque como as comunidades viam que outras estava se organizando o povo tava se organizando então despertou neles essa necessidade de também estar com a associação organizada ao seu quadro de sócios.

As cooperativas continuaram esse trabalho nas comunidades. Se ampliou um pouco mais pra outros municípios e esse processo continuou. Esse processo de monitoramento. Cada cooperativa tem a sua diretoria executiva e tem conselho de crédito que analisa as propostas que chegam das comunidades.

Eles mantiveram essa história da comunidade de ser o avalista, de manter os avalistas nas comunidades e o monitoramento disso era feito nessas assembleias do FUNDAF, de como estava o andamento desse processo, do acompanhamento de inadimplência. A comunidade que estava inadimplente, essa comunidade era suspensa, até que conseguisse resolver a situação.

Outra organização de base comunitária, a Cooperativa Rural do Agreste Alagoano – COOPERAGRE, com sede em Igaci, que teve suas atividades formalizadas em 2004, tem o início de suas atividades vinculado à Visão Mundial e à AAGRA, mediante fundos rotativos. Segundo seu participante, *a gente pegou a metodologia do FUNDAF e viu que deu certo aqui. A sede foi alcançada, via território, pelo projeto do antigo PRONAF infraestrutura, em um convênio entre o Governo Federal e a Prefeitura Municipal. E aí foi construído o prédio, com uma estrutura mínima de funcionamento.*

Seu participante discorreu assim sobre a COOPERAGRE na atualidade:

Atualmente, nós temos um pouquinho a mais que 1600 sócios, atendendo aí 5 municípios. E 85% são de Igaci e os outros de Estrela de Alagoas e Palmeira dos Índios. Fora dessa microrregião tem de Craibas e Coité do Noia.

Para ser sócio da cooperativa é preciso: morar em um dos municípios da área de abrangência da mesma; trazer CPF; trazer RG; ter Registro de Nascimento ou de Casamento; e ter Comprovante de residência.

A cota-parte mínima é de R\$ 100,00 e pode ser paga em 4 vezes. Além disso, cada cooperado pode ter de crédito inicial até 10 vezes o valor que ele tem.

Temos ativos, hoje, um pouquinho a mais que um milhão e trezentos de crédito. Temos dois funcionários externos, dois agentes de crédito, um caixa, que trabalha internamente, uma auxiliar administrativo, que inclusive está de licença maternidade, além de dois diretores liberados, “H” e eu, que fazemos a parte da administração da cooperativa, a parte política e inclusive acompanhamento de campo nas reuniões.

Também temos hoje uma média mensal de liberação de crédito de aproximadamente 130 mil. E com média entre agricultores de 3 mil reais, por aí. Temos o nosso teto máximo de crédito, que chega a 8 mil reais por contrato, por cooperado. Mas em média 3 mil reais.

Além de expandir em questões de números de cooperados, a gente hoje além de cinco municípios temos pra 2017 a possibilidade de expansão para outros dois.

Quanto ao associativismo nas ações da COOPERAGRE, o participante fez o seguinte relato:

Uma curiosidade nossa enquanto cooperativa: todos os nossos diretores, eles nasceram em uma associação, em uma comunidade, chegaram a direção da cooperativa por um trabalho desenvolvido lá nas comunidades.

Nós temos alguns sócios na zona urbana aqui de Igaci e dos outros municípios também, mas até o momento não é estratégia nem nada, mas ainda nenhum sócio da zona urbana ocupou nenhum cargo de direção na cooperativa.

A Rede de Educação Contextualizada, RECASA, outra organização da Comunidade, é um desdobramento da AAGRA e atua no semiárido alagoano para inserir a educação contextualizada nas escolas do Estado de Alagoas. Obteve êxito nas discussões e teve aprovada uma resolução normativa, de nº 040/2014, pelo Conselho Estadual de Educação – CEE, regulamentando a Educação do Campo no Sistema Estadual de Educação de Alagoas. Busca também difundir a tecnologia das cisternas nas escolas.

A referida resolução foi normatizada para inserir o tema Educação Contextualizada nos projetos político-pedagógicos das escolas, no tocante à organização curricular.

Segundo a sua participante:

Nós temos os projetos, nós acreditamos num projeto de educação que transforma, que muda um paradigma de educação que foi posto e que é muito ruim de ser mudado. Então, a sociedade civil, a AAGRA – que faço parte há 20 anos – é quem tem animado muito isso aqui no Estado. Então, pra isso a gente criou uma rede.

Hoje, ela é uma linha dentro da AAGRA, ela não é maior que a AAGRA, porque ela é uma linha de atuação dentro dos programas. E aí nós temos o apoio da diretoria, da equipe da coordenação, pra que as atividades se desenvolvam.

Então, enquanto AAGRA, enquanto a Rede de Educação Contextualizada, o que a gente espera é que as propostas de ensino, elas estejam voltadas pro contexto. Não é que você vai desconsiderar a base nacional, não é que você vai desconsiderar o padrão. Mas, é você considerar também as especificidades do campo, do semiárido.

Nós da RECASA temos experiências muito boas, a passos lentos a gente tem já tem visto experiências muito satisfatórias de escolas do campo e hoje elas tem uma outra concepção de fazer, um outro jeito de fazer educação. E é assim que a gente vê que está no caminho certo porque o resultado é muito bom.

Outra organização acessada que compõe o grupo institucional da Comunidade é o Centro de Desenvolvimento Comunitário de Maravilha (CDECMA). Fundado em 1987 e com sede em Maravilha, atua na microrregião Agreste a partir de ações vinculadas às tecnologias sociais. Os municípios atendidos nessa microrregião são Minador do Negrão e Cacimbinhas.

O CDECMA atua com a finalidade de contribuir para a implementação e ampliação das políticas públicas e para o desenvolvimento socioambiental (CDECMA, 2016).

Antes de apresentar as ações do CDECMA, sua participante teceu uma crítica em relação ao que se divulga sobre o semiárido:

Como conhecimento, quando você coloca lá na internet “semiárido nordeste”, só aparece: carro- pipa, terra rachada, aquele menino bem sequinho e pretinho do bucho grande. É aquela característica que você percebe que já não é assim. A gente sabe que ainda existe muita coisa feia no nosso semiárido, mas também existe muita coisa bonita.

Quando você coloca na internet o imaginário que se vem é aquela coisa feia, mulher com lata na cabeça, carcaça do animal. Aquele perfil desenhado por Graciliano Ramos já não é tão assim.

A gente precisa mostrar o outro lado. Deixa chegar as chuvas pra você ver a beleza das árvores, dos animais e das flores.

Em continuação, a participante discorreu sobre o fato de o CDECMA atuar na microrregião Agreste a partir da ASA:

O CDECMA é um animador da ASA, organiza encontro, vai aos municípios ver a situação das associações, sindicatos e cooperativas em relação a documentação e suas ações no sentido de auxiliar os mesmos.

O CDECMA faz parte da ASA estadual e da ASA Brasil. Então, eu trabalho dentro do programa P1+2 que a gente ganhou dentro do edital que sai lá do MDS.

Eu trabalhei como funcionária da UGT CDECMA, que é Unidade Gestora Territorial. Aí por isso chamou o UGT. Minhas atividades: ajudar na elaboração de projetos, representar a entidade pra elaborar projetos e ajudar as associações, as entidades no processo de formação e mobilização para a convivência no semiárido. Esse é o nosso foco.

A ASA abre o edital para as entidades concorrerem. Quando abre o edital é que diz quais são os municípios que a gente vai trabalhar. Então, o CDECMA concorre aqui na região do médio-sertão, mas se tiver outra entidade que não faz parte da ASA, mas que atende todos os requisitos, a outra entidade ganha. Tem que atender os requisitos. Aí pronto. A gente passa a trabalhar dentro desses municípios.

Quando não é pelo MDS, o recurso das cisternas é pela Fundação do Banco do Brasil. E o CDECMA começou a atuar em Minador do Negrão e Cacimbinhas após a ASA, antes não por conta de recursos que seriam necessários que a gente não tinha.

O CDECMA também desenvolve ações, em Alagoas, na área de planejamento e organização coletiva da produção, com base nos princípios agroecológicos, distribuição, comercialização e consumo solidário, na formação de redes de produtores e no fortalecimento de bancos comunitários de sementes tradicionais (semente crioula/da resistência), bem como na participação em articulações de economia solidária.

Sobre essas ações, sua participante esclarece:

Esse é o meu trabalho. É um trabalho voltado pra convivência com o semiárido. Então a gente está sempre trabalhando as questões da escassez da água, da desertificação. Sempre que a gente está se reunindo com os agricultores e agricultoras é na produção da linha agroecológica, defendendo a convivência.

E as minhas atividades são para ajudar na elaboração de projetos e ajudar as associações, as entidades no processo de formação e mobilização para a convivência no semiárido. Esse é o nosso foco.

Os integrantes do CDECMA fazem visitas a universidades, escolas e cooperativas;

ministram palestras, além de organizam mobilizações que manifestam atenção ao meio ambiente, voltadas ao semiárido alagoano.

Em relação às tecnologias sociais, o CDECMA, a partir de sua participante, explicou como as implementações funcionam:

Como é que o programa funciona? A gente chega lá no município e identifica as entidades, associações e cooperativas que existem. Só que a gente percebe que as associações e os sindicatos, em muitos lugares, já estão fracos, principalmente em Estrela, Cacimbinhas e Minador; em relação a esses outros municípios que você está estudando. Já estão enfraquecidos. E, olha, Estrela de Alagoas eu acredito que não tem entidade não lá.

Onde foi que eu já trabalhei antes? Em 2012 a gente começou com o Programa P1+2. Aí na microrregião começamos em Cacimbinhas e Minador do Negrão.

Aí em 2013, a gente trabalhou em Minador do Negrão e Cacimbinhas também.

Sobre o P1MC, as ações do CDECMA foram assim descritas por sua participante:

A produção das famílias hoje, nesse período de estiagem prolongada, agente sabe que são poucas que estão com algum pouquinho, produzindo alguma coisa.

Na casa do Fernando mesmo, essa que eu fui lá na semana passada, eu já fiquei feliz em ver aquela cisterna cheia. E foi com água da chuva. E eu disse: “- E as outras famílias? Quem não tem água? Como estão se virando?”. Ele disse: “- O carro pipa doou. Não do município, do Exército! São três carros por semana. Três caminhões pipa por semana”.

Aí coloca uma cisterna e as famílias que tem que vir buscar essa água. Que é uma cisterna, eles colocam em um canto pras famílias vir. Aí o Fernando disse que nem todo mundo consegue vir buscar, porque nem todo mundo tem carro de boi. Por exemplo, eu conversei com famílias que elas abandonaram o carro de boi e abandonaram o jequinho a partir do momento em que conseguiram a cisterna. “- Não! Era muito sofrimento!”

Relatos deles que saiam de madrugada com o jequinho a procura de água e depois da implementação eles não precisam passar mais por esse sufoco de água.

Então, pra buscar água, que a gente percebe que muita gente no município, o que vai tem é uma moto. Trocaram o jequinho pela moto. Alguns já não têm como ir buscar a água. Então, sofrem bem mais. Ir buscar essa água nessa cisterna que é colocada.

Das 30.000 cisternas construídas em Alagoas, há 1.500 a mais construídas por fora, ou seja, quando a família não se enquadra no programa, paga por fora ao pedreiro já capacitado

pela ASA para fazer uma cisterna para a mesma. Isso a gente reforça os benefícios desse tipo em relação as de PVC né, você sabe daquela bomba que é aquilo ali. Dessas cisternas de PVC, muitas se transformaram em tanques para silagem, porque são apenas implantadas sem envolvimento da comunidade.

Já sobre a tecnologia social Barreira Trincheira, a participante do CDECMA fez o seguinte relato:

Isso que estou falando foi em Minador do Negrão, na construção de barreira Trincheira com capacidade pra 500 mil litros, mas a gente termina ultrapassando de 500 mil litros de água quando escava ele. Então, imagine isso aqui cheio. Se hoje ele está seco é porque cinco anos de estiagem não é fácil. Mas se a gente tivesse diversas tecnologias sociais pra captação de água da chuva, as famílias não sofreriam tanto.

A gente orienta que coloque pedra pra diminuir o impacto da água chuva quando tá carregando a terra pra dentro do barreiro. Aí eles já plantam palma.

A seca começou em 2012, quer dizer, tudo seco ao redor, na propriedade do seu Dedé com água. A propriedade dele com água, por que? Da barragem. E veja o pomar dele todo verdinho, a gente pegando frutas.

Então, é nessa linha que a gente trabalha. Mostrando a área dele irrigada, com gotejamento, qual o impacto da salinidade. Ele trabalha no sistema de agroecologia, de rotação de culturas. Um agricultor bem comprometido. É o homem que se eu usasse chapéu, quando ele passasse, eu sempre tirava pra cumprimentá-lo. Então, o resultado é a produção de alimento dessas famílias.

A participante do CDECMA também discorreu sobre a cisterna calçadão:

Quando a gente faz cisterna calçadão, isso tinha poucos dias, a família já estava produzindo ao redor da cisterna. Então, a gente percebe que a questão do semiárido, se houver políticas públicas e de forma continua, as famílias podem viver melhor. Não são as grandes obras que vão ajudar a convivência com o semiárido.

Como última tecnologia social relatada, a participante do CDECMA tratou da Bomba d'Água Popular (BAP):

A gente tem uma BAP ali em Cacimbinhas e ela tá funcionando. E quando eu passei pra Minador, eu vi, já tinha gente indo buscar água. A gente implementa essa tecnologia aqui em áreas que já tinham poço e que estavam desativados. A gente não escava poço.

Aí a gente faz um diálogo com as famílias pra saber qual era a qualidade da água, se valia a pena, qual era a profundidade daquele poço e se ele tava entupido ou se não.

Então, depois de um diálogo com as famílias a gente cadastrava e eles participavam de todo o processo de curso de intercâmbio, de tudo pra colocar essa tecnologia. Em 2012 eu digo a você, ali em Cacimbinhas, onde a gente colocou, foi a salvação do povo.

Era de cortar coração. De ver assim, eles faziam. Era alegria pra gente ter feito um trabalho como esse. De ter resgatado. Tá ajudando eles, porque eles não tinham nenhuma fonte de água. E ao mesmo tempo era triste de ver tanta gente indo buscar água, vivendo nesse cenário. Era os carros-de-boi que estavam funcionando.

Então, na minha convivência com o semiárido a gente está sempre trabalhando as questões da escassez da água, da desertificação. Sempre que a gente está se reunindo com os agricultores e agricultoras é na produção da linha agroecológica. É defendendo a convivência. E sempre dentro de um processo que a gente possa ouvi-los. E respeitamos o que eles estão fazendo. E a gente sempre conversando: “- Olha, você está fazendo isso, mas não é por aí não. Dá pra fazer assim. O que vocês acham disso?” É nessa linha.

A outra cooperativa inserida na microrregião Agreste e que tem ações vinculadas ao semiárido é a Cooperativa Agropecuária Regional de Palmeira dos Índios – CARPIL. Desde sua fundação em 1979, tem desenvolvido ações para o fortalecimento da agricultura familiar, incluindo os projetos executados sob a gestão dos governos federal e estadual, tanto em relação a alimentos e distribuição de sementes, como o PAA e o PNAE, quanto aos voltados à adoção de tecnologias sociais.

A CARPIL possui 1.547 cooperados e desenvolve ações de fruticultura, horticultura e criação de pequenos animais (CARPIL, 2016). Conforme o participante dessa cooperativa, *a CARPIL, na realidade, ela é uma comercialização; ela trabalha com os produtos de verdura, tem a questão de ser sem o veneno, e também trabalha com leite.*

Como as demais associações/cooperativas, a CARPIL atua na implementação das tecnologias sociais. Sobre essas, seu participante assim se manifesta:

Então, é uma troca que vai gerando a renda. O pessoal ganha a calçada se tiver a de

consumo e já é uma parceria. E um agricultor aqui perto, depois de dois anos, com a cisterna, ele hoje é um dos maiores produtores de verdura de Palmeira dos Índios, lá no Amaro. O Amaro, na verdade, estava esquecido de todo mundo e a CARPIL com essa tecnologia, atingiu lá mais de 54 beneficiários.

Agora pelo Programa 1 Milhão de Cisternas, junto à ASA, que também a gente ganhou o edital, nós trabalhamos em Estrela de Alagoas e Minador do Negrão. Foram 150 implementações, cisterna de enxurrada e cisterna calçadão, que também serve pra questão do quintal produtivo.

No total, pra primeira água, do PIMC, a CARPIL atendeu 1445 famílias, mas pra atender essas famílias não é só atender, existem várias etapas. Existe a seleção, que é pré-requisito pra mulher chefe de família. A cisterna que é da água não pode ser feita em fossa, não pode ter pé de árvore.

Existe ainda a capacitação do GAPA (Gerenciamento de Água para a Produção de Alimentos) que é o tratamento da água que caiu da chuva. Depois disso, tem várias capacitações: de pedreiro, de comissão, até chegar à questão da construção. Então, são várias etapas, até a cisterna tá pronta. E muita gente pensa que é do dia pro outro, mas não. Às vezes pra sair cisterna é um ano, porque são várias etapas. Pelo Programa Água Para Todos, trabalhado com o Governo Federal e do Estado, ele deu início em 2012 e estamos até hoje.

Além das cisternas, o participante da CARPIL relatou outro tipo de atividade vinculada ao semiárido local, voltada à recuperação de nascentes:

Além das cisternas, que nós participamos e ganhamos tem o Programa Sombra e Água Viva, que trabalhou Quebrangulo, Palmeira e Igaci. Aqui mesmo do Governo de Alagoas com a SEAGRI pra recuperar nascentes.

Há ainda as ações vinculadas ao Riacho do Bálsamo, relatadas pelo participante da CARPIL:

A gente tá lutando junto com prefeito, com governo, pra questão do projeto do Bálsamo. É que no caso ela tem um parte aqui em cima de Palmeira dos Índios.

Essa campanha não é fácil, mas depois já vai começar a retornar a brigar por esse projeto, que vai abranger de lá da serra até um ponto que eu não sei dizer, mas vai dar pra questão de emprego, mais de 3 mil empregos.

Isso pra questão do Bálsamo, aí depois você vai ver que quando o Bálsamo passar, que é a questão da barragem da água, vai começar a fazer as irrigações. Nessas irrigações aí, você

vai ver o tamanho de pessoas querendo, querendo não, vendendo a sua produção e tudo. E, porque assim, o campo tem produção, gira o capital na cidade. O campo sem produção, não gira nada na cidade, no lugar onde a gente pode comprar aqui, vai comprar em outro local. Mas, o projeto Bálamo é 100% a CARPIL aqui em cima, pegando no pé do Governo pra dar tudo certo.

Teve uma audiência pública, tá com 3 meses. Na verdade o projeto já tá pronto. Já foi até discutido com o Governo, com federal, com todos. Agora a questão é só verba.

Percebe-se uma perspectiva comunitária, estimulada pela Religião, envolvida com works do tipo criação, em prol dos agricultores, além de ruptura no que diz respeito a ir de encontro a ações estabelecidas e mantidas pelo Estado.

Quadro 19. Relação entre Comunidade e seus institutional works

Principais Atores	Institutional Works representativos			Formas	Caracterização
	Tipos				
	C	M	R		
MPA	X			Mudança de normas	Difundir a noção de representatividade e importância dos agricultores
MPA			X	Dissociação de fundamentos morais	Difundir a cultura das sementes crioulas em detrimento às distribuídas pelo Estado
AAGRA	X			Definição	Construção de sistemas de produção agroecológicos
FUNDAF	X			Definição	Agregar os pequenos agricultores e difundir ações de microfinanças
COOPERAGRE	X			Definição	Atuar na perspectiva do associativismo a partir das microfinanças
RECASA	X			Educação	Inserir a educação contextualizada nas escolas do semiárido
CDECMA			X	Dissociação de fundamentos morais	Revitalização de obras inutilizadas a partir de tecnologias sociais contextuais como as BAPs no lugar das bombas elétricas queimadas
CARPIL	X			Definição	Desenvolver ações de fruticultura, horticultura e criação de pequenos animais

Fonte: elaboração própria

Estimulados pela Religião, no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, a Comunidade passou a desenvolver atividades voltadas aos fundos rotativos. Com seu fortalecimento, passou a atuar em várias frentes: tecnologias sociais, programas de distribuição de alimentos e comercialização de produtos sem agrotóxicos nas feiras.

4.2.4 A Lógica da Educação

No grupo institucional Educação, a organização acessada foi a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, representada por integrantes dos *campi* Arapiraca (do curso de Administração

Pública e gestores da Incubadora de Tecnologia Social – ITES) e Maceió (curso de Agroecologia).

Ambos são vinculados, segundo Leal (2016), à perspectiva de incubação de empreendimentos de finanças solidárias com a metodologia de Bancos Comunitários de Desenvolvimento – BCDs, desenvolvida pela Universidade Federal da Bahia – ITES/UFBA.

A ITES/UFBA, como projeto de extensão, foi criada em 2003 a partir de uma parceria científica com pesquisadores franceses. Atualmente, desenvolve projetos entre pesquisadores, estudantes em nível de graduação e pós-graduação, técnicos e estagiários. Há ainda as parcerias com a PETROBRAS, a CHESF, o Governo do Estado da Bahia, prefeituras municipais (Pintadas, Vera Cruz, Camamu), MCT/FINEP e MTE/SENAES.

Em Alagoas, a ITES/UFAL desenvolve suas atividades “a partir da experiência realizada pela Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Universidade Federal de Alagoas – ITES/UFAL, *Campus Arapiraca*, na cidade de Igaci, onde foi realizado o trabalho de incubação do Banco Comunitário Olhos d’Água” (LEAL, 2016, p. 143).

Essa ação é vinculada ao projeto submetido ao e aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. O suporte maior ao projeto se dá pela ITES/UFBA, “que executa a política pública de finanças solidárias na região Nordeste do Brasil, financiada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES/MTE, apoiando vinte bancos comunitários e criando dez novos”, incluindo o Banco Comunitário Olhos d’Água (LEAL, 2016, p. 144).

Para o trabalho em Alagoas, iniciado em 2015, fez-se necessária a aproximação com a AAGRA, em Igaci.

Segundo Leal (2016, p. 144),

a estratégia do Banco Comunitário Olhos d’Água pareceu significativa, na medida em que ela complementa as diferentes ações desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil do município, que buscam constituir uma dinâmica de desenvolvimento fundamentada no trabalho de organizações locais de caráter cooperativo e associativo.

A escolha por iniciar as ações da ITES/UFAL em Igaci foi também relatada por sua participante:

Igaci foi escolhida justamente por conta de uma articulação muito forte que já existe lá naquele município com associações e a comunidade. E a proposta de atuação da incubadora, isso foi uma atividade que ela ainda parece muito ligada a UFBA, principalmente em relação ao banco comunitário. Eu, inclusive, participo do conselho gestor do banco, aí a gente acaba

acompanhando todo esse processo de desenvolvimento do banco lá e inclusive inaugurou em 22 de julho de 2016. É recente ainda, mas a gente já tem até algumas liberações de crédito que estão funcionando legal aparentemente.

Para fortalecer essa ideia de finanças públicas em relação aos usuários desse banco – agricultores vinculados à AAGRA –, o processo metodológico iniciou-se com a mobilização, formação em economia solidária, planejamento, capacitação dos agentes de crédito, abertura e assessoria e acompanhamento. O resultado gerou a moeda local, cuja denominação é Moeda Terra.

Outra ação da ITES/UFAL, segundo relato de sua participante: *Estamos ampliando agora e a gente também está acompanhando a COOPERAGRE, com diagnóstico interno, de estrutura.*

Além do banco comunitário, outra ação da ITES/UFAL tem sido desenvolvida na feira agroecológica de Igaci, também gerenciada pela AAGRA:

A gente acompanha, em parceria com a AAGRA, um grupo da feira agroecológica de economia solidária de Igaci. E a gente tem um trabalho com eles para o fortalecimento da comercialização da agricultura familiar. E aí nessa parte, em específico, entrou também o professor “R” que é do CECA. E a gente está providenciando a certificação orgânica desses agricultores pra que eles possam comercializar produtos.

Como eles trabalham com produtos orgânicos, é bom que tenham reconhecida essa produção para ampliar a comercialização desses produtos e que eles possam ter mais benefícios em decorrência disso.

Neste sentido, o professor da UFAL/Maceió, do curso do CECA, vinculado ao curso de Agroecologia, passou trabalhar na feira agroecológica, visando fazer com que alcançassem a certificação orgânica e que um *site* fosse também criado para divulgar a feira.

Sobre esta participação, este professor assim expõe:

“L”, da ITES/UFAL, me chamou pra fazer parte do projeto que estava previsto a incubação de 4 empreendimentos: um diagnóstico; o trabalho com duas cooperativas de crédito de Igaci (COOPERAGRE e COOPCRAL); implantação do banco comunitário de finanças, em Igaci também; e trabalhar com a feira de economia solidária de Igaci. É Feira da Agricultura Familiar de Economia Solidária de Igaci, que começou em 2015.

É assim, uma feira, eles pensando em uma alternativa de comercialização, decidiram

criar essa feira que é específica para produtores agroecológicos. Então, tem o apoio da AAGRA que entra com o apoio aí das barracas, a montagem e desmontagem das barracas. Tem o apoio do poder público, que eles não têm que pagar o espaço né.

E aí, dentro desse empreendimento eu fiquei mais responsável por atuar nesse grupo da feira. O que é que a gente pensou: primeiro fizemos um diagnóstico de como eles estavam trabalhando, desde a organização da feira até a produção, pra gente pensar nas estratégias de ampliação de mercado. Aí começamos a participar das reuniões.

É um grupo bem organizado, no sentido assim: uma vez por mês eles têm uma reunião com todo o grupo, onde eles discutem critérios de participação dos agricultores, como está a logística, o local onde eles estão fazendo a feira, o apoio da AAGRA.

Os 12 são associados da AAGRA. Daí, a nossa ideia inicialmente, no projeto, era criar um site de comercialização de produtos para ampliar essa visualização que o pessoal tem da feira de Igaci. E aí que a gente percebeu que, pela característica tanto de produção quanto dos próprios agricultores, não tinha como fazer um site de venda pela internet. Ia gerar uma demanda pra poucas pessoas que tenham computador com internet e sem contar que esses agricultores trabalham muito por sazonalidade. Então, por exemplo, para esse período de chuva, eles tem muito mais diversidade e no período de seca a oferta já bem menor.

Semanalmente, eles fazem uma pequena reunião logo depois da feira. Eles têm uma comissão e aí toda semana, logo que termina a feira, essa comissão se reúne, avalia, decide alguma coisa que precisa, encaminha algum outro procedimento. Curiosamente, eles são tão organizados que eles tem até um regimento interno. Esse regimento interno já define todos os procedimentos para entrada de agricultor nesse grupo da feira, define critério de exclusão.

Então, por exemplo, um dos itens que consta lá nesse regimento interno é se o agricultor não participar de tantas reuniões ele está excluído. Se ele levar produto pra feira que não seguiu os princípios da agroecologia pra produção, ele também está excluído e perde todos os direitos de usar a barraca. Isso, naturalmente, eles já criaram.

O que a gente na verdade passou fazendo mais foi só o processo de solicitar a certificação orgânica. Mas quando a gente fez todo o mapeamento com esse diagnóstico, o sistema de produção que eles têm já segue as normas de produção orgânica, sem que eles tenham essa noção do que a legislação coloca.

Então isso facilitou muito eles terem a certificação orgânica. O trabalho que a gente teve foi mais apresentar pra eles o que a norma de certificação coloca. O nosso trabalho foi de direcionar, porque eles já tinham esses princípios da agricultura orgânica.

A gente acredita que aí nos próximos meses a gente já tem esse retorno da certificação orgânica. Por que que a gente pensou isso? Mesmo que a feira já tenha o diferencial de ser de produtos agroecológicos, eles não tinham essa certificação. Com essa certificação, eles recebem uma declaração do Ministério da Agricultura dizendo que eles seguem as normas de produção orgânica.

E isso legitima mais a feira de que é um produto diferenciado e ao mesmo tempo a maioria dos agricultores entrega também para o PAA e o PNAE e aí eles podem elaborar um projeto para produção orgânica desses dois programas e o agricultor recebe 30% a mais em cima do valor.

Além das ações vinculadas ao *site*, à feira agroecológica e sua certificação orgânica, assim como ao banco comunitário, a ITES/UFAL e o professor de Agroecologia têm auxiliado, desde 2015, a RECASA no curso técnico de Agroecologia, implementado desde 2011. A participação deles tem se dado com as seguintes ações, segundo o participante da UFAL:

Ano passado participamos somente com um módulo. Esse ano estamos participando desde o planejamento, dos módulos e com a emissão de certificado. [Fala da participante da ITES/UFAL].

E a gente quer ter um módulo sobre certificação orgânica para que eles possam saber como apresentar ao Ministério da Agricultura, ou seja, gerar essa autonomia neles. [Fala do participante do curso de Agroecologia]

A Educação, como instituição, iniciou suas ações, com base nos atores acessados, a partir de 2015 na microrregião Agreste.

Quadro 20. Relação entre Educação e seus institucional works

Principais Atores	Institutional Works representativos			Tipo	Caracterização
	C	M	R		
UFAL	x			Educação	Auxílio à Comunidade a partir da Agroecologia e Economia solidária

Fonte: elaboração própria

Esta instituição tem tido uma ação vinculada ao fortalecimento da Comunidade, especificamente em Igaci, com foco na divulgação de temas como a economia solidária, além do auxílio na formalização de ações dos agricultores sobre certificação orgânica para os produtos da feira agroecológica.

4.3 Caracterização da Dinâmica Histórica

A partir das ações pelas lógicas institucionais na microrregião Agreste, foi possível agrupá-las em um intervalo histórico que compreendeu os anos entre 1980 e 2016. Isso serviu para, previamente, estimular a visualização da dinâmica presente nesta microrregião, além de auxiliar na resposta do terceiro objetivo específico. Esse intervalo foi assim classificado: estímulo à bovinocultura do leite (1980-1989), microcrédito rural (1990-99), desenvolvimento comunitário (2000-09) e capacitação técnica (2010-16).

Importante reforçar essas ações não ocorreram apenas nesses intervalos aqui considerados, nem que foram momentos isolados, já que, por exemplo, a bovinocultura do leite, iniciada em 1970 em Alagoas, tem sido uma estratégia de ação enfatizada até os dias atuais na microrregião por parte do Estado na busca por estabelecer desenvolvimento produtivo, porém, amadureceu nos anos 1980 devido incentivo da SUDENE. Do mesmo modo que o desenvolvimento comunitário passa a ser enfatizado nos anos 2000, mas que ainda permanece.

Para iniciar seu detalhamento, entre os anos 1980-1989 o Estado se destacou como único ator capaz de planejar e executar políticas na microrregião Agreste, tanto voltadas ao combate à seca quanto as de cunho desenvolvimentista.

A maioria das ações foi fruto de órgãos como o DNOCS (perfuração de poços, construção de açudes e rodovias), da CODEVASF (que iniciou a discussão da utilização hídrica do rio São Francisco) e do BNB (busca por financiar agricultores, inclusive para a criação de bovinos).

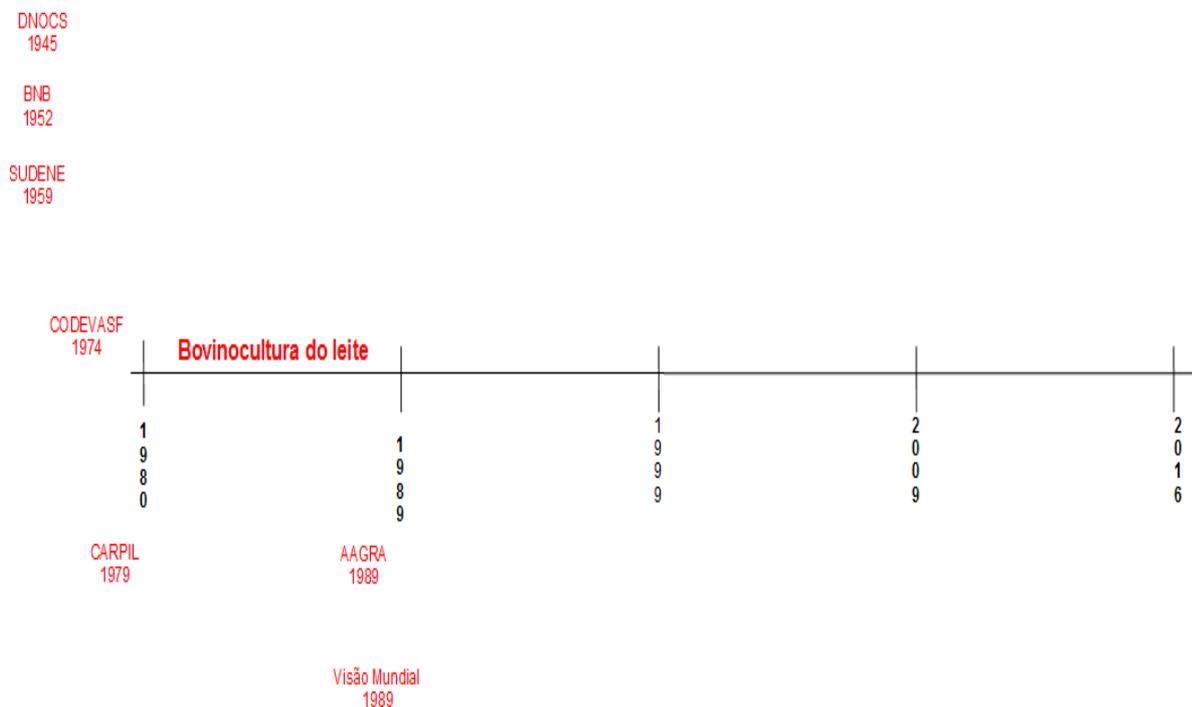
Os criadores de gado da microrregião Agreste, a partir das políticas da SUDENE, foram incentivados com a instalação da Indústria de Laticínios Palmeira dos Índios S/A (ILPISA), em 1985 e da empresa de laticínios Vale Dourado, em 1989, também em Palmeira dos Índios. O foco inicial desta empresa foi vender produtos como o leite tipo C em embalagens do tipo Longa Vida e seguir a lógica produtiva incentivada pelo Estado (VALEDOURADO, 2017).

Em em sentido macro, este incentivo a produção de leite no Brasil foi assim citada por Meireles (1996, p. 35):

O país vai terminando a década de 80 com o setor de pecuária leiteira e de laticínios no mesmo estágio em que iniciou: altas importações de leite em pó e outros produtos lácteos; promessas do governo de recuperação dos preços do leite não cumpridas; filas de consumidores para comprar leite pasteurizado; queijarias pagando mais pela matéria-prima e tirando produtores das cooperativas; consumidores dependendo de um leite reidratado difícil de engolir. Por tudo isso, a existência de um setor

especializado de pecuária leiteira, capaz de atender à demanda nacional sem que o país tenha necessidade de gastar dólares com importações de produtos lácteos, permanece, ao final desta década, uma quimera.

Figura 5. Dinâmica institucional entre os anos 1980-1989



Fonte: Elaboração própria

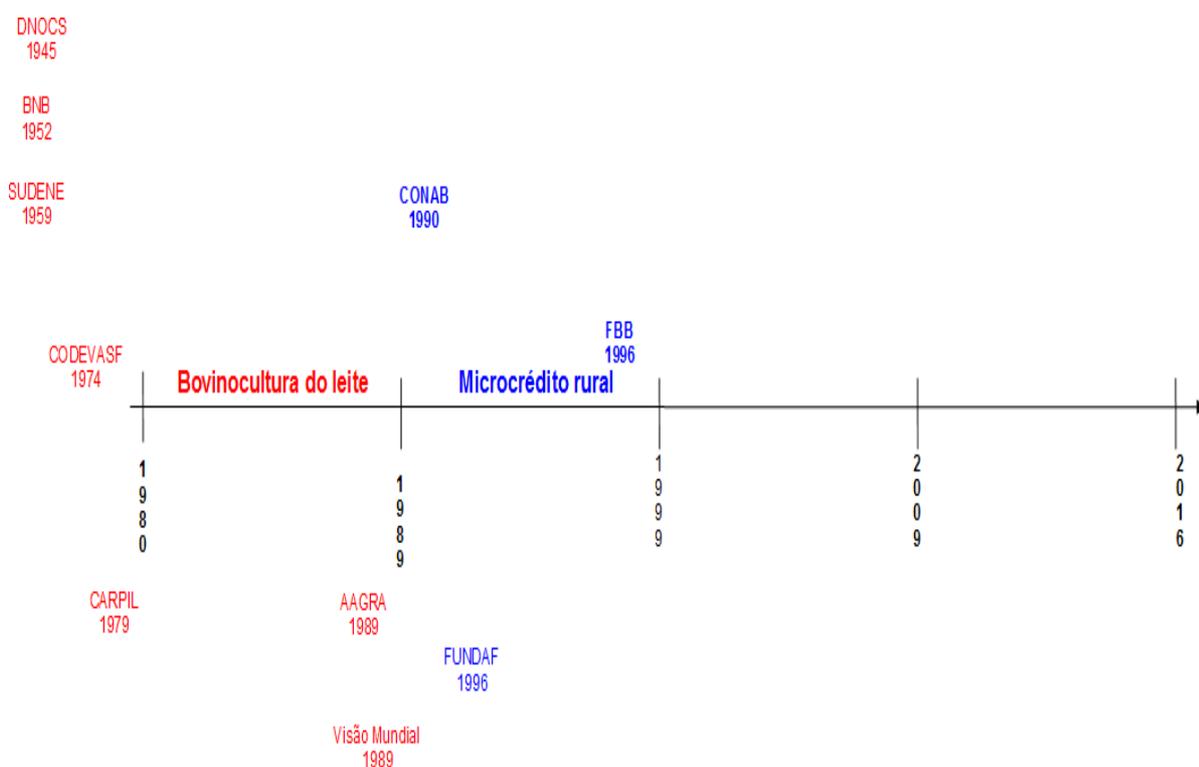
Sobre as ações do Estado que reforçam o período como vinculado à bovinocultura do leite, é possível citar o PNAE, que já atendia os estudantes dos municípios dessa microrregião, via UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), com a distribuição de leite para as merendas. E muito desse leite foi adquirido em Palmeira dos Índios.

Depois da UNICEF, o PNAE foi assistido por organizações internacionais, com doações, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID; o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado às populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) (FNDE, 2017).

Nesse intervalo de tempo, o que se teve em relação às associações e cooperativas foi a fundação da CARPIL, em 1979, no intuito de organizar as atividades dos agricultores locais voltadas à fruticultura, horticultura e criação de pequenos animais; e a fundação da AAGRA, em 1989, com a perspectiva de auxiliar o agricultor a plantar e comercializar seus produtos. Além disso,

a Visão Mundial passou a atuar em Palmeira dos Índios. Na década que compreendeu os anos de 1990-1999, houve uma maior inserção da Religião na microrregião Agreste, a partir da consolidação da Visão Mundial.

Figura 6. Dinâmica institucional entre os anos 1990-1999



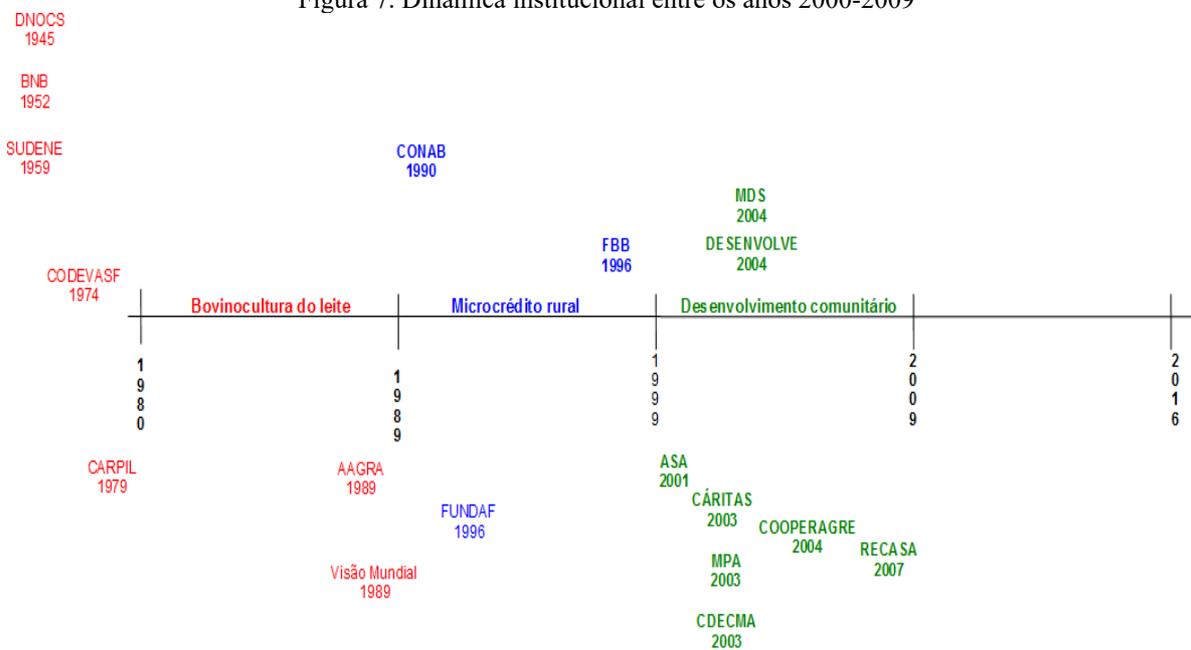
Fonte: elaboração própria

Esta organização passou a fomentar as ações de cunho comunitário, tanto em Palmeira dos Índios quanto em Igaci, com a reestruturação da AAGRA e com o início das atividades da COOPERAGRE e do FUNDAP. Em todos esses casos, o ponto inicial se deu a partir dos Fundos Rotativos.

Por coincidência, também nessa década, em nível nacional e para comparar ao FUNDAP, foi criado o PRONAF, em 1996. Assim sendo, no intervalo histórico-temporal que compreendeu os anos 1990-1999 destacou-se o Microcrédito Rural.

Já no intervalo entre 2000-2009, a Comunidade esteve fortalecida, ampliada e legitimada, participando da elaboração e execução de políticas públicas voltadas ao semiárido.

Figura 7. Dinâmica institucional entre os anos 2000-2009



Fonte: elaboração própria

Nacionalmente, o destaque foi a criação da ASA, em 2001, que passou a difundir a noção de convivência com o semiárido vinculada ao uso de tecnologias sociais tanto para subsistência do agricultor quanto para estimular sua produção, a ser vendida aos programas sociais do Governo Federal, como o PAA, a partir de 2003 com a CONAB, além do PNAE, vinculado ao FNDE.

Em Alagoas, dos dez associados da ASA, cinco estão na microrregião Agreste: Visão Mundial, CÁRITAS, CDECMA, MPA e AAGRA.

Contudo, as associações e cooperativas, mesmo não associadas à ASA, como no caso da CARPIL, são estimuladas e podem submeter projetos aos seus editais, para também executar a implementação de tecnologias sociais. O Governo Federal, principal financiador desses programas voltados às tecnologias sociais, passou a atuar junto à FBB e ao MDS.

Em relação ao Estado, em nível federal, o BNB também se voltou ao financiamento de microcrédito rural a partir do programa Agroamigo, em 2005.

Já em nível estadual, a DESENVOLVE iniciou, nesse intervalo histórico, o financiamento de recursos envolvendo agricultores desse recorte semiárido.

A Visão Mundial, que estimulou a Comunidade nos anos 1990, desvinculou-se desta instituição nos anos 2000, já que seus integrantes alcançaram o que a Visão Mundial considerou

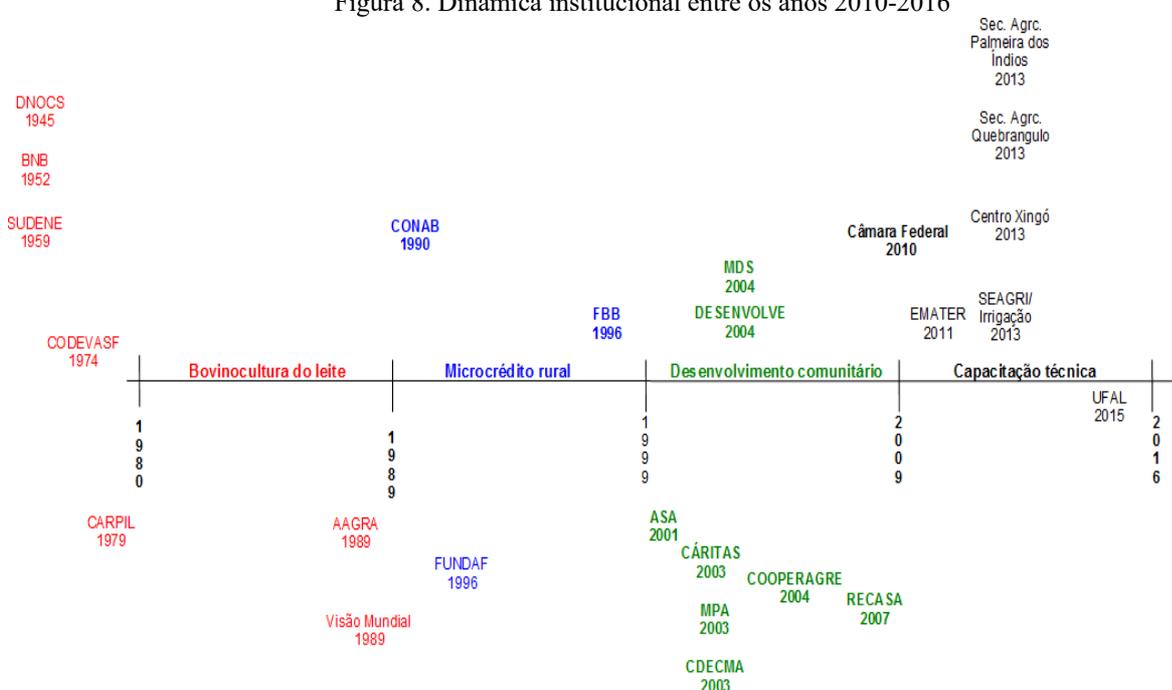
como protagonismo social.

Foi então que outra organização de base religiosa, a CÁRITAS, em 2003, passou a atuar junto à Comunidade, só que agora também como executora dos programas do Governo Federal em relação às tecnologias sociais (no P1MC, P1+2 e Cisterna nas Escolas), ou via Fundos de Solidariedade.

Nesse período, 2000-2009, esteve em destaque o Desenvolvimento Comunitário.

Em um momento histórico mais recente, que compreende os anos entre 2010 e 2016, as ações do Estado e da Comunidade se mantiveram, ao passo que outra instituição buscou inserção: a Educação, via UFAL, a partir de 2015.

Figura 8. Dinâmica institucional entre os anos 2010-2016



Fonte: elaboração própria

A UFAL se inseriu com a proposta de auxiliar o curso técnico de Agroecologia organizado pela RECASA, ministrando as disciplinas de Economia Solidária, além das referentes à Agroecologia e à Certificação Orgânica. Além disso, criou um banco comunitário e passou a formalizar as ações dos agricultores que comercializam produtos em uma feira, para que estes, junto ao Ministério da Agricultura, alcancem a certificação orgânica. Ambas as ações ocorrem em Igaci.

Esse período histórico também compreendeu ações do Governo do Estado, principalmente a reestruturação da SEAGRI, incluindo a Superintendência de Irrigação em 2013, com programas e projetos de pesquisas operacionalizados pela EMATER, que também foi reestruturada. Estes projetos foram focados na capacitação técnica dos agricultores, a partir de 2014, para retomar o

desenvolvimento da bovinocultura do leite. Em Palmeira dos Índios foi criada a Bona Sorte, outra empresa voltada à produção de leite.

Para enfatizar a importância dada pelo Governo de Alagoas à capacitação técnica, a participante da EMATER fez o seu relato:

Hoje, o grande gargalo na atividade é essa. É você fazer essa relação. Então, a EMATER ela tem esse foco de ajudar o produtor a pensar desse jeito: a planejar a sua atividade, a como é que eu vou ter um rebanho e como eu vou produzir a comida pra esse rebanho. Tem que fazer essa relação. Isso serve não só pra pecuária de leite, mas pra qualquer atividade pecuária. Então se você for trabalhar com ovino ou caprino, o pensamento e a orientação técnica é nessa direção. A primeira coisa que o produtor precisa ter em mente é produzir comida, é a parte alimentar. Depois que você estabiliza a parte alimentar você implanta ações que possam dar essa condição, aí é que você vai poder trabalhar outras áreas. A parte de melhoramento genético, manejo sanitário, qualidade do leite.

O objetivo é diagnosticar qual a situação dos produtores. Então, é aplicado um questionário do levantamento de dados iniciais chamado “Marco Zero”. Nesse questionário a gente levanta quais são as condições de produção do produtor em termos de produção de alimentos, de leite e de outros que tem na propriedade; a área de posse; como é o sistema de produção; quantas pessoas na família estão relacionadas com o sistemas. E a partir daí você começa a fazer um planejamento de capacitação técnica da propriedade direcionando para a parte de alimentação animal que é o principal problema no semiárido.

Outras ações do governo do Estado foram: abertura da DESENVOLVE para financiamento e ações dos agricultores e prefeituras municipais da microrregião Agreste; Programa Sombra e Água Viva, em 2010, que teve como foco recuperar as nascentes de rios dessa microrregião; Programa Água para Todos, em 2011, sob a tutela do Governo Federal; as obras do Canal do Sertão e do riacho do Bálsamo, com a criação da SEAGRI/Irrigação; além da criação do Centro Xingó, em 2013, que também se volta à capacitação técnica dos pequenos agricultores a partir de tecnologias viáveis, ensinadas nos cursos presenciais.

Em resumo, para esse período histórico que compreendeu os anos de 2010-2016, o destaque foi a Capacitação Técnica.

Para apresentar, a cada ano, essa retrospectiva da microrregião Agreste, segue uma linha do tempo, cujo intervalo foi de 1980 a 2017.

Quadro 21. Linha do Tempo da Microrregião Agreste

(continua)

<p>Anos 1980 - Secretaria do Estado e da Irrigação foi extinta (em 2013 foi fundada a SEAGRI/Irrigação) 1984 - Visão Mundial, em Igaci, aplica a Cultura Orgânica Alternativa (atualmente denominada Agroecologia) 1985 - Instalação da Indústria de Laticínios Palmeira dos Índios S/A (ILPISA) 1986 - Fundação da CARPIL 1987 - Fundação da ONG Movimento Pró-Desenvolvimento Comunitário, a partir da Visão Mundial, com a missão de atender crianças, adolescentes, jovens e familiares em suas necessidades de saúde, educação, protagonismo juvenil e educação ambiental. 1988 - Da Cultura Orgânica Alternativa foi criado o GTAI – Grupo de Tecnologia Agroecológica, em Igaci 1989 - Instalação da empresa de laticínios Vale Dourado em Palmeira dos Índios 1989 - Fundação da AAGRA 1989 - Chegada da Visão Mundial ao município de Palmeira dos Índios, no Chico Nunes. Anos 1990 - Desenvolvimento dos Fundos Rotativos Comunitários em Igaci e Palmeira dos Índios Anos 1990 - Visão Mundial recebe o prêmio Gestão Pública e Cidadania, dado pela FGV e Fundação Ford. Anos 1990 - O BNDS aporta recursos pra desenvolver a metodologia do FUNDAP (ainda era informal) Anos 1990 - Construção de cisternas e banheiros em Igaci, cuja moeda era o cimento (Fundo Rotativo) Anos 1990 - FUNDAP cria a metodologia do Assessor de Crédito 1990 - Início das ações entre Visão Mundial e AAGRA 1991 - Ações da Visão Mundial em Igaci a partir do PDA (Programa de Desenvolvimento de Área) 1992 - Movimento Pró-Desenvolvimento Comunitário cria o centro de reciclagem, Okyra. 1993 - Fundação da FACOMIG – Federação das Associações Comunitárias do Município de Igaci 1996 - Início das atividades do FUNDAP, de modo informal 1999 - Educador Popular, por 40 dias, viaja pelo semiárido alagoano para apresentar a proposta da ASA 1999 - Participante do atual MPA de Palmeira dos Índios esteve presente no Fórum paralelo da COP 3 1999 - Prefeitura de Quebrangulo iniciou o programa municipal de arrendamento de terra 1999 - Início do Projeto do Instituto Xingó 2000 - Fim do convênio formal da Visão Mundial com o Movimento Pró-Desenvolvimento Comunitário 2001 - Primeiro encontro estadual da ASA em Alagoas 2002 - Fundação do MPA em Alagoas, na região de Palmeira dos Índios 2002 - MPA passa a fazer parte da ASA 2002 - Elaboração de uma cooperativa de crédito em Igaci (a atual COOPERAGRE) 2002 - Discussões iniciais sobre o projeto do Riacho Bálamo 2003 - FUNDAP recebeu o prêmio de tecnologia social pela Fundação Banco do Brasil 2003 - Lei de criação do PAA, vinculado ao Programa Fome Zero 2003 - Fundação da CÁRITAS Diocesana em Palmeira dos Índios 2003 - Início das atividades do Instituto Xingó (2003 – 2011) 2003 - Fim do convênio formal da Visão Mundial com a AAGRA 2004 - Assembleia de fundação da COOPERAGRE e envio da proposta ao Banco Central 2004 - Constituição e funcionamento da Agência de Fomento de Alagoas S/A – AFAL 2005 - Transição das responsabilidades das ações da Visão Mundial para o FUNDAP 2006 - Formalizada, pelo Banco Central, a fundação da COOPERAGRE com 28 sócios 2007 - Criação da RECASA 2007 - Implementação de tanques de leite pela CARPIL 2007 - Formalização do FUNDAP 2007 - FUNDAP passa a buscar outras fontes de financiamento – não mais a Visão Mundial – com projetos. 2007 - 2º ciclo dos estudos de viabilidade econômica e ambiental para o Canal do Sertão pelo IICA 2008 - Fundação do CEDAFRA - Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Órgão colegiado da SEAGRI, instituído pelo Decreto nº 4.084, de 12 de dezembro de 2008. 2008-2009 - Início da construção da <i>barragem do Riacho Bálamo</i> 2009 - Inscrição no PAA e do PNAE Igaci pela AAGRA 2009 - Fim da AFAL e início dos trabalhos da DESENVOLVE 2009 - Projeto Raízes, em Cacimbinhas, desenvolvido pela CÁRITAS com foco no protagonismo juvenil. 2010 - Instalação da empresa de laticínios Bona Sorte, em Palmeira dos Índios 2010 - FUNDAP tem projeto aprovado junto à SEAGRI: Banco Comunitário de Sementes 2010 - Encontro da ASA estadual em Palmeira dos Índios 2010 - Início do programa do BNB, o Agroamigo 2011 - Início da parceria entre DESENVOLVE e COOPERAGRE 2011-2016 - Construção de cisternas em Igaci pela AAGRA (16 e 52 mil litros) 2011 - DESENVOLVE abre edital para projetos de APLs de baixa renda 2011 - Recriação da EMATER</p>
--

(continuação)

- 2011** – Fim das atividades do Instituto Xingó (1999 projeto e de 2003 – 2011 funcionamento)
- 2011** – Início do curso de agroecologia e desenvolvimento sustentável via RECASA e AAGRA
- 2011** – Quebra da barragem e enchente que destruiu Quebrangulo
- 2011** – CÁRITAS realiza ações emergenciais em Quebrangulo após enchente.
- 2012** – CARPIL começa a construir cisternas pelo PIMC e pelo programa Água para Todos
- 2012** – Extinção, pela SEAGRI, da Superintendência de Assistência Técnica e Extensão Rural - SATER
- 2012** – SEAGRI se dividiu, com a recriação da EMATER e com a extinção da SATER
- 2012** – CDECMA passa a utilizar a tecnologia BAP em Minador do Negrão e Cacimbinhas
- 2012** – Início dos intercâmbios de agricultores, via ASA, para analisar tecnologias sociais implementadas por outros agricultores dentro e fora do Estado de Alagoas
- 2012** – Governo de Alagoas, via recursos federais, inicia construção de cisternas, com contrapartida de 1%.
- 2013** – Fundação da SEAGRI/Irrigação, por conta do Canal do Sertão
- 2013** – SDA incentiva a tecnologia para gerar embriões (melhoramento genético em bovinos)
- 2013** – Implantação de 10 tanques de resfriamento de leite, via SEAGRI, em Palmeira dos Índios
- 2013** – 800 cisternas construídas em Quebrangulo pela AAGRA
- 2013** – Programa de Arrendamento de Terra em Quebrangulo, sede maquinário ao pequeno agricultor
- 2013** – 507 Toneladas de sementes crioulas foram compradas pela West Bill, de Santa Catarina, e distribuídas em Alagoas, mas o Governo de Alagoas ainda não pagou pela transação.
- 2013** – Criação do Centro Xingó (após fechamento do Instituto Xingó em 2011)
- 2014** – Inauguração do primeiro abatedor de frango caipira de Alagoas, em Palmeira dos Índios
- 2014** – EMATER, via Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, executa a chamada do Leite
- 2014** – CÁRITAS passa a focar em ações a partir dos editais do Governo Federal, FBB e BNB
- 2014** – AAGRA organiza feira A União Faz a Força, em Igaci, e estimula a venda de produtos agroecológicos
- 2014** – Resolução normativa nº 040/2014, do Conselho Estadual de Educação (CEE), regulamenta a oferta de Educação do Campo no Sistema Estadual de Educação de Alagoas, via mobilização da RECASA
- 2014-2015** – Município de Igaci, via AAGRA e CÁRITAS, foi contemplado com 3.000 cisternas
- 2014** – Reformulação das ações da EMATER após recriação
- 2014** – 1º Seminário e Curso Internacional de Convivência com o Semiárido, em Piranhas-AL, no Centro Xingó.
- 2014** – Iniciado financiamento da FBB do P1+2 pela CÁRITAS
- 2015** – Fundação da ITES/UFAL com o projeto Economia Solidária no Agreste
- 2015** – FUNDAP tem projeto aprovado junto à Visão Mundial para apoiar a gestão do projeto Alagoas Cidadã
- 2015** – Comemoração de 25 anos da AAGRA
- 2015** – FUNDAP organiza feira agroecológica, em Igaci, com uso de moeda local denominada TERRA.
- 2015** – DESENVOLVE faz parceria com a COOPAGREAL
- 2015** – Criada a Feira Agroecológica de Igaci, via prefeitura, AAGRA, ITES/UFAL e CECA/UFAL
- 2015** – Início da ITES/UFAL na elaboração da grade curricular do curso de Agroecologia da AAGRA
- 2015** – Os intercâmbios, entre agricultores, propostos pela ASA passam a ocorrer apenas em Alagoas
- 2015** – 2º Seminário Internacional de Convivência com o Semiárido, em Piranhas-AL, no Centro Xingó.
- 2015-2016** – Centro Xingó oferece 32 cursos relacionados ao semiárido
- 2016** – Inauguração do Banco comunitário, pela ITES/UFAL, em Igaci, via FUNDAP, AAGRA e ASA
- 2016** – Renovação do PAA leite pela Sec. de Agricultura de Palmeira dos Índios
- 2016** – Audiência pública com o Governo de Alagoas sobre a Barragem do Riacho do Bálsamo
- 2016** – DESENVOLVE elabora projetos para conseguir recursos junto ao BID e DNDES.
- 2016** – MPA produziu apenas 20% de feijão e milho devido a forte seca.
- 2016** – COOPERAGRE, de 28 sócios fundadores em 2004 para 1.600 e atuação em 5 municípios.
- 2016** – Fim de um projeto entre Governo do Estado, Visão Mundial e AAGRA.
- 2016** – 15º ENEASA – Encontro Estadual da ASA Alagoas, em Palmeira dos Índios-AL.
- 2016** – Inauguração do site sobre feira agroecológica de Igaci, via professor de Agroecologia do CECA/UFAL.
- 2016** – Inaugurado o polo de sementes crioulas Cheiro da Terra, em Igaci.
- 2016** – EMBRAPA (Tabuleiro Costeiros, de Sergipe), AAGRA e ASA discutem viabilização do projeto Águas.
- 2016** – CONAB executou R\$ 16.000.000,00 de recursos para o PAA em Alagoas
- 2016** – Até 2016 foram construídas, em Alagoas, 30.000 cisternas PIMC (Primeira Água) pela ASA.
- 2016** – 3º Seminário Internacional de Convivência com o Semiárido, em Piranhas-AL, no Centro Xingó.
- 2016** – Dos 250 km previstos para o Canal do Sertão em Alagoas, 105 km estão prontos
- 2016** – I EESA- Encontro de Ensino Superior em Agroecologia, no CECA/UFAL
- 2016** – Início da caravana agroecológica em Alagoas
- 2016** – Reativação dos tanques de Leite por parte do Governo de Alagoas
- 2016** – Das cisternas construídas pelo governo estadual, via recursos federais, 50% ainda estão pendentes
- 2016** – Seminário Alagoano de Produção de Grãos, faz o lançamento do Programa de Incentivo a Produção de Grãos entre SEAGRI, EMBRAPA e UFAL.
- 2016** – Encerramento do convênio entre Governo de Alagoas, Visão Mundial e AAGRA sobre educação financeira e poupança e crédito, chamado GOLD.
- 2017** – Serão construídas, em Alagoas, 400 cisternas PIMC (Primeira Água) pela ASA em 2017.
- 2017** – Recebimento da certificação orgânica (selo de qualidade agroecológica) emitido pelo Ministério da Agricultura à Feira Agroecológica de Igaci.

(conclusão)

2017 – Foco do Centro Xingó para aumentar o número de parcerias para sua manutenção.
 2017 – Caravana agroecológica na microrregião Agreste
 2017 - Implantação de 06 Escolas Sustentáveis em Igaci, via projeto da RECASA
 2017 – Primeira reunião de planejamento das ações da RECASA, em Igaci, com as escolas do município.
 2017 – Curso de agroecologia da RECASA terá certificado de extensão emitido pela UFAL, via ITES/UFAL.
 2017 – Curso de agroecologia da RECASA faz intercâmbio com 1ª visita ao Centro Xingó
 2017 – Implementação de restaurante agroecológico em Igaci, aberto ao público, na sede da AAGRA.
 2017 – Diretora da RECASA é nomeada secretária de Educação em Igaci.
 2017 – Convênio entre FBB, AAGRA e ITES/UFAL para geração de renda ao jovem rural
 2017 – Total de cisternas de placa construídas pelo Governo de Alagoas: 1.000 (desde 2012)
 2017 – 1º Encontro das Sementes Crioulas de Alagoas, organizado pela ASA, a ser realizado na UFAL/Maceió
 2017 – Encontro de Educação Contextualizada para comemorar os 10 anos da RECASA

Fonte: elaboração própria

Dessa retrospectiva histórica, detalhada por sua linha do tempo, reconheceu-se o quanto as instituições significam, de modo diferente, temas semelhantes. Isso tudo fez emergir as seguintes categorias que alcançaram o *status* de codificação focalizada: Produtividade, Crédito e Associativismo/Cooperativismo, com destaque para as instituições Estado e Comunidade.

Quadro 22. Categorias emergentes a partir das ações institucionais

Categorias emergentes	Significado dado pelo(a)	
	Estado	Comunidade
Produtividade	Monocultura	Múltiplas culturas
	Produção em larga escala/comercialização	Produção sem agrotóxico (1º para subsistência e 2º para comercialização)
	Bovinocultura do leite	Criação de pequenos animais
	Sistemas de irrigação industrial	Sistema de Irrigação por gotejamento
	Cisternas de PVC	Cisternas de Placa
	Combate à seca	Convivência com o semiárido
Crédito	Aquisição de máquinas agrícolas	Desenvolvimento das associações e cooperativas
	Estímulo ao financiamento Rural	Participação em programas sociais voltados à alimentação
Associativismo/ Cooperativismo	Editais que restringe a participação de associações ou cooperativas a partir de regras pré-determinadas	Elaboração de projetos para submissão aos editais abertos pelo Estado
	Potencialização da perspectiva de eficiência agrícola a partir de estudos desenvolvidos pela EMATER, assim como nas obras do Canal do Sertão e do Riacho do Bálamo	Desenvolvimento, implementação e divulgação de novas tecnologias sociais

Fonte: elaboração própria

No que diz respeito à categoria emergente Produtividade, a Comunidade defendeu a agroecologia (que remete a múltiplas culturas em um mesmo espaço de terra) e, por consequência, a uma agricultura voltada à produção sem agrotóxico; a criação de animais que se adaptem à escassez de água, como os ovinos e caprinos (bebem sete litros de água por dia; já o bovino bebe 52 litros); e

um sistema de irrigação por gotejamento (para utilizar a pouca quantidade de água que se tem, de modo adequado). Já o Estado defendeu a monocultura com a expansão de áreas plantadas com a palma.

As tecnologias sociais fizeram parte desse processo em que o Estado convergiu para o combate à seca, com a perfuração de poços, construção de açudes, além da instalação de cisternas do tipo PVC, gerenciadas pela CODEVASF. Por outro lado, as cisternas de placa e demais ações vinculadas às tecnologias sociais (P1MC, P1+2, Enxurrada, Calçadão, Barragem subterrânea, BAP, Barreiro-Trincheira e Cisterna nas escolas) foram realizadas pela Comunidade e tiveram, inicialmente, o foco no suprimento das necessidades básicas da comunidade para, em segundo lugar, buscar a comercialização dos produtos em feiras ou para venda ao Estado (vinculados ao PAA e PNAE).

O crédito, outra categoria, foi difundido pelo Estado a partir da SEAGRI, que adquiriu máquinas agrícolas para distribuir aos agricultores, assim como pela DESENVOLVE, que tem lançado editais para financiar ações dos agricultores. Já o BNB possui o programa Agroamigo como estímulo ao crédito rural.

A Comunidade, em relação ao crédito, utilizou-o para desenvolver as ações das associações e cooperativas, principalmente no que diz respeito à melhoria da situação da agricultura familiar. O foco é comercializar o excedente da produção para o PAA, o PNAE e as feiras locais. A capacitação para esta instituição tem sido estimulada pelo FUNDAF.

Já a categoria Associativismo/Cooperativismo foi uma forma de organização estimulada pelo Estado como condição formal para inserir a Comunidade nesse processo.

4.4 O Semiárido sob o olhar das Relações Institucionais

As categorias focalizadas passaram por um processo de amadurecimento analítico, cujo intuito foi torná-las ainda mais robustas e, por conseguinte, saturá-las. Esse novo processo as elevou ao *status* de codificação teórica e respondeu ao quarto objetivo específico.

Ao buscar amadurecer as categorias Produtividade, Crédito e Associativismo/Cooperativismo, foi possível entrelaçá-las e compreender, em conjunto, que elas alcançaram um sentido mais profundo. Este indicou que as instituições da microrregião Agreste mantinham relações específicas.

De início, foram consideradas as que envolviam atores do Estado. Tais atores, em seus relatos, reforçaram as relações sob a denominação de parceria. Como exemplo, o participante da

SEAGRI/Irrigação relatou:

A EMATER é vinculada à SEAGRI, faz parte do sistema SEAGRI. É o braço operativo da gente aqui com muitas atividades de pesquisa nessa parceria.

Outro exemplo desse tipo foi dado pelo participante da DESENVOLVE, também sobre a EMATER:

Temos a EMATER. Já estamos de conversa também com eles por conta de um projeto onde a gente possa ter eles como parceiros nessa questão da assistência técnica, que é um grande problema hoje lá na ponta. Você fornece crédito, mas não tem assistência técnica. E aí a gente já vem com uma conversa interessante com a EMATER, até numa forma de transferir recurso relacionado à assistência técnica.

Outro conjunto de relações se deu com os atores da Comunidade, que focam a união entre si. Porém, a denominação destaque para essas relações se deu com a expressão “pequeno que se junta com pequeno”. Como neste relato da participante do MPA:

Devemos nos unir, contra esse retrocesso que atinge a nós e precisamos fazer um contraponto a essa situação que está presente, a essa conjuntura, formar nossa opinião. Pra nós, esse problema está acontecendo lá em Brasília, mas essa situação atinge a gente aqui, o povo, os trabalhadores, agricultores. E a gente precisa se juntar, fazer força. Então precisamos lutar para que as políticas públicas que alcançamos não se percam.

Aqui mesmo, a gente do MPA tem atualmente uma média de 150 famílias organizadas no movimento, mas que não deixa a gente triste não, porque organizar um movimento onde o pessoal tem que ser protagonista é um pouco complicado.

A AAGRA compartilhou dessa visão, segundo relato de seu participante, ao defender a produtividade no sentido de que o agricultor familiar poderia comercializar seus produtos:

Se o PAA não está vendendo muito, então, pelo PNAE conseguimos vender pelo governo do Estado. E quando o governo não compra tudo, a gente se junta pra vender na feira. Em 2014, teve a organização da feira da gente aqui em Igaci, que chamamos “A União faz a Força”. Então, o importante é que todo mundo fique estimulado para fazer essa organização coletiva

sempre, buscar mercados, agregar valor, buscar acesso ao crédito e ter um espaço para venda.

Essas ações são estimuladas pela AAGRA e isso mostra que nós nos organizados, ficamos mais capacitados. É o pequeno se organizando com o pequeno.

Então é assim, pelo lado da produção, a gente incentiva que as pessoas tenham as suas pequenas produções, mesmo que seja um pequeno canteiro econômico que você possa ter a sua subsistência. E se tiver um excedente que possa, por exemplo, entregar na AAGRA pra gente poder repassar pros programas que a gente entrega hoje. Que hoje a gente tem o PNAE e tem o PAA.

Essa perspectiva de união continuou a ser reforçada pelo participante da COOPERAGRE, em relação ao FUNDAF e à AAGRA:

Então, o que aconteceu nesse tempo foi que a gente pegou, por conta da Visão Mundial, a metodologia do FUNDAF. O grande diferencial dela foi que fez o FUNDAF dar certo esse tempo e por isso ganhou vários prêmios aí por conta dessa metodologia. Primeiro o aval solidário, onde a comunidade toda deve avaliar os potenciais tomadores de crédito. Mas, o mais importante que a gente consegue até hoje são as parcerias com as associações comunitárias locais e com os grupos locais.

E com a AAGRA, a gente continua com a parceria, inclusive a conta da instituição AAGRA ela é aqui na cooperativa que é onde são depositados os valores das mensalidades.

O estímulo da Visão Mundial, por consequência, serviu às demais associações e cooperativas da microrregião Agreste e tornou simbólico esse sentido de ação conjunta, quando o pequeno se junta com o pequeno, voltada à organização coletiva para os grupos comunitários se capacitarem e se tornarem protagonistas. Em mais um exemplo, a participante do CDECMA reforçou:

A gente trabalha nessa linha de convivência, que as famílias tenham condições participativas. E no processo de implementação dessas tecnologias, as famílias estão ali nos ajudando. Ajudam a tirar a terra de dentro do buraco, a ter que nivelar o buraco. Muito bem a máquina vai lá e escava, mas depois elas que vão lá. E aí, a família cozinha pro pedreiro.

Já a feira com essa comida, durante a construção, é o Programa que entrega, mas quem cozinha pro pedreiro é a família. E assim, quando algo não está dando certo, a gente reúne pra saber porque não está dando certo. Então assim, existe uma interação.

Aí na hora de escolher o caráter produtivo de cada família dessa, que agora foi R\$

1.500,00 pra caráter produtivo. O que é caráter produtivo? É o que vai fortalecer a produção da família. Ela já conquistou a cisterna, mas o que é que vai ajudá-la a fortalecer mais essa produção?

Então assim, aí a gente vai e faz desde o primeiro curso de GAPA com as famílias. E a gente diz “- Gente, vão pensando no que vocês vão escolher pro caráter produtivo”. Aí a gente explica o que é caráter produtivo.

Então, tinha o curso de GAPA, que é Gerenciamento de Água para a Produção de Alimentos. Aí tinha o curso de SISMA, que é Sistema Simplificado de Água pra Produção. Tem os intercâmbios, que os intercâmbios são bem interessantes para o processo de aprendizagem, onde um grupo vai conhecer um outro agricultor que está produzindo. E aí essa interação, ela contribui muito para o desenvolvimento da região.

A gente escutou muito testemunho, porque quando aquele grupo vai pra uma casa eles terminam levando daquela casa aprendizado, sementes de frutíferas, sementes de hortaliças e sementes de espécies nativas.

Há essa troca de conhecimento entre os agricultores que em todos os trabalhos o intercâmbio deveria existir. Em todas as áreas. É a troca de informação entre a gente.

Essas relações vão além das que ocorrem entre instituições específicas para alcançar uma dinâmica ainda maior. No caso da microrregião Agreste, tais ações envolveram em maior grau Estado e Comunidade, contando também com a inserção da Religião. O fator destacado para essas relações foram as regras preestabelecidas, que envolveram os seguintes aspectos: lançamento de editais, submissão de projetos e prestação de contas. Sobre isso, um integrante da CONAB, em uma conversa informal, relatou:

Nessa microrregião tinha pouca associação e cooperativa e você não conseguia a regularidade fiscal delas.

Hoje você já encontra porque elas viram que essa regularidade fiscal, pra participar dos programas do Governo, era primordial. Se elas não tivessem elas não conseguiriam. Então, hoje já viram que têm mais facilidade de evoluir de uma entidade associação pra cooperativismo. Elas já perceberam isso também. Inclusive tinha um marco regulatório pra acontecer em que não iria poder mais as associações tratarem da comercialização. A não ser que elas evoluíssem pra uma cooperativa.

E daí, para o PAA acontecer, que é o caso da gente, você vê que existem regras para que

essas pessoas possam fornecer e para que as outras possam receber. Em geral, é de que sejam formadas essas associações de cooperativas e que essas unidades fornecedoras estejam inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, comprovando que eles fazem um trabalho de assistência social nas cidades, nos municípios que eles atuam.

Como eles trabalham por projetos, as associações mais organizadas têm chances maiores de receberem da CONAB. Isso porque a distribuição de alimentos, por parte da CONAB, segue critérios de qualidade.

Lógico, os trâmites burocráticos eles têm que cumprir. Mas hoje, em 2016, a gente teve a execução de 9 milhões de recursos destinados para a agricultura familiar. Então, se forem 9 milhões, são 9 milhões de reais distribuídos no estado. Principalmente nessa região pra manter o agricultor na zona rural e reduzir a insegurança alimentar. Esse é o PAA doação. É o que é o maior volume de recurso que nós temos.

E mesmo com essas regras e tudo mais, o agricultor hoje tem na CONAB a certeza de que, se o projeto for aprovado, ele vai ter o recurso pago. O Governo Federal paga. Então a CONAB faz essa intermediação. Ela estimula que o agricultor familiar continue na agricultura e não haja essa evasão pra cidade. Ela estimula que o agricultor continue na zona rural. E também, da mesma forma, ela contribui pra redução da miséria, da insegurança alimentar.

De modo similar, o BNB, conforme relato de seu participante, deu continuidade a essa noção de preestabelecer critérios para manter a relação Estado-Comunidade. Para o exemplo do BNB, o vínculo deu-se a partir do Programa Agroamigo:

Após a concessão do projeto, 30% dos clientes a gente aloca uma visita e vistoria. Então, o objetivo da vistoria, além de ver se realmente ele comprou aquilo que ele tá dizendo, é pra gente ver se ele adquiriu animais com sanidade satisfatória, do porte que vai fazer com que ele tenha lucro, se ele realmente tem aptidão, tem vocação e experiência naquela atividade.

Em seguida, o relato do participante da DESENVOLVE mais uma vez reforça essa perspectiva de predeterminar as condições de aproximação para com a Comunidade:

São várias as parcerias, muitas a partir dos editais, com as cooperativas, associações, prefeituras, onde a gente capacita o pessoal, a equipe de uma cooperativa, da prefeitura, para que aquelas pessoas possam atender o cliente semelhante ao atendimento que a gente faz aqui. Então eles são capacitados.

Em relação as prefeituras, temos a de Palmeira através da Secretaria de Agricultura. O secretário lá é muito atuante. É um secretário que está diretamente aqui. A gente também participa muito das ações que ele elabora na secretaria. Então assim, estamos bem próximos de algumas prefeituras sim, outras não.

E ainda tem o edital para APLs de baixa renda, a gente abre para o estado todo. Foram contemplados alguns projetos dentro ali. A gente teve, pelo menos, umas três instituições contempladas. Submeteram projeto e foram contempladas. Mas é aberto para todo o estado. A gente não restringe só pra aquela região específica.

E aqui nessa microrregião [o participante fez uso do mapa da microrregião Agreste] há um trabalho muito forte na região de Igaci com a COOPERAGRE, uma cooperativa de crédito que recebeu um recurso, mais de R\$ 1 milhão. Montante bem considerável e que através dessa parceria, a DESENVOLVE repassando esse recurso para eles, eles conseguiram aumentar a carteira deles em mais de 30%. Então, foi um trabalho diferenciado, um trabalho considerável e de suma importância, principalmente, pra cooperativa, que ela não tinha. “Tava” necessitando desse aporte de capital e não tinha da onde buscar.

Recentemente, a gente fez uma parceria com a cooperativa de Estrela de Alagoas (a COOPAGREAL) há dois anos atrás e que vem dando bons frutos. Como é que foi essa parceria? A gente, através deles, começou a financiar os produtores vinculados da cooperativa. Então, hoje a gente já ofertou mais de 400 mil reais em crédito direto. Onde a cooperativa entra como um aval, dando segurança para a instituição. Mas são créditos diretos para pequenos produtores pra compra de animais, que eu nem tinha conhecimento disso, mas ali tem uma grande quantidade de produtores de pequenos animais: aves, peru, galinha e diversos outros.

Então, esse crédito entrou pra aquisição desses animais, reforma de curral, reforma de galinheiro, reforma de pocilga. Já foram mais de 70 contemplados e mais de 400 mil reais em microcrédito. Então, é bom salientar isso. A cooperativa também foi beneficiada recentemente com crédito para a compra de um caminhão. Estavam necessitando de um caminhão pra escoar a produção.

Então, a gente financiou esse caminhão para ele. Também financiamos um capital de giro pra compra de insumos, onde ele compra essa ração (ou os insumos) e vende pra esses produtores. E muitas vezes o que é que acontece: a gente financia o produtor e o produtor recebe esse recurso e compra da cooperativa, então o ciclo está todo fechado.

É um trabalho que está sendo modelo, um trabalho diferenciado dentro de Estrela de

Alagoas. Eu falo de Estrela, mas também temos trabalhos em Palmeira dos Índios, na parte rural, como também em cidades vizinhas também.

Os empréstimos realizados pela DESENVOLVE variam de R\$ 300,00 a R\$ 3 milhões; o foco maior é em pequenos empréstimos (de R\$ 300,00 a R\$ 15 mil).

A visão da Religião sobre tais relações baseia-se em pré-condições e foi relatada pela participante da CÁRITAS:

A gente tem participado desses projetos sempre por edital. Grande parte dos recursos que a CÁRITAS tem trabalhado no decorrer desse tempo tem sido recursos internacionais. Agora é que, a partir de 2014, através de editais também tem conseguido aí projetos nacionais como o Água para Todos, com cisternas de placa, além desses do MDS e da Fundação Banco do Brasil (este especificamente para o PI+2 junto à ASA), das outras cisternas, também de placa, como as PIMC, PI+2 e Cisterna nas Escolas.

Esses projetos de recursos do governo, eles têm dia e hora pra acabar. Você não pode prolongar e dizer: “- Não, eu estou com recurso, eu uso ou eu vou fazer essa construção quando eu puder”; ou “- Não dá pra fazer agora, então eu deixo para o ano que vem”. Não! Tem que cumprir as metas. Se não cumprir, o recurso volta e pega mal.

São projetos que você tem que ter todos esses cuidados com a prestação de contas. Tem que ter todo esse olhar porque não é só pegar o recurso e gastar de qualquer jeito. Tem a preocupação de prestar contar com clareza, daquele recurso que você recebe.

Sobre as atividades vinculadas à produção agrícola, o participante da CARPIL citou os programas sociais PAA e PNAE. Percebeu-se, com base nos relatos, que tanto a CARPIL quanto a AAGRA seguem os mesmos procedimentos.

A CARPIL ganhou a licitação do PNAE, que é trabalhar com a merenda escolar. Então, a produção que eles têm nós compramos. E também tem o PAA com a CONAB, que toda a produção que é entregue aqui, nós pagamos ao produtor e essa produção é doada.

O processo de relações dinâmicas entre Estado, Comunidade e Religião também ocorre além das pré-condições ora apresentadas. E em um caso específico se deu aparentando uma situação mais igualitária, em que as instituições se encontram em um mesmo plano.

Um exemplo foi a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Agricultura

Familiar e Reforma Agrária (CEDAFRA) (CEDAFRA, 2016). Este, criado em 2008 e gerenciado pela SEAGRI, é um espaço colegiado de proposição de diretrizes para formulação e implementação de políticas públicas, para articulação entre o governo e as organizações da sociedade civil visando ao desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar. Entre seus participantes está a COOPERAGRE.

Temos uma cadeira representando o cooperativismo de crédito da agricultura familiar no CEDAFRA, que é conselho misto, formado por representantes do Governo e da Sociedade Civil, conseguindo um espaço importante pra tá colocando nossas ideias e firmando parcerias.

Ainda em relação à SEAGRI, agora na Superintendência de Desenvolvimento – SDA, seu integrante, em uma conversa informal, citou uma ação vinculada a outras instituições:

Agora mesmo a gente também está organizando um Programa de Incentivo à Produção de grãos envolvendo a UFAL e a EMBRAPA.

A Religião, pela Visão Mundial, com auxílio da Comunidade, também desenvolveu um projeto com o Estado, coordenado pela DESENVOLVE, denominado GOLD. Este, ocorrido entre 2012 e 2016, foi relatado pelo participante da Visão Mundial:

A gente encerrou esse ano, em 2016, um projeto com o Governo do Estado, de organização de grupos de educação financeira, de poupança e crédito, chamado GOLD. Nesse projeto, a AAGRA tava envolvida. Sempre que a gente ainda tem ações que extrapolam a nossa área de atuação, os parceiros que eram nossos, como a AAGRA, voltam pra esse processo, mesmo sem vínculo formal.

O FUNDAF também apresentou, a partir de sua participante, uma relação cujo vínculo se deu pelo apoio ao fortalecimento do associativismo:

Em 2010 a gente conseguiu se credenciar em projetos. Um foi em parceria com a SEAGRI, em contrato com a Secretaria Estadual de Agricultura pra implantação de bancos comunitários de semente.

Através desse contrato a gente realizou um processo de capacitação nas comunidades, em vários municípios, aqui no Agreste e lá no sertão também pra implantação de bancos de

sementes nas comunidades ou então reanimar os bancos de sementes em comunidades onde já existiam.

Em 2013 um outro projeto foi o contrato com a DESENVOLVE para operação de crédito, direto aos agricultores vinculados ao Alagoas Cidadã que é um programa que existe hoje no estado de Alagoas em parceria com a Visão Mundial e a DESENVOLVE, que há alguns anos atrás era a AFAL (Agência de Fomentos). Então a partir desse recurso a FUNDAF voltou a operar crédito direto com os agricultores.

Em 2015 a gente recebeu o pessoal da incubadora solidária da UFAL. Eles vieram pra cá trazidos pelo nosso gerente, pois estudaram juntos na universidade de Administração, com a ideia do banco comunitário. Trouxeram a proposta aqui e a AAGRA disse: “- A gente já tem coisa demais, mas a gente acha que é possível até porque pela história que a gente tem isso pode acontecer. O banco comunitário pode existir através do FUNDAF que já tem essa história toda aí com os fundos rotativos de apoio aos grupos”. Então a gente organizou. Tivemos várias reuniões e foi apresentada a proposta para o pessoal, das comunidades, que é vinculado à feira aqui em Igaci.

Desde início de 2016 a gente tá até tentando ainda o credenciamento do FUNDAF pra ser uma das instituições no Estado também que possa prestar assistência técnica aos agricultores, já que assim, em todos os momentos que a gente tem com os agricultores a assistência técnica é sempre uma das coisas que é pautada por eles, que é uma fragilidade. E na atuação a gente faz um trabalho muito bom em relação a isso, mas a gente sabe que não é o suficiente. Que a gente precisa de outras instituições, de outro povo que possa “tá” fazendo esse trabalho. A EMATER ainda não conseguiu dar conta disso e é uma fragilidade muito grande. Os nossos agricultores sempre colocam isso. Eles sentem muita falta desse apoio técnico no desenvolvimento das atividades.

E para 2017 está tendo uma discussão, entre EMBRAPA – Tabuleiro Costeiros, de Sergipe, AAGRA e ASA, para o projeto Águas. E daí estão construindo 30 galinheiros para 30 famílias. A ideia é desenvolver pequenos animais pra ver sua rentabilidade local.

A RECASA também possui relação com outros atores. Além de relatar sobre isso, sua participante reforçou o sentido que dá a esse processo:

A gente tem as secretarias de educação como parceiras e que participam das reuniões de planejamento, de avaliação. Ajudam nas publicações também. Então, assim, a

gente tem conseguido despertar. A gente vem trabalhando com muita gente. Desse tanto de gente que a rede vem mobilizando, chega a mais de 10 mil pessoas ao longo de 10 anos.

Só que a gente, a sociedade civil, sempre teve o distanciamento do Governo. Digamos assim, houve sempre uma separação. Então, a Rede de Educação Contextualizada veio com perspectiva de juntar a sociedade civil e governo, porque quem faz a educação escolar é o governo e não a sociedade civil e é preciso haver esse diálogo.

Nós nunca vamos, quando eu digo nós falo pela a sociedade civil, conseguir fazer uma intervenção se não houver diálogo. O diálogo de construir junto uma proposta de desenvolvimento na área educacional.

Para além dessa perspectiva de relação que aproxima os atores, seja ou não de uma mesma instituição, seja ou não vinculada a uma pré-condição, houve relatos de divergências entre essas instituições.

Inicialmente a Câmara Federal, como integrante do Estado, a partir do relato do deputado federal em uma conversa informal, apresentou uma divergência quando este defendeu o uso de cisternas de PVC e o Canal do Sertão, este em termos produtivos.

A cisterna de placa não é o principal caminho, mas sim o Canal do Sertão que vai gerar em torno de 5.000 empregos. O pessoal vai plantar a palma. Digo isso porque eu sobrevoou isso tudo com o governador e sei disso na palma da minha mão.

Então, hoje, cada cisterna nossa dessa custa R\$7.000,00, mas tem esses benefícios e a da ASA custa cerca de R\$ 1.500,00, mas muitas vezes não são bem feitas. E essas cisternas de 16.000 litros e a calçadão da ASA – não faz bem pra saúde, pois a água da calçadão nem serve para beber – tem qualidade da água duvidosa.

Ainda sobre as tecnologias sociais, especificamente na divergência entre cisternas de placa (tecnologia da ASA) versus cisterna PVC (implantadas pela CODEVASF), tanto uma integrante da CÁRITAS quanto o participante da AAGRA relataram seus pontos de vista:

Pra resumir aqui pela CÁRITAS e ASA em relação ao semiárido e as organizações é que o ideal seria, é que nós – as organizações que constroem cisternas de placa – e quem estava implementando as cisternas de plástico, conversassem, dialogassem.

Aqui em Alagoas houve várias reuniões entre as organizações da ASA e a CODEVASF mas, o que que aconteceu? Os agentes de campo da ASA quando iam visitar uma família, a

CODEVASF já tinha passado por lá.

Então assim, convencer uma família a cavar um buraco, a receber uma cisterna que ia demorar alguns dias pra ser construída e entre essa que ia chegar na sua casa e “puf”, já ia tá lá, a família meio que dizia “- Ah, então prefiro a de plástico”. Só depois que a de plástico chegou e ela viu os problemas que acontecem, os defeitos que dá a de plástico é que ela viu que fez mal negócio.

Então, teve momentos que se conversou, mas não se chegou a um consenso. Infelizmente foi uma conversa que ficou embaralhada.

Em seguida, o relato do participante da AAGRA sobre tal divergência:

Ano passado, como tinha uma quantidade muito grande de cisterna, aí Igaci foi dividida em dois lotes. Aí cada instituição só poderia concorrer a uma. A gente concorreu a um e a outra instituição de Palmeira, a CÁRITAS, concorreu ao outro lote.

Então eles também construíram aqui ano passado e esse ano eles vão construir segunda água, com a mesma tecnologia. Porque, na verdade, essa tecnologia ela é dividida por região.

Então assim, aonde o MDS atua a CODEVASF não atua e assim vai. Só que a gente teve esse problema numa área de atuação do MDS que a CODEVASF acabou entrando e aí a gente teve problema em 2013 por causa disso. Porque a gente ia, capacitava o pessoal, povo furava o buraco, quando furava o buraco os caras já chegavam com a cisterna e “puf”.

Então a gente acabou perdendo muita gente capacitada já porque você tem um custo pra fazer essa capacitação e aí os caras chegavam e só jogavam a cisterna dentro do buraco.

Até mesmo em relação a um tema atual, o da Convivência com o Semiárido, percebeu-se divergência. Isso porque, conforme o relato do Estado, este defendeu uma convivência com a monocultura, e a Comunidade preferiu o cultivo de múltiplas culturas. Para exemplificar, a participante do CDECMA fez o seguinte relato em relação ao Centro Xingó:

Eu fiz um curso lá no Centro Xingó sobre convivência com o semiárido. Só que eu briguei muito porque de convivência, apesar do curso ser voltado pra convivência, tinha pouco. Até muitos profissionais que vinham pra falar com a gente com outra visão de convivência. Trouxeram até um professor lá da Espanha, mas o olhar dele era voltado pra monocultura. Aí, uma professora pra falar sobre avicultura, veio falar o quanto os agricultores estão desorganizados. Aí, eu perguntei pra ela: “- Qual o papel do Município, do Estado? Cadê a

assistência técnica?”. E até nos ensinamentos que ela veio passar, veio ensinar a usar produtos químicos para matar a pulga, quando que a questão de convivência é pra buscar alternativas. A gente tem que olhar a questão ambiental também. Falei também: “- E a saúde daquele agricultor?”. Então assim, eu discuti muito.

Quando a gente faz cisterna calçadão, com poucos dias, a família já está produzindo ao redor da cisterna. Então, a gente recebe que a questão do semiárido, se houver políticas públicas, de forma continua e correta, as famílias podem viver melhor. Não são as grandes obras que vão ajudar a convivência com o semiárido.

Ainda nas divergências em relação às grandes obras, segundo a Comunidade, a participante do MPA relatou que essas obras tendem a beneficiar a agroindústria:

Nossa luta também é na região serrana como todos os outros, é por água. Nosso grito é por água. Temos um troço interessante. Estão acabando uma encanação de água pra Minador e Estrela de Alagoas, saindo da Barragem do Bálsamo, saindo por essa região por aqui afora. Povo do Gavião, atenção, nesse caso de poço, melhor não porque 99,99% a água sai salgada.

E por isso precisamos pegar essa água aí desse cano do Bálsamo e que ela não vá só para os grandes como parece que vai ser feito. A nossa luta é que essa água beneficie de Pajeú à Serra Bonita.

Nem prefeito, nem ninguém quer falar conosco. Nem uma solicitação formal eles querem. Agora estão dizendo pra todo mundo que vai ter água. Nosso grito lá é por água dessa encanação. É incrível, mas todo mundo quer água né.

Já o integrante da SEAGRI, este da SDA, numa conversa informal relatou um aspecto que diverge da Comunidade sobre o tema sementes, pois esta defendeu a crioula, e o Estado, segundo seus integrantes, defendeu a produtividade.

Distribuímos as sementes, de excelente qualidade. [...] Não são guardadas pelo agricultor e o Estado ainda fica com obrigação de comprar sementes para eles.

O reforço a essa postura de divergência entre Comunidade e Estado no que diz respeito às sementes e a agroindústria, agora por parte da Comunidade, foi relatado pela participante do MPA:

O governo de Alagoas vê a agricultura familiar do seguinte modo: consolidada (quer

que todos fiquem aqui); transição; e periférica (essa é defendida pela Comunidade e o Governo defende que acabe).

O MPA defende, junto com a população, que não se entre na lógica da tecnologia industrial com trator, veneno, capital. O trator destrói o solo. E o MPA defende o arado com o uso de animais.

Quando distribuíram uma semente boa, das crioulas, foram cerca de 507 toneladas em 2013, vindas de Santa Catarina e distribuída em Alagoas. As sementes crioulas do MPA de Santa Catarina são as melhores do país. Só que o governo do Estado não pagou ainda essas sementes e está o rombo lá.

Tem deputados de Alagoas que foram contra e por isso que não pagaram. O MPA queria distribuir 50% e o Estado 50%. Sobre o próprio Estado de Alagoas produzir suas sementes para distribuir (as crioulas no caso), o governo local dá a desculpa de que os agricultores de Alagoas não tem certificação e registro, mas o MPA não aceita ter registro, pois registrar significa dá um dono pra semente.

O MPA quer uma unidade de beneficiamento de sementes, mas sem registro. O governo de Cuba já avisou que se registrar a semente, acaba a parceria com o MPA.

A ASA em Alagoas trouxe um projeto de um banco comunitário de sementes e reivindicou que ao invés do Estado comprar fora, que comprasse daqui por R\$ 3,80 (isso a mais cara, mas às vezes sai ainda mais barato), ao invés de R\$ 15,00 da empresa SANTANA que o Governo de Alagoas compra. Isso é caro demais!

Um relato que também apresentou divergência entre Comunidade e Estado foi dado por um associado da AAGRA, em conversa informal:

A EMATER quer ir lá pra falar com a gente, mas se for pra trazer as propostas de cima pra baixo como gostam, vamos sair fora. As coisas tem que ser conversadas.

Desses relatos – o amadurecimento da análise conjunta dos códigos focalizados Produtividade, Crédito e Associativismo/Cooperativismo – emergiram novas categorias, agora mais robustas. Já dos subtipos de relações identificados, com base nos integrantes do semiárido local, os códigos teóricos alcançados foram os das relações, tanto as que aproximam quanto as que divergem.

As categorias teóricas Aproximação e Divergência, construídas de modo abstrato a partir do que foi considerado nos relatos das entrevistas, análise textual (documentos) e nos memos, como pontos centrais das relações institucionais na microrregião Agreste consideraram a dinâmica

inserida nesse espaço geográfico a partir das quatro instituições centrais, sendo o Estado e a Comunidade os destaques. Isso porque a Religião auxiliou e organizou o processo de mobilização comunitária, ao passo que a Educação se insere com uma lógica de ensino, pesquisa e extensão, mais recentemente.

O Estado desde sempre se voltou às ações para combater a seca, e a perspectiva de produtividade foi fortalecida com obras como a do Canal do Sertão e a do riacho do Bálsamo, voltadas ao fortalecimento da lógica da irrigação.

Quadro 23. Processo para alcance dos códigos teóricos

Inicial	Focalizada				Teórica		
Abertura dos dados	Amadurecimento				Saturação		
Identificar atores e programas; e Descrever ações por lógicas institucionais	Momentos		Categorias emergentes			Relações	
	1980 - 1989	Bovinocultura do leite	P R O D U T I V D A D E	C	A O S P O E R C I A T I V S M O	A P R O X I M A O	D I V E R S I F I C A D O
	1990 - 1999	Microcrédito rural					
	2000 - 2009	Desenvolvimento comunitário					
	2010 - 2016	Capacitação técnica					

Fonte: elaboração própria

Esta, por consequência, reforçou a perspectiva da monocultura, principalmente a do cultivo da palma forrageira, como insumo para a manutenção da alimentação de animais vinculados à bovinocultura do leite – uma ação historicamente vinculada ao Estado desde os anos 1980.

Como um novo foco de atuação do Estado, houve então o incentivo à capacitação técnica e ao crédito para o agricultor. A Comunidade, nesse contexto, passou a se adequar, a se fortalecer e a participar de políticas públicas vinculadas à distribuição de alimentos e à construção de tecnologias sociais.

Com a saturação dos dados a partir dos códigos teóricos, retomou-se a abordagem das relações institucionais, antes instigada por Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012), e apresentada e difundida por Zilber (2013).

Conforme Friedland e Alford (1991), as instituições são como guias para o comportamento

humano; são influentes a partir de um conjunto de práticas materiais e construções simbólicas que se desenrolam no tempo e no espaço. Essa estrutura de funcionamento fornece quadros capazes de construir questões, problemas, vocabulários, soluções e *scripts* para ações (MEYER; HAMMERSCHMID, 2006).

Jones, Boxenbaum e Anthony (2013) explicam que essa materialidade, presente nas normas e na estrutura, é influenciada por sua imaterialidade, ou seja, por uma construção simbólica. Assim sendo, como partes que compuseram as relações institucionais, as lógicas institucionais, conforme Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012), são guias das instituições. Segundo Thorton e Ocasio (1999), tal consideração depende do contexto específico de análise.

Para o recorte semiárido estudado, o da microrregião Agreste, as instituições centrais consideradas e seus âmbitos foram: Estado (federal, estadual e municipal), Religião (protestante e católica), Comunidade (de base campesina ou voltada às associações/cooperativas) e Educação (de nível superior).

Em termos de inserção foi possível reconhecer, a partir dessas instituições destacadas, as lógicas de funcionamento capazes de guiar o comportamento de seus integrantes.

Inicialmente, o Estado – atuante no que veio a ser denominado semiárido desde 1909 com ações de combate à seca – já se fazia presente, para o recorte histórico considerado neste trabalho, nos anos 1980. A Religião iniciou seu processo de mobilização da Comunidade a partir dos anos 1990. Como instituição central mais recente, a Educação procurou inserir-se com ações junto à Comunidade a partir de 2015.

Para o Estado, como instituição cuja lógica é a de racionalizar/regular a atividade humana por meio de hierarquias legais e burocráticas (FRIEDLAND; ALFORD, 1991), foi possível reconhecer que suas relações com a Comunidade ocorreram via mecanismos de controle, mediante as seguintes pré-condições: elaboração de projetos para as chamadas de editais, como os do MDS ou FBB, vinculados às tecnologias sociais, ou os de financiamento por parte da DESENVOLVE; alcance dos requisitos/critérios de qualidade – certificação orgânica emitida pelo Ministério da Agricultura – para fornecer alimentos via PAA e PNAE; e a prestação de contas, já que a execução dos projetos também tem cronogramas predefinidos.

Sobre a instituição Comunidade, Reay e Hinnings (2009) explicam que esta serve de referência para crenças e ações que irão predominar num determinado contexto e que ela reforça o desejo de pertença, de confiança mútua, reciprocidade e satisfação (THORTON; OCASIO; LOUNSBURY, 2012). Foi a partir dessa lógica de funcionamento que, na microrregião Agreste, as associações e cooperativas, fruto da mobilização comunitária, auxiliaram a contínua fundação de organizações vinculadas aos agricultores locais.

Antes de tudo, é necessário evidenciar a Religião. A lógica dessa instituição baseia-se na verdade transcendental e tenta converter todos os problemas em expressões de princípios morais absolutos aceitos voluntariamente na fé e fundamentados numa cosmogonia particular (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). Seus membros, conforme Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012), possuem relação com o sobrenatural, baseada no simbolismo religioso acrescentado aos eventos naturais. No caso da microrregião, eram vinculados ao evento seca e à fé necessária para conviver com tal fenômeno.

Na microrregião Agreste, a Religião, especificamente a Visão Mundial no fim dos anos 1980, disseminou essa noção associativista estimulando a elaboração, a organização e a execução de Fundos Rotativos, o que resultou na criação do FUNDAF, da COOPERAGRE e na reestruturação da AAGRA. Desde então, a Comunidade passou de apenas apoiada pela Visão Mundial a protagonista em suas ações no semiárido local.

Já a Educação, desde 2015, tem auxiliado a Comunidade a aprimorar seus processos organizativos no atendimento dos critérios exigidos pelo Estado para conseguir certificação de qualidade orgânica aos alimentos produzidos pelos agricultores locais.

Todas essas ações podem ser vinculadas a aspectos do *institutional work*, que Lawrence, Suddaby e Leca (2009) explicaram ser importantes para compor a discussão das lógicas institucionais e enriquecer a abordagem sobre as relações institucionais. Isso porque o *institutional work* se volta às ações que impulsionam a dinâmica entre indivíduos e organizações.

Para tratar especificamente da microrregião Agreste, a Religião atuou, conforme Lawrence e Suddaby (2006) e Jacometti (2013), de modo normativo, na perspectiva de construção de identidade para a Comunidade, visando torná-la protagonista em suas ações. Isso resultou numa espécie de construção de redes (LAWRENCE; SUDDABY, 2006) entre Religião e Comunidade.

Do mesmo modo que o Estado, segundo Lawrence e Suddaby (2006), atuou de modo regulador na busca por definição, ou seja, construindo sistemas de regras que lhe conferiram *status* e definiram os limites dos outros atores envolvidos, a fim de que a Comunidade participasse dos programas PAA, PNAE e dos voltados às tecnologias sociais.

Isso, no contexto empírico da microrregião Agreste, fez com que um ciclo de vida – irregular – das instituições (JACOMETI, 2013) fosse percebido, já que nas ações que se desenvolveram houve, com base nas ações da Comunidade, momentos de ruptura institucional para com a lógica até então vigente, a do Estado.

Essas ações da Comunidade, conforme Lawrence e Suddaby (2006), ocorreram com a dissociação de fundamentos morais, pois muitas ações realizadas pelo Estado, como as implementações de cisternas PVC, ações de combate à seca, como a perfuração de poços, ou o uso

de sementes híbridas, foram apropriadas, por parte da Comunidade, como aspectos do contexto específico, a exemplo das cisternas de placa e de outras tecnologias vinculadas à ASA, a defesa das sementes crioulas (nativas) e o uso de bombas manuais, no caso a BAP, em poços perfurados pelo DNOCS.

Sob o olhar das relações institucionais, as potencialidades das lógicas institucionais e do *institutional work* (LAMONTAGNE, 2015) levam a reconhecer a microrregião Agreste para além do considerado por Barley e Tolbert (1997) em relação ao ciclo institucional. Isso porque os *scripts* até então defendidos por estes autores não reconhecem a contingencialidade advinda dos momentos histórico-temporais como os ocorridos na microrregião Agreste. Assim, foi afastada a tendência a-histórica (THORTON; OCASIO, 2008) e a consideração da forma dissuasão (LAWRENCE; SUDDABY, 2006) como base no processo institucional local historicamente.

Essas ações indicaram a dinâmica praticada como além dos *scripts* e da noção de conformidade, já que estes gerariam um padrão de interação, o que foi superado pelas relações institucionais (BÉVORT; SUDDABY, 2015) na microrregião Agreste, conforme indicado por seus participantes, principalmente a partir dos anos 2000.

Além disso, essa linha histórica corroborou Deroy e Clegg (2014), que defendem que os eventos/momentos decorrentes são ocorrências singulares de um processo inesperado – ou imprevisto – e os conectam aos níveis das relações institucionais, para mostrar como é possível gerar significado organizacionalmente. Mas nem todos os eventos foram inseridos nesse processo; o reconhecimento, os atributos e o potencial deles dependem de seleções feitas a partir do significado dado aos eventos passados e àqueles concebidos como vir a ser (DEROY; CLEGG, 2014).

Essa noção foi importante logo após a abertura dos dados, já que as categorias que emergiram, tanto na codificação focalizada quanto na teórica, foram resultado de uma análise que conseguiu apreender certos significados das ações que levaram a considerar a dinâmica praticada na microrregião Agreste.

Como mais exemplos a essa questão da contingencialidade, obras como a do Canal do Sertão, a do riacho do Bálsamo e as demais do Governo de Alagoas, via SEAGRI, foram discutidas pela Comunidade, após os anos 2000, nos fóruns estaduais que passaram a ocorrer. Isso foi motivado pelo olhar das relações institucionais, a partir de motivações complexas, interesses e esforços capazes de compreender melhor os padrões gerais de intenção e capacidade para a criação, manutenção e ruptura das ações observadas (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009).

Como indicativo do que se analisou na microrregião Agreste, o campo em questão não levou ao isomorfismo, mas se constituiu num campo heterogêneo, múltiplo (LEE; LOUNSBURY, 2015), que fez com que, em certos momentos históricos, algumas lógicas fossem priorizadas

(LOUNSBURY; POLLACK, 2001).

Nesse campo de lógicas heterogêneas (LOUNSBURY; BOXENBAUM, 2013), os atores, sempre engajados em lógicas institucionais (as do Estado, Religião, Comunidade e Educação), alcançaram espaço para, intencionalmente, agir além de uma conformidade.

Essa não conformidade na microrregião Agreste, que pôde ser identificada nas divergências, confirmou que os atores vinculados a uma lógica institucional específica empregaram o *institutional work* para alterar ou defender os arranjos institucionais vigentes (CHANG; HUANG, 2016).

O reforço a essa concepção que se deu junto à análise histórica da dinâmica institucional praticada na microrregião Agreste também fez compreender que as organizações são compostas por vários indivíduos e que a existência de diferentes lógicas institucionais é associada aos diversos atores individuais, cada um com seus próprios conceitos de uma inúmera lógica, que pode ser contrária à lógica do outro (GREENWOOD et al, 2010).

Por outro lado, nesse mesmo contexto dinâmico, a abordagem relações institucionais possibilitou visualizar um *institutional work* capaz de negociar as tensões decorrentes de lógicas institucionais conflitantes (JÄRVINEN, 2016), ou seja, de divergências. Isso porque, na microrregião Agreste, houve atores capazes de agir com *institutional work* para integrá-las (LIU; ZHANG; JING, 2016), a partir do que foi configurado como um código teórico denominado aproximação.

5. Considerações Finais

Segundo Stake (2011), o estudo qualitativo está direcionado a um espaço de experiências situacional, ou seja, direcionado a contextos únicos, sem necessitar de comparações diretas. Com o delineamento para este tipo de estudo, buscou-se singularidade ao invés de semelhança.

Esse espaço geográfico, o semiárido, faz parte do “Nordeste seco do Brasil, na província fitogeográfica das caatingas” (AB’SÁBER, 1999, p. 7), cujo bioma é a caatinga.

Esta temática, que pode ser considerada endógena, tem como um dos destaques Duque (1973), com estudos que buscaram difundir o cultivo das lavouras xerófilas, adaptadas aos seus tipos de solo e clima.

Inserido no semiárido brasileiro, no recorte definido pela ASA como microrregião Agreste, o lócus foi composto pelos seguintes municípios: Cacimbinhas, Estrela de Alagoas, Igaci, Minador do Negrão, Palmeira dos Índios e Quebrangulo.

Na busca por considerar outros aspectos, além dos já destacados por Duque (1973) e Graciliano Ramos (1932) em *Vidas Secas*, como os que envolvem as ações e as lógicas institucionais, o trabalho partiu da problemática: *como as ações desenvolvidas a partir de lógicas institucionais heterogêneas possibilitam a construção da convivência com o semiárido alagoano?*

Foi possível atender – via método da *Grounded Theory* Construtivista de Charmaz (2009; 2014) – aos seguintes objetivos específicos: identificar os atores e os programas representativos; descrever as ações pelas lógicas institucionais; caracterizar a dinâmica histórica ao longo o tempo; e analisar o semiárido sob o olhar das relações institucionais.

No que diz respeito ao primeiro objetivo específico, o auxílio dos informantes-chave, dos participantes, das conversas informais, trechos de fala, dos *memos* e dos dados secundários foi obtido, considerando-se as seguintes instituições centrais: Estado (federal, estadual e municipal), Religião (católica e protestante), Comunidade (de base campesina e associações/cooperativas) e Educação (de nível superior).

Foram 19 entrevistas intensivas realizadas com atores representativos do recorte semiárido; desse acesso, foram elencados os programas representativos na microrregião. Estes, em sua maioria, são geridos pelo Estado, principalmente de âmbito federal.

O próximo passo foi alcançar o segundo objetivo – descrever as ações pelas lógicas institucionais. Neste, percebeu-se que a lógica do Estado, desde sempre, esteve direcionada ao combate à seca; o que variou foram os mecanismos para alcançar tal objetivo.

A Religião, por meio da Visão Mundial no fim dos anos 1980, iniciou sua participação como um ator institucional a partir de ações voltadas à transformação da realidade de grupos comunitários específicos, como no caso das prostitutas e de seus filhos, assim como os grupos de agricultores ainda não articulados. A linha de frente para essa mobilização associativista se deu a partir dos Fundos Rotativos. Esse processo de incentivo da Religião teve continuidade com ações aprimoradas em relação ao microcrédito, a exemplo do Programa Boi-na-corda.

O resultado dessas ações, por parte da Religião, foi o alcance do protagonismo comunitário, que passou a gerir as associações e cooperativas. Em seguida, como reflexo disso, a Comunidade passou a submeter projetos e a executar ações vinculadas às tecnologias sociais (cisternas a partir da ASA) e programas alimentares (PAA e PNAE, vinculados ao Governo Federal).

A Educação, como ator mais recente nessa dinâmica, aproximou-se da Comunidade ao inserir os temas Economia Solidária e Agroecologia, além de auxiliar no processo de certificação da produção orgânica desses agricultores junto ao Ministério da Agricultura.

Para esse segundo objetivo específico, em relação aos tipos de works envolvidos, foi possível considerar que a maioria das ações do Estado tiveram como foco a manutenção de suas ações a partir da valorização, ou seja, fornecendo exemplos positivos e negativos que ilustrassem suas bases normativas (LAWRENCE; SUDDABY, 2006).

No que diz respeito às ações da Religião, devido sua inserção histórica como impulsionadora da lógica comunitária, esta teve como tipo de work a criação, vinculada à construção de identidades quando descreveram a relação ator-campo (LAWRENCE; SUDDABY, 2006; JACOMETTI, 2013), assim como pela mudança de normas quando as conexões entre os conjuntos de práticas para as novas instituições foram refeitas e outras inseridas como a dos fundos rotativos, economia solidária e segurança alimentar.

Sobre a lógica da Comunidade, a partir das transformações impulsionadas pela Religião, os works representativos tiveram como ênfase a criação a partir da definição, ou seja, com o alcance de legitimidade que a Comunidade passou a ter no campo.

E como complemento às ações comunitárias, a Educação se fez presente auxiliando a comunidade na difusão de habilidades e conhecimentos como a agroecologia e a economia solidária.

Com essas ações pelas lógicas institucionais relacionadas, o terceiro objetivo – caracterizar a dinâmica histórica ao longo o tempo – foi respondido. Isso porque os dois primeiros objetivos auxiliaram na abertura dos dados, e neste terceiro foi possível construir uma linha do tempo para a microrregião Palmeira dos Índios e agrupá-la nos seguintes anos: 1980-1989, 1990-1999, 2000-2009 e 2010-2016.

Para o intervalo 1980-1990, ficou evidenciado o papel do Estado a partir de órgãos de cunho desenvolvimentista como o BNB e a CODEVASF, cujo resultado foi o estímulo local para a bovinocultura do leite.

No intervalo de tempo compreendido entre 1990-1999, já com a chegada da Visão Mundial e com a revitalização da AAGRA, organizações da comunidade passam a funcionar informalmente, como foi o caso da COOPERAGRE e do FUNDAF.

Essa mobilização comunitária foi fruto da Visão Mundial, que trouxe a ferramenta Fundo Rotativo e seu desdobramento com o Boi-na-corda. Este intervalo destacou o Microcrédito Rural.

Entre os anos 2000 e 2009, com a Comunidade se mobilizando e se fortalecendo, foi criada a ASA e, junto a ela, naquela conjuntura, políticas públicas passaram a ser elaboradas em conjunto, beneficiando a agricultura local a partir de programas como o PAA, o PNAE, o P1MC e o P1+2. Outras organizações da Comunidade inseriram-se na microrregião Agreste, como a RECASA e o MPA, assim como uma religiosa, a CÁRITAS.

O financiamento à Comunidade foi realizado a partir de órgãos do Estado, como a DESENVOLVE e o MDS. Por conta disso, esse período histórico ressaltou o Desenvolvimento Comunitário.

Para o último intervalo de tempo considerado, entre os anos 2010-2016, a complexidade foi intensificada devido ao fortalecimento da Comunidade e o Estado, via EMATER, SEAGRI e Centro Xingó, que levaram a noção de eficiência aos agricultores, a partir de cursos, visitas técnicas e estudos de viabilidade.

O incentivo à irrigação é retomado com obras como a do Canal do Sertão e a do riacho do Bálsamo. A bovinocultura do leite, nesse mesmo caminho, passou a ser incentivada pela SEAGRI e pela EMATER em suas mais diversas linhas de pesquisa. O cultivo da palma forrageira passou a ser a matriz alimentar dos animais da microrregião. Ademais, a oferta de cursos com oficinas práticas, como a de construção de casa de mel, plantio etc., foi estimulada pelo Centro Xingó. Houve um destaque, nesses anos, para a Capacitação Técnica.

Com base nessa linha histórica que enfatizou a Bovinocultura do Leite, o Microcrédito Rural, o Desenvolvimento Comunitário e a Capacitação Técnica, emergiram as seguintes categorias focalizadas: Produtividade, Crédito e Associativismo/Cooperativismo.

Estas categorias, ao tempo que foram reconhecidas pelas instituições centrais, tiveram significados diferentes, principalmente para o Estado e para a Comunidade.

A produtividade para o Estado foi significada pela monocultura, produção em larga escala e bovinocultura do leite. Já para a comunidade teve um significado vinculado, respectivamente, às múltiplas culturas, produção inicial para consumo, excedente para comercialização e a criação de

pequenos animais.

O crédito também teve significado diferenciado: para o Estado, serviu como estímulo à aquisição de máquinas agrícolas, assim como ao financiamento, ao passo que a Comunidade defendeu o desenvolvimento das associações e cooperativas e o uso do crédito para a participação em programas sociais.

O associativismo/cooperativismo foi considerado pelo Estado como um mecanismo a ser potencializado para se alcançar a eficiência agrícola, sendo encarado pela Comunidade como uma forma de implementar e divulgar ao máximo suas tecnologias sociais adaptadas à escassez de água.

O quarto objetivo específico – analisar o semiárido sob o olhar das relações institucionais – possibilitou o amadurecimento dos códigos focalizados, fazendo considerar a relação como ponto central, caracterizada de duas formas: por aproximação e por divergência.

A teoria institucional sociológica de cunho organizacional contou com a abordagem relações institucionais como suporte teórico aos dados empíricos analisados na microrregião Agreste. Entre os estímulos para alcançar essa atual abordagem, além do proporcionado por Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012), houve o de Lawrence, Leca e Zilber (2013), que propunham novas questões e direções para o *insitutional work*.

Em relação a essa análise, Jones, Boxenbaum e Anthony (2013) defendem que os objetivos materiais – como as regras do Estado para que a Comunidade participe das políticas públicas e as cisternas de PVC, por exemplo – tiveram impacto não só nas estruturas, mas também nos símbolos e ideias relacionados à cultura, já que a Comunidade buscou espaço para agir sobre essa materialidade a partir de uma multiplicidade de sentidos imateriais, como a fé, o desejo de pertença e a união entre os agricultores. Isso reforçou, conforme Costa e Teixeira (2013), o quanto há perspectivas em multiníveis.

Neste sentido, os objetivos materiais não apenas ancoraram as estruturas estabelecidas e institucionalizam novas, como foram também veículos a permitir que ideias e símbolos se deslocassem através do tempo e do espaço, em busca da criação, manutenção ou ruptura institucional. Nesse processo histórico, a Comunidade inseriu-se e legitimou-se na microrregião Agreste, alterando o *status quo* do campo para um campo de lógicas (LOUNSBURY; POLLACK, 2001).

As discussões sobre as lógicas institucionais, a partir de Friedland e Alford (1991), e de Thorton, Ocasio e Lounsbury (2012), serviram para o reconhecimento das lógicas específicas, identificadas com o auxílio dos informantes-chave. Estes, segundo Gaya (2009), manifestam uma maior capacidade de compreensão sobre situações que podem ocorrer no contexto específico e facilitam o acesso aos participantes.

Dessas lógicas, as ações relacionadas a motivações complexas que tornaram peculiares seus significados, interesses e esforços, foram fatores importantes a fim de compreender melhor os padrões gerais de intenção e capacidade para a criação, manutenção e ruptura (LAWRENCE; SUDDABY; LECA, 2009). Esses tipos de *institutional work* mostraram-se relevantes para abordar o processo histórico do campo de lógicas da microrregião Agreste como contingencial (BÉVORT; SUDDABY, 2015).

A postura durante todo o trabalho de pesquisa corroborou Clark e Rowlinson (2004); estes defendem que os estudos institucionais não têm como objetivo desenvolver concepções generalistas e universalistas sobre o comportamento do indivíduo e da organização, mas buscam, antes de tudo, abordá-los a partir de contextos específicos, em determinado tempo e espaço histórico.

A microrregião Agreste, cujo lócus foi composto pelos municípios de Cacimbinhas, Estrela de Alagoas, Igaci, Minador do Negrão, Palmeira dos Índios e Quebrangulo, é um espaço em que o Estado sempre teve destaque nas ações, tanto as de combate à seca quanto as de implementação de políticas públicas.

A Religião foi a força motriz de orientação, capacitação e divulgação da noção de associativismo a agricultores ainda pouco ou nada articulados. Esse suporte tornou a Comunidade capaz de atuar em equilíbrio com o Estado.

Como ação ainda recente, a Educação se aproxima da Comunidade, trazendo conhecimentos específicos para fortalecer as ações dos agricultores.

Restou como limitação ao estudo o tempo para aprofundar aspectos não alcançados no trabalho, como os vinculados à lógica do mercado, apesar de a bovinocultura leiteira ter sido a característica que alcança essa instituição. Entretanto, foi possível analisar todos os municípios da microrregião Agreste para reforçar os dados analisados neste trabalho.

De todo modo, como perspectiva para uma agenda de pesquisa poderá ser realizada discussão sobre o semiárido alagoano a partir do capital social, trazendo perspectivas complementares em relação ao processo de associativismo e cooperativismo, oriundo de um engajamento social.

Outra sugestão seria em relação ao processo de estruturação dos grupos de agricultores, para que se ajustem às regras preestabelecidas pelo Estado e migrem para a configuração de cooperativas.

A construção do conhecimento com este trabalho auxiliou os estudos institucionais em Administração e serviu de estímulo para que outros possam avançar até a atual abordagem na área. a das relações institucionais, que alcança o significado dos fenômenos de modo mais completo do que tão só a análise pelo olhar macro ou micro.

Em relação ao método *Grounded Theory* Construtivista de Charmaz (2014), conforme Leite (2015), a disciplina Administração pode enveredar por caminhos subjetivistas que irão além dos *outputs* garantidos, segundo Schatzki (2005).

Por fim, este estudo é mais uma ferramenta de conhecimento capaz de gerar debates e aproximações entre as lógicas institucionais, e de reforçar o papel da universidade nesse contexto.

Referências

AAGRA. Acessado em 03/12/2016. <https://www.facebook.com/pg/aagra.al/about/?ref=page_internal>

AB'SÁBER, A. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 36, p. 7-59, 1999.

ALCÂNTARA, L. Um projeto para mudar o Brasil. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 56, p. 293-300, 2006.

ASA: Declaração do Semi-Árido – Proposta da sociedade civil para a convivência com o semi-árido e o combate à desertificação. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf> Acessado em: 20 de janeiro de 2016.

ASA: Sobre Nós – História. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>>. Acessado em 20 de janeiro de 2016.

ASA: Cisterna nas escolas. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/cisternas-nas-escolas#categoria_img> Acessado em 10/08/2015.

ASA-AL. Áreas de atuação da ASA Alagoas. Disponível em: <<http://asaalagoas.blogspot.com.br/p/atuacao.html>> Acessado em 5 de agosto de 2016.

ATLAS BRASIL. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>> Acessado em: 20/01/2017.

BARLEY, S.; TOLBERT, P. Institutionalization and structuration: Studying the links between action and institution. **Organization studies**, v. 18, n. 1, p. 93-117, 1997.

BÁTORA, J. European defence agency: a flashpoint of institutional logics. **West European Politics**, v. 32, n. 6, p. 1075-1098, 2009.

BATISTA, N.; CAMPOS, C. Educação contextualizada para a convivência com o Semiárido. In: *Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social*. Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/ REDEgenteSAN / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -

MDS / Editora IABS: Brasília, 2013.

BEEKMAN, G. **Projeto Áridas: Memória e Acervo**. IICA, Brasília, 2008.

BÉVORT, F.; SUDDABY, R. Scripting professional identities: how individuals make sense of contradictory institutional logics. **Journal of Professions and Organization**, v.3, n.1, p.17-38, 2016.

BLUMER, H. What is wrong with social theory? In: **Symbolic interactionism**. University of California: Press, 1969.

BNB: histórico. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/historico>> Acessado em 11/08/2016.

BNB: Agroamigo. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/agroamigo>> Acessado em 11/08/2016.

BRITO, P. Redes, solidariedade e cidadania democrática: a experiência inovadora da articulação do Semi-Árido - ASA. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia. 347 folhas. Recife, 2007.

BRUNING, C.; AMORIM, A.; GODRI, L. Institutional work: uma ponte entre estudos críticos e institucionais? **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 9, n. 4, p. 144-156, 2015.

BURRELL, G.; MORGAN, G. Sociological paradigms and organisational analysis. Pags 1 a 40. **London Heinemann**, 1979.

CARITAS. Disponível em: <<http://caritas.org.br/>> Acessado em 09/10/2016.

CARPIL. Disponível em: < www.carpil.com.br> Acessado em 11/06/2016.

CARVALHO, L. Os saberes tecidos no contexto: a vertente educativa da convivência com o semiárido fundamentando novas práticas e metodologias pautadas na contextualização. IN: III Seminário de Educação do campo e contemporaneidade. De 26 a 28/09/2012. Salvador – BA.

CEDAFRA. Disponível em: <<http://www.agricultura.al.gov.br/cedafra>> Acessado em 04/03/2016.

CDECMA. Disponível em: <<http://cdecma.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>> Acessado em

12/08/2016.

CENTRO XINGÓ. Centro Xingó para Convivência com o Semiárido. Disponível em: <<http://xingo.com.br/sobre-o-centro/>> Acessado em 03/11/2016.

CESANO, D. et al. As Experiências da Coalizão Adapta Sertão na Disseminação de Tecnologias e Estratégias de Adaptação à Mudança Climática para o Agricultor Familiar do Semiárido Brasileiro (The experience of the Adapta Sertão Coalition in Disseminating Climate Change). **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 4, n. 6, p. 1336-1350, 2012.

CHANG, S.; HUANG, H. Institutional logics, work, and outcomes: The case of Sony and Toshiba in the HD optical disc standard war. **The Journal of High Technology Management Research**, 2016.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. The power and potential of grounded theory. **Medical Sociology Online**, v. 6, n. 3, p. 2-15, 2012.

_____. **Constructing grounded theory**. London: Sage, 2014.

CHANG, D.; SAKATA, S. FUNDAF – Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar. IN: **Projeto Conexão Local – ANO I**. EASP/FGV, SP, 2005.

CLARK, P.; ROWLINSON, M. The Treatment of History in Organization Studies: Towards an ‘Historic Turn?’ **Business History**. V. 46, No. 3, 2004.

CODEVASF: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/>> Acessado em 5 de abril de 2016.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1693&t=2>> Acessado em: 04/05/2016.

CONAB: Quem somos. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conab-quemSomos.php?a=11&t=1>> Acessado em 05/07/2016.

COSTA, J. Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar – Fundaf. In: **20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania – Ciclo de Premiação 2001** /Organizadores: BARBOZA, H. e SPINK, P. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2002.

COSTA, M. C.; TEIXEIRA, M. G. Institutional logics and social mechanisms: a pragmatic multilevel perspective. **Revista de Administração da UFSM**, v. 6, n. 2, p. 415-430, 2013.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Artmed: Porto Alegre, 2010

DANSOU, K.; LANGLEY, A. Institutional Work and the Notion of Test. In: **M@n@gement**, Vol. 15, p. 503-527. DOI : 10.3917/mana.155.0503, 2012.

DESENVOLVE: Agência de Fomento de Alagoas S/A. Disponível em: <<http://www.desenvolve-al.com.br>> Acessado em 23/10/16.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **The Sage handbook of qualitative research**. Sage, 2011.

DEROY, X.; CLEGG, S. Back in the USSR: Introducing recursive contingency into institutional theory. **Organization Studies**, v. 36, n. 1, p. 73-90, 2014.

DIMAGGIO, P. Interest and agency in institutional theory. In L. Zucker (Ed.), **Institutional patterns and organizations**: 3-22. Cambridge, MA: Ballinger, 1988.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality. In: POWELL W. and DIMAGGIO, P. **Institutionalism in Organizational Analysis**. University of Chicago: Chicago, 1991.

DNOCS: Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. Disponível em: <<http://www.dnocs.gov.br/>> Acessado em: 10/01/2016

DOLBEC, P.; FISCHER, E. Refashioning a field? Connected consumers and institutional dynamics in markets. **Journal of Consumer Research**, v. 41, n. 6, p. 1447-1468, 2015.

DUQUE, J. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. Banco do Nordeste do Brasil, 1973.

EMATER: Programas. Disponível em: <<http://www.emater.al.gov.br/programas>> Acessado em 20/12/2016.

FERREIRA, I. Água e política no sertão: desafios ao Programa Um Milhão de Cisternas.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. 141 p. Universidade de Brasília: Brasília, 2009.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**: Coleção Pesquisa Qualitativa. Bookman, 2009.

FNDE: Alimentação escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>> Acessado em 14/02/2017.

FNDE: Histórico. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>> Acessado em 03/08/2017.

FRIEDLAND, R. The Institutional Logics Perspective: A New Approach to Culture, Structure and Process. **M@n@gement** vol. 15 no. 5, 2012, 582-595, Book review, 2012.

FRIEDLAND, R.; ALFORD, R. Bringing Society Back in: Symbols, practices, and institutional contradictions. In: POWELL W. and DIMAGGIO, P. **Institutionalism in Organizational Analysis**. University of Chicago: Chicago, 1991.

GALINDO, W. Intervenção rural e autonomia : a experiência da Articulação no Semi-Árido/ASA em Pernambuco. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 115 folhas, Recife, 2003.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 8ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GAWER, A.; PHILLIPS, N. Institutional work as logics shift: The case of Intel's transformation to platform leader. **Organization Studies**, v. 34, n. 8, p. 1035-1071, 2013.

GAYA, A. **Ciências do movimento humano: Introdução à metodologia da pesquisa**. São Paulo: Artmed, 2009.

GHERARDI, S. How the turn to practice may contribute to working life studies. **Nordic Journal of Working Life Studies** . V. 5, n. 3, p. 1325, 2015.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos: coleção pesquisa qualitativa**. São Paulo: Bookman, 2009.

GLASER, B.; STRAUSS, A. Grounded theory: The discovery of grounded theory. **Sociology The**

Journal Of The British Sociological Association, v. 12, p. 27-49, 1967.

GLUCH, P.; BOSCH-SIJTSEMA, P. Conceptualizing environmental expertise through the lens of institutional work. **Construction Management and Economics**, p. 1-14, 2016.

GODOI, C.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. **Pesquisa qualitativa e o debate sobre a propriedade de pesquisar. Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, p. 1-16, 2006.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos or ganizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 89-112.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.3, p.20-29, 1995.

GOMES, O.F. et al. Sentidos e Implicações da Gestão Universitária para os Gestores Universitários. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 234-255, Edição Especial, 2013.

GREENWOOD, R. et al. The multiplicity of institutional logics and the heterogeneity of organizational responses. **Organization Science**, v. 21, n. 2, p. 521-539, 2010.

GALVÃO, A. C.; RODRIGUES, R. F. **Nova delimitação do semi-árido Brasileiro**. Brasília: Ministério da Integração Nacional - MI, 2005.

GOULDING, C. **Grounded theory: a practical guide for management, business and market research**. Thousand Oaks, CA: Sage. 2002.

GOVERNO FEDERAL: Programa Água Doce. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/@@search?Subject%3Alist=Programa%20%C3%81gua%20Doce>> Acessado em: 18/01/2016.

GOVERNO FEDERAL: Canal do Sertão. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/mochilao/canal-do-sertao-alagoano-al>> Acessado em: 15/01/2016.

HWANG, H.; COLYVAS, J. Problematizing actors and institutions in institutional work. **Journal of Management Inquiry**, v. 20, n. 1, p. 62-66, 2011.

IABS: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade. Disponível em: <<http://iabs.org.br>> Acessado em 12/01/2017.

IBGE: Semiárido Brasileiro. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=270430>> Acessado em 05/02/2016.

IBGE: Mapa do semiárido Brasileiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiariado.shtm?c=4>> Acessado em 10 de dezembro de 2016.

IBGE: Geografia do semiárido. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiariado.shtm?c=4>> Acessado em 20 de janeiro de 2017.

ITES: Incubadora de Economia Solidária. Disponível em: <<http://ites.colivre.net>> Acessado em 10/02/2017.

JACOMETTI, M. Institutional work na conformação do conhecimento difundido em redes interorganizacionais: estudo de APLs no Estado do Paraná. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Administração, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Curitiba: 2013.

JÄRVINEN, J. Role of management accounting in applying new institutional logics. A comparative case study in the non-profit sector. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 29, n. 5, 2016.

JARZABKOWSKI, P.; MATTHIESEN, J.; VAN DE VEN, A. 'Doing which work? A practice approach to institutional pluralism.' In Lawrence T., Leca, B. and R. Suddaby. (Eds) **Institutional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

JONES, C.; BOXENBAUM, E.; ANTHONY, C. The immateriality of material practices in institutional logics. **Institutional Logics in Action**, Part A, p. 51-76, 2013.

LACERDA, F. Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1889-1916). *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 51, p. 197-225, 2006.

LAMONTAGNE, A. A configuração institucional da responsabilidade social empresarial nas relações capital/trabalho: empresas multinacionais de mineração no Brasil e no Canadá. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília/UNB, 2015.

LAWRENCE, T.; LECA, B.; ZILBER, T. Institutional work: Current research, new directions and overlooked issues. **Organization Studies**, v. 34, n. 8, p. 1023-1033, 2013.

LAWRENCE, T.; SUDDABY, R. Institutions and Institutional Work pgs 215–254, in Clegg, S Hardy, W. **The handbook of organization studies**, London: Sage, 2006.

LAWRENCE, T.; SUDDABY, R.; LECA, B. **Institutional work: Actors and agency in institutional studies of organizations**. Cambridge university press, 2009.

LEE, M.; LOUNSBURY, M. Filtering institutional logics: Community logic variation and differential responses to the institutional complexity of toxic waste. **Organization Science**, v. 26, n. 3, p. 847-866, 2015.

LEITE, F. Raciocínio e procedimentos da Grounded Theory Construtivista. **Questões Transversais-Revista de Epistemologias da Comunicação**, v. 3, n. 6, 2016.

LIU, Y.; ZHANG, C.; JING, R. Coping with Multiple Institutional Logics: Temporal Process of Institutional Work during the Emergence of the One Foundation in China. **Management and Organization Review**, 2016.

LOUNSBURY, M. Institutional rationality and practice variation: New directions in the institutional analysis of practice. **Accounting, Organizations and Society**, v. 33, n. 4, p. 349-361, 2008.

LOUNSBURY, M.; BOXENBAUM, E. Institutional logics in action. **Research in the Sociology of Organizations**, v. 39, p. 3-22, 2013.

LOUNSBURY, M.; POLLACK, S. Institutionalizing civic engagement: Shifting logics and the cultural repackaging of service-learning in US higher education. **Organization**, v. 8, n. 2, p. 319-339, 2001.

MALVEZZI, R. **Semi-árido - uma visão holística**. – Brasília: Confea, 2007.

MARTINEZ, P. Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 43, p. 251-254, 2002.

MARTINS, M.; BÓGUS, C. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e sociedade**, v. 13, n. 3, p. 44-57, 2004.

MDA: Sobre o programa. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>> Acessado em 05/02/2016.

MEIRELES, A. J. **A Desrazão Laticinista**. São Paulo: Cultura, 1996.

MEYER, R.; HAMMERSCHMID, G. Changing institutional logics and executive identities a managerial challenge to public administration in Austria. **American Behavioral Scientist**, v. 49, n. 7, p. 1000-1014, 2006.

MEYER, J.; ROWAN, B. Institucionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. In: DIMAGGIO, P.J. & POWELL, W.W. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991.

MOURA, M. **O Genocídio do Nordeste: 1979-1983** CPT. CEPAC. IBASE. Mandacaru. São Paulo-SP, 1988.

MPA: Plano Camponês. Disponível em: <<http://mpabrasil.org.br/category/plano-campones/>> Acessado em 12/09/2016.

ORLIKOWSKI, W. “The sociomateriality of organisational life: considering technology in management research.” **Cambridge Journal of Economics**. : 125-141. 34, 2009.

PAN-BRASIL: Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil. **Ministério do Meio Ambiente – MMA**: Brasília, 2005.

PARSONS, T. **The social system**. Glencoe, Free Press, 1951.

PÉRKMANN, M.; SPICER, A. How are management fashions institutionalized? The role of institutional work. **Human Relations**, v. 61, n. 6, p. 811-844, 2008.

PINTO, M.; SANTOS, L. A grounded theory como abordagem metodológica: relatos de uma experiência de campo. **Organizações & Sociedade**, v. 19, n. 62, 2012.

RAMALHO, M. A fragilidade ambiental do Nordeste brasileiro: o clima semiárido e as imprevisões das grandes estiagens. **Sociedade e Território**, v. 25, n. 2, p. 104-115, 2013.

RAMOS, G. **Vidas Secas**. Editorial Norma, 2003.

REAY, T.; HININGS, C. Managing the rivalry of competing institutional logics. **Organization Studies**, v. 30, n. 6, p. 629-652, 2009.

REED, M. The agency/structure dilemma in organization theory. In: Tsoukas, H./Knudsen, C. (Hrsg., 2003), **The Oxford Handbook of Organization Theory**, Oxford, p. 289-309, 2003.

RIAZ, S.; BUCHANAN, S.; BAPUJI, H. Institutional work amidst the financial crisis: emerging positions of elite actors. **Organization**, v. 18, n. 2, p. 187-214, 2011.

SANTOS, E. A seca é o inverno de muita gente. Dissertação de mestrado - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2014.

SANTOS, L. O trem não pode parar: reformando uma oficina de locomotivas. Tese de Doutorado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2014

SCHATZKI, T. The sites of organizations. **Organization Studies**, v.26, n.3, p. 465-84, 2005.

_____. On organizations as they happen. **Organization Studies**, v. 27, n. 12, p. 1863-1873, 2006.

_____. Larger Scales. In: **Demanding Ideas: Where theories of practice might go next**. England. Working paper. 2014

SCOTT, W. **Institutions and organizations**. Thousand Oaks: SAGE, 2008.

SEAGRI – Secretaria de Agricultura do Governo de Alagoas. Disponível em: <<http://www.agricultura.al.gov.br/>> Acessado em 08/02/2016.

SEAGRI: Programas. Disponível em: <<http://www.agricultura.al.gov.br/programas>> Acessado em 08/02/2016.

SHARP, Z.; ZAIDMAN, N. The Role of Non-Reflexivity in Facilitating and Destabilizing Organizational Hybridity. In: Academy of Management Proceedings. **Academy of Management**, 2015. p. 14321.

SILVA, R. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e estado**, v. 18, n. 1-2, p. 361-385, 2003.

_____. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. 298 P. Brasília, 2006.

SILVA, C. O capital social no semiárido do estado de Alagoas: a experiência do FUNDAF. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Gestão Pública, 2013. Recife: 2013.

SOARES, J.; LEÃO, P. **A vitivicultura no semiárido brasileiro**. Embrapa Informação Tecnológica; Petrolina: Embrapa Semi-Árido, 2009.

STAKE, R. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

STERN, D. G. The practical turn. In: Turner, S.P; Roth, P.A. **The Blackwell Guide to the Philosophy of the Social Sciences** . Oxford: Blackwell, 2003.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Grounded theory in practice**. Sage, 1997.

SUDDABY, R. Challenges for institutional theory. **Journal of Management Inquiry**, v. 19, n. 1, p. 14-20, 2010.

SYMON, G. et al, C. Positioning qualitative research as resistance to the institutionalization of the academic labour process. **Organization Studies**, v. 29, n. 10, p. 1315-1336, 2008.

TAROZZI, M. **O que é Grounded Theory?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

THORNTON, P.; JONES, C.; KURY, K. Institutional logics and institutional change in organizations: Transformation in accounting, architecture, and publishing. **Research in the Sociology of Organizations**, v. 23, p. 125-170, 2005.

THORTON, P.; OCASIO, W. Institutional Logics and the Historical Contingency of Power in Organizations: Executive Succession in the Higher Education Publishing Industry, 1958-1990. **American Journal of Sociology**, Vol. 105, No. 3, Nov, pp. 801-843, 1999.

_____. Institutional logics. **The Sage handbook of organizational institutionalism**, v. 840, p. 99-128, 2008.

THORNTON, P.; OCASIO, W.; LOUNSBURY, M. **The institutional logics perspective: A new approach to culture, structure, and process**. Oxford University Press, 2012.

TORRES, M.; P. NUNES, C.; NAKAYAMA, M. Análise da utilização da Grounded Theory (Teoria Fundamentada nos Dados) na produção científica brasileira entre 2008-2012. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 11, n. 24, 2015.

TROCCOLI, I. E os pesquisadores brasileiros que praticam grounded theory: o que fazem?. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 20-37, 2014.

TURETA, C; ARAÚJO, B. Escolas de Samba: trajetórias, contradições e contribuições para os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 20, n. 64, 2013.

UHLMANN, V.; ERDMAN, R. Usos e Aplicações da Grounded Theory em Administração. IN: **SIMPOI - Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais**. São Paulo, FGV, 2014.

VALEDOURADO. Disponível em: <<http://valedourado.com.br/index.php/aValedourado>> Acessado em 03/08/2017.

VENTURA, A; FERNANDEZ, L; ANDRADE, J. Tecnológicas sociais para enfrentamento às mudanças climáticas no semiárido: caracterização e contribuições. **Revista de Economia do Nordeste**, v. 44, p. 213-238, 2016.

VISÃO MUNDIAL: Programa Gold. Disponível em: <<http://www.visaomundial.org.br/gold>> Acessado em 05/09/2016.

ZILBER, T. Institutional logics and institutional work: Should they be agreed?. **Research in the Sociology of Organizations**, v. 39, p. 77-96, 2013.

ZUCKER, L. The role of institutionalization in cultural persistence. In: POWELL W. and DIMAGGIO, P. **Institutionalism in Organizational Analysis**. University of Chicago: Chicago, 1991.

WOODWARD, K; JONES III, J.; MARSTON, S. Of eagles and flies: Orientations toward the site. **Area**, v. 42, n. 3, p. 271-280, 2010.